

XXV CICLO DE ESTUDOS HISTÓRICOS

50 Anos do **Golpe de 1964:**

OPRESSÃO MILITAR

e resistência na Bahia

PALESTRAS

OFICINAS

COMUNICAÇÕES

APRESENTAÇÕES
CULTURAIS



UESC - Ilhéus-BA.

DFCH
COLEGIADO DE HISTÓRIA
LAHIGE
PARFOR

DE 10 A 12 DE NOVEMBRO DE 2014

CICLODEHISTORIAUESC2014.WORDPRESS.COM



XXV Ciclo de Estudos Históricos da UESC
Cinquenta anos do Golpe de 1964: Ditadura e resistência na
Bahia

10 a 12 de novembro de 2015

CADERNO DE RESUMOS

Ilhéus-Ba
Novembro, 2014

XXIV Ciclo de Estudos Históricos da UESC
Cinquenta anos do Golpe de 1964: Ditadura e resistência na Bahia

Realização
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH-UESC)
Colegiado de História da UESC

Comissão Organizadora

Equipe de organização

Luiz Henrique dos Santos Blume (UESC)
Marcelo da Silva Lins (UESC)
Teresinha Marcis (UESC)
Jonas Santos de Carvalho
Sávio Leal Oliveira
Igor Campos Santos
Moisés Pereira Alves

Monitores

Clébio Reis Santos
Natalice Oliveira dos Santos
Bianca Rocha Silva
José Reinaldo János Miranda
Edvaldo Bibiano P. Júnior
João Tarcísio da Luz Lopes
Marcone Santos Lopes
Cibele Freitas Santos
Alana dos Santos Moreira
Jonas Santos de Carvalho
Sávio Leal Oliveira
Igor Campos Santos

Coordenação das Sessões de comunicações

SESSÃO 01: Ensino, linguagem e representações: diálogos e experiências

Ms. Isabel Maria de Jesus Pacheco

SESSÃO 02: Leituras e diálogos no campo da História

Dr. André Rosa Ribeiro

SESSÃO 03: Terra, Legislação e conflitos

Dra. Laila Brichta

SESSÃO 04: História: gênero, identidade e mídia.

Ms. Maristela Toma

SESSÃO 05: História, cultura, festas e religiosidade

Ms. Maristela Toma

Sessão 06: História, Cidades e Movimentos sociais/culturais urbanos.

Dr. Luiz Henrique Blume

Sessão 7: O Golpe Militar e Ditadura no Brasil.

Dra. Laila Brichta

Sessão 08: História e questões étnico-raciais

Ms. Luiza Reis

Coordenação de Sessão Artístico e Cultural – Abertura e Encerramento

Dra. Laila Brichta

Realização

Turmas das disciplinas - História do Brasil IV e Literatura e Ensino de História

Caderno de resumos

Organização dos textos

Teresinha Marcis
Sávio Leal Oliveira

Diagramação e organização dos textos

Teresinha Marcis

Design Gráfico do cartaz

Moisés Pereira Oliveira

Observação: a adequação técnico-linguística dos textos é de responsabilidade dos autores.

XXV Ciclo de Estudos Históricos: Cinquenta anos do Golpe de 1964: Ditadura e resistência na Bahia. CADERNO DE RESUMOS. Ilhéus-BA: UESC/DFCH, 10 a 12 de novembro de 2014. 205 p.

Página do evento:

< http://www.uesc.br/dfch/index.php?item=conteudo_eventos.php >

ISSN: 2177-2983

APRESENTAÇÃO

Cinquenta anos do Golpe de 1964: Ditadura e resistência na Bahia

O “Ciclo de Estudos Históricos” completa sua 25ª edição, consolidando-se como evento de extensão permanente do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas e do curso de História da UESC. Em cada uma das edições promoveu inúmeras conferências, palestras e mesas-redondas para debates de temas da maior relevância para o campo histórico; se constituiu em espaço de discussão de metodologias e práticas da pesquisa e do ensino de História; assegurou espaço para apresentação e divulgação de pesquisas desenvolvidas na graduação e pós-graduação de História e áreas afins; promoveu socialização de experiências didáticas entre docentes e discentes da educação básica e superior. Buscou ser espaço de atualização dos professores e alunos nas questões relativas aos aspectos teóricos e ao tratamento de fontes históricas na contemporaneidade.

Na trajetória, cada evento contou com a participação efetiva dos estudantes e professores de História da UESC e demais instituições de Ensino Superior da rede pública e particular, e da valiosa presença dos professores convidados. Ampliou continuamente o número de participantes e o interesse da comunidade estadual, ultrapassando os limites da sua área de inserção e atraindo um número cada vez maior de pesquisadores com apresentação de trabalhos acadêmicos.

Na edição XXVª, o Ciclo de Estudos Históricos propõe debater o tema “Cinquenta Anos do Golpe: Ditadura e resistência na Bahia”. Assunto de maior interesse dos historiadores, comunidade acadêmica e da sociedade e nesse ano de 2014, diversos livros foram lançados, revistas fizeram matérias tratando do tema, eventos estão acontecendo por todo o país; muitas polêmicas foram reabertas, diferentes versões estão sendo apresentadas e questionadas e novas informações, documentos e pesquisas estão sendo continuamente apresentadas. Movimentos sociais e políticos diversos da sociedade brasileira vêm desenvolvendo novos conhecimentos e interpretações e reivindicando justiça e reparação pública, confrontando-se com versões e interpretações de grupos sociais que manifestam apoio ao Golpe e ao revisionismo nas versões apresentadas pelos pesquisadores. São visíveis nas diversas instituições e espaços sociais os embates entre aqueles grupos que reivindicam a punição aos torturadores e aqueles defendem mudanças na Lei da Anistia.

A perspectiva desse evento foi estimular o debate sobre esse longo tempo da História brasileira. A programação contou com conferencistas que expuseram questões do período que antecedeu ao Golpe, as suas causas, os sujeitos e classes sociais interessados no golpe, as disputas e os movimentos sociais da época, as versões sobre tais acontecimentos, o longo período da ditadura, as diferentes formas de resistência até a transição e um pouco do debate atual sobre a Lei da Anistia e da Comissão da Verdade. Também foram discutidos os impactos desse período no ensino de História, a censura, e as mudanças nos currículos.

A escolha do tema atendeu a perspectiva de abordar tais questões a partir da História da Bahia e da própria região de inserção da Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC. Os livros didáticos voltados para a educação básica, ao abordar o assunto enfatizam as experiências do sudeste do país. Além disso, a censura nos meios de comunicação, fez com que a maioria da população desconheça boa parte dos acontecimentos do período. Esses elementos forjaram na Região, a compreensão no senso comum, de que a Ditadura não atingiu o Sul da Bahia, e nesse sentido, a repressão ou censura foram específicos de outros espaços (o sudeste do país).

O XXV Ciclo de Estudos Históricos: **Cinquenta anos do Golpe de 1964: Ditadura e resistência na Bahia** tem como balanço a participação de 220 ouvintes, sendo 82 inscritos na modalidade de apresentação de comunicação, sendo que todos compareceram e apresentaram em uma das oito sessões de comunicações, resultando em 79 resumos expandidos publicados. Foram realizados nove oficinas, sendo uma ministrada por professores do DFCH/UESC; duas oficinas ministradas por ex-alunos de História da UESC, desses, um com mestrado concluído e dois outros cursando mestrado em História pela Universidade Federal da Bahia e Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe; três oficinas foram ministradas pelos bolsistas do PIBDID de História/UESC e contaram com a presença dos estudantes do Ensino Médio e dos professores supervisores.

Acreditamos que o esforço conjunto de professores, monitores, coordenadores das atividades, funcionários administrativos, estudantes de graduação, pós-graduação e de alunos egressos dos cursos de História regular e do PARFOR da UESC e demais Instituições permitiu a concretização plena dos objetivos apresentados na proposta do XXV Ciclo de Estudos Históricos de 2014.

Comissão organizadora

PROGRAMAÇÃO

DIA 10/11/2014 – Segunda-feira		
Horário	Atividade	Local
9h - 12h	Inscrições e credenciamento	Sala 2204
14h - 17h	Sessões de comunicação	Salas de aula
17h - 18h	Peça de teatro: Os Saltimbancos Turma da disciplina História do Brasil	CEU
19h	Mesa de Abertura do XXV Ciclo de Estudos Históricos	Auditório Jorge Amado
	Conferência de Abertura: 50 anos da ditadura militar Conferencista: Dr. Milton Pinheiro - UNEB Coord. Ms. Marcelo da Silva Lins – UESC	
DIA 11/11/2014 – Terça-feira		
8h-9h	Lançamento do site: História do Sul da Bahia – Coord. Prof. Isabel Pacheco e Teresinha Marcis	Auditório Jorge Amado
9h - 12h	MESA REDONDA: A Bahia e o Golpe de 1964 Conferencistas: Ms. Ediane Lopes – UNEB Ms. Grimaldo Zachariades – UNEB Coordenação: Dr. Robson Norberto Dantas – UESC	Auditório Jorge Amado
14h - 18h	Simpósios Temáticos	Salas de aula
18h	Lançamento do Livro: Ditadura Militar na Bahia – volume II Autor: Dr. Grimaldo Zachariades (org.) MESA-REDONDA: A resistência ao golpe civil-militar na Bahia	Auditório Jorge Amado
19h - 21:30h	Conferencistas: Dra. Lucileide Cardoso - UFBA Dr. Antônio Mauricio Brito - UFBA Coordenação: Dra. Teresinha Marcis – UESC	
DIA 12/11/2014 – Quarta-Feira		
8:30h	MESA-REDONDA: Anistia e memórias Conferencistas: Dr. Odilon Pinto – UESC Dr. Valdir Mesquita – UESC Coordenação: Dr. Luiz Henrique Blume - UESC	Auditório Paulo Souto
13:30h – 17:30h	Oficinas.	Salas de aula
17:30h	Lançamento dos livros: Entre o fruto e o ouro – Autores: Erahsto Felício e Philipe Murillo S. de Carvalho (orgs). Morte e gênero: Estudos sobre a obra de Jorge Amado. Autores: André Rosa e Sandra Sacramento.	Espaço CEU
18h	ENCERRAMENTO do XXV Ciclo de Estudos Históricos Atividade Cultural: Sarau da Resistência e da Liberdade – Música, poesia, imagens, exposição – Banda dos Meninos de História.	Espaço CEU

OFICINAS

TÍTULO	MINISTRANTES	LOCAL
Da sujeição ao sujeito: Escravos e indígenas na historiografia do Brasil, séculos XVIII e XIX.	Victor Santos Gonçalves – Mestrando História – UFBA; Rafael Barros – Mestrando em História – UFBA.	Sala: 1103 Pedro Calmon 1º andar
A ditadura chilena em Literatura e Filmes.	Miguel Arturo Chamorro Vergara; Socrates Moquete Guzman - UESC	Sala: 1208 Pedro Calmon 2º andar
Para esquecer e para lembrar: reflexões sobre o golpe civil-militar no Brasil (1964-1985).	Joelma Palmeira Alves; Celiane V. Santos, Raquel Santos Nery, Rosana Neves, Mary Lucy Lima - Estudantes de História UESC/PIBID. Professora supervisora: Flordeni Matos Professor Coordenador: Robson Dantas	Sala: 1105 Pedro Calmon 1º andar
Protestos, cores e paixões: música e censura no regime militar brasileiro.	Flávio Miranda, Ingrid Barbosa, Marco Aurélio de Andrade Freitas, Tauã Fernandes, Thaiany Vieira Santana - Estudantes de História UESC/PIBID. Professora supervisora: Lucia Márcia Silva Santos Solidade Professor Coordenador/UESC: Robson Pinto	Sala: 1106 Pedro Calmon 1º andar
O riso contra a ditadura.	Cayque Sá, Maria Luiza, José Antônio Santos - Estudantes de História UESC/PIBID. Professora supervisora: Gislany Nascimento Costa e Professor Coordenador: Robson Dantas	Sala: 1111 Pedro Calmon 1º andar
“Sinto, logo sou”: Incorporando os sentidos às “Ciências Humanas”.	Girleney Santos Araújo – Mestrando em Arqueologia – UFSE.	Sala: 1209 Pedro Calmon 2º andar
História e historiografia do sul da Bahia – século XX.	Philippe Murillo S. de Carvalho – Doutorando UFBA – Professor do IFBA.	Sala: 1207 Pedro Calmon 2º andar

TRABALHOS APRESENTADOS

SESSÃO 01: Ensino, linguagem e representações: diálogos e experiências.....	12
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	13
A APLICAÇÃO DA LEI 10639/03 NOS LIVROS DE HISTÓRIA DO 6º ANO/ 5ª SÉRIE, PARA O ENSINO FUNDAMENTAL II, NUMA ESCOLA PÚBLICA DE ILHÉUS, NO PERÍODO DE 2006 A 2011.....	15
O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 EM ESCOLA DE ITABUNA – BA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	17
ENTRA EM CENA A LEGISLAÇÃO: CONSONÂNCIAS E DISSONÂNCIAS ENTRE O ENSINO DE HISTÓRIA E A LEI 10.639/03.....	19
UMA REFLEXÃO SOBRE A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA DENTRO DAS ESCOLAS DE ENSINO BÁSICO.....	22
PROJETO APORTES: RECONHECENDO E VALORIZANDO AS CULTURAS AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA.....	24
CONTRIBUIÇÃO PARA OS ESTUDOS SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ITAJUÍPE (1960 – 2008)28	
MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE PROPAGANDA DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL).....	31
SUL DA BAHIA: FONTES, PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA (UM PROJETO DE ENSINO).....	33
AS MUDANÇAS DAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS NO COLÉGIO NOSSA SENHORA DA PIEDADE EM ILHÉUS, ENTRE OS ANOS DE 1962 A 1970, TENDO EM VISTA A INFLUÊNCIA DO CONCÍLIO VATICANO II.....	35
ENSINO DE HISTÓRIA E ANOS INICIAIS: UMA ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES OBSERVADAS A PARTIR DOS RELATÓRIOS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADOS I.....	39
“NO DISCURSO, DEMOCRACIA. NA PRÁTICA, REPRESSÃO. A VISÃO ATUAL DA HISTÓRIA SOBRE O PERÍODO BRASILEIRO DE 1964-1985”.....	41
SESSÃO 02: Leituras e diálogos no campo da História.....	44
MORTE E MEMÓRIA NA OBRA JORGEAMADIANA.....	45
A CONSTRUÇÃO DO MITO DE ORIGEM DA REGIÃO SUL DA BAHIA E SEUS ASPECTOS NA LITERATURA JORGEAMADIANA.....	46
A ATUAÇÃO COMUNISTA JUNTO AOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAJUÍPE NAS PÁGINAS DO “O PALADINO” (1956-1959).....	48
AS REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA LOCAL SOBRE A ATUAÇÃO DO PCB NO EIXO ILHÉUS – ITABUNA, DURANTE O PERÍODO 1945 – 1957.....	49
NOVAS FONTES PARA A HISTÓRIA DO SUL DA BAHIA: A LITERATURA DE CORDEL EM PERSPECTIVA.....	50
O LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL – CEDOC/UESC NA FORMAÇÃO DISCENTE E NA PESQUISA HISTÓRICA.....	53
FORMAÇÃO DO BAIRRO JOÃO SOARES: POLÍTICA E SENSIBILIDADES.....	55
HISTÓRIA POLÍTICA DE JUSSARI DE 1960 A 1985.....	57
BAIRRO SÃO PEDRO EM ITABUNA BAHIA: ALGUNS ASPECTOS DA SUA FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO..	59
SESSÃO 03: Terra, Legislação e conflitos.....	61
O DIREITO A TERRA NAS LEGISLAÇÕES INDIGENISTAS COLONIAIS.....	62
ILHÉUS E OLIVENÇA: ALGUMAS HIPÓTESES SOBRE O PROCESSO DE OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA (SÉCULO XIX).	63
UMA REFLEXÃO SOBRE A BATALHA DOS NADADORES NA CAPITANIA DE SÃO JORGE DOS ILHÉUS.....	65
A ALDEIA DOS FUNIS E A EXPANSÃO DA FRONTEIRA NO MÉDIO RIO DE CONTAS (BAHIA, 1782-1802).....	67
TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE INDÍGENA NO SUL DA BAHIA: DINÂMICAS, DIREITOS E PRÁTICAS DOS TUPINAMBÁS DE OLIVENÇA-BA.....	70
OS RELATOS DOS VIAJANTES OITOCENTISTAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO: AVÉ-LALLEMANT EM VISITA A ILHÉUS.....	72
LUTA PELA TERRA EM CANAVIEIRAS-BA NA DÉCADA DE 1980.....	75
SESSÃO 04: História: gênero, identidade e mídia.....	79

GÊNERO E CLASSE PARA ESTUDO DA HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL DO SÉCULO XX ATRAVÉS DAS PERSONAGENS FEMININAS DE GABRIELA.....	80
MULHER, IMPRENSA E POLÍTICA NAS ELEIÇÕES DE 1992 EM ITABUNA	83
A ATUAÇÃO DA MULHER NA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA ATRAVÉS DAS PERSONAGENS FEMININAS DE PEPETELA.....	86
MEMÓRIAS E IDENTIDADES: CONFLITOS E DISCURSOS SOCIAIS NO SUL DA BAHIA.....	88
A PORNOGRAFIA NO CINEMA PRIMITIVO (1907-1915).....	90
HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DAS PERSONAGENS FEMININAS DE A CASA DAS SETE MULHERES, DE LETÍCIA WIERZCHOWSKI.....	92
PROPAGANDA “SKOL DE ROUPA NOVA” SOB A ÓTICA DO FEMINISMO: UM DIÁLOGO ENTRE A HISTÓRIA E A PUBLICIDADE.....	94
O PCB JUNTO ÀS ORGANIZAÇÕES FEMININAS DO BRASIL.....	97
BRINCADEIRAS E BRINQUEDOS TRADICIONAIS DA NAÇÃO TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA COMO TRANSMISSÃO DE SABERES.....	99
CASAMENTO, CRIME DE DEFLORAMENTO E A HISTÓRIA DAS MULHERES: UMA ANÁLISE ENTRE CLARA DOS ANJOS, DE LIMA BARRETO, E AS FONTES JUDICIAIS DE ITABUNA (1920-1930)	101
SESSÃO 5: História, cultura, festas e religiosidade	104
“DISCURSO SOBRE O MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO ESPIRITUAL ENTRE OS BATISTAS UMA ANÁLISE A PARTIR DE FOUCAULT (1965 -1975)”	105
SHAKA DE VIRGEM E AS LIÇÕES QUE DEVEMOS APRENDER. ANALISANDO UM MODELO SENSORIAL	107
DISCRIMINAÇÃO RACIAL, PRECONCEITO E ANTI-SEMITISMO NA ERA VARGAS	110
O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA IGREJA PRESBITERIANA DE ITABUNA: (1953-1959).....	112
PADRE JUSTINO JOSÉ DE SANT’ANNA E A CONSTRUÇÃO DA NOVA IGREJA MATRIZ DE SÃO BOAVENTURA EM CANAVIEIRAS – BAHIA (1912-1924).....	114
BUERAREMA-MACUCO: A IMPORTÂNCIA DAS FESTAS CULTURAIS PARA A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DO POVO BUERAREMENSE	117
A FESTA DE REIS EM NOVA ESPERANÇA (WENCESLAU GUIMARÃES, BAHIA)	120
AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A DOCTRINA BATISTA	122
FEBVRE RELOADED: UM ESTUDO SOBRE O PROBLEMA DA INCREDELIDADE NO SÉCULO XVI – A RELIGIÃO DE RABELAIS.....	124
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITABUNA: CARIDADE, FILANTROPIA E CONFLITO MÉDICO-RELIGIOSO (1922 – 1935).....	127
SESSÃO 06: História, Cidades e Movimentos sociais/culturais urbanos.....	130
ITAJÚ DO COLÔNIA: SURGIMENTO E FORMAÇÃO (1959-1988)	131
SANTA CRUZ DA VITÓRIA E JOSÉ GUEDES DE MAGALHÃES: DUAS HISTÓRIAS QUE SE COMPLEMENTAM (1947-1982).....	133
O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO URBANO-SOCIAL NA CIDADE DE ILHÉUS A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA PONTE LOMANTO JUNIOR (1960-1970).....	136
TRANSFORMAÇÕES URBANAS E IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E CONOMICAS EM ILHÉUS A PARTIR DA INAUGURAÇÃO DA PONTE LOMANTO JUNIOR EM 1966.	138
A PARTICIPAÇÃO DO FUTEBOL AMADOR NO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE ITABUNA EM 1940 A 1970	140
ESCOLA SAGRADA FAMÍLIA E O SEU PAPEL COMO MEDIADORA NO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE COARACI- BA NO ANO DE 2012 Á 2014.	142
FEIRAS LIVRES: MUDANÇAS E TRANSFORMAÇÕES DOS ESPAÇOS FÍSICOS E SOCIAIS EM ITABUNA-BAHIA (1960 – 1973).	144
SESSÃO 6.1: História, Cidades e Movimentos sociais/culturais urbanos.....	147
OS CINES NA BELLE ÉPOQUE ILHEENSE (1880-1930)	148

SOCIEDADE ITABUNENSE E SEUS ESPAÇOS CONFLITANTES NA DÉCADA DE 1950	150
O JOGO POLÍTICO OLIGÁRQUICO EM ITABUNA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1912)	152
ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS DO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE EUNÁPOLIS-BA (1981-1988)	156
UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE ILHÉUS – BA (1980 A 1992)	159
AUMENTO DOS ÍNDICES DE CRIMINALIDADE NA CIDADE DE ITABUNA-BA: BAIRRO PEDRO GERÔNIMO NA DÉCADA DE 90.....	161
AS AÇÕES DO SINDICATO DOS COMERCÍARIOS DE ITABUNA-BA NA DÉCADA DE 1990, NA IMPRENSA	163
PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO DO SUL DA CIDADE DE ILHÉUS	165
O SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA EM ITABUNA - 1952 -1954.....	168
SESSÃO 7: O Golpe Militar e Ditadura no Brasil.	171
50 ANOS DO GOLPE DE 64: A REPRESSÃO NA DITADURA CIVIL MILITAR	172
RESISTIR SEMPRE, CURVAR-SE JAMAIS! LUIZ ANTÔNIO SANTA BÁRBARA, FOQUISMO E O MR-8 NA BAHIA (1969-1971).....	175
DEMOCRACIA EM JOGO: FUTEBOL COMO FERRAMENTA POLÍTICA NA DITADURA DO BRASIL (1966-1984)	177
PARA ESQUEÇER E PARA LEMBRAR: REFLEXÕES SOBRE O GOLPE CIVIL MILITAR NO BRASIL (1964-1985)	180
A MEMÓRIA MILITAR SOBRE A REPRESSÃO: QUANDO É PRECISO ADMITIR O INADMISSÍVEL	181
OS IMAGINÁRIOS SOCIAIS E SUA INFLUÊNCIA PARA A COMPOSIÇÃO DA NOVA SOCIEDADE PRÓ-GOLPE.	184
SESSÃO 08: História e questões étnico-raciais.....	188
SOBRE UM BRANQUEAMENTO DOS VALORES: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O “RACISMO CULTURAL”	189
MEMÓRIA ORAL DOS REMANESCENTES QUILOMBOLAS E INDÍGENAS DO MUNICÍPIO DE CAMAMU-BA E A PRÁTICA EDUCATIVA DO EDUCADOR/HISTORIADOR.....	190
A REVISTA AFRO-ÁSIA EM NÚMEROS (1965-1970)	193
LEVANTAMENTO DAS CARTAS DO CENTRO DE ESTUDOS AFRO - ORIENTAIS (1967 – 1969)	195
A INFLUÊNCIA DO CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS NA IMPLANTAÇÃO DA LEI 10.639/03	197
TRANSCRIÇÕES DE DEPOIMENTOS ORAIS DOS INTELLECTUAIS DO CENTRO DE ESTUDOS AFRO ORIENTAIS	200
FONTES PARA A HISTÓRIA DO CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS (CEAO).....	202
A TRAJETÓRIA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UESC	203
ADMINISTRAÇÃO JESUÍTICA: PRÁTICAS DE INCENTIVO LABORAL (ENGENHO DE SANTANA DOS ILHÉUS, SÉCULO XVII E XVIII).....	204

**SESSÃO 01: ENSINO, LINGUAGEM E
REPRESENTAÇÕES: DIÁLOGOS E EXPERIÊNCIAS.**

IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ednea Pereira Santos
Eduardo Ramilton Souza¹

RESUMO GERAL

Essa pesquisa encontra-se no campo das discussões sobre a implementação da Lei 10.639/2003, que inclui no currículo oficial de ensino da Educação Básica a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana². Este estudo tem por objetivo revisar a literatura especializada, em busca de informações e implicações que envolvem e/ou interferem na educação voltada aos negros. Constitui-se num estudo interpretativo, crítico-reflexivo sobre como os professores estão se relacionando com a lei, quais os desafios enfrentados pelos mesmos e a prática do professor, tendo em vista a Lei 10.639/03, como veio contribuir, no que se refere à implantação de políticas afirmativas no Estado brasileiro, dentro do contexto atual das políticas educacionais. Para tanto optamos pela pesquisa documental e bibliográfica para que possamos obter dados relevantes à aplicabilidade da intervenção pedagógica em sala de aula.

As conquistas obtidas até o presente momento no que se refere às ações para eliminação das desigualdades étnico-raciais por meio da educação precisam estar pautadas não só na lei, mas na tomada de consciência de que é necessário um grande investimento para melhorar significativamente a compreensão dos docentes e assim alcançar uma mudança de postura frente às questões raciais, transformando conteúdos e metodologias, na busca da erradicação do racismo.

Outro elemento discutido no trabalho é a análise dos limites e possibilidades da Lei 10.639/03, no que se refere à construção de uma nova visão a respeito do estudo da história e cultura afro brasileira no ensino brasileiro, e como esta, é encarada pelos envolvidos na educação, sejam eles: alunos, professores e funcionários envolvidos nesse contexto.

A Lei 10.639/03 foi uma das conquistas do movimento social negro em prol da luta pela igualdade social. Sancionada pelo presidente da República Luís Inácio Lula da Silva em nove de janeiro de 2003 torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africanos e Afro-brasileiros nos estabelecimentos da Educação Básica. Essa Legislação privilegia dentro do sistema educacional o respeito pela diversidade cultural, referida especialmente aos afro-descendentes. Segundo Gadotti,

(...) a diversidade é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso a escola tem que ser local como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural como ponto de chegada.

Percebe-se assim a necessidade de um maior aprofundamento teórico referente à Lei 10.639/03. As diretrizes propostas por essa lei contemplam os valores civilizatórios dos povos negros, apresentando como eixo central a identidade étnico-racial. O professor deve ter em mãos essas diretrizes para que seu trabalho tenha um resultado satisfatório dentro do ambiente escolar e fora dele, é necessário ter consciência de sua importância para a população afro-brasileira.

Á medida que a Lei 10.639/03 obrigou as escolas de ensino fundamental e médio a incluírem nos seus currículos os conteúdos de História e cultura afro-brasileira e africana, colocou um desafio para os professores, visto que muitos durante o período de formação não tiveram acesso a tais conteúdos, mesmo assim passaram a inseri-los apenas por exigência dessa lei. A intenção do estado brasileiro é eliminar o racismo e a discriminação racial na escola. E mesmo no caso de inserir a temática, o enfoque dado pelos professores, não tendo a formação adequada pode reforçar ainda mais a situação de exclusão do povo negro do sistema oficial de ensino.

Para um maior efeito da lei torna-se necessário um maior apoio por parte das instituições educacionais, dando subsídio teórico através de seminários, palestras, cursos de capacitação, material

¹ Discentes do curso de Licenciatura em História – PARFOR da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Endereço eletrônico: edneapereira@hotmail.com/ duiramilton@gmail.com

² Trabalho desenvolvido como requisito parcial na disciplina de TCC, do Curso de Licenciatura em História da UESC, sob a orientação do Professor Jonas Boamorte.

didático e paradidático e que este professor torne-se pesquisador, reflexivo, orientador no processo de reconstrução do conhecimento, proporcionando uma aprendizagem significativa a seu educando.

Infelizmente não é necessário apenas aprovar a lei, esta tem que está amparada pela formação de professores, os quais devem ser capacitados para fazer com que a lei seja implementada de forma que venha dar visibilidade à história de luta e resistência da comunidade negra e ajudando a eliminar desigualdades raciais e sociais. Afirma Santos (2001, p. 105):

(...) no cotidiano escolar a educação anti-racista visa a erradicação, das discriminações e de tratamentos diferenciados. Nela estereótipos e ideias preconcebidas, estejam onde estiverem (meios de comunicação, material didático e de apoio, corpo discente e docente etc.) precisam ser duramente criticados e banidos. É o caminho que conduz a valorização da igualdade nas relações. E para isso, o olhar crítico é ferramenta mestra.

No desenvolvimento da pesquisa, percebeu-se a importância de tornar viável, aos professores, instrumentos – projetos, ações, materiais – que lhes dêem suporte para a realização de um trabalho realmente de qualidade, no que diz respeito à implementação da Lei 10639/03, que mesmo depois de onze anos que esta lei entrou em vigor e tornou obrigatório o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira na educação básica, ainda continua em passos lentos no que diz respeito a formação de uma sociedade justa e igualitária.

Através das leituras feitas durante a execução deste trabalho podemos afirmar que, ainda teremos um longo caminho a percorrer. Por outro lado, as tensões, desafios estão sendo gerados e, de certa forma, as possibilidades vão sendo criadas o desejo a sensibilidade, começa a brotar em muitos professores através dos diálogos que começam a ser construídos, partindo das novas experiências e do contato estabelecido com as discussões referentes à Lei 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais.

Palavras-chave: Implementação, formação, desafios, professores

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Lei Federal nº 10.639** de 09 de janeiro. Ensino sobre História e cultura afro-brasileira. Brasília: MEC, 2003.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: SECAD, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

_____. **Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm>.

SANTOS, Isabel Aparecida dos. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In CAVALLEIRO, Eliane (Org). **Racismo e anti-racismo na educação: repesando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

A APLICAÇÃO DA LEI 10639/03 NOS LIVROS DE HISTÓRIA DO 6^o ANO/ 5^a SÉRIE, PARA O ENSINO FUNDAMENTAL II, NUMA ESCOLA PÚBLICA DE ILHÉUS, NO PERÍODO DE 2006 A 2011.

Edilma Gomes Souza¹
Maria de Fátima Santos da Silva Tourinho²

RESUMO GERAL

O Brasil multicultural encontra-se presente, cada vez mais no cenário educacional; a necessidade de aprofundar o estudo sobre a questão étnica no Brasil foi subsidiada com a promulgação da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa lei incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade do estudo sobre História e cultura afro-brasileira nos Estabelecimentos de ensino da educação básica, nas redes pública e privada, instituindo também, a data de 20 de novembro, no calendário escolar, como o dia da consciência negra.

Diante da necessidade de discutir e aplicar a Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira em todos os estabelecimentos de ensino da Educação Básica, este trabalho tem por objetivo, revisar a literatura especializada, em busca de informações que envolvem e/ou interferem na educação que utilizem como conteúdo a História da África ou Afro descendente.

Assim, será realizado um estudo sobre a história do negro no Brasil, uma análise sobre a referida Lei e o seu contexto de promulgação, e em três livros didáticos da 5^a série/6^o ano do Ensino Fundamental, publicados antes e após a promulgação da Lei. A metodologia proposta refere-se a temática a aplicação da Lei 10.639/03 e análise nos livros didáticos. A pesquisa será desenvolvida a partir de estudos teóricos com pesquisas bibliográficas. Dessa forma, é imprescindível um aprofundamento do tema análise e tratamento dos dados obtidos com a pesquisa, através de leitura e investigação de textos e obras de diversos autores que tratam desse assunto, a fim de obter um embasamento teórico. Ao fim desse trabalho espera-se: Promover uma reflexão sobre a importância dos estudos sobre a África e afro descendente no Brasil, e sobre as implicações da Lei 10. 639/03, na educação brasileira e como tudo isso se concretiza, ou não nos livros didáticos.

A Lei 10.639/03 foi resultado de um longo processo de reivindicações do movimento social negro, que, a partir da segunda metade do século XX, passou a expressar forte pressão política contra a discriminação e buscar o reconhecimento das matrizes africanas na formação da cultura brasileira e a valorização de sua cultura, a fim de ser reconhecida por toda a população brasileira. Através destas lutas, nasce a necessidade de se legitimar uma Lei que torne obrigatório o estudo das raízes africanas. Esses movimentos sociais, denunciaram a desigualdade racial existente no País, provocando debates sobre a questão da diversidade e as diferenças culturais existentes no Brasil, compreendendo que grande parte da cultura brasileira, tem origens no legado das civilizações africanas, embora ainda haja conhecimento superficial e grande necessidade estudo da história africana no Brasil, no nível da educação básica. Sobre isso Gomes (1995) afirma:

"O aluno negro, ao ingressar na escola, além de encontrar a história de sua raça trabalhada de maneira folclorizada, ainda encontra reforços por parte do corpo docente no que diz respeito à negação de sua origem racial (...)." (GOMES, 1995, p. 89)

Na sociedade brasileira o negro, sofre discriminação desde a colônia, império e república, consolidando - se até os dias atuais. Naqueles períodos já existiam decretos de lei que dificultavam ou mesmo, cerceavam o direito dos negros de ingressarem nas escolas públicas:

"Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade dos professores. o decreto nº 7.031 - A, de 6 setembro de

¹ Trabalho desenvolvido como requisito parcial na disciplina de TCC, do Curso de Licenciatura em História da UESC, sob a orientação do Professor Jonas Boamorte.

² Discentes do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Endereço eletrônico: dilgomes100@hotmail.com fatima.tourinho@hotmail.com.

1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno."(Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico - Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro - Brasileira e Africana, ano 2005, p. 07).

Atualmente, no Brasil, o racismo e o preconceito são velados pela democracia racial – ideologia difundida de que brancos, negros e mestiços se relacionam harmonicamente e todos os brasileiros, em geral, possam usufruir de oportunidades semelhantes - apresenta os negros como desvalorizados de forma implícita em imagens, aparições sem importância na mídia ou associada a algo de ruim. Com base em estudos foi analisado que a população negra em diversos aspectos sofre desigualdades em detrimento aos não negros como: menor tempo de estudos, a diferença na taxa de analfabetismo, as crianças negras no mercado de trabalho é maior do que as não negras, a taxa de mortalidade também é maior por parte da população negra. Esses dados reforçam e respaldam o que o Movimento negro vem, ao longo do século XX lutando, que é reparar as desigualdades e valorizar a cultura afro-brasileira.

De acordo como Movimento negro, O livro didático, é uma forte ferramenta transmissora de ideologia, saberes, crenças e valores seja ela para o negro ou não negro .Neste contexto o movimento negro luta contra as desigualdades e a discriminação sofrida e conquistou junto ao governo a reparação dos "erros" cometidos no passado através da lei sancionada:

"Em março de 2003, a lei n ° 10.639/03, que altera a LDB (Lei Diretrizes e Bases) e estabelece as diretrizes curriculares para a implementação da mesma. A 10.639 institui a obrigatoriedade do Ensino da História da África e dos Africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira." (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico - Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro - Brasileira e Africana, ano 2005, p. 08)

Um dos campos onde as manifestações racistas e discriminatórias deveriam ser amplamente combatidas é a escola. A discussão da diversidade deve ser trabalhada desde a infância. Se a criança for convidada a refletir, desde cedo sobre essas questões, será mais fácil romper com os preconceitos, possivelmente presentes em seu meio. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo educador, independente do seu pertencimento étnico / racial, crença religiosa ou posição política. Assim, destaca-se a necessidade de formação continuada para os educadores, a fim de que possam se preparar para lidar com a diversidade cultural em sala de aula, para rever e selecionar os materiais didáticos identificando aqueles que contenham mensagens depreciativas, mas acima de tudo, viabilizar a construção de novos currículos, novas abordagens ampliando o olhar e os horizontes para a promoção da igualdade.

"Por ser o principal portador de conhecimentos básicos das variadas disciplinas que compõem o currículo dentro das escolas, o livro didático torna-se um dos recursos mais usados em sala de aula, e um instrumento pedagógico bastante difundido, por isso facilita à ação da classe dominante de registrar como quer e como lhe convém a imagem do negro na sociedade brasileira". SILVA, 2001, p19.)

Durante muito tempo, O livro didático ajudou a reproduzir preconceitos, que através de estereótipos ajudam a difundir a discriminação. É importante ressaltar que este fato pode passar despercebido pelo professor, materializando-se através do silêncio ou até mesmo da negação da problemática racial dentro do cotidiano escolar.

A nossa sociedade, a escola, os educadores, devem continuar essa ação, que não redime o sacrifício de um povo, mas repara as mazelas deixadas por tantos anos. Aos educadores cabe estudo, vigilância e atenção, para que os livros didáticos não continuem sendo instrumento de manipulação. Deve-se cuidar para que sejam instrumentos que promovam a construção do conhecimento. E acima de tudo,preze pela justiça, liberdade , solidariedade e equidade.

Palavras-chave: Lei - Livro didático – Afro descendente – Diversidade

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Lei Federal nº 10.639** de 09 de janeiro. Ensino sobre História e cultura afro-brasileira. Brasília: MEC. 2003.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: SECAD, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995 p. 89.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**. Ed. Belo Horizonte, Autêntica. 2001.

O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 EM ESCOLA DE ITABUNA – BA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

Richard Batista Silveira

RESUMO GERAL

Este projeto intitulado “O processo de implementação da lei 10.639/2003 em Escolas de Itabuna-Ba – Desafios e perspectivas.”, visa analisar os processos de implementação da lei que obriga o ensino da disciplina de História e Cultura Afro-Brasileira em instituições de ensino privado da cidade de Itabuna. Está é uma pesquisa oportuna por ser tratar de uma proposta que verifique de que forma o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira se dá em instituições de ensino privado da cidade de Itabuna, levando em consideração que atualmente há um déficit de estudos que se dediquem as políticas educacionais referentes a educação étnico-racial nesta região, sobretudo no que tange as prerrogativas da lei 10.639/2003. Por fim, buscar compreender se as propostas pedagógicas das escolas garantem aos alunos a construção de uma consciência histórica sobre si e com reconhecimento da diversidade cultural brasileira.

Diversos trabalhos discorrem acerca da temática da implementação da lei no universo das Educação Pública, discutindo a temática da implementação e as dificuldades encontradas, porém, levando em consideração somente a Escola Pública, negando, de certa forma, o papel de formador intelectual das instituições privadas de ensino, logo, com esse projeto pretendemos nos desviar dessa prática, inovando ao trazer à tona análises e observações também de instituições privadas de ensino.

Para realização de uma pesquisa acerca do processo de implementação da lei 10.639/2003, elegeu-se a cidade de Itabuna, no sul da Bahia, mais precisamente as escolas Públicas e Privadas reconhecida como de Médio e Grande portes, [escolher as escolas e citar] aqui proposta, elegeu-se as escolas: Senhora Santana, escola privada de tradição na cidade de Itabuna, comporta alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, nos turno matutino e vespertino, localiza-se no centro da cidade e é composta por estudantes de classe média e classe alta com faixa etária entre os 10 e 17 anos, e o Colégio Divina Providência, que, por sua vez comporta estudantes do 6º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio, localiza-se também no centro da cidade e é referência de ensino por adotar técnicas e dispositivos de ensino mais tecnológicos para um público com faixa etária entre os 10 e 20 anos de idade.

A busca pela resposta a essa questão se dará através da problematização dos dados coletados na análise de materiais didáticos utilizados pelas instituições, nos depoimentos dos gestores, professores, alunos e pais, bem como da análise do Projeto Político Pedagógico das escolas.

A aprovação da lei 10.639 em 09 de Janeiro de 2003 inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", que posteriormente foi atualizada para lei 11.645 de 10 de março de 2008 que inclui a temática da História e Cultura Indígena, é um marco na história da Educação Brasileira, porém, mesmo após dez anos de sancionada a lei, como as instituições de ensino privados da cidade de Itabuna atuaram na implementação da lei?

A escolha da cidade de Itabuna deu-se por ela se encontrar no sul da Bahia a cerca de 426 quilômetros da Capital Salvador, segundo o senso demográfico do IBGE de 2010, conta com uma população de mais de 218 mil habitantes, onde cerca de 13,3% da população se declara negra. A cidade possui, segundo o anuário estatístico de 2011, 78 escolas públicas e mais 42 escolas privadas que

trabalham com Educação infantil, fundamental e ensino médio, e por ser uma das mais importantes cidades do estado da Bahia, constituindo-se em um importante polo regional de desenvolvimento.

Em uma publicação baseada na Prova Brasil de 2009, o Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER) mostra que a Bahia, mesmo sendo o estado com o maior número de Afrodescendentes ocupa a 17ª posição em ações sistêmicas ou que envolvem o cumprimento da lei.

Nilma Lino Gomes defende que a lei 10.639/03 propõe não somente modificações em estruturas educacionais, mas também da própria sociedade brasileira (GOMES, 2009), Sales Augusto Santos por sua vez, afirma que a lei deixa “brechas” que dificultam sua implementação, ou mesmo possibilita uma interpretação errônea que pode acarretar em sua não implementação (SANTOS, 2005), fato que ocorre muito em escolas Brasil afora.

Porém, com um levantamento de documentos como o parecer CNE/CP 03/2004 e a resolução 01/2004, ambos elaborados sob a orientação de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, que traz orientações referenciais para a implementação e consolidação da lei, e é por meio dessas normativas que instituições de ensino buscam condições para efetivar os preceitos propostos pela lei 10.639/2003.

Porém, embora existam imensas possibilidades para a efetiva implementação da lei, ainda esbarramos em trabalhos realizados de forma equivocada, por vezes oriundas da falta de formação de alguns profissionais e da imensa quantidade de materiais e livros didáticos de baixa qualidade apresentados como subsídio para a implementação da lei 10.639/2003, Gomes afirma que as orientações estão disponíveis e as condições dadas, porém as ações afirmativas para a população negra ainda são vistas com muita reserva pela ideário republicano brasileiro (GOMES, 2009).

Em razão do exposto, a pesquisa tem como objeto de estudo as práticas pedagógicas de professores das diversas áreas do conhecimento do ensino básico e sua relação com a educação étnico-racial, bem como as propostas de adequação das instituições a lei. Tendo em vista a importância dessa lei, todo processo de pesquisa e análise serão desenvolvidos a luz da lei 10.639/2003, dos pareceres 01 e 04 de 20014, bem como dos projetos políticos pedagógicos das instituições, e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A princípio a pesquisa contará com o levantamento dos livros didáticos utilizados por alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, verificando como os autores abordam a temática do negro, como agente formador da sociedade brasileira, ou um mero personagem folclórico? Analisaremos também os Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições levando em consideração suas adequações as prerrogativas da lei 10.639/03.

As fontes de pesquisa serão os PPPs, as Leis e pareceres, os projetos de ensino, planos de aula, materiais didáticos e paradidáticos, bem como entrevista e aplicação de questionário com professores e alunos para o levantamento de dados acerca das práticas pedagógicas para implementação da lei.

Para análise das fontes serão utilizados os conceitos de escola privada, comumente chamada de “particular”, que segundo o Economista Mario Persona é aquela que não participa da administração pública portanto possuem a autonomia e direito de seleção de seus estudantes, sendo mantida pelo pagamento do serviço que oferece em geral é comparada a uma empresa, pelo fato de que existe um público que paga pelo “Produto” que ela oferece, sendo os alunos seus “clientes”. A escola pública por sua vez, possui um viés mais humanista, vista como um espaço de socialização de saberes de professores e alunos, que foram culturalmente acumulados.

O conceito de diversidade, por sua vez, nos remete a pluralidade, variedade e convivência de ideias variáveis, o Antropólogo Franz Boas conceitua a cultura como configuração única e construída entre o local de sua diversidade e o desejo de compreensão de projeção e interesse das ciências de sua universalização. E a educação segundo Platão deve ser direcionada a aquisição do conhecimento do bem e da verdade, e que aprender é recordar, porém alguns teóricos contemporâneos consideram a Educação como meio de transferência de hábitos e culturas de gerações para gerações e que somente através dela poderemos sustentar o respeito as diversidades sociais da nação brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: [s.n.], 2003.

BRASIL. Diretrizes **Curriculares Nacionais** para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: [s.n.], 2004

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 003/2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.

GOMES, Nilma Lino. **Limites e Possibilidades** da implementação da Lei 10.639/03 no Contexto das Políticas Públicas em Educação.

SANTOS, Sales Augusto. **A Lei nº 10.639/03** como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. Brasília: MEC, 2005.

ENTRA EM CENA A LEGISLAÇÃO: CONSONÂNCIAS E DISSONÂNCIAS ENTRE O ENSINO DE HISTÓRIA E A LEI 10.639/03

Caio Pinheiro oliveira

RESUMO GERAL

O Brasil, país que possui a segunda maior população negra do mundo, produziu ao longo da sua história um amálgama de relações sociais marcadas pela extrema desigualdade entre os grupos étnico-raciais negro e branco. Até bem pouco tempo, o Estado brasileiro e as instituições de ensino superior não instrumentalizavam a categoria racismo e discriminação racial para explicar o fato de os negros responderem aos mais degradantes índices de desenvolvimento humano, enquanto que os brancos vivenciam situações socioeconômicas mais elevadas. Na contramão dessa realidade, desde o final do século XIX, quando se deu a abolição da escravidão, os negros vêm buscando reverter essa situação de marginalização em que se encontram na sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, nas últimas décadas, mesmo enfrentando muitas dificuldades, o Movimento Negro tem obtido êxito em suas incansáveis tentativas de dar visibilidade às suas demandas, bem como à sua atuação na elaboração de políticas afirmativas de inclusão, reparação e respeito à diversidade, em todas as áreas sociais, em particular na educacional, onde as mais fundamentais mudanças vêm acontecendo. Como fruto das lutas empreendidas pelas diversas entidades negras, algumas políticas educacionais contemplativas da diversidade étnico-cultural do povo brasileiro foram formuladas pelo Estado com o objetivo de minimizar ou mesmo subtrair as desigualdades presentes no sistema escolar brasileiro.

No entanto, há ainda resistência e, por vezes, incapacidade da escola em evitar que esses marcos legislativos se tornem “letra morta”, ou seja, que a prática educacional não seja modificada pelos determinantes políticos e ideológicos constitutivos dos referidos marcos. Assim, pesquisadores do campo da história, da educação e da cultura vêm realçando a significância da cultura escolar no processo de construção das identidades sociais, realçando a escola como mais um espaço para o processo de humanização (ARROYO, 2000). Com isso, a escola é vista como um cenário em que aprendemos e compartilhamos não apenas conteúdos e saberes, como também valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais, de gênero, de classe e de geração. Diante dessa realidade, educadores e educando tem se interessado na formulação de estudos que abarquem educação, cultura e relações raciais. Temáticas como a representação do negro nos livros didáticos, o silenciamento da questão racial na escola, a educação de mulheres negras, a inter-relação entre raça e educação infantil, negros e currículo, entre outros, começam a ser incorporados na produção teórica educacional.

Entretanto, embora se reconheça os avanços alcançados, ainda se faz necessário compreender as particularidades étnico-raciais na escola, enfatizando os mitos, as significações e os valores, ou seja, as formas simbólicas, através das quais homens e mulheres, crianças, jovens e negros adultos constroem seu pertencimento identitário. Nesse ínterim, as transformações ocorridas na educação na última década, em especial no ensino de história, têm posto novos desafios a serem enfrentados pelos cursos de formação inicial.

Essa nova conjuntura enfatiza a necessidade de estudos e abordagens historiográficas que reavaliem a herança colonial de negação, silenciamento e exclusão a que foram submetidas a populações africanas e afro-brasileiras no contexto de formação da sociedade. Nesse contexto, torna-se impraticável pensar no sepultamento dos problemas relacionados à questão étnico-racial no Brasil sem pensar no papel político e social representado pela escola no processo de construção de uma educação fundada na

preocupação com a exclusão, marginalização, preconceito e racismo presentes na estrutura social. Sendo assim, a escola, enquanto espaço de formação e entrelaçamento da diversidade étnico-racial e cultural, logo, um cenário plural e híbrido, atuará na construção de uma abordagem histórica em que as populações negligenciadas estejam presentes, havendo questionamentos sobre a hegemonia da cultura dominante.

Ademais, as modificações curriculares por si só não operam transformações se, junto a estas, não houver mudanças nas práticas desenvolvidas pelas escolas em conjunto com o corpo docente e discente, reconhecendo a diversidade. Com efeito, o grande desafio no campo educacional é o encontro de caminhos e métodos que possibilitem rever o que se ensina e como se ensina, nas escolas públicas e privadas as questões que dizem respeito ao mundo da comunidade negra. Diante dessa constatação, a escola constitui um cenário importante à construção e desconstrução de valores sociais no que tange às questões étnico-raciais presentes na nossa sociedade, sobretudo aquelas relacionadas ao preconceito e discriminação. Dessa maneira, em função de ações constantes do movimento negro, que colocaram a educação como uma das suas principais bandeiras, já podemos contar com políticas educacionais que norteiam e fomentam uma educação das relações étnico-raciais, a exemplo da lei 10.639/03 e suas respectivas diretrizes curriculares.

Esta lei federal sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva institui a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino público e privado de todo o país, constituindo um grande passo no reconhecimento das lutas anti-racistas pelos grupos de negros, intelectuais e de outros movimentos sociais. Tal medida visa superar o racismo vigente na sociedade e na educação escolar, visto que a escola enquanto espaço micro social de educação contribui para a formação das significações sobre a diversidade racial (GOMES, 2010).

A inserção dessas temáticas no currículo foi assumida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) como parte de um conjunto de medidas e ações que objetivam corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro. Objetivando superar a histórica exclusão dos afro descendentes do sistema educacional brasileiro, o governo instituiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) que ratificou elementos da Constituição Federal de 1988, o qual determinava que “o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia” (COELHO; SOARES, 2011).

Nesse sentido, a Lei n 9.394/96 que representa a LDB, atualizada nos anos de 2003 e 2008, estabelece a obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial da rede de ensino básica, as temáticas História e Cultura afro-brasileira e das populações indígenas, o que determinou uma urgente discussão a respeito da forma e profundidade com que a escola trataria pedagogicamente deste assunto. Essas discussões produziram subsídios legais para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais pelo Conselho Nacional de Educação em 10 de março de 2004 (GOMES, 2010).

Somente em 2009 foi lançado pelo MEC, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais, sendo incorporada a Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, do Conselho Nacional de Educação, que determinava a incorporação da temática da diversidade cultural no currículo da educação básica. A partir das referidas leis e resoluções, os movimentos sociais, em especial o movimento negro, puderam não apenas cobrar a introdução dessas temáticas no currículo, mas colocar em pauta assuntos que antes eram relegados a um segundo plano, como a identidade étnico-racial, o racismo, a discriminação e o preconceito, dando voz assim aos grupos tidos como minoritários. Entretanto, se faz necessário ressaltar que a criação da Lei nº 10.639 e a incorporação de disciplinas que tratem das questões relacionadas à identidade étnico-racial e cultural não garantirão a subtração das práticas racistas e discriminatórias que vitimizam particularmente os indivíduos afro descendentes. Para isto, torna-se imprescindível colocá-la em exercício no cotidiano escolar, desenvolvendo estudos e práticas pedagógicas com atuação dos próprios sujeitos sociais.

Dessa maneira, o professor de História exerce um papel importante ao problematizar tais representações sociais como construções históricas e culturais, que são produzidos e reproduzidos socialmente. Não se pode tolerar a diferença e a diversidade étnico-racial sem a demonstração de como as representações negativas sobre os negros foram construídas ao longo do tempo histórico, muitas das quais, centradas em modelos estereotipados.

As representações que aparecem sobre os negros na tradição historiografia brasileira estão quase sempre associadas ao período da escravidão, e reproduzem, em grande parte, a imagem de um negro dócil, pacífico, pronto a atender as exigências do seu senhor. As referências às inúmeras estratégias de combate, aos maus-tratos, abusos, organização política e outras formas de resistências arquitetadas pelos negros, são praticamente inexistentes. (FLORES, 2006). Assim, a historiografia brasileira acabou

atribuindo uma importância secundária a História da África e dos negros na constituição da sociedade brasileira. Com efeito, os materiais didáticos produzidos no país, por décadas, reproduziram estereótipos, ideias equivocadas ou simplesmente deixaram de mencionar o continente africano e os negros. Somada a esse ostracismo é importante enfatizar que a partir da década de 30 no Brasil desenvolve-se a ideia de que as diferentes “raças”, negros, índios e europeus, viviam de forma harmoniosa, a chamada democracia racial.

Essa ideologia acabou por subtrair a possibilidade da sociedade reconhecer as diferenças e as injustiças que se cometiam contra os negros no país. Reconhecendo a ausência do continente africano e principalmente da importância da população negra na constituição histórica do país, e pressionada pela luta dos movimentos sociais negros que desde a década de 70 do século XX tem lutado em prol de políticas de ações afirmativas que de alguma forma possam ajudar o negro a ter as mesmas oportunidades que os brancos na sociedade, o governo publica em 2003 a lei federal 10.639.

A mesma impôs à obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos, os movimentos de resistência dos negros, a cultura negra e a importância dos mesmos nas áreas sociais, econômicas e políticas da História do Brasil, nas instituições de ensino públicas e privadas, de nível básico e superior. A partir dessas considerações, esse projeto de pesquisa (vinculado a Especialização em História do Brasil da Universidade Estadual de Santa Cruz) possui como objetivo compreender consonâncias e dissonâncias entre o ensino de história e a lei 10.639/03 em escolas públicas e privadas do município de Ilhéus-Ba, tendo em vista a forma como os professores através das aulas de história têm produzido interpretações e imagens da história e cultura africana em resposta aos desafios propostos pela referida lei, enfatizando as mudanças, permanências, lacunas e alternativas pedagógicas presentes nas práticas e saberes produzidos na sala de aula. A abordagem metodológica que referenciará esse estudo será a Etnografia por entender que este método possibilita a interação entre o pesquisador e o grupo social que pretende investigar, ambos, integrantes nos cenários de prática (ROCHA; ECKERT, 2008).

O estudo etnográfico desenvolve-se calcado nos pilares da observação, da descrição e da análise entre os sujeitos, permitindo que acompanhamos o processo em que são formadas as suas significações. O estudo será realizado com docentes do Ensino Fundamental II lotados em 2 (duas) escolas, sendo uma da rede estadual (Colégio Estadual do Basílio) e outra rede privada (Instituto Nossa Senhora da Piedade), localizadas na cidade de Ilhéus-Bahia.

A escolha por essas unidades escolares se deu em virtude das mesmas possuírem um corpo docente expressivo e se constituírem em espaço rotineiro para pesquisas de pós-graduação e mestrado. Ademais, nessas instituições parte considerável do corpo docente possui ascendência afrodescendente, o que pressupõe uma maior aderência e receptividade a essa pesquisa. Os participantes do estudo serão docentes de História do Ensino Fundamental II das escolas acima citadas, tendo os seguintes critérios de inclusão: ser docente efetivo, possuir o ensino superior completo, desenvolver atividades na disciplina de História, aceitar participar da pesquisa e assinar o termo de consentimento. Os critérios de exclusão serão: ser docente em regime especial de direito administrativo, estar cursando o ensino superior, desenvolver atividades esporádicas no ensino de História, não aceitar participar voluntariamente do estudo. Utilizar-se-á a entrevista com base em um roteiro semi-estruturado com incorporação do perfil sócio-demográfico dos entrevistados que será gravada em fitas de áudio, marcadas com antecedência em horário, local e tempo determinados por cada participante. Após a aplicação de cada entrevista, retornar-se-á a fita para que cada depoente possa ouvir e acrescentar ou retirar quaisquer informações e em seguida procederei à parte transcritiva dos depoimentos. Cada participante poderá desistir da pesquisa sem prejuízo algum, em atendimento à Resolução anteriormente descrita (BRASIL, 1996).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília (DF): MEC, 1996.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; SOARES, Nicléma Josenila Brito. **Visibilidades e desafios: estratégias pedagógicas para abordagem da questão étnico-racial na escola**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

FLORES, Elio Chaves. Etnicidade e ensino de História. In: **Tempo**. nº 21. Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, jul./dez. 2006, p. 75-91.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10639/03. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2010.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, Célia Regina Jardim; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

UMA REFLEXÃO SOBRE A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA DENTRO DAS ESCOLAS DE ENSINO BÁSICO

Luana Nascif Galvão
Laila Brichta

RESUMO GERAL

Partimos nossa análise da premissa de que as escolas de ensino básico são como microcosmos da sociedade, apresentando, portanto, uma grande diversidade cultural*. Os alunos destas instituições de ensino, contudo, mesmo convivendo entre si e inseridos nessa imensa diversidade cultural nem sempre possuem conhecimento aprofundado dos variados costumes e culturas existentes na escola, o que os leva muitas vezes a posturas preconceituosas. A falta de conhecimento acerca das diversas práticas culturais e religiosas presentes no espaço da escola, por exemplo, é uma das razões da intolerância religiosa, o que se verifica com ênfase contra os adeptos de religiões de matriz africana. O preconceito religioso contra religiões como candomblé e umbanda, por seu turno, possui um forte componente racial, que na atual conjuntura de implemento de políticas públicas voltadas para o combate ao racismo salta aos olhos de quem vivencia as discriminações dirigidas àqueles que cultuam religiões diversas das cristãs. Buscamos contribuir com uma reflexão sobre as manifestações do preconceito religioso em nossa sociedade, chamando a atenção para alguns mecanismos que reproduzem o racismo nos ambientes escolares, objetivando indicar caminhos para alterar essa prática.

Segundo o historiador e filósofo Fábio Lima, uma pessoa que se utiliza exclusivamente de um conhecimento que vem do senso comum “não se preocupa em buscar informações sobre os assuntos que está a julgar. Preocupa-se apenas em proferir uma sentença conclusiva, definitiva e que julga ser irrefutável.” (LIMA, 2011). Mesmo considerando que o homem adquire conhecimentos a partir de suas vivências, das experiências de outras pessoas e de informações que observa e escuta, proferir julgamentos sem o estudo necessário baseado apenas no que se entende por senso comum, é algo perigoso, pois se corre o risco de se proferir inverdades causadoras de consequências desastrosas para toda ou para parcelas da sociedade. A intolerância religiosa, com suas sequelas de discriminação e exclusão de parcelas do todo nacional, nos parece um grande exemplo dos problemas que a adoção irrefletida de opiniões presentes no senso comum é capaz de provocar na sociedade.

A intolerância religiosa pode ser entendida como um conjunto de ideias e atitudes que dificultam a relação respeitosa entre diferentes crenças, o que gera perseguição e viola direitos básicos do ser humano como a liberdade de expressão e de opinião. Pode-se entendê-la também como um “conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a diferentes crenças e religiões” (www.guiadedireitos.org). A discussão sobre essa intolerância existe com o intuito de solucionar problemas sociais, e essa é uma questão importante, pois como afirmou Roberto Kant no documentário **Conflitos de Fé** (2011) “a diferença entre grupos que possuem religiões distintas é considerada causadora de conflitos, e não produtoras de identidades públicas.”

No decorrer do documentário percebe-se que as raízes da intolerância estão muito distantes no tempo e afetam diversas religiões. Notamos, ademais, que existe uma grande dificuldade de aceitação das

* Esse trabalho é um dos resultados da Iniciação à Docência vinculada às atividades propostas pelo projeto de ensino **Laboratório de História: ensino, formação docente e aproximações entre a universidade e as escolas de ensino básico** executado entre 2012 e 2013 na Universidade Estadual de Santa Cruz pelo Programa de Prododência/UESC Edital UESC nº. 088 que contou com financiamento da CAPES, do qual Laila Brichta foi a professora coordenadora e Luana Galvão a bolsista de graduação.

religiões politeístas por aqueles que professam crenças monoteístas. É assustadoramente comum para parte dos sujeitos que acreditam em um único deus, assim como na existência do Bem e do Mal absolutos.

Sabe-se que as religiões de matriz africana são importantes na formação da memória, da história e da identidade do Brasil, por ser herança histórica das populações trazidas da África em uma diáspora forçada por séculos. No rol das atividades para se tentar combater as discriminações e os preconceitos no Brasil fora criado o dia nacional do combate a Intolerância Religiosa, celebrado nos dia 21 de Janeiro. Contudo, ainda há muito caminho a se percorrer para a erradicação da intolerância religiosa e para a democrática convivência entre os sujeitos/cidadãos diferentes que somos. E a escola, em nosso entendimento, tem um fundamental papel nessa caminhada.

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA DENTRO DAS ESCOLAS DE ENSINO BÁSICO: UM RELATO

Analisaremos algumas atividades desenvolvidas em uma escola da educação básica do interior do estado da Bahia, atividades realizadas junto aos alunos do ensino fundamental, que problematizaram questões de diversidade cultural e do preconceito racial.¹ O trabalho na educação básica permite-nos perceber a enorme quantidade de informação que chega aos ouvidos dos jovens atualmente e permite também notar que essas informações são muitas vezes distorcidas, incompletas e repetidas de um senso comum preconceituoso e racista. Por exemplo, a maioria dos estudantes que participaram das atividades durante o mês de setembro de 2013 no CIOMF se consideram cristãos e afirmaram nunca terem pisado em um terreiro de candomblé ou casa de umbanda, mas ainda assim faziam questão de emitir opiniões sobre as religiões afro-brasileiras. As informações advinham do que ouviam indiscriminadamente na rua e em casa, repetidas sem qualquer embasamento mais profundo. E o que nos parece altamente problemático foi o fato de muitos jovens que se definiam como monoteístas não conseguirem demonstrar o menor respeito por religiões que se baseiam na existência de diversos deuses. Muitos deles, equivocadamente, acreditam que o candomblé cultua o demônio, por exemplo. Essa indisposição para compreender a lógica de funcionamento de outra cultura, que impede aceitar as diferenças, é uma chave para o preconceito e a discriminação.

Naturalmente que sempre existem aqueles alunos que respeitam as diversas religiões e que sentem vontade de conhecer os espaços de outras manifestações religiosas e seu funcionamento. Contudo, como o preconceito dentro das escolas é grande, muitos desses jovens preferem não assumir publicamente essa vontade. Percebemos que o preconceito e a discriminação no ambiente escolar são tão grandes que alguns estudantes que frequentam o candomblé, por exemplo, preferem mentir sobre sua condição a enfrentar a discriminação dos colegas e professores.

A escola por apresentar uma enorme diversidade cultural se torna um espaço fulcral para se pensar e por em prática meios que contribuam para uma vivência harmoniosa e democrática entre todos.

É urgente a necessidade de se trabalhar junto aos alunos da educação básica temas que discutam o respeito, a tolerância e a diversidade, pois é preciso haver uma convivência harmoniosa entre todos que garanta o respeito mútuo e a efetiva democracia. A discriminação religiosa dentro da escola é praticada muitas vezes de forma sutil, através de risos, apelidos e piadas. E se são manifestações de preconceitos que podem passar despercebidas para quem as profere, certamente não são para quem as recebem. É por conta desse preconceito que muitos alunos preferem esconder parte de sua cultura e costumes, isolando-se algumas vezes do resto do grupo, deixando de assumir suas escolhas e contribuindo colateralmente para a permanência do preconceito que se reproduz no senso comum das pessoas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 14ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LIMA, Fábio Souza C. “O Senso Comum e o Senso Crítico”. 2011. In: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/filosofia/0072.html> . Acesso 11/03/2014

¹ As atividades foram desenvolvidas por Luana Nascif Galvão quando fora professora no Centro Integrado Oscar Marinho Falcão – CIOMF – escola estadual do município de Itabuna-Ba e se deram com aproximadamente 100 alunos de faixa etária entre 14 e 16 anos. Os jovens eram das turmas do 9º ano. As atividades se deram em decorrência, e foram devidamente analisadas, do Projeto de Ensino **Laboratório de História** (Prodocência/UESC 2012) da qual a autora era bolsista.

MAGGIE, Ivonne. "Intolerância Religiosa: um assunto de escola?" In: <http://g1.globo.com/platb/yvonnemaggie/2012/11/02/intolerancia-religiosa-um-assunto-de-escola> . Acesso em 03/11/2013

MORAES, Geofilho Ferreira. "Senso Comum: uma visão-de-mundo". 2011. In: http://psicologeofilho.no.comunidades.net/index.php?pagina=1769537279_02

OLIVEIRA, Rafael Soares de. **Candomblé: diálogos fraternos para superar a intolerância religiosa**. Porto Alegre: DP&A, 2003; Rio de Janeiro: Koinonia, 2007.

ROSE, Arnaldo M. "Origem do preconceito" In: **Raça e Ciência II**. São Paulo: Perspectiva, 1960.

Sobre a Intolerância Religiosa:

http://www.guiadedireitos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1041&Itemid=263 .

Acesso em 04/11/2013.

Documentário Audiovisual:

Conflitos da Fé. Direção: Claudio Salles. Ano: 2011.

Produzido com pesquisadores do INCT/InEAC - Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos e do NUFEP – Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas da UFF. Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=982eakTyLhk> . Acesso em 04/11/2013.

PROJETO APORTES: RECONHECENDO E VALORIZANDO AS CULTURAS AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Camile dos Santos Lessa¹
Mauricio Santos Fernandes²

Introdução

O projeto denominado *Aportes para implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08*, criado em 2011, tem por objetivo estabelecer canais de diálogo entre as comunidades afro-brasileiras e indígenas da área de abrangência da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Surge como demanda das citadas leis que, por seu turno, são fruto da luta dos grupos afro-brasileiros e indígenas no que se refere à valorização de seus direitos e preservação de seu patrimônio histórico-cultural.

A iniciativa é um exemplo da presença real e efetiva da UESC nas comunidades localizadas em sua área de abrangência. Inaugura uma nova prática, uma postura de (re) conhecimento, a partir de ações culturais e educativas, que contribui para a valorização e preservação das culturas afro-brasileira e indígena. O projeto parte da premissa de que

[...] as diferenças culturais dos povos indígenas, afrodescendentes e de outros povos portadores de identidades específicas foram sistematicamente negadas, compreendidas pelo crivo da inferioridade e, desse modo, fadadas à assimilação pela matriz dominante . (Povos Indígenas e Lei dos "Branços": o direito à diferença, p. 12, 2006).

Neste trabalho serão sinalizadas, pois, algumas das contribuições do *Aportes* para a educação das relações étnico-raciais, na tentativa de discutir e implementar políticas de valorização e preservação dessas culturas.

Discutindo as leis 10.639/03 e 11.645/08

Se existe a necessidade de criação e/ou alteração de leis que tornem obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena em escolas de ensino básico, significa dizer que ainda impera

¹ Graduanda em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).E-mail:millylessa@hotmail.com

² Graduado em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: maufernands@hotmail.com.

na sociedade o não reconhecimento do patrimônio desses povos e, mais do que isso, há a inferiorização dessas culturas em face de manifestações de outras matrizes (principalmente a europeia).

Por um lado, o racismo contra os negros, que existe no Brasil desde a chegada destes como escravos. Ressalte-se, então, que a escravidão foi a mais extrema das formas de opressão racial na história brasileira¹. E esse problema gerou, no país, uma espécie de dicotomia, calcada no desrespeito e na intolerância, ao criar dois tipos de cidadania: uma branca e uma negra. Ou seja, o Brasil branco, não discriminado racialmente, e o Brasil negro, discriminado racialmente, que acumula desvantagens em praticamente todas as esferas sociais, especialmente na educação e no mercado de trabalho, em função do racismo². Como Aimé Cesaire, quando fala do escravo, evidenciando sua existência na civilização que o nega, mas que foi construída justamente sobre a sua existência e o seu trabalho.

De outro lado, as representações negativas dos povos indígenas, que circularam no Brasil desde o período colonial através de relatos de viagens e outros documentos, até as manifestações estereotipadas presentes atualmente na sociedade, que concorrem para a inferiorização das minorias étnicas. Atualmente:

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelas comunidades e pelas organizações indígenas é a de lidar com o modelo burocrático de organização social, política e econômica dos brancos, que são obrigados a adotar nas suas comunidades para garantirem seus direitos de cidadania, como o acesso a recursos financeiros e tecnológicos. O modelo de organização social, no formato de associação institucionalizada, não respeita o jeito de ser e de fazer dos povos indígenas. Os processos administrativos, financeiros e burocráticos, além de serem ininteligíveis à racionalidade indígena, confrontam e ferem os valores culturais dos seus povos, como o de solidariedade, generosidade e democracia. (O Índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Gersem dos Santos Luciano, 2006. P. 85).

Essa dificuldade vem acrescida do desafio de articulação sócio-política dos povos indígenas em nível nacional, que é fundamental para a defesa de seus direitos. Nota-se, então, no Brasil, um palco de agentes com origens e matrizes culturais diversos que coexistem, marcados pela complexidade de formação sociorracial (étnica) e pela relação conflituosa advinda desta mesma complexidade. O racismo e a intolerância para com grupos indígenas implicam de uma “supremacia total de um segmento humano que se autodefine como raça sobre outro segmento humano percebido como outra raça. Essa supremacia se expressa por meio de uma hegemonia irrestrita tanto no plano material (poder econômico e político) quanto no plano psicocultural (sentimento de superioridade) ³”. Tudo isso baseado na estruturação de uma ordem filosófico-moral, a que chamamos ideologia, que sustenta os privilégios e uma hierarquia social. A operacionalização do racismo e do preconceito por minorias étnicas dá-se, pois, no dia-a-dia, por meio de estruturas ideológicas em instâncias econômicas, políticas e culturais.⁴

As leis 10.639/03 e 11/645/08 surgiram com vistas a reparar, por parte do Estado brasileiro, o débito histórico em políticas públicas principalmente no que se refere aos afrodescendentes e aos indígenas. Tornam obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, respectivamente, e ressaltam a inclusão dessas matérias baseadas nas contribuições desses povos na formação da sociedade nacional, nas áreas social, cultural, econômica e política.

Antes da promulgação das citadas leis, a constituição de 1988 foi um marco na história brasileira em relação à educação. De acordo com Silvério (2005, p. 88):

A constituição de 1988 representa um marco para a construção de uma sociedade inclusiva. As mudanças na Constituição política são reflexos da correlação de forças entre grupos que disputam o poder, neste, os movimentos sociais – negros e indígenas em especial – ganham relevância por assumirem a luta contra a opressão recebida em virtude de suas diferenças étnico-raciais e culturais.

¹ ANDREWS, George Reid. O protesto político negro em São Paulo – 1888 – 1998. *Estudos Afro-Asiáticos*, (21): 27-48, dezembro de 1991, p. 40.

² SANTOS, Sales Augusto dos (org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. – Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 13.

³ MOORE, Carlos. *Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. P. 255.

⁴ Idem, *Ibidem*.

Tendo reconhecida a sua pluralidade cultural, o sistema brasileiro de ensino agora vê-se apto a promover uma educação voltada para o respeito pelas diferenças culturais e igualdade nas condições de acesso.

Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 ratifica, e orienta, a determinação contida na constituição de 1988 no tocante ao tratamento da pluralidade cultural nas escolas. De acordo com SILVA (2011, p. 04):

As referidas leis [10.639/03 e 11.645/08] são consideradas pelos movimentos negros e indígenas como instrumentos indispensáveis na luta contra as desigualdades etnoraciais, uma vez que a instituição escolar possui a aptidão legal para contribuir com a desconstrução de preconceitos e estereótipos negativos associados a esses grupos e, dessa forma promover uma educação centrada no conhecimento e respeito das diversas peculiaridades singulares que compõem a população brasileira.

Gomes (2007, p.11) ¹ enfatiza que, “nos últimos anos, a discussão sobre a questão racial em específico e sobre a diversidade, de maneira geral, ganhou um outro fôlego na sociedade brasileira no terceiro milênio. Um processo construído devido a mudanças na reconfiguração do pacto social brasileiro, impulsionado pela luta dos movimentos sociais- dentre estes, o Movimento Negro – na cena pública nacional. Essa situação impõe novos desafios para a luta pela emancipação social no Brasil e para a construção de uma educação ou de uma pedagogia da diversidade. Nesse processo tenso, os setores sociais são chamados a se repensar. A escola é um deles.”

Concluindo: o Projeto *Aportes*

O projeto *Aportes* é um desdobramento do projeto *Interlocução entre comunidades indígenas afro-brasileiras, a produção acadêmica da UESC e as Escolas de ensino Médio e Fundamental*, que por sua vez, é uma extensão do Grupo de Pesquisas e Estudos do Atlântico e da Diáspora Africana (GPEADA), que envolve o curso de licenciatura regular em História e também turmas de licenciatura do programa PARFOR. Como já foi dito, a iniciativa busca estender o diálogo da produção acadêmica da Universidade Estadual de Santa Cruz às comunidades de abrangência desta instituição. O surgimento do projeto está intimamente ligado à necessidade de comunicação entre o ensino superior e escolas de educação básica, necessidade já expressa na LDBEN de 1996, que aponta para a inclusão de uma educação das pluralidades.

Uma das justificativas para o surgimento do *Aportes* seria, também, a de “ampliar o leque de analogias e metáforas dos professores, com o objetivo de transmitir conteúdos programáticos”², principalmente no que se refere a temas ligados às culturas afro-brasileira e indígena, uma vez que as leis 10.639/03 e 11.645/08 obrigaram os estabelecimentos de ensino a aperfeiçoar as técnicas e metodologias no processo de ensino-aprendizagem. Desde a promulgação de tais leis, os níveis básico e superior de ensino se viram na necessidade de atualização desses métodos para atenderem às demandas criadas tanto pela legislação quanto pelo professorado e pelos grupos sociais envolvidos:

Se por um lado existe uma demanda criada por essas legislações, por outro existe também uma preocupação por parte do professorado e das comunidades alvo deste projeto, a saber, Casa do Boneco de Itacaré, dos Tupinambás de Olivença, do Terreiro Matamba Tombeci Neto de terem o legado cultural de que são depositárias reconhecido e devidamente abordado nas salas de aula da Educação Básica. (*Aportes* para implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08, 2011, p. 5).

O objetivo do projeto é, portanto, consolidar os canais de interlocução entre essas comunidades, por meio de a) diagnóstico das carências e demandas em relação à UESC nas áreas de História, Educação e Cultura; b) atualização das abordagens e conteúdos relativos às culturas indígena e afro-brasileira; c) desenvolvimento de técnicas de ensino ligadas à História desses povos e d) instrumentalização teórica e conceitual dos professores do ensino fundamental e médio para lidarem com as demandas das leis 10.639 e 11.645.

¹ GOMES, Nilma Lino (org). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

² Texto do Projeto *Aportes*.

O *Aportes* prevê níveis diferenciados de atuação, nos quais são trabalhados objetivos diversificados. Nas ações de atualização, o foco está voltado para os professores da Educação Básica, discentes e professores da UESC e agentes culturais. É o espaço das discussões, troca de informações e experiências no que se refere aos temas trabalhados em sala de aula. Nas ações de formação, desenvolvemos oficinas que têm por objetivo consolidar a meta principal deste projeto, ou seja, estabelecer a interlocução entre a universidade, as comunidades e as escolas.

A importância de tal projeto reside no fato de inaugurar novas abordagens em relação aos conteúdos ligados às culturas indígena e afro-brasileira. Também por introduzir aparatos teóricos conceituais que modificam os discursos e práticas dos agentes envolvidos. Partindo do princípio de que somos “programados para aprender”, o projeto de ensino, ao inaugurar novas posturas, discursos e práticas, oferece uma oportunidade de “educação para a decisão, para a libertação”¹.

De igual modo, a despeito das desigualdades ainda existentes na sociedade, dos preconceitos sofridos pelos negros e indígenas, vale perguntarmo-nos:

por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante?... Por que não estabelecer uma necessária ‘intimidade’ entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? (FREIRE, 1996, p. 15).

Portanto, e acrescentando, por que não discutir uma educação das relações étnico-raciais? Esta discussão vem como uma das contribuições do projeto de ensino *Aportes*, no sentido da ressignificação das identidades sociais, no esforço de reduzir os estereótipos que inferiorizam as diferenças, por meio da atualização pedagógica, fruto do intercâmbio entre as diversas comunidades atendidas pelo projeto.

Referências Bibliográficas

ANDREWS, George Reid. *O protesto político negro em São Paulo – 1888 – 1998*. Estudos Afro-Asiáticos, (21): 27-48, dezembro de 1991, p. 40.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Lei nº 10.639/2003 in: Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília/DF. Outubro de 2004.

BRASIL. Lei nº 11.645/2008. BRASIL. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006..

FREIRE, Paulo. *Política e Educação: ensaios*. – 5ª ed. – São Paulo, Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MOORE, Carlos. *Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. P. 255.

SANTOS, Flávio Gonçalves dos (org.). *Aportes para implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08*. UESC, 2011. (Projeto de Ensino).

SANTOS, Sales Augusto dos (org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. – Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 13.

¹ Cf. FREIRE, 2001, p. 9.

SILVÉRIO, V. R. *A (re)configuração do nacional e a questão da diversidade*. In: ABRAMOWICZ, A.; SILVÉRIO, V. R. SILVÉRIO, V. (Org.). *Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola*. Campinas, SP: Papirus, 2005.

SILVA, Ana Cláudia Oliveira da. *A inserção curricular da história e cultura afro-brasileira e indígena na rede estadual de Pernambuco*. In: *Gestão escolar, práticas educativas e currículo da educação básica*. Pernambuco, ca. 2011.

CONTRIBUIÇÃO PARA OS ESTUDOS SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ITAJUÍPE (1960 – 2008)

Evaldo Gomes Santos¹;
Jessica Miranda Costa²

RESUMO GERAL

A educação do campo no município de Itajuípe data-se da década de 1960, período em que as fazendas itajuipenses concentravam um grande número de famílias em virtude da necessidade de mão de obra decorrente da lavoura cacauzeira³. De acordo com o Censo realizado nessa época, a população rural era maior que a população urbana, uma vez que as famílias eram compostas por pai, mãe, muitos filhos e agregados. Dentre este e outros fatores, surgiu a necessidade de criação de salas de aula no meio rural. Portanto, esse trabalho abordou em seu bojo, sobre o surgimento dessas escolas, como ocorreu o processo de legalização das escolas do campo no município de Itajuípe, em qual contexto político/econômico essas escolas se legalizaram, o que mudou com essa legalização, e, o que levou ao fechamento das mesmas. Para tanto, lançou-se mão de pesquisa de campo e bibliográfica em diversos autores.

O município de Itajuípe está situado na zona central da região cacauzeira da Bahia, e ocupa uma área de aproximadamente 324 km², distribuídos entre a sede e os quatro distritos: Bandeira do Almada, Ruinha de São Cristóvão, Sequeiro Grande e União Queimada. Sua população é de aproximadamente 25 mil pessoas⁴. Dentre os principais produtos agrícolas estão: cana-de-açúcar, mandioca, banana, laranja e o cacau, que por ocupar uma área maior, tem aproximadamente uma produtividade dez vezes superior ao segundo produto mais importante, a mandioca (CEPLAC, 1998). No que diz respeito à educação, a primeira escola pública em Pirangí (atual Itajuípe) foi criada em 1927, pelo Dr. Anísio Teixeira e teve como professora a Sra. Luzia Oliveira Castro. Como se sabe Anísio Teixeira dedicou-se à defesa da escola pública gratuita e laica, defendendo que a educação não é privilégio, mas direito de todos (PIRES, 2001). A partir de então foram surgindo outras escolas, todas elas funcionavam dentro do perímetro urbano do município. No entanto, na década de 1960, as fazendas itajuipenses já concentravam um grande número de famílias em consequência das riquezas produzidas pela lavoura cacauzeira.

De acordo com o Censo de 1960, a população rural era maior que a urbana, enquanto na Zona Rural tinham 10.039 pessoas na Zona urbana o número era de 8.222 (IBGE – Censo Populacional de 1960), surgindo a necessidade da criação de salas de aula no meio rural. Dessa forma, no ano de 1962, no governo do então prefeito o Dr. Humberto Badaró, entrou em funcionamento a 1ª sala de aula no campo, denominada Escola Idalácio Berbet Tavares, localizada na Fazenda São José. A Zona Rural de Itajuípe é muito extensa e na época muito povoada, por isso, outras escolas foram abertas para suplantarem a demanda. Sendo assim, só na década de 1960, 10 escolas foram criadas no meio rural. Dentre as muitas escolas do campo uma que merece destaque é a Escola José Vicente de Oliveira, na região da Fortaleza, que

¹ Discente do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Endereço eletrônico: evaldogomes08@gmail.com.

² Discente do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Endereço eletrônico: jeuhrotinha15@hotmail.com.

³ Trabalho desenvolvido como requisito parcial na disciplina de TCC, do Curso de Licenciatura em História da UESC, sob a orientação do Professor Carlos Alberto de Oliveira.

⁴ Conforme o Censo 2000, a população era de aproximadamente 22 mil habitantes (IBGE, 2000)

conta em seu quadro de professores com a Sra. Osvaní Cabral desde 1988. A Sala de aula está em funcionamento desde a década de 1980 e foi a primeira a ser municipalizada.¹

É preciso enfatizar que lecionara no campo itajuíense quando começaram a funcionar as primeiras salas de aula no meio rural, era bem difíceis, poucas crianças contavam com apoio da família, porque a quantidade de pessoas não alfabetizadas era muito grande, as salas de aula estavam sempre cheias, todavia, o espaço era totalmente inadequado, não tinha água encanada, banheiro, energia elétrica, nos dias frios era impossível fechar as portas, pois a escuridão tomava conta do ambiente, sem contar, o mobiliário que era precário e o material didático que praticamente não existia, outro ponto crítico era a formação de professores, pois, devido ao difícil acesso e poucos profissionais com formação em magistério, muitas vezes as pessoas que lecionavam no campo tinham apenas concluído o ensino fundamental, o que os deixava em uma situação difícil, uma vez que, o professor iniciante, além da pouca experiência no que diz respeito a prática pedagógica, necessita aprofundar seus conhecimentos teóricos para ser capaz de vivenciar as especificidades e situações de impasse em sala de aula (ROMANOWSKI, 2012). Vale salientar, que alguns desses professores eram contratados como prestadores de serviços e por esta razão só recebiam seus salários depois que todo o efetivo municipal tinha recebido, desta forma, em alguns casos os proventos demoravam muito para sair, o que gerava total descontentamento, problema este que se agravou profundamente no auge da crise do cacau.

Apesar das dificuldades enfrentadas, o processo de educação no campo é de grande importância não só para os alunos que vivem no campo e tem apenas a escola como meio de socialização, como também para os pais e professores que dela se beneficiam. Todavia, vale salientar que apesar da importância dessas escolas o documento criação das mesmas só foi expedido no ano de 1985, período que é simbolicamente o marco da vitória das forças democráticas brasileiras contra o regime militar que se instalara no país há duas décadas. Paralelamente a esse processo de organização e mobilização popular pela redemocratização do país, educadores em parceria com aliados na Assembleia Constituinte buscaram recriar o Sistema Educacional Brasileiro, antes fragmentado e privatizado pelo governo ditatorial, recuperando seu caráter público e democratizado (ROMÃO, 2008).

É necessário enfatizar que este cenário de mudanças na educação tem início a partir do momento em que a ditadura militar entra em declínio. Então no ano de 1984 realiza-se o I Congresso Internacional de Educação Piagetiana e o II Congresso Brasileiro Piagetiano, pelo Centro Experimental e Educacional Jean Piaget – CEEJP, em 1985 o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF é extinto e criado o Projeto Educar com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos. Enfim, é nesse contexto de profundas mudanças no âmbito educacional que a prefeita do município de Itajuípe, a Prof^a Gilka Borges Badaró, expediu o Decreto Nº 1.162 de 20 de maio de 1985, em que tornam legalizadas oficialmente as escolas do campo e da zona urbana criadas a partir da década de 1960, tendo o cuidado de reconhecer os estudos realizados nessas escolas em anos anteriores.

A partir do momento em que há essa legalização, mudanças foram acontecendo paulatinamente na educação de Itajuípe, em especial, na educação do campo. Consultando os relatórios anuais das Escolas do Campo é possível constatar que diversos aspectos contribuíram para o desenvolvimento da educação do campo do município itajuíense. Fazendo um comparativo desde o início até o ano de 2008 ainda há muito pra ser feito, mas os avanços podem ser percebidos a olhos nus. Até o ano de 2004, no que diz respeito à mobilidade de alunos e professores, todos tinham muitas dificuldades pra chegar até a sala de aula, iam a pé, em lombos de burros, de bicicletas, enfrentando todas as intempéries da natureza. Na temporada de chuvas fortes, que os rios enchiam, era preciso procurar um lugar mais raso e com a água mais calma para atravessar, pois as “pontes” que eram troncos de árvores ficavam submersas, por isso, alguns alunos se agarravam ao professor e atravessavam para chegar até a outra margem e seguirem viagem em direção à escola, outros nem sequer iam. Se levarmos em consideração que no sul da Bahia as chuvas são frequentes, esta situação se repetiu várias vezes. Mas esta realidade vem mudando ao longo dos anos.

No ano de 2004, utilizando as verbas do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) a Prefeitura investiu na locação de Kombis para as escolas de difícil acesso, pois, a oferta de transporte público escolar deve ser realizada para garantir a educação às pessoas em idade escolar que não têm ou não encontram vagas nas escolas próximas as suas casas (CORDIOLLI, 2011). Este investimento atendia a uma reivindicação de alguns pais e professores do campo, pois, os alunos que passavam da 4^a para 5^a série não tinham como se locomoverem para as escolas do centro e permaneciam nas escolas do campo sob a condição de assistentes e, em muitos casos desistiam de estudar e encaravam a dura realidade do trabalho rural. Apesar de amenizar a situação a

¹ Registro 228, Decreto nº 1.162 de 20/05/1985.

oferta não atendia a demanda, era preciso investir mais, então no ano de 2008 a prefeitura adquiriu o 1º ônibus escolar com recursos advindos do Projeto Caminho da Escola do Governo Federal¹, desde então o deslocamento de alunos e professores melhorou substancialmente.

Atualmente são 03 ônibus do projeto Caminho da Escola e 42 kombis conduzindo alunos e professores por toda a zona rural do município. Quanto à infraestrutura, apesar de muitas salas terem sido reformadas e já contarem com banheiro interno, a fragilidade ainda existe. Neste cenário destaca-se uma conquista significativa no campo, à construção de uma escola na região do Putumujú, em que todas as salas de aulas da região que outrora funcionavam isoladas, foram reunidas em um prédio com quatro salas e uma cozinha onde foram nucleadas as escolas Felicidade, Nossa Senhora de Lourdes e Sempre Viva, dessa forma, as turmas deixaram de ser multisseriadas e cada professor passou a ministrar aulas apenas para uma série ou ciclo. Todavia, é lamentável o fato desta nucleação ter acontecido apenas no Putumujú e, não ter se expandido por todo o campo itajuipense. A escola no campo funciona no modelo das classes multisseriadas², o que exige do professor mais trabalho e um maior dinamismo, uma vez que nela ele não exerce apenas a docência, é pai, psicólogo, intermediando conflitos familiares que sempre vem da casa do aluno para a sala de aula, assumindo também as funções auxiliares de zelador e merendeira, enfim, precisa dar conta das várias dimensões educativas presentes nesta realidade (SANTOS, 2012).

No entanto, apesar das mudanças ocorridas, fatores como o advento da crise da lavoura cacaueteira, que era a base de trabalho do campo e a oferta de ensino só até a 4ª série culminaram com a saída de famílias inteiras para os centros urbanos, uma vez que os pais já não tinham como obter o sustento da família no meio rural, os filhos maiores precisavam dar continuidade aos estudos e os filhos menores não iam para a escola sozinhos, o que contribuiu consideravelmente para que o número de alunos no campo diminuísse e, conseqüentemente, o número de salas de aula, que nos anos de 1995 a 2000 decresceu um terço, como pode ser observado no quadro a seguir.

QUADRO 1:

Ano	Sala de aula	Aluno	Professor
1995	33	817	31
2000	22	553	20

FONTE (Atas dos resultados finais localizadas no Arquivo do Departamento das Escolas do Campo)

Ao observarmos o quadro 1, notamos que cerca de 300 alunos num período de cinco anos deixaram o campo juntamente com seus pais rumo aos centros urbanos em busca de uma nova condição de vida, visto que o campo, em decorrência da crise, já não podia mais oferecer emprego, fonte de renda necessária à sobrevivência. Compreendemos enfim que mesmo diante dos avanços em vários aspectos, a exemplo de leis, apoio pedagógico, materiais didáticos, nucleação de salas de aula e inserção do transporte escolar, ainda há muito a ser construído para que haja uma educação de qualidade também para os cidadãos que vivem no campo. É evidente que a educação por si só não basta para solucionar os problemas sociais dessas famílias, serão necessárias em todas as esferas da gestão pública outras políticas para que as pessoas que escolherem residir e trabalhar no campo vivam dignamente. Todavia, para que isso aconteça, é imprescindível pleitear propostas de políticas públicas consistentes e condizentes, que atendam as especificidades de cada meio rural brasileiro, para construção de uma escola do campo de qualidade, com estrutura física e pedagógica adequada, professores bem remunerados e habilitados para atuar nesse contexto repleto de singularidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atas Dos Resultados Finais Localizadas No Arquivo Do Departamento Das Escolas Do Campo, 1985-2008.

¹ Contrato nº 225/2008 entre a Empresa Induscar Indústria e Comércio de Carrocerias e o município de Itajuípe – Bahia.

² Crianças da Pré-escola até a 4ª série, estudam todas juntas na mesma sala com um único docente.

CEPLAC, Comissão Executiva do Plano da Lavoura cacaueteira. 1998.

CORDIOLLI, Marcos Antonio. **Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil**. Curitiba: Ibpex, 2011. (Série Fundamentos da Educação)

DECRETO Nº 1.162 de 20 de maio de 1985

IBGE – Censo populacional 1960.

____ Censo populacional 2000.

PIRES, V. **Memória histórica de Itajuípe**. Itabuna: Ed. Agora, 2001.

SANTOS, C. A. dos. **Educação do campo e políticas públicas no Brasil**: o protagonismo dos movimentos sociais do campo na instituição de políticas públicas e a licenciatura em educação do campo na UNB. Brasília: Liber Livro, 2012.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e Profissionalização Docente**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

ROMÃO, José Eustáquio. **Globalização e reforma educacional no Brasil (1985-2005)**. In: Revista Iberoamericana de Educación, nº 48, 2008, pp. 111-127.

MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE PROPAGANDA DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL)

Leide Rodrigues dos Santos¹

RESUMO GERAL

Este texto tem como objeto de estudo fazer uma análise das músicas utilizadas pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) como instrumento de propaganda. É importante compreender esse período através da produção musical, marcada por um contexto histórico de alterações, rupturas e reformulações já conhecidas através das músicas de resistência e protesto. Portanto, o propósito primordial é perceber o quanto as músicas tidas como “ufanistas” também faziam parte do contexto em questão e ecoava pelo território nacional a imagem do Mobral enquanto elemento primordial ao progresso do país.

Instituído pela Lei 5.379 de 15 de dezembro de 1967 no governo do presidente Arthur da Costa e Silva, o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos autorizou a criação de uma Fundação, denominada Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). O Movimento tinha como objetivo alfabetizar adolescentes e adultos e em um período tido como breve - dez anos - erradicar o analfabetismo de país e se sobressair diante do peso do fracasso de dezenas de programas anteriores. Buscava-se atender a população urbana entre 15 e 35 anos, caracterizando pela faixa etária de pessoas que atenderia a demanda por mão-de-obra. A prioridade do movimento estava não em proporcionar educação de qualidade, mas suprir as necessidades da industrialização, afinal, nota-se que esse período o país estava sob as perspectivas otimistas do “milagre econômico” (JANNUZZI, 1979).

O Mobral serviu enquanto uma forte estratégia frente às ideias do regime em demonstrar preocupação com as classes populares. Para atingir quase todos os municípios brasileiros foi organizada toda uma logística militar, utilizando uma enorme carga de propagandística. A intenção era captar maior número de analfabeto as salas de aulas improvisadas com o propósito de alfabetizá-lo em um tempo curto (cinco meses). E no prazo de dez anos o Brasil aniquilaria o analfabetismo (PAIVA, 2003). Nesse contexto, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) utiliza-se da música para disseminar ideias militares.²

Além dos já conhecidos mecanismo de tortura, repressão, atos institucionais e constitucionais, coexistia a difusão da educação como caminho promissor na preservação e difusão dos valores mantenedores do regime. A busca pela legitimação ideológica traduz em uma sedução das massas através de mecanismos muitas vezes tidos como inocentes e longe dos interesses políticos, ao qual nos permite

¹Graduando do IX semestre em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Email: leiderodrigues.on@hotmail.com

² O Mobral não conseguiu consolidar seu objetivo (erradicar o analfabetismo em dez anos), e foi extinto em 1985 e substituído pela Fundação Educar.

enquadrar a música. Os militares encontraram na música uma importante ferramenta de apoio ao regime militar, em contraposição as músicas de protesto e resistência tão divulgadas em nossa sociedade.

Através da análise das letras de músicas que aparentemente são resultados da imaginação do artista, perceberemos de que modo estas estavam sendo utilizadas com propósito de disseminar pelo vasto território nacional, o Mobral enquanto um benefício maior a nação. Esse instrumento aparentemente longe das suspeitas ideológicas estava cheio de intenções e significados, sendo controlados de modo a tornar conhecidas aquelas cujo conteúdo não contrarie e ao mesmo tempo reforce as ideias dominantes (GARCIA, 1999).

As músicas apoloéticas vinham louvar as grandezas da pátria conduzidas pelos investimentos políticos em diversos setores da sociedade. Aproveitando o importante papel do rádio frente às camadas populares, a canção *Você também é responsável* da dupla de cantores: Dom e Ravel conclamavam a população a fazer a sua parte na construção de um país alfabetizado. Dom e Ravel expressam de modo sutil e tom melancólico, aspectos da política estabelecida pelo *slogan* “Brasil Grande”. Estando o país aspirando torna-se potência mundial, não poderia exibir índices tão altos de analfabetismo, tornava-se necessário convocar toda a população para construir um país alfabetizado. E em tempos de lutas armadas era preciso traçar uma nova luta na erradicação do analfabetismo. “Então me ensine a escrever/ eu tenho a minha mão domável/ eu sinto a sede do saber/ eu venho de campos, tão ricos tão lindos/ cantando e chamando, são todos bem vindos/ a nação merece maior dimensão/ marchemos pra luta, de lápis na mão”.¹

A música *Você também é responsável* tornou-se forte instrumento da difusão ideológica da propaganda oficial do regime. Vale salientar que ela não foi única, no período outras canções também exaltavam o Mobral, como: *Oh! Meu Brasil como eu te amo* voz de Fredson, “com o Mobral a ensinar tanta gente/ oh meu Brasil, teu povo é tão feliz...”². Além da marcha *Viva o Mobral* de Carequinha, que diz: “O Mobral está é com você/ já sei ler e escrever/ nunca é tarde, vamos aprender...”³.

O samba-enredo *O Grande decênio*, cantado pela escola de samba beija-flor vem comemorar os dez anos do governo ditatorial (ALONSO, 2011). Exaltando além do Movimento Brasileiro de alfabetização (Mobral), o PIS, o PASEP, o Funrural e outras obras do regime ditatorial. “Nas asas do progresso constante / onde tanta riqueza se encerra / lembrando PIS e PASEP / e também o Funrural / que ampara o homem do campo / com segurança total / o comércio e a indústria / fortalecem nosso capital / que no setor da economia / alcançou projeção mundial / lembraremos também / o Mobral, sua função / que para tantos brasileiros / abriu as portas da educação”.⁴

Bendito seja o Mobral interpretada por Tonico e Tinoco também engrossava a lista de canções que exaltavam o Movimento, além de relatar a realidade dos indivíduos beneficiados pelo programa e o enfatiza enquanto aliado no combate a escuridão causada pelo analfabetismo no Brasil. “O caboclo roceiro e pacato / estudante da escola rural/ traz nos olho o verde do mato / e no peito o diploma Mobral / Brasil é feliz agora / alcançou seu ideal / com a luz da nova aurora / bendito seja o Mobral”.⁵

É possível constatar nas letras das canções utilizadas como propaganda que as mensagens transmitidas eram bastante simplificadas, continham apenas poucas ideias de modo objetivo e claro, fim de que fosse compreendido e repassado pelos receptores sem maiores problemas quanto à interpretação. Salientamos que o baixo nível de instrução da grande massa de população nesse período impediria tornar eficaz a disseminação dessas mensagens se elas fossem carregadas de metáforas ou palavras que exigissem maior grau de complexidade.

As ideologias do regime ditatorial estavam escondidas, bem como, estampadas em cada trecho, melodia, rimas e versos das canções que embalaram a população nesse período. Através das canções, às intencionalidades do Governo estavam descontroladas e acabava atingindo toda a nação e tornando ainda mais coeso a visão de ditadura enquanto um processo civil-militar. Hoje parte dessas músicas foi esquecida por representar a parte indigesta da ditadura, por ao invés de exibir a luta travada pela esquerda, dar margem ao apoio a ordem vigente do período. Afinal, ainda é difícil aceitar que tanto na operação do golpe de Estado quanto na condução da ditadura houve participação importante de setores não-fardados.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

¹*Você também é responsável (Dom-Ravel) Gravação de Dom & Ravel LP “Terra boa”- RCA Victor P.1972.*

²*Oh! Meu Brasil como eu te amo (Fredson) Gravação de Fredson. LP “Fredson” – Caravelle P.1973.*

³*Viva o Mobral (Jayme Bochener) Gravação de Carequinha. Cps “Carequinha” – Copacabana P. 1973.*

⁴*O Grande decênio (Bira Quinho) Gravação de Têco. LP “Escolas de Samba: enredos 1975” – Tapeçar P.1975.*

⁵*Bendito seja o Mobral (Tonico, Tinoco e José Erba) Gravação de Tonico e Tinoco LP “Azul cor de anil” – Caboclo/Continental P.1973.*

ALONSO, Gustavo. Ame-o ou Ame-o - **A Música Popular e as Ditaduras Brasileiras**.R. *Mest. Hist.*, Vassouras, v. 13, n. 2, p. 55-82, jul./dez., 2011

ARAÚJO, Paulo César de. **Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

CARVALHO, Antônio Sabino de. **Música Popular Brasileira em tempos de ditadura: análise das canções de Don e Ravel (1974-1982)**. 2012. **Monografia em História**. UEG (Universidade Estadual de Goiás - Unidade Universitária de Jussara).

GARCIA, Néelson Jahr. **Propaganda: Ideologia e Manipulação**. Fonte Digital, 1999.

JANNUZZI, Gilberta Martino. **Confronto pedagógico: Paulo Freire e MOBRAL**. São Paulo: Cortez, 1979.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil: Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PINHEIRO, Manu. **Cale-se. A MPB e a ditadura militar**.Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2011.

SUL DA BAHIA: FONTES, PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA (UM PROJETO DE ENSINO)

Leonardo Batista da Cruz¹

Teresinha Marcis; Isabel Maria de Jesus Pacheco²

Alan Alves dos Santos³

RESUMO

Trata-se das fontes como recurso para o ensino de história do sul da Bahia, visando promover a reflexão sobre a historiografia regional além do levantamento, seleção e descrição das fontes, disponibilizando-as como recurso pedagógico para o ensino de história e a formação docente.

INTRODUÇÃO

A história regional do sul da Bahia é marcada por um forte viés mítico, identificado à formação de uma “civilização do cacau” a partir das ações dos chamados “desbravadores”, os quais teriam transformado a floresta virgem e supostamente sem dono em lucrativas lavouras entre meados do século XIX e início do XX. Os índios, por exemplo, aparecem somente como parte do ambiente hostil a ser conquistado. Da mesma forma, não é atribuída maior influência à população negra, cujo papel na formação da economia e na cultura da região cacaueira fora importante. Apesar de a historiografia regional ter sido alvo de uma revisão crítica nos últimos anos, seus resultados ainda passam a margem das salas de aula das escolas da região. Nesse sentido, o projeto almeja tratar as fontes como material didático-pedagógico voltado ao ensino de história regional do sul da Bahia. As ações visam promover a reflexão sobre a historiografia regional além do levantamento, seleção e descrição de fontes, disponibilizando-as como recurso pedagógico para o ensino de história e a formação docente.

O projeto de ensino objetiva justamente promover a superação desse impasse, como levar o conhecimento acadêmico, produzido por professores (teses, dissertações, artigos, livros etc.) e alunos de História (TCCs, relatórios de pesquisa etc.), para a sala de aula, de maneira a desmitificar a história regional e reconhecer o protagonismo de diferentes atores no processo histórico? Entendemos que o primeiro passo nesta direção é o da preparação dos nossos discentes para um exercício profissional mais crítico e dinâmico, que incorpore na sua prática pedagógica um posicionamento face à história “pronta”, de maneira a problematizá-la através de recursos variados, incluindo necessariamente a reflexão a partir do contato e diálogo com fontes históricas das mais variadas naturezas.

¹ Discente do curso de História/UESC e bolsista, e-mail: leonardo_mflkj@hotmail.com

² Docente do Curso de História/UESC, coordenadora do projeto, e-mail: tmarcis@gmail.com

³ Discente do curso de História/UESC e bolsista, e-mail: alan_alves87@hotmail.com

Neste sentido se propõe: ações que promovam o conhecimento e a reflexão dos discentes sobre a historiografia regional e as fontes históricas que lhe amparam; ações que coloquem a serviço dos professores (formandos e formados) um repertório de fontes de diferentes épocas e significativo valor para a história regional nos níveis básico, fundamental e médio.

Entendemos que tais ações coordenadas contribuirão para a melhoria do ensino nas escolas da região na medida em que se introduzirão novas práticas e experiências pedagógicas que conduzirão os alunos a refletir sobre a história regional e não simplesmente a reproduzir a tradição; a negação dessa historiografia que infelizmente continua a insistir em colocar as hostilidades dos nativos (índios) e o espaço geográfico como o principal estorvo para o desenvolvimento dessa região contribuirá para uma formação mais completa do professor de história, pela experiência de uma prática pedagógica mais crítica e dinâmica e também pela oportunidade de trabalhar diretamente com documentos históricos de diferentes suportes, que deverão ser selecionados, descritos e disponibilizados através de recursos eletrônicos e da web.

METODOLOGIA

- O projeto será socializado pela coordenação, autores e bolsistas através de informativos, oficinas e seminários temáticos que serão promovidos com professores e graduandos;
- A equipe produzirá um levantamento e catalogação prévia do acervo bibliográfico e documental disponível na internet, na biblioteca e no CEDOC – Centro de Documentação da UESC. Esse acervo será aumentado com novas aquisições no decorrer da pesquisa;
- Utilizaremos Anais da Biblioteca Nacional, as Revistas Instituto Histórico e Geográfico Nacional, os Documentos Históricos da Biblioteca Nacional e as obras dos cronistas, religiosos e viajantes que percorreram o sul da Bahia nos séculos XVI ao XIX. Os Anais do Arquivo Público da Bahia e nos Documentos Históricos disponíveis na Biblioteca da UESC. Nesse âmbito, destaca-se o CEDOC como instituição de guarda de valioso acervo de documentos de diversas tipologias: jornais, fotografias, depoimentos orais, documentos particulares e processos judiciais, além de monografias e coletâneas de fontes impressas e manuscritas relativas à Bahia e região.

A partir das ações descritas acima, professores bolsistas e alunos realizarão um trabalho de seleção, descrição e disponibilização de fontes. A pesquisa, o depósito do acervo bibliográfico e documental, bem como a discussão e elaboração de materiais didáticos contarão com o apoio já confirmado do CEDOC, do LPH - Laboratório de Pesquisa em História do curso de História e do LAHIGE - Laboratório de Ensino de História e Geografia, inclusive a estrutura física. Serão desenvolvidas nesses espaços as atividades de pesquisa para levantamento e seleção de fontes de significativo valor para a história regional, de maneira a construir um repertório consistente de documentos a serem disponibilizados para os professores da região (formandos e formados).

Concomitantemente, será elaborado um meio de difusão digital na internet (*site* do projeto) que será atualizada pela coordenação e bolsista. Neste *site* serão publicados os materiais catalogados e os documentos na íntegra, de forma que os professores e estudantes tenham a possibilidade de utilizar as coletâneas temáticas e reelaborarem de acordo com os interesses e objetivos do seu estudo. Serão promovidos pela equipe de bolsistas e professores, cursos de curta duração e oficinas visando instrumentalizar os discentes para o uso de fontes históricas da mais variada natureza no ensino de história regional nos níveis básico, fundamental e médio.

Para estas ações será fundamental a participação efetiva dos discentes do curso de História especialmente aqueles realizando o Estágio Supervisionado. O contato com professores e estudantes das escolas de educação básica potencializará a prática do ensino e socialização das experiências com o uso das fontes. Para a realização das ações previstas no projeto se contará com a estrutura do CEDOC e do LAHIGE que já são dotados de computadores com acesso a internet e dispõe como já mencionado, do acervo e de recursos didático-pedagógicos.

RESULTADOS ESPERADOS

Pretende-se contribuir com o desenvolvimento de novas tecnologias, metodologias e materiais didáticos para o ensino de História para serem disponibilizados aos professores das escolas da rede de ensino regular. Melhoria do ensino nas escolas da região na medida em que se introduzirão novas práticas e experiências pedagógicas que conduzirão os alunos a refletir sobre a história regional e não simplesmente a reproduzir a tradição. Igualmente, espera-se somar para outras experiências na prática

pedagógica interdisciplinar mais crítica e dinâmica pela oportunidade de trabalhar diretamente com documentos históricos de diferentes suportes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. São Paulo. USP, 1993.

COSTA, Aryana Lima; Oliveira, Margarida Maria Dias de. “O Ensino de História como objeto de pesquisa no Brasil: no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do que virá”. In: **Saeculum - Revista de História**. João Pessoa: DH/PPGH/UFPB, 2007, p. 147-160.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; CAINELLI, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços**. Natal: EDFURN, 2008.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. Reflexões sobre ética na pesquisa. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada. Belo Horizonte**. Vo. 5, n.1. p. 43-61, 2005. Disponível em: <<http://www.veramenezes.com/etica.htm>> Acesso em jan., 30, 2014.

SILVA, Marcos Antonio da. Selva Guimarães Fonseca. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 60, p. 13-33 – 2010. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a02v3060.pdf> Acesso em: 27, Jan., 2014.

AS MUDANÇAS DAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS NO COLÉGIO NOSSA SENHORA DA PIEDADE EM ILHÉUS, ENTRE OS ANOS DE 1962 A 1970, TENDO EM VISTA A INFLUÊNCIA DO CONCÍLIO VATICANO II.

Bruno de Melo Santana

INTRODUÇÃO

Este estudo foi desenvolvido tendo como base uma perspectiva analítica em torno das mudanças na educação católica desferida no Colégio Nossa Senhora da Piedade em Ilhéus, sob a influência do Concílio Vaticano II - em especial a declaração *Gravissimum educationis*, que vem abordar sobre a educação católica - dentre os anos de 1962 – 1970. O resultado ao qual obtivemos desse estudo foi esquematizado em forma de texto apontando assim as influências desse evento sobre esse Colégio. Possibilitou também a ampliação de um olhar já existente, porém nunca desenvolvido de forma catedrática. Tivemos como base documental para realização desta pesquisa, basicamente, os documentos conciliares e os estatutos do Colégio Nossa Senhora da Piedade.

METODOLOGIA

Essa pesquisa se debruçou numa análise de fontes, pautadas numa perspectiva qualitativa, pois utilizaremos aqui a busca por percepções e entendimentos sobre uma natureza universal e também específica de uma questão, abrindo assim, espaço para um melhor entendimento.

As reflexões de Certeau (1986) são proeminentes ao compreender o lado pragmático do fazer história, com lugar e tempo articulados e desvendados pela escolha do pesquisador. O autor elabora reflexões sobre o trabalho e manipulação de documentos, que podem ser assim sintetizadas: a pesquisa inicia-se com a coleta, reunião, classificação e ordenação do material pesquisado, de forma a “produzi-lo” (CERTEAU, 1989).

A priori, desenvolvemos uma coleta de dados referentes ao Concílio Vaticano II, em específico analisar e discutir a declaração elaborada pelo Concílio, que dar sustentáculo para compreendermos as retificações inferidas sobre a educação cristã - *Gravissimum Educationis*. Após estudarmos todo esse panorama conciliar, adentraremos nos aspectos de interesses sobre o Colégio Nossa Senhora da Piedade, assim como, analisar os estatutos, entender a dinâmica do colégio no período em estudo, conhecer a

história do mesmo, e conseqüentemente conheceremos um pouco também sobre a sua influência na educação regional.

Por fim, foi feito o cruzamento dessas idéias, e encontramos a influência do Concílio Vaticano II sobre o Colégio Nossa Senhora da Piedade, dentre os anos de 1962 – 1970. Dessa forma, tivemos a oportunidade de esculpir a nossa “coleção”, e interagirmos com ela diante das nossas concepções, idéias e métodos ao longo da pesquisa realizada, salientando as características particulares e individualmente caracterizadoras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este projeto foi desenvolvido tendo como base uma perspectiva analítica em torno das mudanças na educação católica desferida no Colégio Nossa Senhora da Piedade em Ilhéus, sob a influencia do Concílio Vaticano II - em especial a declaração *Gravissimum Educationis*, que vem abordar sobre a educação católica - dentre os anos de 1962 – 1965. Atentaremos-nos aqui demonstrar as influencias desse evento sobre esse Colégio. Ampliando um olhar já existente, porém nunca desenvolvido de forma catedrática. Teremos como base documental para realização desta pesquisa, basicamente, os documentos conciliares, LDB desses períodos e os arquivos existentes no CEDOC/UESC.

O anuncio do Concílio Vaticano II se deu em janeiro de 1962 pelo papa João XXIII, onde anunciou publicamente sua intenção de realizar um sínodo para diocese de Roma e um concílio ecumênico pra toda a Igreja. Tal anuncio foi feito durante um consistório de cardeais, na Basílica de São Paulo extra-muros, após a celebração da conclusão da semana para unidade dos cristãos(BEOZZO). A premissa principal desse Concílio foi o reencontro de uma unidade dos cristãos, o que conseqüentemente acabou chamando a atenção para outras questões acadêmicas.

De acordo com o atual Bispo da Diocese de Ilhéus, Dom Mauro Montagnoli a realização de um Concílio Ecumênico era necessário, devido ao fato da realidade de um mundo que revelava um grave estado de indigência espiritual, e pelo fato de a Igreja de Cristo ser “tão vibrante em vitalidade” que se sentia chamada a colaborar mais eficazmente na solução dos problemas dos nossos tempos. (MONTAGNOLI, 2013, p.57). O concílio Vaticano foi considerado por muitos estudiosos como o evento mais importante da Igreja Católica do século XX. Segundo o papa João XXIII – papa gestor do Concílio -, o Concílio Vaticano II deveria trazer a Igreja para o século XX e combater a idéia de que a Igreja era uma instituição que se encontrava sob ameaça, o que acabara fazendo com que ela desse as costas ao mundo. (Idem, p.58). O Concílio não hesitou em dirigir seus objetivos apenas aos membros da Igreja ou apenas aqueles que invocam o nome de Cristo, mas seus reflexos fizeram-se importantes para todos os homens. O Sagrado Concílio Ecumênico considerou atentamente a gravíssima importância da educação na vida do homem e a sua influencia cada vez maior no progresso social do nosso tempo. Na verdade, a educação dos jovens, e até uma formação continuada dos adultos torna-se, nas circunstâncias atuais, não só mais fácil, mas também mais urgente. Sendo assim, o sagrado Concílio enuncia alguns princípios fundamentais sobre a educação cristã mormente nas escolas, princípios que serão depois desenvolvidos por uma Comissão especial e aplicada nos diversos lugares pelas Conferencias episcopais.(COSTA, 2002, p.234).

O Concílio afirma que a Igreja não pode correr o risco de ser deixada para trás. Se quiser influenciar a sociedade moderna, ela deve adaptar-se a essa sociedade e participar dela e, ao mesmo tempo, oferecer às pessoas um porto seguro e firme que só pode ser alcançado por meio de uma fé que nunca muda. (Ibidem, p.59).

Fazendo uma análise mais especifica a partir dos armistícios do evento conciliar, é necessário debruçarmos uma atenção especial para, uma das declarações desse evento, que é intitulada de *Gravissimum Educationis*. (proclamada pelo Papa Paulo VI, em 28/11/1965), percebemos que suas perspectivas vêem tratar da educação cristã e sua importância na vida da pessoa, entendida como uma educação integral na perspectiva do Evangelho, promotora de humanização e defensora da presença cristã no mundo da educação. Esta declaração deve ser compreendida na perspectiva da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, que se refere à ação e presença pastoral da Igreja no mundo. A *Gravissimum Educationis* considera atentamente a importância da educação na vida do homem e a influência cada vez maior que desempenha no progresso social de nosso tempo, e ressalta que a Educação constitui um patrimônio cultural e social a que todos têm direito, pois possibilita a superação das graves diferenças sociais. Além disso, reconhece que o homem, a partir da educação, torna-se mais consciente de sua dignidade e de seus deveres e, conseqüentemente, anseia cada vez mais participar dos aspectos da vida econômica, social e política da sociedade em que vive.

Quando nos referimos ao Colégio Nossa Senhora da Piedade, a de convir que atualmente ele é chamado de Instituto Nossa Senhora da Piedade e é considerado um marco arquitetônico e educacional em Ilhéus. O fato de ter sido fundado por uma ordem religiosa francesa, a sua ligação com o bispado

recém-criado, e a exclusividade de ensino religioso ao sexo feminino de sua fundação em 1916 até o início da década de 1971, colocava-o numa situação singular (SILVA, 2013, p. 1).

A educação cristã sempre teve como um de seus legados, a instrução social e religiosa, sendo esses transmitidos tanto para os homens como para as mulheres, num formato de não co-educação. Num estudo apresentado por Ivaneide Almeida da Silva a Igreja assume um papel de instrutora escolar, aplicando uma educação distinta para homens e mulheres, formando-os na concordância com os respectivos papéis masculinos e femininos já delineados pela sociedade, que, além de diferentes, eram desiguais. O sistema de ensino laico já tendia a ser misto ou coeducacional, mas o bispo de Ilhéus manteve as convicções católicas sobre o ensino privado e criou instituições escolares religiosas para educar, separadamente, as filhas e os filhos das famílias abastardas, respectivamente, os colégios Piedade e São José. (Idem, p.104).

No ensino religioso direcionado as mulheres, podemos salientar a seguinte perspectiva: durante o século XIX, foram fundados muitos estabelecimentos de ensino para moças. Esse processo de educação esteve, claramente, sob a liderança do catolicismo, que percebeu a necessidade de a mulher receber uma formação cristã nas suas escolas, vendo-a como base de constituição familiar. A presença da Igreja no campo da educação e moral católicas tem início, portanto, na educação familiar, se completando na escola. Em ambos os espaços, a mulher era a responsável pela reprodução da moral e do culto religioso. (Idem, p.105).

Segundo a perspectiva de Susan Besse, a educação religiosa feminina ocorreu dentro de uma mentalidade cristalizada e justificada, tanto pela família como pela Igreja. As escolas buscavam oferecer para as meninas uma educação que fosse “prática” e visasse formá-las para a vida doméstica. (BESSE, 1999, p.131).

Com relação ao Colégio Nossa Senhora da Piedade, Mary Del Priore vem salientar que, seus princípios formativos deram-se com o intuito de preparar as moças para uma vida cristã, exercida através de uma vida “santa” e penitente, pautada pelas normas morais e religiosas. Educar as mulheres constituía-se numa função de grande valor, pois seriam futuras mães e futuras educadoras, reproduzindo, através da educação de outros indivíduos, a ordem social, as relações sociais e de gênero do período. (DEL PRIORE, 1993, p.113-116).

A criação de novos bispados teve como consequência a fundação de diversos colégios católicos e escolas paroquiais, não só nas sedes, como no interior das dioceses (Ibidem, p.103). Essa criação de novos bispados atingiu de forma direta na edificação do Colégio Nossa Senhora da Piedade, sendo este, um colégio estruturado ideologicamente com bases feministas e religiosas, sendo regido pela Ordem Ursulinas, inicialmente tendo a figura de Madre Thaís do Sagrado Coração Paillart. Diante de toda relação entre a Diocese de Ilhéus com o Colégio da Piedade, é que iremos inferir uma análise sobre as mudanças ocorridas nas práticas educacionais, pós Concílio Vaticano II.

Ao analisar as LDB do ano de 1961, podemos notar influências assim como algumas permanências que de alguma forma tiveram a influência do Concílio Vaticano II, não só no Colégio da Piedade, mas na educação nacional. A primeira LDB brasileira foi aprovada pela Câmara dos Deputados durante a legislatura 1959-1963.

LDB de 1961: TÍTULO XIII Disposições Gerais e Transitórias:

Art. 97. O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa, e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável.

§ 1º A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos.

§ 2º O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva.

A análise e revisão feita pelos legisladores da LDB, levaram em consideração os aspectos pregados pelo Concílio, no que cerne a relação feita pela Igreja Católica em relação ao mundo moderno, que ocorreu a partir do evento conciliar, onde nos seus aspectos filosóficos voltava-se para proteção da família cristã, chefiada pelo homem da casa e alicerçada na propriedade privada. A instituição familiar era considerada a base permanente de uma sociedade ordeira, voltada para o trabalho e a justiça de todos. A continuidade desta “boa sociedade” dependia da educação de seus filhos; educação que não poderia se desvincular da evangelização. Em pleno contexto de modernização econômica vivido pelo Brasil dos anos JK era preciso conciliar a tradição familiar católica com as aspirações de uma sociedade democrática. O

documento defendido por alguns dos legisladores para orientar os rumos da educação nacional tentou evitar que a mudança social dissolvesse a posição das escolas confessionais católicas e, sobretudo, a presença da Igreja na formação para a cidadania. Enquanto na Primeira República viveu-se um movimento de recuperar o Brasil para a grande nação católica, no final dos anos 1950, queria-se evitar que a nação católica se perdesse frente às imposições do mundo moderno. (MONTALVÃO, 2014)

Nos anos correntes do Concílio Vaticano II ocorriam algumas mudanças e inovações no Colégio Nossa Senhora da Piedade. Em 3 de dezembro de 1961, foi constituída a Associação de Pais e Mestres do INSP (Instituto Nossa Senhora da Piedade), com sede nas dependências do colégio. “Seu estatuto da Associação declara que não admitirá qualquer discriminação religiosa, étnica ou social, não poderá se envolver em questões político-partidárias, nem permitirá que seus membros, sócios ou diretores usem o seu nome em tais assuntos.” (FREITAS, 2013, p.120). Onde lê-se: “Seu estatuto da Associação declara que não admitirá qualquer discriminação religiosa, étnica ou social(...), notamos uma estreita relação com duas das passagens da declaração *Gravissimum Educationis*: “Todos os que são chamados de filhos de Deus, têm direito à educação cristã, pois, todos os cristãos que, uma vez feitos nova criatura mediante regeneração pela água e pelo Espírito Santo, são esses os filhos de Deus.”; “Todos os homens têm direito inalterável a uma educação, independente de sua ascendência, condição e idade. Essa relação se dá de forma bastante implícita, pois a criação da Associação foi antes mesmo da declaração, porém nesse período as discussões referentes à formulação e estruturação da declaração *Gravissimum Educationis*, já se apresentavam de forma bastante intensa, a sua produção final que se deu no ano de 1965.

Por fim, ainda fazendo alusão a questão Concílio e Colégio Nossa Senhora da Piedade, podemos constatar que seguindo a perspectiva de análise com base nas cátedras católicas: a prática de esportes era útil e necessária, sempre praticada nos colégios católicos. As atividades esportivas eram recomendadas para combater a sexualidade latente das jovens, especialmente das jovens alunas. No Piedade eram praticados esportes como vôlei, basquete e ginástica. O Concílio veio tratar o esporte como um dos meios da Igreja para a educação cristã. Na declaração *Gravissimum Educationis* vem tratando dessa particularidade trazendo as organizações culturais de práticas desportivas como sendo um dos meios adotados pela Igreja para a educação cristã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965**, por José Oscar Beozzo, Paulinas, São Paulo 2005, 1 vol. br.

BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade** – Restauração da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Adusp, 1999.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História. Trad. Maria de Lourdes Meneses**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

CONCÍLIO VATICANO II, **Gravissimum Educationis**: declaração do Concílio Vaticano II sobre a educação da juventude. São Paulo: Paulinas, 1966.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**. Coleção Repensando a História. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 1993.

FREITAS, MArta Maria Ocké de. **Criação, história e vida do instituto Nossa Senhora da Piedade através de documentos e relatos**. In: MACEDO, Janete Ruiz de(org.) Diocese de Ilhéus: 100 anos de história, vol. 1, Ilhéus-BA: EDITUS, 2013.p 120.

MACEDO, Janete Ruiz de e RIBEIRO, André Luís R. **Patrimônio Histórico em Ilhéus. Itabuna: Agora**. Editora Gráfica, 1999.

MONTALVÃO, Sérgio. **A LDB de 1961**: apontamentos para uma história política da educação. Artigo publicado em revista eletrônica: Mosaico - PPHPBC-FGV Rio de Janeiro/RJ, edição n. 3, ano III.

MONTAGNOLI, Dom Mauro. **A diocese de Ilhéus na contemporaneidade**. In: MACEDO, Janete Ruiz de (org.) Diocese de Ilhéus: 100 anos de história, vol. 1, Ilhéus-BA: EDITUS, 2013. P.57-89

SILVA, I. A. da. **A diocese, o bispado de Ilhéus e os colégios católicos.** In: MACEDO, Janete Ruiz de (org.) Diocese de Ilhéus: 100 anos de história, vol. 1, Ilhéus-BA: EDITUS, 2013. P.91-112.

SILVA, I. A. da. **História e educação religiosa em Ilhéus (1916-1930).** Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

ENSINO DE HISTÓRIA E ANOS INICIAIS: UMA ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES OBSERVADAS A PARTIR DOS RELATÓRIOS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADOS I.

Elenísia Correia dos Santos¹

RESUMO GERAL

A importância do ensino de História nos anos iniciais consiste em uma necessidade na vida da criança/aluno, pois de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação - PCNs, o ensino da disciplina histórica tem por finalidade, estimular a criança/adolescente compreender a cidadania de forma crítica, se colocando como sujeito político que pensa e interage com o meio se tornando, nesse sentido elemento importante na construção do conhecimento e nas diferentes situações sociais. Sendo assim, este trabalho parte da pesquisa em desenvolvimento, analisa os dados contidos nos relatórios de Estágio Supervisionado em História I, da Universidade Estadual de Santa Cruz, realizados nas escolas dos municípios da área de abrangência da mesma², nos anos de 2005, 2006, 2009 e 2010. Foram pesquisados um total de 37 relatórios, sendo 21 de escolas de Itabuna, 12 de Ilhéus e 4 de outros municípios (Itajuípe, Canavieiras, Camacan e Aurelino Leal).

Focaliza as questões que implicam problemáticas vividas, por professores e alunos no cotidiano da sala de aula. Os dados serão abordados das seguintes formas: como sucede o ensino de História nas salas de aula, como se aprende e ensina; quais as concepções e articulações com as práticas docentes; detectar os pontos fracos que dificulta a aprendizagem do aluno, tais como, evasão na escola, dificuldade na aprendizagem da disciplina histórica e aversão pela mesma, entre outros.

O ensino fundamental é regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, título II, art.2º nº 9.394/96, que garante uma educação gratuita na escola pública, tendo como propósito a formação básica do cidadão. Sendo assim, a escola exerce uma ligação de caráter sócio-educativo e ao mesmo tempo, procura-se vivenciar práticas democráticas de integração e participação em relação às instituições públicas. A lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, título II dos princípios e fins da Educação nacional, artigo 3º, explicitam o princípio da “igualdade” para o acesso e permanência do aluno na escola, parte integrante para o reconhecimento e respeito ao educando, enquanto sujeito que tem direito.

O processo de análise dos relatórios de estágios supervisionados I chama atenção para uma realidade que atualmente faz parte do cotidiano das escolas públicas, neste caso específico, as escolas dos municípios abrangentes da UESC (Figura1). Os principais comentários dos estagiários estão relacionados às estruturas físicas das escolas, o método de ensino e conteúdo utilizados pelo corpo docente, críticas à priorização apenas do ensino da matemática e do português e às políticas de não reprovação adotado na maioria das escolas públicas, por permitirem que os alunos semianalfabetos prossigam em séries que exijam outras habilidades, como as desenvolvidas no ensino da História e de Geografia.

De acordo com as observações dos estagiários, a maioria das escolas não apresenta boa estrutura física que proporcione o bem estar dos alunos para uma melhor aprendizagem, uma vez que enfrentam problemas como: falta de água nos banheiros, má ventilação e iluminação, não dispõem de espaço para recreação, nem biblioteca, os prédios apresentam infiltrações visíveis, falta merenda (muito dos alunos vem para as escolas por causa da merenda), entre outros problemas.

A leitura dos relatórios produzidos pelos graduandos de História da UESC permite formular os seguintes perfis das escolas, alunos e professores:

Opinião dos estagiários em História sobre as escolas observadas

¹ Estudante do Curso de Licenciatura em História da UESC. E-mail: elen.correia@yahoo.com.br

² Este trabalho é parte integrante da monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura, sob a orientação da Prof^ª. Dr. Teresinha Marcis.

- 18 possuem Biblioteca, Laboratórios de informática e materiais didáticos 04, não tinha nem livros didáticos.
- 17 escolas possuem espaço para recreação, segurança, boa iluminação, ventilação.
- 05 possui 01 banheiro para ambos os sexos.
- A maioria das escolas não possuem projetos pedagogos, priorizam o ensino da matemática e da língua portuguesa.
- Quantidade excessiva de alunos na mesma sala de aula e falta de merenda.

Opinião dos estagiários em História sobre os alunos das escolas observadas

- Moram em bairro periférico e convive com a violência.
- Dos 37 relatórios analisados, 21 todos denuncia dificuldade de leitura do aluno, aprendizado e desânimo.
- A maioria só vive com o auxílio de programas sociais do governo, como Bolsa Família, Projovem, entre outros.
- Pais desempregados e família desestruturada.

Opinião dos estagiários em História sobre os professores durante as aulas observadas

- A maioria não é formada em História, são pedagogos ou estão em formação.
- Não possuem uma boa relação com o aluno, o professor está centrado apenas nele, além disso, apresenta-se de forma autoritária e tido como único possuidor do conhecimento.
- Não considera a vivência da criança como suporte na sala de aula relacionando-os com os conteúdo do livro didático.
- Apresentam cansaço físico e mental.

Pode-se perceber que um bom espaço físico nem sempre é fundamental para uma boa aprendizagem, mas integra os componentes de ensino aprendizagem. A realidade escritas nesses relatos dos graduando em História, nem sempre é de conhecimento geral e revelam contradições e mistificações na educação brasileira, sobretudo no que se refere às leis e diretrizes proposta por LDB e PCNs para a educação no país, sendo que na prática o ensino se processa de uma forma bem diferente. Os estagiários disseram que havia materiais didáticos dentro das escolas (TV, projetores de audiovisual e laboratórios de informática), todavia a maioria dos professores dispensavam esses instrumentos para a aquisição do conhecimento.

As críticas também foram destinada a forma como o regente conduzia suas aulas rigorosamente, além de externar como algo distante da realidade do aluno, fazendo com que o aluno se desinteressasse pela disciplina e isso não é a proposta da História. Leandro Karnal (2004, p.22) preocupa-se muito com o papel que o professor exerce em sala de aula, para ele o ensino de história deve ser valorizado e que o professor dessa disciplina conscientize-se de sua responsabilidade social perante os alunos, neste sentido, dedicar-se a ajuda-los compreender melhor o mundo em que vive, contudo a informação só se transforma em conhecimento, quando devidamente organizada e processada.

Palavras-chave: História ensinada. Anos iniciais. Relações sociais.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BAHIA. Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC. **Relatórios** - Estágio Supervisionado em História I. Ilhéus, [2005, 2006, 2009 e 2010].

BRASIL. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. Brasileira: MEC/ SEE, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Legislação. Lei n. 9.424/96**. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 28 agosto 2014.

KARNAL Leandro. (Org.). **História na sala de aula: Conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2004.

“NO DISCURSO, DEMOCRACIA. NA PRÁTICA, REPRESSÃO. A VISÃO ATUAL DA HISTÓRIA SOBRE O PERÍODO BRASILEIRO DE 1964-1985”

Alexandre Victor dos S. Cruz¹
Robson Norberto Dantas²
Isabel Maria de Jesus Pacheco³
Wagner Pereira Freitas⁴
Ricardo Farias de Oliveira⁵

INTRODUÇÃO

Parafraseando o célebre Eric Hobsbawm, o historiador cumpre com a função por vezes indesejável que é lembrar a uma sociedade que habituou-se a esquecer. Neste ano a sociedade brasileira lembra-se dos cinquenta anos do golpe militar de 1964, o que algumas vertentes chegam a considerar inclusive, um golpe civil militar, todavia não é nosso objetivo discutir a matriz ideológica dos conceitos. Fato é que uma das iniciativas no governo dos militares foi a exclusão do ensino de disciplinas que cooperavam para o desenvolvimento de um pensamento crítico da sociedade, como as disciplinas de História, Filosofia e Sociologia por exemplo, essas matérias foram consideradas subversivas, sendo então criadas disciplinas de caráter ufanista e de ideologia à serviço do regime militar, nomeadamente a Educação Moral e Cívica (OMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB).

O que iremos contrastar ao apresentar esse texto, é que justamente a história que os militares tanto quiseram esconder quando estavam no poder, usando para isso de um discurso que tentava ganhar aceitabilidade entre diversos grupos sociais, impondo uma suposta convicção democrática por parte do regime, esbarra hoje – por incrível que pareça – com a história dos bancos escolares e com os registros que estão contidos nesses livros que fazem oposição ao período 1964-1985, considerando ser um período de grandes percas para o Brasil, cuja perca maior foi de fato a perca da liberdade, a perca da democracia.

Ao apontar referências que tratam sobre os discursos dos militares que visava passar à sociedade uma ideia de que o país estava vivendo um regime democrático, objetivamos contrastar com a postura repressora principalmente nas medidas tomadas no campo da educação, tendo em vista a visão que hoje a história ensinada nas escolas tem sobre esse tema.

METODOLOGIA

Atualmente trabalhando em duas disciplinas de estágios (9º ano do ensino fundamental e 3º ano de ensino médio), inquietou-me o desejo por buscar traçar uma análise sobre o tema da ditadura militar e como esse assunto está expresso nos livros didáticos. Por esse motivo, a metodologia concentrou-se na leitura de alguns teóricos que escreveram sobre a ditadura militar e sobre o ensino de história, os quais cito por exemplo, Couto (1998), Fonseca (2003), e uma atual sobre o tema, Rezende (2013). Intencionalmente, não coloquei nenhuma menção a forma como a “história acadêmica” ou “história escolar” contam sobre o tema da ditadura militar, afinal de contas acredito que essa visão dicotômica deve ser quebrada, por esse motivo a análise feita é traçada tanto em obras de cunho acadêmico, quanto da análise do objeto principal que é o livro didático.

Foram portanto analisados o livro de história do 9º ano do ensino fundamental, Panazzo e Vaz (2012) e o livro de história do 3º ano do ensino médio, Alves e Oliveira (2010). Para a realização deste trabalho, contei com as orientações dos professores que estou trabalhando nos estágios supervisionados no Colégio Estadual Amélia Amado – Itabuna-BA, que portanto, são co-autores desse trabalho.

RESULTADOS

Acredito que o principal resultado dessa reflexão está no fato de que esse pequeno trabalho consta da participação não apenas dos três que são aqui mencionados, mas dos vários alunos e alunas que

¹ Discente do VIII Semestre do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Santa Cruz. E-mail: alexandrevictor_14@hotmail.com

² Professor Orientador da disciplina Estágio Supervisionado III

³ Professora Orientadora da disciplina Estágio Supervisionado IV

⁴ Professor de História do 3º ano de ensino médio do Colégio Estadual Amélia Amado –Co - orientador desse trabalho

⁵ Professor de História do 9º ano de ensino fundamental do Colégio Estadual Amélia Amado – Itabuna-BA. Co - orientador desse trabalho

contribuíram nesse processo de ensino aprendizagem. Analisamos junto aos alunos das turmas mencionadas, a forma como o livro didático traz alguns conceitos como por exemplo, o conceito de “golpe” ou “revolução”, levando para a sala de aula a perspectiva de que quando as palavras são conceitos, elas carregam em si o peso de ideologias.

Portanto a partir da opinião dos próprios discentes, outras questões foram trazidas à tona. Podemos citar a gestação e lucros que redes de telecomunicação, revistas e outros órgãos se beneficiaram da ditadura militar, e debatemos também em si a palavra que é um conceito: ditadura. Discutindo nessas aulas, questões atuais como o discurso de que o Brasil vive hoje uma “ditadura petista”, “comunista”, entre outros.

Apresentamos também como resultados, a análise de documentos escritos e de áudios de discursos de presidentes, fazendo comparações entre as ditaduras que tivemos no Brasil (Vargas no Estado Novo e os Militares pós 1964). Em segundo lugar, extraímos como resultado desse trabalho a conexão entre os conteúdos aprendidos na universidade e a associação com a prática na escola, levando os alunos à compreensão de que ensino e pesquisa não se dissociam.

DISCUSSÃO

O discurso militar visava incorporar vários setores da sociedade brasileira. Segundo (REZENDE, 2013), o sucesso do regime diz respeito à criação e divulgação da ideia de que ele era democrático. A imagem que o regime militar tentava transmitir de que amplos seguimentos da sociedade discordassem, concordassem ou questionassem alguns dos seus atos, intenções e ações, fazia com que a sociedade estivesse situada em alguma forma de democracia. Para a autora, o que se operava era uma nítida separação entre o povo e a política, pois segundo Rezende, na fala dos militares, povo e política se situavam em um patamar diferente, objetivando assim reforçar a ideia de que o povo na verdade não tinha relação com a esfera política, mas sim com os condutores de um regime que estava buscando segundo os militares, disciplinar uma esfera que nunca havia servido aos interesses da população.

Continuamos citando (REZENDE, 2013) que ainda ao escrever sobre o discurso ideológico dos militares e civis que faziam parte do grupo de poder, estes se empenhavam na busca de aceitabilidade para a ditadura, que a mesma estaria incumbida de preservar os valores e os interesses que fossem condizentes com uma suposta ordem democrática, utilizavam-se para isso da reafirmação da grande imprensa. Com as condições postas, a autora afirma então que o solo era propício para a legitimação da repressão, ora, com as condições postas, essa tal “democracia” não excluía a repressão, já que se colocavam para a ditadura em dimensões diferentes. O discurso era muito simples de se compreender. Todos que não aderiam ao regime militar, eram considerados dentro desse “parâmetro democrático”, como estando expostos a todos os males que esse posicionamento acarretava.

Nessa lógica, temos a tentativa por parte dos presidentes militares, de considerar subversivos os ensinamentos das matérias de ciências humanas. Por esse motivo, não poderíamos deixar de citar o que Fonseca (2003) escreveu:

“Para exemplificar: em 1969, o presidente Médici, por meio do decreto 65.814/69, editou uma “convenção sobre ensino de história” firmada entre as nações latino-americanas no início dos anos 30, que previa, em seu artigo 1º, ‘efetuar a revisão dos textos adotados para o ensino em seus respectivos países, a fim de depurá-los de tudo quanto possa excitar, no ânimo desprevenido da juventude, a aversão a qualquer povo americano (...)’ (FONSECA, 2003:24)

Os conteúdos das disciplinas de ciências humanas foram sendo invadidos pela OSPB e EMC, o que somente à custo de muita luta por parte dos professores que atuavam contra o regime militar, houve o esvaziamento dessas disciplinas e o fim da formação de licenciatura curta – ciências sociais - anos mais tarde, retornando a formação e ensino em áreas individuais respeitando as especificidades.

Os livros didáticos que foram analisados, de Panazzo e Vaz (2012) e Alves e Oliveira (2010), trazem a perspectiva da nova historiografia sobre o tema. De modo bastante interativo, questiona aos leitores sobre o relato oral que as pessoas mais velhas tem da época, e traz em Panazzo e Vaz (2012) logo na primeira página o tema da “Educação sob o regime militar” e as grandes percas para a mesma. Os atos institucionais são analisados como as “estratégias mais utilizadas pelos governos militares para legalizar o regime ditatorial” (PENAZZO; VAZ, 2012: 206).

Já o livro do terceiro ano, de Alves e Oliveira (2010) também compartilha dessa nova visão, começando pelo título “Unidade militar?” Questiona o autor, o fato de haver rachas entre os militares. Enaltece a participação popular nas contestações ao regime, e as repressões que ocorreram por ocasião

desse posicionamento. Conceitos como os usados por Couto (1998) são vistos no livro didático de autoria de Alves e Oliveira (2010), como por exemplo: distensão do regime, e abertura lenta, gradual e progressiva com Geisel. Também utiliza-se dois textos (ALVES; OLIVEIRA 2010: 233) que apontam para peculiaridades na ditadura do Brasil e que a mesma não teria sido mais branda que outras na América Latina, não importando o quanto mataram e sim, que todo tipo de ditadura são repugnantes.

Após a realização de todas as análises que contemplou as obras dos autores citados, trazemos ao debate uma questão que está no germe do início dessas reflexões que é justamente o fato de o ensino das disciplinas de ciências humanas ter sido substituídas por disciplinas que serviram ao regime militar, tendo assim a diminuição da sua carga horária até o desaparecimento. Pois bem, vemos hoje no atual cenário da educação básica brasileira, uma manobra ideológica ainda muito parecida, uma herança que a educação brasileira carrega, a baixa valorização dos cursos de licenciatura nas universidades, o pouco comprometimento com os investimentos na educação e a acentuada desvalorização – note-se pela carga horária semanal – das disciplinas do eixo de ciências humanas.

A LEI No 7.044 DE 18 DE OUTUBRO DE 1982, estabelecia os objetivos para a educação brasileira, sendo competência prioritária do 1º e 2º grau, em específico o 2º grau, em investimento na educação profissional dos jovens. O investimento em educação profissionalizante e cursos técnicos é importante para a juventude brasileira, porém é necessário na atualidade, pensarmos em medidas que busquem efetivar os passos que foram estabelecidos no Plano Nacional de Educação (PNE), garantir que os royalties do pré sal sejam de fato destinados para a educação, e fazer valer a garantia do piso.

Mais acesso e mais permanência, investimento na educação desde a pré escola até a universidade, a valorização do professor, para que o lema “educação pública de qualidade” não seja uma falácia, mas sim, uma realidade. Por todos esses motivos, repetimos o que escrevemos no início, que os historiadores cumprem com a função de fazer lembrar, a uma sociedade que habituou-se a esquecer.

Da mesma forma que houveram lutas no período da ditadura militar, onde essas lutas eram reprimidas, e muitos educadores como Paulo Freire por exemplo, foram exilados, outros calados com os horrores da ditadura militar, agora vivendo em um Estado de Direito democrático, que busquemos ainda mais forças para ajudar o Brasil a realizar as reformas que tanto necessita. Temos esse compromisso com a educação, temos esse compromisso com a geração presente e as gerações futuras do nosso Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Alexandre. **Conexões com a História**/ Alexandre Alves, Letícia Fagundes de Oliveira. – 1. Ed. – São Paulo: Moderna, 2010.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**: Brasil: 1964-1985/ Ronaldo Costa Couto. – Rio de Janeiro: Record, 1998.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados**/ Selva Guimarães Fonseca. – Campinas, SP: Papirus, 2003. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

PENAZZO, Silvia. **Jornadas.hist** – História, 9º ano / Silvia Penazzo, Maria Luísa Vaz. – 2. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2012.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão delegitimidade :1964-1984 [livro eletrônico] / Maria José de Rezende. – Londrina :Eduel, 2013. 1 Livro digital.

Link da internet:

LEI Nº 7.044 DE 18 DE OUTUBRO DE 1982. Disponível:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7044.htm . Acesso em: 29/10/2014.

SESSÃO 02: LEITURAS E DIÁLOGOS NO CAMPO DA HISTÓRIA

MORTE E MEMÓRIA NA OBRA JORGEAMADIANA

André Luiz Rosa Ribeiro

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo central discutir as representações da morte nas obras de Jorge Amado (1912-2001) sobre a temática do cacau. Não tem a pretensão de examiná-las do ponto de vista estético ou de desenvolver uma crítica literária, mas de discutir, no terreno das representações culturais, os elementos comuns e as discontinuidades na produção literária no que diz respeito à morte, no espaço a que se refere este estudo. A ficção ambientada na região produtora de cacau do Nordeste brasileiro é um importante índice para a compreensão do processo de elaboração de identidade nas primeiras décadas do século passado. Expressa o esforço dos literatos na construção de uma unidade cultural para a região cacauzeira, onde as representações da morte têm um importante papel.

Metodologia

As representações presentes na literatura dos principais autores que exploraram o tema do cacau não são meros reflexos do acontecido ou, por outro lado, estão simplesmente em oposição ao mesmo, contrapondo o imaginário às práticas sociais. A narrativa desses autores captou aspectos do vivido e, apesar de não ter compromisso com o que de fato teria ocorrido, não prescindiu deste. Como propõe Chalhoub (2003, p. 92, “a literatura busca a realidade, interpreta e enuncia verdades sobre a sociedade, sem que para isso deva ser a transparência ou espelho da matéria social que representa e sobre a qual interfere.” As obras ambientadas na fase da conquista das matas do sul da Bahia tornaram-se parte constitutiva da memória construída em torno de uma dita civilização cacauzeira e de uma identidade a partir da “saga grapiúna”. A palavra grapiúna significa literalmente: *ave negra que vive à beira d água*. A letra “p” entraria como uma corruptela. Com Amado, passou a designar os habitantes da região cacauzeira do sul da Bahia. O autor retrata a saga dos “pioneiros do cacau”, que constroem uma civilização forjada no processo da ocupação da terra. A morte é um elemento que permeia as tramas e os destinos das principais personagens, dando às mesmas características sociais e culturais que terminam por identificar o homem grapiúna e construir ficcionalmente uma memória para uma região definida culturalmente. O estudo da literatura enquanto participante na construção de uma memória coletiva ajuda a compreender temas recorrentes em uma determinada sociedade. Uma memória grapiúna, cujo conteúdo compõe-se de textos e imagens — olhares compartilhados sobre “o que foi” — que pautam as vivências nas relações sociais. Entendemos “grapiunidade” como um conceito articulado a partir dos discursos literários, principalmente na obra de Amado, em que características da sociedade regional são encontradas em várias das personagens mais conhecidas. As obras literárias sobre a temática do cacau ocupam um lugar relevante na literatura brasileira, não somente pela qualidade dos escritores como também por terem emergido num período histórico de “redescoberta” do Brasil.

Resultados/Discussão

A literatura regional está inserida no bojo do Movimento Nordestino iniciado na ficção por José Américo de Almeida com *A bagaceira* (1928). Os escritores ligados ao movimento ajudaram a redefinir as fronteiras culturais do país, com base na denúncia das contradições sociais da nação. A ficção passou a explorar indivíduos ou grupos socialmente marginalizados. As diferenças e tensões sociais servem de material para os literatos, principalmente os de cânone realista que pretendem tecer uma análise crítica da realidade brasileira (CARDOSO, 2006). O próprio Amado foi alçado à condição de intérprete da sociedade, praticamente inventando o povo baiano e por ele sendo inventado (GOLDSTEIN, 2003). Isto ocorre, ao menos em parte, pela postura de memorialista assumida por Amado, pelo papel fundamental das suas lembranças na concepção dos seus livros. Em suas próprias palavras, “escrevo sobre o que vivi e aquilo que conheço.” A ampla circulação das obras estudadas proporcionou às mesmas tornarem-se referência com relação à área produtora de cacau nordestina. Essas obras, mais do que retratar ficcionalmente um passado histórico, forneceram a base discursiva para a construção de representações que configuraram uma pretensa unidade cultural da região (FRANCESCHI, 1997). Amado ganhou projeção no cenário literário nacional por sua atuação no movimento regionalista de 30 e no modernismo brasileiro com o chamado “ciclo do cacau”, inaugurado com *Cacau* (1933), o seu segundo romance. Este foi seguido por *Terras do sem fim* (1943), narrativa sobre a saga da conquista da terra e a origem social dos coronéis, e *São Jorge dos Ilhéus* (1944), continuação do enredo anterior e que, como *Gabriela Cravo e Canela* (1958), aborda as mudanças no contexto social e econômico da região cacauzeira, na passagem do poder dos

produtores nacionais para os exportadores de cacau, representantes do capital externo. Nestas duas últimas obras, observa-se a recusa das mortes violentas como símbolo de um passado heróico, agora superado pelo progresso material e pelo processo civilizacional. De qualquer forma, todos os romances citados estão impregnados de memória, formando um conjunto de depoimentos ficcionais que representam as diferentes fases históricas por que passou a região produtora de cacau e as mudanças de comportamento cultural (ARAÚJO, 2003).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Jorge. *Cacau*. São Paulo: Martins Fontes (8^a- Ed.), 1969.
- _____. *Terras do Sem Fim*. São Paulo: Martins Fontes (33^a- Ed.), 1978.
- _____. *Gabriela Cravo e Canela*. São Paulo: Martins Fontes (88^a- Ed.), 2003.
- ARAÚJO, J. de S. *Dionísio & Cia. na moqueca de dendê*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- CARDOSO, J. B. *Literatura do cacau: ficção, ideologia e realidade em Adonias Filho, Euclides Neto, James Amado e Jorge Amado*. Ilhéus: Editus, 2006.
- CHALHOUB, S. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- FRANCESCHI, F. de (Org.). *Jorge Amado*. In: Cadernos de Literatura Brasileira, n. 3, São Paulo, Instituto Moreira Sales, 1997.
- GOLDSTEIN, I S. *O Brasil best seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional*. São Paulo, SENAC, 2003.

A CONSTRUÇÃO DO MITO DE ORIGEM DA REGIÃO SUL DA BAHIA E SEUS ASPECTOS NA LITERATURA JORGEAMADIANA

Victor Lima Pereira Santos

INTRODUÇÃO

A memória regional do sul da Bahia possui uma estrutura simbólica que ascendeu ao lugar de mito e passou a orientar as explicações oferecidas pelo senso comum a respeito da história da região. O trabalho pretende identificar o processo de formação dessa estrutura mítica, buscando seus elementos componentes em textos jornalísticos, literários e memorialísticos. Situando o início de sua construção e difusão no final da década de 1910, partindo do processo de mudança na liderança política da região, que se deu numa instância oficial a partir de 1917, quando Antônio Pessoa, de alinhamento seabrista, assume a intendência de Ilhéus, destituindo o, outrora dominante, grupo da família Sá. O que se dá, a partir daí, é a implementação ostensiva de um discurso através da imprensa local e de obras históricas encomendadas, no qual o período anterior à república e a consequente importância política e econômica do grupo liderado pela família Sá foi sistematicamente esquecido (RIBEIRO, 2001).

Essa pesquisa também perpassa pelo processo de construção da memória regional, reconhecendo nele a constituição de imagens que podem ser vistas como reflexos de fenômenos políticos. No decorrer desse processo, destaco e analiso as representações literárias difundidas na obra de Jorge Amado, buscando mensurar a real amplitude de sua influência na propagação da versão pessoísta para memória regional.

METODOLOGIA

Para abordar a literatura de ficção produzida a partir do período citado, que desponta como um dos principais veículos de difusão do mito pessoísta, utilizo o conceito de representação de Chartier, que compreende a possibilidade de uma dimensão política quando diz que as representações do mundo social

são sempre determinadas pelo interesse dos grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. E, além disso, também entende que as lutas por representação tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor a sua concepção de mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1990)

Outra visão das representações literárias, e de seus desdobramentos políticos e sociais nos é trazida por Antônio Cândido, que num sentido complementar reconhece que a literatura, como fenômeno humano e social, depende, para se constituir e se caracterizar, do entrelaçamento de vários fatores sociais. Sem perder de vista a relação arbitrária e deformante que o trabalho artístico estabelece com a realidade, nem recair numa percepção determinista da interferência de tais fatores na totalidade de uma obra literária (CANDIDO, 1980).

Para a efetuação da análise literária, num primeiro momento me proponho a analisar Gabriela, Cravo e Canela (AMADO, 1983) e Terras do Sem Fim (AMADO, 2001) duas dentre as principais obras de Jorge Amado, inseridas no chamado Ciclo do Cacau, publicadas em 1958 e 1943, respectivamente. Estas obras guardam imagens que reforçam o mito de origem pessoísta, e podem ter contribuído para a sua perpetuação no imaginário local, que com o passar do tempo migra para o terreno da memória.

Para a abordagem teórica da memória, recorro a Michael Pollak, que fala da memória como um fenômeno coletivo e social, construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLAK, 1992). Reconhecendo na intersecção desse terreno com o do imaginário, o habitat natural das estruturas míticas, que, como na acepção de Mircea Eliade, possui um caráter apriorístico de sagrado e verdadeiro, sempre dizendo respeito a uma criação. (ELIADE, 1991)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mesmo reconhecendo nela os elementos constituintes da memória regional à que me refiro, não penso que se deva atribuir à obra de Jorge Amado a responsabilidade de ter cunhado sozinha essa memória a que me refiro, tendo em vista que o discurso reforçado nela já era, à época, bastante reproduzido e fortalecido no imaginário social. Tais elementos encontrados na literatura jorgeamadiana correspondem precisamente à mata virgem, que ali jaz para ser derrubada e abrir espaço para as roças de cacau, cultivado pelo migrante, resignificado como o desbravador que conta apenas com a força da própria mão-de-obra para construir uma região, uma vez que antes disso o sul da Bahia não passava de uma terra selvagem, inabitada e inexplorada. Em favor dessa imagem, são deixadas de lado àquelas concernentes aos sujeitos, fenômenos e atividades anteriores à economia cacauzeira.

O que parece ter acontecido foi que este discurso ganhou eco na literatura jorgeamadiana, e através dela, como de outros canais, se reforçou e adquiriu peso para permanecer vivo no imaginário ao longo do tempo. Evidente que aliado ao discurso imagético da literatura, há motivos de ordem econômica e política que justificam a perpetuação do discurso em si. Com isso reitero as considerações de Chartier para dizer que, de fato, as lutas por representação, simbólicas, tem tanta importância como as lutas econômicas para se compreender as disputas por poder na esfera do social e do político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Jorge. **Gabriela, Cravo e Canela**. 65. ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.

_____. **Terras do Sem Fim**. 68. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva S.A., 1991.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-212, 1992

RIBEIRO, André Luís Rosa. **Família, Poder e Mito**: O município de S. Jorge de Ilhéus (1880 - 1912). Ilhéus: Editus, 2001.

A ATUAÇÃO COMUNISTA JUNTO AOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAJUÍPE NAS PÁGINAS DO “O PALADINO” (1956-1959).

Igor Farias Góes¹
Marcelo da Silva Lins²

RESUMO GERAL

O Partido Comunista do Brasil (PCB) tem ao longo de sua trajetória diversas atuações políticas junto a classe trabalhadora. Entre os anos de 1945-64, o estreitamento na relação entre o partido e o movimento dos trabalhadores marca a inserção do PCB na organização da classe e na fundação de sindicatos. Com isso, para tratar da história das organizações de trabalhadores, faz-se necessário falar do PCB, devido a sua grande influência nas organizações sindicais. Seguindo essa perspectiva, nosso objetivo é apresentar quais foram as contribuições dos comunistas na trajetória de luta dos trabalhadores rurais de Itajuípe, como atuavam no incentivo a organização social e na luta por melhores condições de trabalho, através das páginas do “O Paladino”, jornal que difundia ideias políticas do PCB na cidade entre 1956-59. No entanto, para uma melhor compreensão dos acontecimentos que envolvem a participação conjunta entre o PCB e os trabalhadores rurais nesse processo, é necessário delinear como se desenvolveu o cenário sócio-político nacional no período.

O Brasil que no fim de 1945, vê nascer reclames que exigiam um governante eleito nos moldes da democracia, assiste a deposição de Getúlio Vargas do cargo de presidente e começa seu sonho democrático. E logo em sua primeira eleição percebe o quão forte é a figura do ex-ditador, após a eleição do candidato que recebe seu apoio. E no primeiro governo democrático brasileiro, observa-se a escrita de uma Nova Constituição, que submete os trabalhadores as mesmas condições em que se encontravam no regime ditatorial, e a cassação do “registro do Partido Comunista Brasileiro, que teve suas sedes fechadas pela polícia e voltou à situação em que vivera praticamente desde a sua fundação, em 1922, isto é, a clandestinidade [...] vereadores, deputados estaduais e federais e senadores eleitos pela legenda comunista perderam seus mandatos” (ALMEIDA JÚNIOR, 2004), sob a alegação de propagação de ideais antidemocráticos. Forte indicativo de como seria condizida a democracia brasileira entre 1945 e 1964. Por todo o período democrático, o Brasil veria explicitamente um conflito entre, defensores de um país autônomo e defensores de um país submetido a um domínio político, social e econômico internacional. Embate que se intensifica no retorno de Vargas ao posto de presidente e chega ao ápice na deposição de João Goulart em 1964.

Nesse contexto, o PCB apresenta-se como principal força política em defesa da classe trabalhadora. Começando com a frente popular, no início do regime democrático; estendendo-se pela luta trabalhista em discurso moderado, enquanto respirava ares de legalidade no congresso; e dois anos depois em 1947, quando posto na ilegalidade, assume um caráter radical, intensifica seu ideal anti-imperialista e sua atuação junto as organizações sindicais.

E foi no seio sindical que circulou um importante instrumento utilizado pelo partido para propagação dos ideais comunistas: a imprensa. Prática exercida pelo partido três anos depois pós sua fundação com o jornal “*Classe Operária*”. No entanto, “fazendo um balanço de parte da sua trajetória fica evidente que o partido não tinha planejamento de um trabalho sistemático no meio rural” (LINS, 2009), e a atuação do PCB só atinge esse âmbito de forma expressiva nos anos de 1950. Em consonância a atuação pecebista na esfera rural, circula em Itajuípe entre os anos de 1956-1959, sob a direção do senhor Clodoaldo Cardoso, militante comunista, o jornal “O Paladino”. Que trazia em suas páginas denúncias quanto as más condições que enfrentavam os trabalhadores rurais do município e a luta em busca da conquista de um salário mínimo. Uma vez que a criação da lei que instituía o salário mínimo, assim como a Consolidação das leis Trabalhistas, de 1943, deixavam de fora os trabalhadores rurais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes. **Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas.** In: FAUSTO, Boris (Dir.) O Brasil Republicano. 3. Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

¹Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC;
E-mail: igorfgoes@hotmail.com

² Professor Assistente da Universidade Estadual de Santa Cruz. Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia – Orientador. marceloslins@hotmail.com

LINS, Marcelo da Silva. **Os trabalhadores do cacau: entre lutas, sindicato, partido e revolução.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

AS REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA LOCAL SOBRE A ATUAÇÃO DO PCB NO EIXO ILHÉUS – ITABUNA, DURANTE O PERÍODO 1945 – 1957.

Wanderley Fraga Viana¹

Marcelo Da Silva Lins²

RESUMO GERAL

Este trabalho fez parte do projeto “ Os comunistas no Sul da Bahia entre 1945 – 1957”, que teve como objetivo abordar a história do PCB no eixo Ilhéus – Itabuna, a partir da relação do partido com a classe trabalhadora organizada, ou seja, os sindicatos. Nesse sentido, busquei pesquisar nos jornais locais as atividades dos sindicatos e dos comunistas nas cidades de Ilhéus e Itabuna. Usei os jornais O Intransigente de Itabuna e o Diário da Tarde de Ilhéus que estão disponíveis no Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC) realizei o levantamento, classificando as notícias encontradas segundo o período, e a partir desse material encontrado, iniciei a análise realizando a crítica interna e externa.

Cabe caracterizar os jornais de propriedade políticos da região ligados aos fazendeiros de cacau, que na maioria das notícias de todo período pesquisado se destacam pelo perfil conservador, patronal e anticomunista, muito comum no contexto da guerra fria. Portanto as matérias nos serviram como pistas das atividades dos comunistas, mas também para perceber as representações criadas pela imprensa a respeito. Foi fácil estabelecer relações entre a atuação do partido no cenário nacional e seus reflexos na região. Nos primeiros anos pesquisados 1945 – 1947, período em que o partido estava na legalidade, as notícias relatam reuniões, formação de diretórios, comitês, comícios, e destacam questões eleitorais e grande influência nos sindicatos.

Entre os anos 1948 a 1957, o partido mudou sua postura política em função da sua volta à ilegalidade, assumiu um posicionamento mais radical, e isso se reflete no cunho das matérias jornalísticas, as críticas ficaram mais duras, sendo constantes as tentativas de estabelecer relações entre o PCB e os regimes socialistas da URSS e do Leste Europeu caracterizados como ditaduras, assim como são constantes as campanhas anticomunistas usando do discurso religioso caracterizando os comunistas como ateus antirreligiosos e como elementos perigosos que se infiltram entre os trabalhadores, sempre apontados como inocentes, frágeis e desprotegidos, ficando a mercê das investidas dos militantes.

O plano de trabalho do projeto de pesquisa nos direcionou diretamente para a imprensa regional. o método histórico consiste na chamada crítica interna e externa aos documentos. Nesse caso em específico, pesquisar e analisar os sujeitos que emitem opiniões nos jornais, as intenções, os interesses, o público alvo, os acontecimentos, os processos, o contexto, o que existe por trás das notícias. Fiz a leitura de bibliografia sobre o partido comunista do Brasil (PCB), e sobre conjuntura política brasileira no período que abrange a pesquisa para facilitar a compreensão dos jornais analisados.

Nos primeiros meses utilizei as fontes bibliográficas, no segundo momento foi feita a pesquisa documental nos jornais de Ilhéus e Itabuna publicados nos anos 1945 e 1957, ao tratar diretamente com os jornais em questão escolhi o jornal Diário da Tarde de Ilhéus e o jornal O Intransigente de Itabuna ambos os jornais não estão com suas coleções completas no CEDOC, mas possuem uma quantidade suficiente para análise do período. A coleção do Diário da Tarde falta apenas alguns semestres. Seguir a sequência cronológica ao pesquisar os jornais e utilizei uma câmera fotográfica digital para fotografar as notícias encontrada para que pudesse fazer novas leituras posteriormente podendo rever quantas vezes necessário.

Ao final da pesquisa foram mais de 1.500 (mil e quinhentas) fotografias, que permitem compreender um pouco da política das atividades do PCB e como essas atividades são retratadas pela

¹ Discente do Curso de História – DFCH/UESC – Bolsista de Iniciação Científica – FAPESB - E-mail: wandovitoria@hotmail.com

² Orientador, discente do Curso de História – Departamento de Filosofia e Ciências Humanas – DFCH/UESC - E-mail: marceloslins@hotmail.com

imprensa local, busquei nas fontes os indícios das atividades desenvolvidas pelo PCB, os sindicatos que atuavam, e demais setores em que atuavam. Ao mesmo tempo cruzei tais dados com as informações encontradas na bibliografia a respeito das atividades comunistas em âmbito nacional percebendo as semelhanças e especificidades.

Através do material publicado nos jornais concluímos que o PCB atuou no Sul da Bahia, formou alguns diretórios, concorreram às eleições, e mesmo após ser colocado na ilegalidade a partir de 1947 estiveram presentes em diversos sindicatos e atuando na política, nesse sentido, busquei pesquisar nos jornais locais as atividades dos sindicatos e dos comunistas nas cidades de Ilhéus e Itabuna. As matérias serviram como pistas das atividades dos comunistas, mas também para perceber as representações criadas pela imprensa, ou seja, o anticomunismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES, Jose Raimundo Fontes. **A Bahia de todos os trabalhadores: Classe operária, Sindicato e Política (1930 – 1947).** Teses de doutorado. USP.1997.

NEGRO, A. L. **Um PCB é pouco, dois é bom, três e demais.** A participação operária na política do pós – guerra. História, Assis, n. 21, 2002.

SENA JR. Carlos Zacarias de. **Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936 – 48).** São Paulo, Annablume, 2009.

SILVA, Fernando Teixeira e SANTANA, Marcos Aurélio. “O equilibrista e a política: O Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945 – 1964)”. In FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs). **Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964).** As esquerdas no Brasil, volume 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: Visões da história do movimento sindical brasileiro. **XXII Encontro Anual da Anpocs.** GT: Trabalhadores Sindicalismo e Política. Caxambu, 1998.

NOVAS FONTES PARA A HISTÓRIA DO SUL DA BAHIA: A LITERATURA DE CORDEL EM PERSPECTIVA

Robson Rodrigues¹

INTRODUÇÃO

Observando a ausência de uma nova perspectiva em expor a história da região cacauera, este trabalho se propõe em abrir um novo horizonte na historiografia do sul da Bahia para além da história memorialista e do cacau, trazendo à tona uma fonte literária que se apresenta em poucos trabalhos acadêmicos da referida região, a literatura de cordel². A partir da análise de algumas obras de Minelvino Francisco Silva, o trovador apóstolo – como ele mesmo gostava de se denominar –, pretendemos acessar as peculiaridades da sociedade da época, em suas nuances de tempo e espaço, a fim de expor os conflitos que se apresentam e identificar o lugar social de onde os sujeitos falam e agem, em alguns dos cordéis de Minelvino.

Neste contexto, as obras que serão analisadas de Minelvino em consonância com a bibliografia sobre literatura de cordel servirão de base para adentrar um cenário histórico único, com diversas singularidades históricas que são marginais à “sociedade do cacau”, que sempre é ponto de partida na maioria dos trabalhos acadêmicos da região onde este tipo de economia fundamentou uma tendência historiográfica durante muito tempo. Em suma, a presente pesquisa pretende ampliar o uso da literatura de cordel como fonte nas produções historiográficas regionais, a partir da análise de um importante ícone

¹ Especializando em história do Brasil pela Universidade Estadual de Santa Cruz – BA.

² Resumo apresentado ao XXV Ciclo de Estudos Históricos realizado na Universidade Estadual de Santa Cruz – BA.

deste viés literário, Minelvino, a fim de destacar novos sujeitos históricos, lugares sociais e conflitos, apresentados de forma peculiar – porém, baseados em fatos reais – pelo trovador apóstolo.

O objetivo geral desse projeto é fazer compreender a importância da literatura de cordel como fonte para a ciência histórica, principalmente para a região cacauzeira, que ainda utiliza pouco este recurso. Para tanto, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

3.1 contribuir com a historiografia regional fazendo um levantamento da produção de Minelvino Francisco Silva, inserindo a mesma no contexto da sociedade local.

3.2 analisar o processo de inserção da literatura de cordel como fonte nas produções historiográficas do sul da Bahia;

3.3 comprovar, através das leituras referenciais, a autenticidade destas obras como fontes históricas.

3.4 traçarum paralelo entre a literatura de cordel produzida por Minelvino e a Biblioteca Azul.

PROBLEMÁTICA

Na tentativa de ampliar as possibilidades de pesquisa e fontes históricas para as produções historiográficas no sul da Bahia, surge a inquietação de apresentar a importância e autenticidade da literatura de cordel como um documento histórico, já que esta retrata seu tempo, espaço, sujeitos e conflitos de forma peculiar e rica, como podemos vislumbrar em alguns cordéis de Minelvino Francisco Silva.

A consolidação da presença da literatura de cordel em Itabuna foi marcada com a chegada de Minelvino que através de sua arte descreveu e ilustrou aspectos não só da região como também do Brasil e do mundo. O poeta foi

“(…) aclamado Príncipe dos xilógrafos do estado da Bahia, título que lhe foi atribuído por outro mestre famoso, Dila: “Eu, José Cavalcante Dila, xilógrafo pernambucano, para Minelvino como xilógrafo não dou uma nota, e sim um título: Príncipe dos xilógrafos do estado da Bahia”. (MATOS, 200, p. 20).

Toda esta honraria por conta do trovador baiano ser considerado o responsável pela introdução da xilogravura no cordel baiano.

FONTES

Além de alguns dos cordéis de Minelvino, fonte já citada anteriormente, este trabalho pretende a análise de produções memorialistas, jornais de Ilhéus e Itabuna bem como arquivos públicos das respectivas cidades. Além das produções historiográficas que darão a base teórica a esta pesquisa, bem como acervos eletrônicos sobre a temática da literatura de cordel.

No geral, a literatura de cordel nordestina tem despertado o interesse dos intelectuais para diversos trabalhos acadêmicos, não só no Brasil como também chama a atenção de pesquisadores estrangeiros por conta da semelhança com a literatura popular dos países destes e também por sua particularidade em relatar os fatos históricos de forma peculiar, pois “está inserida na amostragem de novos objetos da História” (JANATI, p. 15) e isto contribui para que grandes “centros do conhecimento” se interessem pela nossa cultura.

“Encantada com a literatura popular brasileira, a biblioteca do Congresso americano já tem mais de sete mil folhetos em seu acervo”.¹

Portanto, com esta pesquisa, pretendemos ampliar o universo de conhecimento sobre a literatura popular nordestina, especificamente a de Minelvino Francisco Silva, poeta de grande relevância na região cacauzeira e que deixou em seus cordéis sua visão sobre a sociedade itabunense de sua época, seja de forma satírica, poética ou irônica, contribuindo para o enriquecimento da cultura regional.

METODOLOGIA

O presente estudo seguirá o seguinte roteiro de trabalho:

6.1 Será realizada uma revisão bibliográfica que trate da questão da definição da literatura de cordel enquanto fonte histórica;

¹ Cordel para o Tio Sam. In: Em dia, Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 5, nº 50, novembro, 2009. p. 12.

6.2 Os cordéis de Minelvino serão analisados como um elo entre a sociedade e o autor, onde este procura mostrar, através de sua obra, o cotidiano local e os sujeitos presentes neles;

6.3 Teoricamente a pesquisa estará estruturada em autores como Peter Burke, Roger Chartier, dialogando com a historiografia cultural;

6.4 Através da revisão bibliográfica, dos jornais e da documentação – neste caso específico, alguns cordéis de Minelvino – será possível ampliar possibilidades para um novo olhar historiográfico nas produções acadêmicas na região cacauzeira.

Para compor o aporte teórico para a elaboração deste trabalho, concordamos com o conceito de BURKE (2010) ao discorrer sobre os termos cultura e popular:

“Os problemas suscitados pela utilização do conceito de “cultura” são no mínimo ainda maiores que os suscitados pelo termo “popular”. Uma razão para esses problemas é que o significado do conceito foi ampliado [...] à medida que os historiadores e outros intelectuais ampliaram seus interesses”. (BURKE, 2010, p. 22).

Visto se tratar de uma arte das massas e para as massas, seja cordel ou folheto, a literatura popular não necessita se preocupar com os termos.

A ideia de história cultural por Roger Chartier também dialoga com proposta do nosso trabalho:

“A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos”. (CHARTIER, 1986, p. 16 – 17).

Caminhos estes que pretendemos seguir através da análise de parte da obra do cordelista dialogando com as fontes disponíveis como por exemplo a narrativa do mesmo sobre um crime que ocorreu na cidade versado na obra *O crime da Rua do Canal, em Itabuna*¹:

“Que coisa feia, horrorosa!
Para todo pessoal.
Que homem sem coração!
Que ódio descomunal!
Que crime sem piedade!
Que deu-se nesta cidade
Citada Rua do Canal”.
(SILVA, ?, p. 01).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, José Dantas de. Dois Trovadores do passado. In: _____. **Documentário Histórico e Ilustrado de Itabuna**. Itabuna: Proplan, 2ª edição. Pg. 45 – 68, 1986.

ANDRADE-BREUST, Adriana Dantas. **Itabuna História e Estórias**. Ilhéus-BA; EDITUS, 2003

ARAÚJO, Verônica Alves de Miranda. **Minelvino Francisco Silva: o trovador apóstolo e suas narrativas sobre a mulher**. Ilhéus, 2008. Monografia (Graduação) – Universidade Estadual de Santa Cruz.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CAVALCANTE, Rodolfo Coelho. SILVA, Minelvino Francisco. **Xilogravura Popular Cordel**. Salvador: Gráfica L. Hora Ferreira, 1977.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, S.A., 1988.

¹ Esta obra de Minelvino não apresenta ano de produção, como muitas outras obras do cordelista.

JANATI, Maria de Lourdes. O livro Fontes Históricas como Fonte. In: PINSKI, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, Pg. 09 – 22.

MATOS, Edilene. **Cordel Minelvino Francisco Silva**. São Paulo: Editora Hedra, 2000.

SANTOS, Marcio Santana. **O fenômeno do populismo em Itabuna nos cordéis de Minelvino**. Ilhéus, 2000. Monografia (Especialização) - Universidade Estadual de Santa Cruz.

SILVA, Minelvino Francisco. **O crime da rua do canal, em Itabuna**. Itabuna, (?), Literatura de cordel.

WANKE, Eno Teodoro. **Vida e luta do trovador Rodolfo Coelho Cavalcante**. Rio de Janeiro: Folha carioca, 1983.

PERIÓDICOS

Cordel para o Tio Sam. In Em dia, **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 5 nº50, novembro 2009 p. 12.

LAMOUNIER, Guilherme. Minelvino Francisco Silva – Um encantador de histórias. In: **Jornal Agora**. 28 de Julho de 2001. P. 03. (Agora Artistas Plásticos – Minelvino)

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

Fundação Casa de Rui Barbosa. In: http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_Q\Trbs\FCRB_Cordel\CordelFCRB.DocPro&Pasta=Minelvino%20Francisco%20Silva&PagLog=&Pesq=&PagFis=. Acesso em 12 de março de 2013.

Guia do cacau. In: <http://www.guiadocacau.com.br/minelvino/>. Acesso em 21 de fevereiro de 2013.

O LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL – CEDOC/UESC NA FORMAÇÃO DISCENTE E NA PESQUISA HISTÓRICA

Maíza Ferreira dos Santos²
Prof. Dr. Luiz Henrique dos Santos Blume³.

RESUMO GERAL

O projeto *Laboratório de História Oral: ensino e pesquisa com fontes orais* foi criado de acordo com as premissas do PAC/História (Projeto Acadêmico Curricular), entendendo que ensino e pesquisa são práticas indissociáveis para a formação discente¹. Dentro dessa perspectiva compreende-se que a produção de novas fontes de documentação e até mesmo o acesso dos estudantes a fontes históricas tradicionais e não tradicionais são essenciais para a formação dos discentes que serão futuros profissionais da História. O objetivo do projeto é trazer ao meio acadêmico a discussão de novas práticas pedagógicas e até mesmo de pesquisa. O *Laboratório de História Oral* é um espaço que propõe ao discente repensar essas práticas. Como futuros profissionais da História, sabemos da necessidade de rompermos com formas tradicionais de ensinar, ultrapassar as barreiras do livro didático é a palavra de ordem.

O acervo de história oral do Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC) é composto de entrevistas e vídeos, no qual eles permitem que sujeitos históricos excluídos da

¹ Este trabalho é fruto da minha experiência como bolsista no projeto de ensino Laboratório de História Oral: ensino e pesquisa com fontes orais;

² Estudante de graduação em licenciatura de História na Universidade Estadual de Santa Cruz, email: maizafferreira16@gmail.com;

³ Professor orientador do projeto de ensino Laboratório de História Oral: ensino e pesquisa com fontes orais.

historiografia tradicional tenham visibilidade. Nesse sentido, podemos dizer que a História Oral apresenta-se como possibilidade na constituição de novos sujeitos do conhecimento histórico. Partindo dos princípios acima citados considero que o *Laboratório de História Oral* poderá contribuir para a formação crítica dos estudantes e que a mesma seja refletida na sua prática pedagógica, formando assim seres críticos e capazes de questionar a realidade que estão inseridos.

Esse trabalho consiste na apresentação da minha experiência como bolsista do Projeto de Ensino *Laboratório de História Oral: ensino e pesquisa com fontes orais*. O projeto é realizado no CEDOC, que foi fundado em novembro de 1993, órgão suplementar à Reitoria da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Esse setor foi criado com o objetivo de preservar a memória dos municípios da área de influência da UESC, possuindo no seu acervo fontes hemerográfica, iconográfica, audiovisual, livros e monografias que tratam de temáticas regionais, sendo esta última produzida pelos alunos da própria universidade. Todas as fontes do setor estão disponíveis para pesquisa, exceto o acervo de áudio, que atualmente está passando por um processo de conferência e sistematização. Além dessa função preservacionista o CEDOC é um órgão que também fomenta o desenvolvimento de linhas de pesquisas voltadas para o estudo da História Regional.

A primeira fase do trabalho consistiu em familiarizar-me com a metodologia arquivística. Após esse momento, foi feito o levantamento da quantidade de entrevistas do acervo de História Oral do CEDOC, que recebe a nomenclatura de *Coleção Testemunhos para a História*. Contabilizamos trezentos e setenta e um (371) cd's tombados, desse total de 371, cento e noventa e três entrevistas possuem sua respectiva transcrição e fazem parte do acervo do CEDOC. As entrevistas da Coleção Testemunhos para a História estão organizadas da seguinte forma: **Grupo:** Entrevistas temáticas; História de Vida e Memória de Educadores. **Subgrupo:** Itabuna; Ilhéus; Litoral Sul; Extremo Sul e Miscelânea. Essas entrevistas foram elaboradas por estudantes e/ou professores da própria instituição com a finalidade de buscar a preservação e a construção de uma História para a região. Além de entrevistas a coleção também disponibiliza gravações de palestras e eventos organizados pelo curso de História, como por exemplo, o Ciclo de Estudos Históricos.

Após esse primeiro contato com o acervo, teve início o processo de nova catalogação das fontes orais. O período de catalogação consistiu na audição de todas as entrevistas, pois somente assim seria possível efetuar a identificação dos entrevistados, entrevistadores, duração da gravação, temática e o ano em que a entrevista foi realizada. O acervo de História Oral era formado somente por fitas cassete. Para que esta documentação não se perdesse, foi necessária uma digitalização desse material. O projeto de ensino e pesquisa também deverá sistematizar as informações do acervo físico das entrevistas e o acervo físico das transcrições. Essa etapa será fundamental para que o inventário sumário seja concluído, fator que facilitará a busca do pesquisador e do funcionário do setor. É essencial salientar que esse trabalho será elaborado seguindo as técnicas da arquivologia.

Nesses dezenove meses de execução do projeto foi realizado o levantamento da coleção de fontes orais do CEDOC para a identificação das entrevistas que estão no acervo de História Oral. Paralelo a essas atividades técnicas a coordenação do projeto organizou oficinas e um seminário. Nesses espaços de discussão estudantes das diversas licenciaturas puderam conhecer a metodologia da História Oral e suas potencialidades. O **I Seminário de História Oral e Memórias**, a **Oficina Memória e História Oral** foram peças fundamentais para que o objetivo proposto pelo projeto fosse concluído, afinal é essencial proporcionar aos discentes a discussão da fonte oral como ferramenta para ensino e pesquisa. No primeiro evento aconteceu uma mesa redonda que tratou do tema História Oral e Memórias: uma perspectiva de História Social. Os Professores que compuseram a mesa foram: Prof. Dr. Charles D'almeida Santana (UNEB/UEFS) e Prof.^a Dr.^a Maria do Rosário Peixoto (PUC-SP).

A experiência que pude vivenciar neste projeto foi fundamental para a minha formação. Os seminários, as oficinas e o próprio acervo me proporcionaram ter um novo olhar sobre a História, seus sujeitos e seus métodos. Ao me deparar com as variadas entrevistas pude compreender que a História não é feita somente pelos grandes heróis, que acabam virando ícones nos livros didáticos. Nesse sentido compreendo que o uso da fonte oral no ensino é possível, vejo o uso dessa fonte como fundamental para a formação crítica dos indivíduos. A História Oral possibilita que sujeitos comuns se vejam como agentes ativos na construção da História, sendo assim, a fonte pode ser uma ferramenta contra hegemônica na historiografia. Além desses novos olhares, entendo a consolidação do *Laboratório de História Oral* como essencial para o CEDOC, espaço de suma importância para o incentivo do uso da fonte oral no ensino e na pesquisa dentro e fora da instituição.

Ultrapassando os muros da universidade, o projeto também está com a proposta de realizar a Oficina de Ensino de História com fontes orais: a ditadura civil e militar em Ilhéus 1964/85. Essa atividade será realizada com estudantes do ensino EBTT, no Instituto Federal da Bahia. Atualmente o

projeto está na sua fase final, faltando exatamente dois meses para sua conclusão. No semestre vigente concluiremos a conferência e sistematização das entrevistas. Após essa etapa pretendemos fazer a publicação de um catálogo em formato de livro sumário, que servirá como instrumento auxiliador na busca do pesquisador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACS-PROJETO MEMÓRIA. **PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL**. Manual de normas para transcrição de entrevistas. S.n.t. (arquivo.doc).

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

KHOURY, Yara Aun. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura Antunes e outros (org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho D'Água, 2006.

MACÊDO, J.R; SOUZA, A.P. UESC. Departamento de Estudos Sociais. **Projeto de criação do Centro de Documentação e Memória**. Ilhéus, 1993, mimeo.

PORTELLI, A. História Oral e Poder. **Revista Mnemosine**, vol. 6º, nº 2; p. 2-13. Rio de Janeiro, 2010.

PORTELLI, A. O Que Faz A História Oral Diferente? **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História, n.º 14, São Paulo: Educ, 1997.

SCHWARZSTEIN, D. **Una introducción Al uso de La historia oral en el aula**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica de Argentina, 2001.

UESC; PROEX; Departamento de Estudos Sociais. Projeto de criação do Centro de Documentação e Memória Regional: **Subprojeto de implantação e Seminário que integram o projeto**. Processo nº 39.05/10 de Outubro de 1993

UESC. Portaria gabinete Reitoria UESC nº 179, de 18 de Novembro de 1993. Centro de Documentação e Memória Regional. Súmula do projeto de criação. Mimeo.

FORMAÇÃO DO BAIRRO JOÃO SOARES: POLÍTICA E SENSIBILIDADES

Rodrigo de Oliveira Lelis

INTRODUÇÃO

Este trabalho é apenas um esboço do projeto ao qual pretendo realizar “oficialmente” em breve. A história política de Itabuna possui uma produção acadêmica razoável, no entanto observo uma carência no que diz respeito aos bairros mais periféricos, talvez por suas formações recentes, o bairro João Soares chama atenção por esse motivo. Pretendo nesse projeto descrever a formação do bairro João Soares tanto do ponto de vista político quanto do que diz respeito à sensibilidade, essas duas áreas talvez possam ser vistas como distantes uma da outra, mas essa produção se faz necessária tendo em vista que a história da formação deste bairro encontra-se obscura na historiografia e por ser um bairro oriundo de invasão, está geograficamente entre dois morros, ter grande parte da infraestrutura feita pelos próprios moradores e ser residência de poucas famílias, acredito que uma análise sob a perspectiva das sensibilidades irá conduzir uma boa compreensão do processo de urbanização e do crescimento demográfico do bairro.

METODOLOGIA

Como as fontes bibliográficas são escassas, o trabalho será baseado em fontes orais a serem produzidas por mim com os moradores mais antigos não só do bairro como também a região próxima como um todo. As fontes hemerográficas serão consultadas com grande frequência, claro que sempre fazendo a leitura desse material de forma crítica tentando extrair os discursos políticos dessa produção. No que diz respeito a práticas teóricas o trabalho tem em vista sempre a percepção das sensações/vivências e das motivações psicológicas dos agentes históricos e para isso torna-se indispensável à análise do contexto sociocultural suas transformações e as vivências encontradas no bairro, nos arredores e em tantas outras frequentadas pelos moradores do João Soares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para esse trabalho penso na análise das vivências, sensações e sentimentos ocorridos em outrora, para isso será fundamental as fontes orais e as fontes hemerográficas, neste ponto torna-se complexa essa análise tendo em vista a dificuldade de tocar no subjetivo de uma época passada. Para isso podemos utilizar as teias de relações para interpretarmos as relações numa esfera “macro” (GEERTZ, 1989) que claro, não está dissociada do “micro universo” a ser observado, contudo o historiador das sensibilidades toma como ponto de partida a maneira como as pessoas se representam, em distintos momentos históricos, cabendo-lhe interpretar a coerência, as conexões dessas representações em seu “universo.” (ERTZOGUE e PARENTE, 2006). Penso que toda a experiência sensível do mundo, partilhada ou não, que exprima uma subjetividade ou uma sensibilidade, deve se oferecer à leitura enquanto fonte, deve se objetivar em um registro que permita a apreensão dos seus significados. O historiador precisa, pois, encontrar a tradução das subjetividades e dos sentimentos em materialidades, objetividades palpáveis, que operem como a manifestação exterior de uma experiência íntima, individual ou coletiva. (PESAVENTO, 2007). Tais marcas de historicidade - imagens, palavras, textos, sons, práticas - seriam o que talvez seja possível nomear como evidências do sensível e acessarei essas marcas de historicidade filmando as entrevistas, buscando acesso os diários da época entre outros.

Uma grande crítica que existe a esse tipo de abordagem é a “validade” da escrita no que diz respeito a “o real”, neste momento tenho a ousadia de rebater com minhas próprias palavras, não é a verdade que almejamos, almejamos a compreensão e compreendemos a partir dos vestígios, desta forma entendemos que não construímos um passado sólido, estático, “verdadeiro” e sim um passado fluido, cheio de idas, de vindas e de voltas. Historiadores construíam representações sobre o passado, mas a partir de fontes e seguindo um método. Este método consistia em COMPREENDER, INVESTIGANDO, o que implicava ter em conta uma rede de correlações: O SINGULAR SE COMPREENDE NA TOTALIDADE EM QUE EMERGE, E A TOTALIDADE SE COMPREENDE NESTA SINGULARIDADE, NA QUAL SE EXPRESSA. (Droysen, 2009), o que era longínquo no espaço e no tempo podia ser atingido e tornar-se compreensível, pois fora expresso pela linguagem e construído como representação.

Tenho representação como base às ideias abstratas / conceituais e não só como mimese / figuração fiel. Ela possui duas vertentes, que em determinados momentos se tornam cânone, ou seja, a representação não é só presença / ausência, é importante perceber como se dá essa representação, se ela é mimese ou conceitual. (Ginzburg, 2007)

É a partir desse conceito de representação que pretendo construir uma narrativa que dê conta tanto dá formação do bairro enquanto ações políticas como também da sua construção populacional, urbana e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DROYSEN, J. G. **Manual de Teoria da História, Petrópolis: Vozes, (1882) 2009.**

ERTZOGUE, Marina Haizenreder. & PARENTE, Temis Gomes. **(Orgs.) História e sensibilidade. Brasília: Paralelo 15, 2006.**

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.** São Paulo, Cia. das Letras, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.**

PESAVENTO, Sandra Jatahy et ali. **Sensibilidade na História: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

HISTÓRIA POLÍTICA DE JUSSARI DE 1960 A 1985

Olívio Paulo dos Santos¹

RESUMO GERAL

A importância de se estudar uma história de uma cidade² reside no fato de que todas as pessoas que residem nesta, tem interesse em conhecer os acontecimentos do passado que fazem parte da sua trajetória, bem como, a idéia de que é necessário conhecer a história de seu município, dessa forma é possível uma reflexão sobre as transformações regionais, bem como a sua interferência no contexto Estadual e Federal, desmistificando dessa forma, algumas lacunas que não foram esclarecidas.

O período compreendido entre o ano de 1960 e 1985, é um momento relevante para a história da cidade de Jussari, cidade esta situada na microrregião cacauzeira no Sul do estado da Bahia, limitando-se ao Sul com a cidade de Camacan, ao leste com a cidade de Arataca, ao oeste com a cidade de Itaju do Colônia e ao norte com a cidade de Itabuna, município este que durante muito tempo manteve a administração política da cidade de Jussari. O período escolhido é justificado pelo fato de que no ano de 1960 iniciaram as discussões sobre a possibilidade da Vila de Jussari emancipar-se, entretanto por questões políticas, esta somente conseguiu emancipar-se inicialmente através de uma lei municipal Nº 536 de 18 de setembro de 1961 o qual denominava de Gilenópolis. O mistério reside no fato de que esta lei não foi colocada em prática, pois a principal figura dessa história, o Sr. Gileno Amado não desejava a independência desta cidade, pois temia perder seu prestígio político.

Nesse sentido, o objetivo desta abordagem se configurou em responder a problemática sobre como se configurou o processo de emancipação de Jussari e quais foram os principais interesses políticos nesse processo.

A resposta para tal problema está no fato de que a emancipação de Jussari configurou-se por meio de processos políticos e ideológicos, nos quais seus administradores, que também seriam vereadores da cidade sede a qual seria Itabuna, pretendiam ampliar a sua patente política, almejando dessa forma, tornar-se prefeito desta nova cidade. Para isso, os mesmos exerceram fortes pressões sobre o Legislativo e o executivo de Itabuna, bem como, lutaram por melhorias para aquela cidade, conseguindo dessa forma influenciar a população local, para que assim obtivessem o apoio de seus habitantes. Para tanto, devemos destacar as oposições enfrentadas para tal realização, principalmente a rivalidade entre Noêmio Peixinho que defendia a emancipação com Gileno Amado, o qual não concordava com a emancipação, dificultou o processo, pois, Gileno Amado lutou de diversas formas para a não emancipação do município, chegando até mesmo a oferecer terrenos para que a população local não apoiasse tal feito.

Nesse sentido traçamos um breve histórico sobre a cidade de Jussari, abordando o conceito de emancipação, bem como analisar o contexto histórico de Jussari, destacando sua importância econômica para a cidade de Itabuna e as consequências após a emancipação, como também discutiremos as principais motivações para emancipações, como também analisamos as questões burocráticas “que retardaram a emancipação” deste município, verificando as relações políticas existentes entre as principais figuras políticas, que seriam Gileno Amado e Noêmio Peixinho, destacando os interesses nesse acontecimento, bem como levantar as diferenças no progresso da cidade antes e após a emancipação.

Para se analisar a história política da cidade de Jussari, é necessário compreendermos o conceito de Emancipação, para que dessa forma possamos entender o fenômeno histórico pelo qual a cidade de Jussari trilhou em busca do seu desenvolvimento político, econômico e social. De acordo com a afirmação de Progrebinschi, “O conceito de emancipação deve deixar de ser analisado como um caso ou gênero específico de liberdade; deve poder ser formulado em termos teóricos e normativos tais que possibilitem

¹ Graduando em História,e-mail: oliviopaulo2008@hotmail.com

² Trabalho parte do TCC.

que sirvam de alternativas aos conflitos irresolúveis postos pelo conceito de liberdade; ...". (Progrebinschi, 2004. P.07)

A história de Jussari está vinculada a lavoura cacauieira, por integrar a região Sul da Bahia, sítio da produção de cacau, e por apresentar características ambientais favoráveis a agricultura deste produto. O período histórico compreendido entre 1960 a 1985 está inserido dentro de acontecimentos importantes no cenário regional, bem como brasileiro, pois esse período foi marcado pela Ditadura Militar a qual influenciou ideologicamente a economia do país através do conservadorismo político, e devido ao fato da cidade de Jussari fazer parte da região cacauieira, importante colaboradora da economia nacional com grande parcela de exportação de cacau, principal fonte de riquezas da época, esta também sofreu os impactos econômicos como também sociais por conta das restrições democráticas.

Boer define cinco características principais da "ideologia militar": o autoritarismo, o pessimismo a respeito da natureza humana, o alarmismo, o nacionalismo e o conservadorismo político. A ideologia "militarista" também apresenta essas características, com a diferença de que os adeptos da mesma exacerbam-nas ao máximo, em tudo vendo ameaça ou desordem.

A economia de Jussari era fundamental para a Cidade de Itabuna, sendo percebida sua importância, sendo percebida a redução na receita do município de Itabuna ainda no início da Emancipação de Jussari, como relata o Diário de Itabuna. "No mês de maio de 1985, houve um debate na Câmara municipal de Itabuna, onde foi debatido e reforçado pelo presidente do Legislativo acerca da redução da receita de Itabuna com a Emancipação de Jussari." (Diário de Itabuna, nº 5495, Quarta feira, 15 de maio de 1985).

Segundo WANDERLEY, o processo de Emancipação política vem acompanhado de graves consequências que interferem no bem estar das populações, relacionados principalmente por questões geográficas e ao modo de produção que variam ao longo do tempo, consequentemente podendo gerar grande desigualdades sociais. Ele também afirma que a preferência na concessão de emancipação dada pela sede aos seus distritos, se dá principalmente aos mais distantes e que a autonomia das emancipações foi atribuída aos estados para que estes pudessem definir os critérios para que determinado município viessem emancipar-se. Ele também afirma que após a criação da Constituição de 1988, entre os anos de 1990 a 2000, as emancipações intensificaram-se, principalmente nas áreas mais pobres, carentes de políticas públicas. O mesmo também afirma que a busca por emancipações se dá pelo fato de políticos locais estarem interessados em aumentarem seus cargos políticos, sem se preocuparem com os gastos ou mesmo com os serviços prestados as populações. Ao analisarmos os vários documentos sobre a emancipação da cidade de Jussari, percebemos que realmente houve grandes alterações no modo de produção desta cidade, bem como perceberemos fortes interesses políticos neste processo, sendo que a condições de vida da população local não foram relativamente modificadas, da mesma forma que também é percebido o lado benéfico ao município emancipado em detrimento ao município de origem.

Segundo FRATA e PERIS, que também estudam sobre Emancipação política, onde tratam sobre pontos motivadores de emancipações, os impactos das criações de novos municípios nas contas públicas, bem como resultados obtidos através de coleta de dados primários e entrevistas aos moradores e autoridades do Município, que apontam positivamente para o município pesquisado, não refletindo a realidade do país, a qual reflete uma inviabilidade econômica para alguns municípios recém-criados, como uma simples multiplicação de espaço de poderes, aliados ao aumento de gastos públicos. O mesmo inicia apontados períodos em que se iniciou o processo de emancipação no Brasil, período em que estes se intensificam, bem como o período de estabilização desse processo, apontando como fator os governos militares, e após o fim desses governos iniciou-se novamente as emancipações, e após a Constituição Federal de 1988, houve significativo aumento do número de municípios, pelo fato destes terem passado a serem entes federados.

Verificamos que houve diversos interesses por trás do processo emancipacionista, destacando também as pretensões de vereadores de Itabuna à Prefeitura municipal de Jussari, sendo reforçado em discurso do presidente do legislativo de Itabuna, vereador Edmundo Dourado, a redução da receita com a Emancipação de Jussari. (Diário de Itabuna, Nº 5495, Quarta Feira, 15 de Maio de 1985).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MACEDO, Janete Ruiz de; ANDRADE, João Cordeiro de. **O Jequitibá da Taboca**. Ilhéus- Bahia: Editus, 2011. Jornal Oficial do Município de Itabuna. 1960, 1961, 1962.
Projeto de Lei Nº 3972/ 71 da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia
 Jornal Diário de Itabuna. 1960 a 1985;

SOUZA, Natanael; **Memorial sobre Jussari** – Texto inédito

ANDRADE, Maria Palma; ROCHA, Lurdes Bertol. **De Tabocas a Itabuna um Estudo Histórico-Geográfico**. Ilhéus- Bahia: Editus 2005.

Sítio: <http://jussarinoticias.blogspot.com.br/2013/05/jussari-28-anos-de-emancipacao-politica.html>.

WANDERLEY, Cláudio Burian. **Emancipações Municipais em Minas Gerais: Estimativas de seus impactos sociais**.

FRATA, Ângela Maria; PERIS, C Alfredo Fonseca. **A problemática das Emancipações Municipais: O caso de Santa Tereza do Oeste** - PR.

PROGREBINSCHI, Thamy. **Emancipação: Um conceito em busca de uma teoria. Trabalho apresentado no 4 Encontro Nacional da ABCP. Associação Brasileira de Ciência Política**. PUC. Rio de Janeiro, 22-24 de Julho, 2004, P. 07.

BOER, Nicolas (1980). **Militarismo e clericalismo em mudança**. São Paulo: T.A. Queiroz.

BAIRRO SÃO PEDRO EM ITABUNA BAHIA: ALGUNS ASPECTOS DA SUA FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Messias Laranjeira dos Santos¹

RESUMO GERAL

Surgido na década de 1960 o bairro São Pedro², foi fundado por Pedro Carvalho após uma das crises que atingiu a região cacauceira causando grande desequilíbrio econômico. Adotou a comercialização de parte de suas terras para construção de casas populares utilizando o sistema de aforamento dos lotes que foi o mecanismo utilizado pelos proprietários de fazendas de cacau a partir aluguel do solo. (SANTOS, 2009).

Apesar das condições adversas os primeiros moradores do bairro São Pedro conseguiram se organizar de forma que foi possível a construção dos primeiros meios de habitações neste local, ao longo dos anos o bairro foi se transformando pela ação dos próprios moradores que cada vez mais se esforçavam para tornar o local em um ambiente adequado para se viver.

Devido à história de luta dos moradores do São Pedro, sua forma de organização e os meios que utilizaram para a garantia dos direitos de moradia, é extremamente importante estudar esta comunidade para compreendermos a formação, seu desenvolvimento e saber quais foram os procedimentos adotados por essas pessoas para consolidação de suas perspectivas quanto ao acesso a moradia.

A pesquisa bibliográfica e análise documental foram os procedimentos adotados nesta pesquisa. A análise documental consiste na consulta de leis, normas e de documentos. Para a realização desta pesquisa utilizamos como fontes artigos, monografias, fotos e jornais. Estes foram consultados durante a execução desta pesquisa, devido ao seu significativo valor na área da História, pois, possibilitam uma compreensão do passado.

Esta pesquisa foi realizada no arquivo público do município de Itabuna-Ba. O instrumento de coleta de dados utilizado foi à observação, que é um instrumento de coleta de dados que faz uso dos sentidos para obter determinados aspectos da realidade investigada (CHEMIN, 2010) e posterior análise e leitura de documentos históricos, permitindo classificar esta pesquisa em como qualitativa.

Posteriormente foi feito um levantamento de dados no Arquivo Público Municipal de Itabuna para selecionar os documentos históricos que descreveram alguns acontecimentos sobre o bairro São Pedro. Após a seleção destes documentos iniciou a leitura destes com o objetivo de saber a descrição dos

¹ Graduando em História pela UESC. E-mail: messias_lsantos@hotmail.com.

² Este trabalho integra uma pesquisa mais ampla desenvolvida sob a modalidade de TCC em História, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto de Oliveira.

fatos que aconteceram no processo de desenvolvimento do bairro e como estes foram relatados nos meios de comunicação da época.

Foi constatado que o bairro São Pedro foi originado pós-crise cacauera Por Pedro Carvalho Neves conhecido popularmente como Pedro Jerônimo que começou a aforar as suas terras com o objetivo de obtenção de renda. A partir disso houve um enorme envolvimento dos próprios moradores na construção das moradias e acesso ao local, vale ressaltar que o governo municipal promoveu ações no bairro o que garantiu meios para a manutenção dos moradores ali, mas, também houve o descaso quanto a questão da regulação fundiária, permanecendo ainda na atualidade o mesmo regime de cobrança de aforamentos dos terrenos embora em menor grau.

Para a garantia do sistema de aforamento os moradores do bairro não recebiam escrituras dos terrenos, estes tinham apenas o direito de construir suas casas, mas, não a propriedade dos lotes a prática do aforamento constitui a principal permanência no bairro São Pedro assim como em outros bairros de Itabuna. No princípio de sua fundação os próprios moradores se organizavam para formação das estruturas mínimas para o povoamento do bairro. A partir da década de 1980 o Governo Municipal criou as Associações de Moradores de Bairros estreitando o vínculo com a população, pois, a organização da associação de moradores do bairro São Pedro possibilitou o dialogo dos moradores com o gestor municipal, desta forma as reivindicações dos moradores aos poucos foram atraindo benefícios como o auxílio da prefeitura na construção da rede de esgoto (SANTOS, 2004; SILVA, 2008).

Apesar de todos os obstáculos encontrados pelos moradores do São Pedro desde a sua fundação é possível olhar para este bairro e perceber o protagonismo de seus moradores que ao longo dos anos e diante de diversas dificuldades econômicas e sociais se articularam na formação e desenvolvimento do local que “escolheram” para viver, executando infra-estrutura, ora reivindicando do Poder Público Municipal e principalmente construindo suas moradias e lutando por uma melhor habitação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHEMIN, Beatris Francisca. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos**. Lajeado: Univates, 2010.

SANTOS, Eduardo Antonio Estevam. **São Pedro: foreiros ou arrendatários? A lei a experiência social na formação urbana da cidade de Itabuna (BA) - 1967-2002**. São Paulo: PUC/SP, 2009 (Dissertação de Mestrado em História Social).

SANTOS, Eduardo Antônio Estevan. **São Pedro: De terras devolutas á terrenos aforados (1910-1965)**. Ilhéus: UESC, 2004 (Monografia).

SILVA, Alessandro Santos. **O bairro São Pedro a partir das atas da associação de moradores (1983 - 1990)**. Ilhéus: UESC, 2008 (Artigo).

SESSÃO 03: TERRA, LEGISLAÇÃO E CONFLITOS.

O DIREITO A TERRA NAS LEGISLAÇÕES INDIGENISTAS COLONIAIS.

Rafael dos Santos Barros

RESUMO GERAL

A legislação colonial portuguesa sempre reconheceu o direito a posse e propriedade das terras ocupadas pelos índios. E esse reconhecimento não se relacionava a tutela, muito menos ao seu estágio de integração a sociedade dominante, os documentos oficiais citavam os índios enquanto senhores de suas terras. Mas entre a legislação e prática havia uma enorme distância, “tanto maior como mais fraco politicamente fosse o segmento da população envolvido” (CUNHA, 1989). A soberania dos povos indígenas sobre as terras americanas foi uma questão bastante discutida no contexto da efetivação dos descobrimentos, tanto em Portugal como na Espanha. Alguns autores da península ibérica, a exemplo de Henrique de Susa defendiam a teoria que os povos indígenas só haviam desfrutado da propriedade da terra até o advento de Cristo, quando foi legado ao papa todos os poderes temporais e espirituais dos territórios a serem conquistados. Dessa forma, os gentios deveriam ser retirados de suas posses pela autoridade papal. Apesar dessa corrente teórica que se estabeleceu na Península Ibérica, a qual pretendia legitimar os títulos que o Papa concedera com o Tratado de Tordesilhas, as teses de Susa e as que deles se influenciaram não se sustentaram. No decorrer do século XVI, se firmou na Espanha e em Portugal uma perspectiva que negava a autoridade do Papa sobre os infiéis “e a jurisdição europeia nas terras descobertas”.

Para o caso português vale destacar as discussões levantadas por Francisco de Vitória, cujas teorias tiveram bastante reflexo na legislação indigenista do período colonial. Vitória defendeu que os índios eram legítimos proprietários das terras que estavam ocupando. Para o religioso espanhol todos os povos eram amparados pelo direito natural, o direito das gentes, assim as suas posses deveria ser reconhecidas e respeitadas tanto na Europa como no Novo Mundo. Dessa forma, não eram todas as terras que poderiam ser ocupadas. Negava também que a condição de tutelados, sujeitos juridicamente considerados incapazes de se autogerir, uma vez que os índios conheciam a razão. Vitória refutava também ao imperador o direito de retirar os índios de suas posses e concedê-las a outros senhores, bem como o direito de se cobrar impostos aos povos indígenas, senhores originais do território. Mas apesar das afirmações de Vitória pró-índios é preciso deixar claro que esta não proibição à colonização das terras americanas, apenas esclarece sob “quais condições a colonização poderia ser feita sem ferir o direito dos índios”.

Outro autor a tratar do tema foi João Maior, para o qual o papa só detinha o direito espiritual sobre os infiéis, sem ater-se ao temporal. Assim, conforme o autor, o domínio não se fundamentara no direito divino, mas no direito natural. Portanto baseado nesta interpretação os índios tinha direito a liberdade, propriedade e jurisdição.

As principais obras clássicas a cerca do Direito a Terra no Brasil pouca atenção dispensaram aos índios. A partir da leitura dessas obras torna-se pouco elucidativo perceber o quanto os índios incorporavam o que determinavam as leis. Segundo Vânia Moreira, nessas obras predomina a perspectiva não conflituosa da apropriação das terras, negligenciando-se a expulsão de muitos grupos de suas terras provocados pelas bandeiras e ainda desconsiderava-se o direito indígena de posse e propriedade da terra anterior a chegada dos portugueses. Como um dos exemplos dessas obras pode-se citar o livro Pequena História Territorial do Brasil de Ruy Cirne Lima. Na sua obra o autor nem sequer menciona o direito de posse dos índios citados nos documentos, pois para Lima (CIRNE LIMA, 1990) os solos encontrados na América pelos portugueses eram “virgem que nunca fora lavrado e aproveitado não podia deixar de ser incluído entre os aludidos maninhos, que desse modo são caracterizados pelas ordenações. Era esse o caso das terras novas da América e do Brasil”.

As reflexões de José da Costa Porto (PORTO, 1965) em sua obra Estudos sobre o Regime Sesmial também seguem a mesma perspectiva de Lima, pois segundo Porto na época da conquista e colonização do Brasil os portugueses encontraram um deserto humano, assim Portugal acabou “dando terra de graça_ no começo sem quase outra formalidade além do pedido_ o povoamento se arrastou, moroso, amarrado a faixa minúscula da orla litorânea, por falta de gente, pela dificuldade de interiorização.” Aqui nem mesmo a presença indígena é mencionada, quando mais os seus direito de propriedade. Segundo Moreira (MOREIRA, 2013), expressões como deserto humano, tem o poder de

excluir os índios do campo de reflexão e análise sobre o seu direito de posse e propriedade das terras, além disso, também reforça a perspectiva não conflituosa da relação entre índios e portugueses.

Apesar da aparente negligência dos autores, as legislações indigenistas¹ confeccionadas para o Brasil reconheciam o direito de soberania indígena sobre o território. Mas trata-se de um “reconhecimento de jure que mil estratégias tentam contornar na prática, mas tal reconhecimento legal mostra pelo menos a consciência e a má consciência da coroa acerca dos direitos indígenas”.

Essa comunicação se orientará na perspectiva do direito à terra e dos conflitos concernentes aos diferentes interesses de índios, colonos durante o período colonial. O foco da análise são documentos legais relacionados as terras indígenas, a partir do qual se identificará os atores sociais, suas demandas e suas justificativas amparadas no direito e nos costumes sobre a posse e a propriedade da terra, considerando também a legislação indigenista e sua aplicação na resolução de conflitos desta natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CIRNE LIMA, Ruy. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. Porto Alegre: Livraria Sulista, 1990.

COSTA PORTO. **Estudo sobre o sistema sesmarial**. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os direitos do Índio** - ensaios e documentos. São Paulo: Braziliense, 1987. P.12.

MOREIRA, Vânia Maria Lousada. Nós índios, índios nós senhores de nossas ações... Direito de domínio dos índios e cristandade em conflito(Vila de Nova Benavante, Capitania do Espírito Santo, 1795-1798). In: **Em Terras Lusas: Conflitos e Fronteiras no Império Português**, (Orgs) Márcia Motta, José Vicente Serrão e Marina Machado. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. **O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito**. Curitiba: Juruá, 1998.

ILHÉUS E OLIVENÇA: ALGUMAS HIPÓTESES SOBRE O PROCESSO DE OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA (SÉCULO XIX).

Girleane Santos Araújo²
Marcelo Henrique Dias³

INTRODUÇÃO

Neste trabalho procuro remontar o cenário dos movimentos de ocupação territorial do século XIX nas antigas Freguesias de São Jorge dos Ilhéus e Nossa Senhora da Escada de Olivença. Para isso, foram utilizadas nesta pesquisa os Registros Paroquiais das Terras das duas freguesias. Estes registros, instituídos como desdobramento da Lei de Terras de 1850 teve por objetivo fazer um levantamento das terras ocupadas em território Nacional como um meio de restringir o acesso gratuito às terras da Coroa e estabelecer a comercialização destas (GODOY, 1998). Sendo assim, esses documentos foram escolhidos porque contém informações bastante relevantes para a compreensão do processo de ocupação e utilização do solo de Ilhéus a partir da segunda metade do século XIX.

METODOLOGIA

¹ Sob o respeito ao direito dos índios Carlos Marés nos elucida que as leis referentes aos grupos indígenas não eram e não o são cumpridas em sua completude, pois os aplicadores do direito resistiram em incorporar as novas concepções constitucionais trazidas. Apesar do grande avanço no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos indígenas, existe na contemporaneidade a incansável luta para vê- los efetivados. A atual Constituição defende e criar direitos aos índios, mas não os regulamenta de forma clara, criando segundo o autor um sistema de lacunas, dificultando as interpretações dos institutos por ela trazidos. SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. **O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito**. Curitiba: Juruá, 1998.

² Discente do Curso de História DFCH/UESC, e-mail: coringa300@gmail.com

³ Docente do Curso de História DFCH/UESC, e-mail: marcelohd2222@gmail.com

Antes de conduzir minha análise sobre a documentação trabalhada, foi necessário um preparo teórico para o que estava por vir. Era preciso conhecer *a priori* a história da região a ser estudada; entender os mecanismos que moviam o processo de ocupação da Capitania. Posto isso, era hora de partir para a documentação, esta fase do trabalho foi mais demorada do que esperava, além das dificuldades naturais de se trabalhar com paleografia em documentos do século XIX, alguns fac-símiles estavam fora de foco, ou apagados. Por fim, após um longo processo de transcrição, foi preciso outra preparação para saber o quê e como trabalhar a fonte. Foram feitas fichas padrão baseadas num modelo de banco de dados de modo que propiciariam o cruzamento de informações. Daí, enfim, pude conduzir análises estatísticas e também teóricas sobre a formação ocupacional daquela região.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sobre a Freguesia de Ilhéus foram transcritos 254 registros dos anos de 1857 e 1858, compreendendo terras das bacias do rio Cachoeira, Itaípe (atual Almada), Fundão e outros aos quais se instalavam as terras da Villa de São Jorge dos Ilhéus.

Dos 254 registros, 83 (34%) se encontram em terras do rio Itaípe ou fazendo fronteira a ele; o rio Cachoeira é citado em 85 registros (33%) na qualidade de localização ou fronteira; 33 citam limites com a costa do mar; 51 registros apontam propriedades em Jatimanasú; 23 em Jatimana Merim; 30 propriedades situadas na Fazenda Iritauá, às margens do rio Itaípe ou limitando-se com ela; 44 propriedades limitando-se com terras de “Água Branca”; 14 propriedades limitando-se pelo braço do Rio Almada; 12 limitando-se pelo rio Tiriri; 13 propriedades registradas dentro da Sesmaria do Tiririj; e, finalmente, 6 limitando-se pelo Rio Fundão.

Foram analisados também os meios de aquisição das terras, sendo que, de 254 registros analisados, 93 possessões foram adquiridas por meio de compra; 84 por herança; 35 por legítima familiar; 67 posses em comum (sendo algumas adquiridas por compra outras por herança); 9 por doação; 6 arrematadas em Hasta Pública; e apenas 1 por execução de dívidas.

Em termos de produtividade agrícola encontramos nos registros: 81 plantações de cacau; 23 plantações de mandioca; 18 cafezais; e 3 plantações agrícolas não especificadas. Foram declaradas também 78 sortes de terras, ou seja, incultas. Dos 254 registros, somente 121 declarantes estabelecem nos registros o tamanho de suas terras.

O primeiro ponto que podemos observar na análise dos Registros Paroquiais de Ilhéus, com efeito, é a concentração de propriedades ao longo das bacias dos rios Cachoeira e Itaípe (os maiores da região). Contudo, podemos entender essa concentração de propriedades nas regiões de ocupação mais antiga, como é o caso da margem do rio Itaípe, como fruto do desmembramento das grandes propriedades e Sesmarias. Isso, portanto, pode ser comprovado ao analisar que a maioria esmagadora das propriedades adquiridas por herança, ou que se encontram em comum com outros possuidores, se encontram nas regiões do Itaípe, Tiririj, Jatimanasú, rio Fundão e Iguape. Além do desmembramento de grandes propriedades por motivo de herança, pode-se observar também o mesmo efeito como um resultado da formação de um mercado de terras numa área já amplamente ocupada, haja vista ter sido encontrada nos registros 95 posses obtidas através da compra, sendo as terras às vezes pertencentes a uma grande propriedade repartida e vendida por seus herdeiros: isto é atestado no desmembramento das Sesmarias do Tiririj, Tijuca, Fazenda Caldeiras, Fazenda Iritauá.

Ao contrário da tendência mostrada acima, temos um ritmo intenso de apossamentos de terras Nacionais ao longo do Rio Cachoeira de Itabuna. Cerca de mais de 70% das propriedades em terras Devolutas se encontram à margem do rio Cachoeira, muitas delas adquiridas por compra a um posseiro anterior. Além disso, mais de 75% das plantações de cacau declaradas nos registros se encontram nessas terras. Isso esclarece três coisas: 1) a recente ocupação dessas terras em função do maior número de apossamentos e menor número de heranças; 2) a formação de um mercado de compra e venda de terras da Coroa; 3) a possibilidade de expansão da fronteira agrícola, ao contrário das terras de ocupação mais antiga, onde as fronteiras já estão mais ou menos estabelecidas. Expansão, porém, marcadas por pequenas propriedades se compararmos as extensões das terras do rio Cachoeira às das regiões mais antigas da vila de Ilhéus.

Da Freguesia de Olivença foram transcritos 110 Registros Paroquiais. Dada a sua criação mais recente (1758) a dinâmica territorial se mostra mais amena à que se estabeleceu na Vila de São Jorge dos Ilhéus, sendo que das 110 possessões registradas são: 8 no lugar chamado “Capororocas”; 20 no rio Braço do sul. No qual foram adquiridas: 70 posses de Terras Nacionais; 17 por compra; 5 por herança; 4 por legítima; 7 em comum. Em termos de desenvolvimento produtivo temos 3 plantações de cacau, 42 plantações de coqueiros citadas tanto na qualidade de Benfeitorias como limites territoriais, 4 plantações de mandioca e 2 plantações de café.

Dado a sua criação relativamente jovem, não se encontra em Olivença grande quantidade de desmembramento de grandes propriedades como ocorre na Vila dos Ilhéus. Dos 110 registros, apenas 12 especificam as dimensões de suas terras. É interessante analisar que apesar de em média os terrenos declarados nos registros de Olivença serem maiores que os que constam nos registros de Ilhéus às margens do rio Cachoeira, aqueles não aparentam ter a mesma produtividade agrícola destes, sendo que dos 110 registros, só foram mencionadas 3 plantações de cacau.

CONCLUSÕES

Dessa forma, identifiquei e fiz comparações entre as zonas de ocupação mais antigas e as recentes, comprovando assim as disparidades no processo de ocupação destas conforme sua antiguidade, sendo que as zonas primeiramente ocupadas apresentam um maior grau de desmembramentos em função de heranças, enquanto as zonas de povoação mais recente apresentam um maior dinamismo quanto à expansão, comercialização e apossamentos. Também foi possível enxergar por onde se expandia a então promissora produção cacauzeira.

REFERÊNCIAS BIBLIORÁFICAS

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história; lavradores pobres na crise do trabalho escravo.** São Paulo, Brasiliense, 1987.

DIAS, Marcelo Henrique. . **Farinha, madeiras e cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial.** Ilhéus, BA: Editus, 2011. 286p.

DIAS, Marcelo Henrique. **Economia, sociedade e paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período colonial.** 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

GODOY, Marcelo Magalhães; LOUREIRO, Pedro Mendes. **Os Registros Paroquiais de Terras na História e na Historiografia** - estudo da apropriação fundiária na província de Minas Gerais segundo uma outra metodologia para o tratamento do primeiro cadastro geral de terras do Brasil. Revista História Econômica e História de Empresas / ABPHE. São Paulo. Vol. 1. 1998. Pg. 95-132.

UMA REFLEXÃO SOBRE A BATALHA DOS NADADORES NA CAPITANIA DE SÃO JORGE DOS ILHÉUS

Marcela Ariane Paraíso Pereira;
Teresinha Marcis

RESUMO GERAL

A Capitania de São Jorge dos Ilhéus com um tamanho de cinquenta léguas de costa, localizada ao sul da Bahia de todos os Santos, próximo ao rio Jaguaripe e se estendia até os limites da capitania de Pero de Campos Tourinho (Porto Seguro), foi doada pelo rei de Portugal D. João III ao escrivão Jorge de Figueiredo Corrêa no ano de 1534, após a doação Jorge não querendo largar o luxo e o fausto da corte envia em seu lugar o déspota espanhol Francisco Romero para representa-lo na administração e com a missão de povoar e tornar a capitania produtiva e lucrativa para a corte. Nos primeiros 15 anos a capitania progrediu bastante com a produção da cana-de-açúcar, com o método de Sesmaria, ou seja, pedaços de terra doados para plantio, o reino doou várias sesmaria para pessoas importantes da corte, então no ano de 1537 doou uma sesmaria a Mem de Sá, que mais tarde se tornou o terceiro governador-geral do Brasil, as terras de Mem de Sá media 10 Km de extensão e localizava-se às margens do rio Santana, por isso o nome do engenho, Engenho de Santana. O pedaço de terra mais importante na Vila de São Jorge de Ilhéus

foi a Sesmaria de Santana, engenho esse que representava a evolução do ciclo açucareiro na capitania hereditária de Ilhéus.

Foi no domínio de Jorge de Figueiredo Correia que se plantou nessa região a cana-de-açúcar, dentre os sesmeiros que possuíam engenhos, além de Mem de Sá com o seu engenho de Santana, existia também a sesmaria do tesoureiro-mor Fernão Álvares de Andrade (o donatário da capitania do Maranhão), Lucas Giraldes, homem importante da corte portuguesa, cuja família enriquecera com o tráfico de especiarias do oriente.

Como em todo grande Engenho da época colonial, o engenho de Santana precisava também da mão de obra escrava para sua implantação e consolidação, essa era uma tarefa que exigia muitos trabalhadores e como a capitania de São Jorge dos Ilhéus era bem grande, habitavam ali, em meio aquela imensidão, índios Aimoré e Tupiniquim, com isso os colonos queriam se beneficiar desses povos para utilizar no trabalho da construção do Engenho, começa aí uma relação que desencadeará em um dos maiores massacres indígena ocorrido na cidade de Ilhéus, sendo que esse só é um dos conflitos, pois por diversas vezes a estabilidade na capitania fora quebrada em consequência dos conflitos entre os nativos e os empreendimentos dos Europeus aqui na América Portuguesa.

A BATALHA DOS NADADORES

Utilizando como base a carta de Mem de Sá ao rei de Portugal D. João III relatando os acontecimentos que culminaram na Batalha dos Nadadores, escrita em 31 de março de 1560, quase três anos após ter assumido o cargo de Governador-geral, que diz assim:

“Neste tempo veio recado do governador como o gentio tupiniquin da capitania de Ilhéus se alevantava e tinha morto muitos cristãos e destruído e queimado todos os engenhos dos lugares e os moradores estão cercado e não comiam já senão laranjas e logo pus em conselhos e posto que muitos eram que não fosse por ter poder para lhes resistir nem o poder do imperador fui com pouca gente que me seguiu e na noite em que entrei em Ilhéus fui a pé em uma aldeia que estava a sete léguas da vila em um alto pequeno cercado de água ao redor de lagoas e as passamos e antes da manhã de duas horas dei na aldeia e a destruí e matei todos os que quiseram resistir e ainda vim queimando e destruindo todas as aldeias que ficaram atrás e porque o gentio se ajuntou e me veio seguindo ao longo da praia lhes fiz algumas ciladas e onde os cerquei e lhes foi forçado deitarem a nado no mar da costa brava. Mandei outros índios atrás deles e gente solta que os seguiram perto de duas léguas e lá no mar pelejaram de maneira que nenhum tupiniquin ficou vivo, e todos trouxeram a terra e os puseram ao longo da praia por ordem que tomavam os corpos perto de meia légua. Fiz outras muitas saídas em que destruí muitas aldeias fortes e pelejei com eles outras vezes em que foram muitos os mortos e feridos e já não ousavam estar senão pelos montes e brenhas onde matavam os cães e galos e constrangidos da necessidade vieram pedir misericórdia e lhes dei pazes com condição que haviam de ser vassallos de sua alteza e pagar tributo e tornar a fazer os engenhos tudo aceitaram e fizeram e ficou a terra pacífica em pedaços de trinta dias onde fui a minha custa dando mesada a toda pessoa honrada e tão bem digo e tão boa como é notório.” (CAMPOS, Silva. 2006, p.85)

O QUE TERIA MOTIVADO A BATALHA DOS NADADORES

Inicialmente o que motivou essa batalha, foi um índio morto, ficando o assassino totalmente impune, nessa época os engenhos cresciam rapidamente, com isso o plantio e a produção da cana-de-açúcar era cada vez maior, sendo assim necessitava-se mais e mais da mão de obra indígena, que trabalhavam sem parar para manter o ritmo de produção acelerado. Após a morte desse índio, outros índios se rebelaram e mataram dois ou três brancos ao redor da vila de São Jorge e próximo das fazendas, e isso amedrontou vários colonos, o estopim desse medo, foi quando passou um índio próximo ao Engenho São João de Tomás Alegre em que todos do engenho saíram correndo tumultuados, o interessante é que o tal índio passou e não atirou sequer uma flecha em direção ao estabelecimento. A partir disso a notícia se espalhou, todos os que ali moravam fugiam dos índios de alguma forma, o clima de pânico pairava sobre a vila de São Jorge e adjacências, aqueles que fugiram se refugiavam em engenhos não mais habitados, sobreviviam chupando laranjas, pois estavam com medo de sair em busca de alimento. Até que num exato momento o grito de socorro chega aos ouvidos do governador-geral Mem de Sá, ele então reuniu o conselho e decide acudir a vila de São Jorge dos Ilhéus.

O MASSACRE.

Por um período de trinta dias mais ou menos o grupo caminha em direção a vila, Mem de Sá chega com a sua tropa, uma pequena quantidade de homens para guerrear contra os gentios, no meio da

noite eles dão de cara em uma aldeia que estava há sete léguas da vila, em um alto cercado por água, vendo isso ele achou o lugar excelente para começar o martírio, deu início matando todos os índios rebelados que quiseram resistir e destruiu vários outros que ousasse a levantar-se contra ele no caminho, os que sobreviviam juntava-se ao exército de portugueses e aos índios pacíficos, e assim foi feito no percurso de sete léguas até a chegada na vila, durante esse trajeto foi feito ciladas com o intuito de encurralar os índios em direção ao mar, em meio a essas ciladas Mem de Sá e sua tropa já tinha matado grande parte desse índios rebelados e queimados todas as aldeias do caminho. Encurralados, os índios Tupiniquins não tinham outra escapatória, a não ser buscar fuga no mar, nadando e assim o fizeram, mas para a tristeza e desespero dos índios rebelados, o comandante ordenou que os índios aliados também se jogassem no mar e nadasse atrás deles para certificar-se de que nenhum sairia dali com vida, nadaram cerca de duas léguas (13 km). Então, lá no mar pelearam em busca de um pedaço de terra, mas não conseguiram e acabaram morrendo no meio do mar, depois dessa matança por afogamento o comandante mandou que trouxesse todos os corpos que ali boiavam para a terra e assim foi feito, eram inúmeros corpos enfileirados na praia que chagava a uma extensão de quase meia légua é por esse motivo que essa batalha levou o nome de Batalha dos Nadadores, onde levou vários tupiniquins a orbito por afogamento.

Esse genocídio só fez crescer o prestígio e a honra de Mem de Sá diante da corte portuguesa em apaziguar os gentios bravos. Como permaneceu o grande engenho de Santana após essa batalha? Quais eram os índios aliados que permaneceram trabalhando no engenho de Mem de Sá?

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

CAMPOS, João Silva. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**, pp.80.

DIAS, Marcelo Henrique, **Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial**, Programa de pós-graduação em história-UFF, Niterói, 2007.

Instrumento dos Serviços de Mem de Sá, pág. 129.

JÚNIOR, Wilmar da Silva Vianna, **Espelho dos governadores do Brasil, a administração de Men de Sá**. Associação Nacional de História – ANPUH, XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007.

LISBOA, Balthazar da Silva. **Memória Topográfica e Econômica da Comarca dos Ilhéus**. Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa Tomo X, p. 87-265, 1825.

MARCIS, Teresinha, **Viagem ao Engenho de Santana**, Editus, 2000, 86p.

SCHWARTZ, S. B. **Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial**. Cia. Letras, 1995 2ª edição, São Paulo.

A ALDEIA DOS FUNIS E A EXPANSÃO DA FRONTEIRA NO MÉDIO RIO DE CONTAS (BAHIA, 1782-1802).

Almerian Ferreira Cunha Santos¹

INTRODUÇÃO

A região dos Funis e a Aldeia dos Funis do Rio das Contas são citadas nas fontes, nas palavras de Ouidores e Capitães-mores da comarca de Ilhéus, e nos estudos posteriores pautados na análise destas fontes². Segundo os estudiosos acerca do período, o aldeamento foi criado a partir de índios trazidos das regiões do litoral, os quais, por não se acostumarem às condições locais, constituíram um dos fatores que dificultaram a manutenção do mesmo que já passava por dificuldades. A temática da fronteira, abordada

¹ Discente do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Santa Cruz em Ilhéus; email: almerianf@gmail.com

² Este resumo expandido foi feito com base no trabalho de conclusão de curso do autor.

em estudos de Marina Machado, instigou a pensar como essa localidade serviu aos propósitos da Coroa portuguesa visando a importância atribuída pelos desbravadores às roças e pontos de parada construídos ao longo do caminho para os sertões. No decorrer do processo de estudo das fontes, foi interessante analisar a importância da aldeia num momento onde a comarca necessitava constituir um quadro de escoamento da exploração das minas de Salitre na região de Montes Altos e, em outros tempos, de produção pecuária. Segundo o autor Marcelo Henrique Dias em suas análises de documentos do período, por volta de 1770, os responsáveis pela comarca reclamavam da falta de gados para o abate e para o serviço das lavouras¹. As necessidades de exploração das minas de Salitre e proteção aos insumos da pecuária levam a solicitações de reabertura da aldeia, cujo estabelecimento não se firmou por motivos organizacionais anteriores. Cabe analisar aqui outra visão da autora Marina Machado a respeito dos aldeamentos chamados de “aldeamentos tardios”, a qual se demonstra válida no caso do Aldeamento dos Funis, pois está aí um local onde a intenção não era mais a formação apenas de um quadro de catequização indígena, mas sim a defesa dos negócios de colonos na Comarca. Dentro desse contexto foi relevante observar como era feita a integração dos indivíduos ao aldeamento. As informações a respeito de sua constituição, associadas à formação de outros aldeamentos revelam características em comum na época.

METODOLOGIA

Este trabalho se baseou em registros deixados pelos sertanistas, capitães-mores e ouvidores enquanto responsáveis pela manutenção da parte que lhes cabia na Capitania e Comarca de Ilhéus buscando elencar as documentações relativas à influência da Aldeia dos Funis (como é citado o aldeamento nos ofícios à Coroa portuguesa). A maioria das fontes se constituiu em ofícios, cartas e memórias de figuras importantes na manutenção local desde 1782 a 1802, período no qual se discute a respeito da abertura da Aldeia dos Funis, sua importância para a Comarca de Ilhéus e as causas de sua extinção. O período foi estabelecido conforme as fontes disponíveis nos anais da Biblioteca Nacional em versão digitalizada. A possibilidade para a formação desta organização em série das fontes para este recorte cronológico se encontrou no fato dos ofícios serem datados e ordenados. Cada registro foi feito conforme as especificidades das necessidades dos seus autores. Todos estes documentos foram escritos com o objetivo de relatar a situação da região explorada pelos sertanistas não atentando diretamente para a Aldeia dos Funis, mas colocando-a no meio do contexto econômico da Comarca de Ilhéus. As fontes que tratam do surgimento da aldeia e posterior encerramento foram poucas, mas muito significativas para os objetivos aqui tratados. Procurou-se frisar o esgotamento do potencial de cada uma delas buscando, na medida do possível, extrair informações cruciais para o entendimento desse aldeamento como tardio e inserido dentro de um contexto histórico das políticas mais abrangentes.

RESULTADOS

Os estudos pertinentes à análise das fontes trouxeram à luz uma série de fatores condizentes à formação econômica da Comarca de Ilhéus. A área onde o aldeamento se localizava correspondia a uma parte, até então não muito ocupada pelos portugueses, da chamada sesmaria do “Fundo das Doze Léguas”. Essa localização é abordada pelo historiador Marcelo Henrique Dias no capítulo VIII de sua tese de doutorado, na qual a referencia como o limite navegável até onde as lavouras, que acompanhavam as margens rio desde a Barra do rio de Contas, se estendiam (DIAS, 2007, P. 339). Posto o lugar da aldeia, outros empecilhos à pesquisa foram tratados como: a contextualização histórica desse objeto de análise; a colaboração desta localidade para reflexões a respeito do período do recorte temporal; os indivíduos por trás de sua organização e formação; a influência deste local no trabalho desses indivíduos; a colaboração desse objeto de pesquisa para o entendimento da dinâmica de expansão da fronteira no Médio rio de Contas através da abertura de estradas.

Depois de longo tempo de verificação das fontes e confrontação destas com a historiografia a respeito do período de 1782-1802, notou-se um relacionamento da aldeia com toda uma rede ligada aos vieses históricos: econômico, político e agrário. Nada que dificultasse a compreensão do objeto de estudo, pelo contrário, essas três guias se misturam e contemplam o raciocínio a respeito da formação e desestruturação do aldeamento. A começar pelo viés econômico: a aldeia é constituída num momento onde o governo de Portugal visava desenvolvimento do reconhecimento do território brasileiro e suas riquezas². Para se transportar o que era descoberto pelos bandeirantes e analisado pelos cientistas da época era premente o apoio à abertura de estradas. Para isso eram direcionados trabalhadores de

¹DIAS, Marcelo Henrique. *Capítulo VIII: os territórios incluídos no “fundo das doze léguas”* In: **Economia, sociedade e paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período colonial**. Niterói, 2007.p. 340.

²É estabelecida por volta de 1782, ano dos primeiros registros a respeito de sua fundação, encontrados durante a pesquisa.

confiança da Coroa portuguesa. Tais pessoas tratariam da abertura de estabelecimentos no decorrer dessas estradas cuja funcionalidade seria de abastecer os viajantes com suprimentos e servir de pontos de defesa. Ocorria que nestes locais os responsáveis deveriam manter as plantações de produtos como arroz, mandioca e feijão. Pessoas deveriam trabalhar neles e com isso índios eram enviados aos locais para executar esse trabalho. Daí o envolvimento do aldeamento pelo viés agrário e conseqüentemente o político. A formação dos aldeamentos deveria obedecer à política integracionista do Diretório¹, a qual transformava os indígenas em vassallos da Coroa portuguesa. De acordo com (MARCIS, 2012, p. 24), tudo isso se instituiu numa garantia de povoamento das terras por súditos do rei português definindo assim uma nova postura da Coroa com relação aos índios e ordens religiosas.

DISCUSSÃO

Uma discussão surgida a partir das fontes estudadas foi a das influências que as localidades do sertão baiano exerceram sobre a construção da aldeia. Dentre as fontes de renda nos sertões estavam: a extração do salitre em Montes Altos – minério cujo qual desde 1758 procurava-se a forma mais viável para transportar² – e as minas de ouro acima do rio de Contas também citadas nas fontes e pelos historiadores. Mas constatou-se que, ao longo da existência do aldeamento, a eficiência dele se mostrou com maior ênfase enquanto ponto de apoio à passagem de gado vindo do Sertão da Ressaca³, localidade onde a pecuária havia se desenvolvido graças ao empenho da família de João Gonçalves da Costa⁴. Daí a lógica da abertura de uma estrada que ligava o Sertão da Ressaca às vilas de Camamu e Cairu. O empreendimento, em seus primeiros anos de funcionalidade, trouxe benefícios às vilas. O lote de gado que desceu pela estrada de João Gonçalves da Costa foi o primeiro que aquelas localidades haviam visto⁵. A outra prerrogativa a respeito da Aldeia dos Funis se fundou justamente nesse movimento em do interior em direção ao litoral. Que políticas portuguesas estavam por trás desse movimento de estradas em direção ao sertão?

A partir desse pensamento cogitou-se a respeito das figuras por trás da expansão das fronteiras e a pesquisa se debruçou sobre dois indivíduos de extrema importância para a constituição desse quadro: o Marquês de Pombal e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ambos responsáveis pelos negócios estrangeiros envolvendo as colônias portuguesas. Notou-se que na administração do ministério português feita por Pombal buscava-se uma dinamização do pacto colonial sob a influência das ideias iluministas. Isso afetou na constituição das aldeias. Modificou o quadro de dominação portuguesa sobre os índios, dos jesuítas para os diretores nomeados pela Coroa. Mais tarde essa política engendrada por Pombal serviu de apoio aos objetivos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho auxiliando no reconhecimento do território brasileiro e extração dos bens que seriam exportados para a metrópole. Com esse pensamento foi possível concluir a parte restante da pesquisa: o aldeamento se firma sob uma continuação das leis da política do Diretório (estabelecida pelo ministério pombalino). Mesmo anos depois de seu fim, a localidade ainda servia aos propósitos da política de Coutinho, pois se fazia urgente expansão das fronteiras portuguesas pela região do Médio rio de Contas. A passagem por essa faixa de espaço territorial havia sido evitada pelos exploradores das minas de salitre devido aos movimentos indígenas ali presentes e a estrada de João Gonçalves da Costa se constituía uma das melhores abertas por aquela área. Por isso as referências à aldeia após o seu fim, ou seja, em períodos posteriores a 1783, ano cujas autoridades já relatavam a localidade como falida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIAS, Marcelo Henrique. Capítulo VIII: os territórios incluídos no “fundo das doze léguas” in: **Economia, sociedade e paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período colonial**. Niterói, 2007. PP. 321-360.

¹Estabelecido em 1757, durante a estada do Marquês de Pombal no ministério português.

² Nesse ano, Pedro Leolino Mariz, um dos responsáveis pela exploração do minério, ordenava a abertura de uma das primeiras estradas com o objetivo de ligar as minas de Montes Altos ao porto de São Felix (atual cidade de Cachoeira de São Felix). A mesma deveria ser capaz de disponibilizar uma passagem segura dos carros e carretas onde iria ser transportado o minério.

³Atualmente, localidade onde se encontra a cidade de Vitória da Conquista.

⁴Bandeirante responsável por desbravar a área do Sertão da Ressaca e cuja família continuou a criação de gado começada depois das explorações do mesmo no local, as quais foram feitas sob o comando de Pedro Leolino Mariz.

⁵*Offício dos Governadores interinos da Capitania da Bahia para Martinho de Mello e Castro, em que lhe dão diversas e interessantes notícias relativas á comarca dos Ilhéos. Bahia, 23 de agosto de 1783.* (Anais da Biblioteca Nacional, vol. 32, p. 539).

DIAS, Marcelo Henrique. Farinha, **Madeiras e Cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial**. Ilhéus: Editus, 2011.

MONTEIRO MACHADO, Marina. **Entre Conflitos e Fronteiras: posses e terras indígenas nos sertões**. Rio de Janeiro, 1790-1824. Guarapuava: Unicentro, 2012.

MONTEIRO MACHADO, Marina. Duas gerações de caminhos pelos sertões: Fernão Dias Paes e Garcia Rodrigues Paes. In: **Em terras lusas: conflitos e fronteiras no Império Português organizado por Márcia Motta, José Vicente Serrão e Marina Machado**. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013. PP. 23-45

MARCIS, Teresinha. **A integração dos índios como súditos do rei de Portugal: uma análise do projeto, dos autores e da implementação na capitania de ilhéus, 1758-1822**. Salvador: UFBA, 2013.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. **A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia**. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

FREITAS, Antônio Guerreiro de; BAQUEIRO PARAÍSO, Maria Hilda. **Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul**. Ilhéus: Editus, 2001. PP. 13-97.

TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE INDÍGENA NO SUL DA BAHIA: DINÂMICAS, DIREITOS E PRÁTICAS DOS TUPINAMBÁS DE OLIVENÇA-BA

Josielle Santana dos Santos

INTRODUÇÃO

Com o declínio do projeto indigenista histórico de atenção à saúde – aquele preconizado pelo médico indigenista Noel Nutels nos anos 1950, e após a Constituição Federal de 1988 haver estabelecido o direito à atenção diferenciada à saúde para os povos Indígenas, era de se esperar grande produção teórica sobre a atenção à saúde por parte de estudiosos da questão Indígena. No entanto, com exceção de algumas regiões da Amazônia, isto não aconteceu. Em vista desta situação, desenvolvemos um projeto com o intuito de construir um banco de dados sobre a saúde Indígena na região com especial atenção para os Tupinambás, acessível via internet por meio de um mecanismo de busca. A meta de elaboração do banco de dados foi concluída, entretanto ainda não se encontra disponível via internet.

A partir da análise do banco de dados contendo 102 produções selecionadas, observamos alguns aspectos interessantes, dentre os quais o que mais se destacou foi o baixo nível de produções acadêmicas na Bahia. De certa forma, esse fenômeno mostra a necessidade de se realizarem mais pesquisas que possam contribuir para construção panorâmica da situação da saúde indígena dos Tupinambás (foco principal), bem como de toda a região sul da Bahia. Visando colaborar na construção desse panorama, este projeto objetivará o estudo de natureza qualitativa que busca descrever os sistemas de saúde acionados pelo povo indígena Tupinambá de Olivença, bem como descrever as práticas de saúde presentes entre esse povo, delineando ainda os itinerários terapêuticos empreendidos na resolução de questões de saúde e doença. A pesquisa será desenvolvida nas comunidades indígenas Abaeté e Acuípe do meio, em Olivença, Bahia.

Os dados serão coletados por meio de entrevistas e observação participante. A transcrição dos dados originará um banco de dados da pesquisa, que será analisado à luz de literatura pertinente, buscando atingir os objetivos da investigação. Espera-se que esse banco de dados possibilite a sistematização de informações sobre a saúde indígena dos Tupinambás, as quais poderão subsidiar o planejamento de políticas de saúde indígena e ainda nortear o desenvolvimento de ações em saúde para esses indígenas.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, que procura, a partir da experiência dos sujeitos, descrever significados atribuídos aos fenômenos. Para tanto o método etnográfico será utilizado e nesse sentido, possibilitará que os fenômenos a serem analisados no estudo sejam descritos pelo pesquisador considerando-os não apenas como componentes, mas como ‘agentes’ de uma configuração social. A pesquisa etnográfica oportuniza analisar os fenômenos ‘em ação’ em determinado contexto, e perceber as continuidades, os agenciamentos, os desdobramentos de um fenômeno em um mundo social. A pesquisa será realizada junto aos Tupinambás de Olivença em duas localidades – comunidade indígena Tupinambá Abaeté e comunidade indígena Tupinambá Acuípe do Meio onde residem, conjuntamente, mais de 100 famílias. Participarão da pesquisa os indígenas que aceitarem compartilhar suas experiências. Espera-se obter a participação de 100 pessoas, a fim de garantir uma amostra que seja representativa do número de famílias residentes nas comunidades. O acesso ao local será viabilizado com recursos dos próprios pesquisadores. Para seleção da amostra será adotado o critério de saturação teórica. Utilizar-se-á:

(I) de entrevistas semi-estruturadas, nas quais a experiência do sujeito orientará as demais perguntas que serão realizadas. Durante a realização destas, os participantes estarão expostos ao risco de constrangimento por compartilhar situações íntimas e ainda e com isso de dar vazão a sentimentos antes não comunicados.

(II) observação direta da experiência dos participantes, participando de situações que tematizem saúde (reuniões, visitas entre parentes, atividades relacionadas a viabilização de ações para manutenção ou recuperação da saúde).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A noção de atenção diferenciada a povos indígenas é fruto de um processo de construção que contou com diferentes propostas e ideias, sistematizadas em diferentes documentos – tais como a Declaração de Alma Ata, a Constituição Federal de 1988 e Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (LANGDON; DIEHL, 2012). Essas discussões ganharam um desdobramento jurídico importante na Constituição Federal de 1988 – quando os povos indígenas passam a ser considerados plenos e para deliberarem e participarem junto ao Estado sobre as políticas destinadas a si.

É de certa forma, apenas após a Constituição que a saúde Indígena passará a ser encarada como um serviço de saúde continuado, permanente (GARNELO; PONTES, 2012), uma das razões seria a visão, predominante até então, de que a prestação de serviços de saúde Indígena teria um caráter tão transitório quanto o dos povos Indígenas eles mesmos (OLIVEIRA, 1998). Dessa forma, a baixa qualidade e a simples insuficiência ou ausência de serviços de saúde geram nos anos 1980 um forte onda de insatisfação e manifestações de povos Indígenas e de indigenistas, reivindicando mudanças (GARNELO; MACEDO; BRANDÃO, 2003).

A situação de saúde dos povos indígenas ganhou novo panorama a partir da década de 1990, mediante a Lei Arouca. Essa lei anunciou várias mudanças no modelo de gestão e de organização do sistema de saúde indígena, mas a despeito da definição de instrumentos jurídicos legais para legitimar e organizar a atenção à saúde, a implementação de tais diretrizes não manteve o compasso desse movimento. Os fatores que contribuíram para tal desenlace são diversos. No que diz respeito à disposição de mecanismos jurídicos, por exemplo, só em 1999 determinou-se a estruturação de um Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

O princípio que norteia a ideia de oferecer ‘atenção diferenciada’ para os povos indígenas é, em termos jurídicos e conceituais, semelhante a outros sistemas de saúde diferenciados, como abordado por Faria (2009) e Faria (2010), no caso das condições consideradas ‘problemas de saúde pública’. Trata-se da oferta de serviços de saúde sensíveis ao pluralismo e à diversidade cultural, de maneira que seja garantido também o direito de participação da comunidade no planejamento, execução e avaliação desses serviços. Assim, o sistema (ao menos teoricamente) se baseia no tripé atenção diferenciada - Agentes Indígenas de Saúde - participação e controle social. Vale aqui o que Langdon e Diehl (2007) constataram em relação aos povos Indígenas do sul do Brasil: não há ideia clara do que seria ‘atenção diferenciada’, assim como não há prática satisfatória - ao que tudo indica - de real controle social e participação comunitária.

No que diz respeito ao funcionamento do sistema e efetivação de ações em saúde a escassez de registros desse processo dificulta a produção de um entendimento mais sistêmico da situação da saúde indígena em território nacional. O início dos anos 2000 marcou uma fase de intensas transformações na saúde indígena: mudanças nos perfis epidemiológicos dos povos indígenas, reestruturação do sistema de assistência à saúde indígena e aumento de grupos acadêmicos mobilizados a discutir esse processo. Esse movimento fica evidente quando tomamos em análise os trabalhos de Athias & Machado (2001), Garne

& Wright (2001) e nos demais artigos organizados em março do ano de 2001 no periódico, Cadernos de Saúde Pública.

Este momento corresponde à renúncia, pela FUNASA, da execução direta de serviços para comunidades Indígenas, terceirizando as ações de saúde (GARNELO; SAMPAIO, 2005). Uma década depois, deparamos com um cenário onde se percebe discretas mudanças nos problemas de saúde que afetam essa população, mas ainda não existem estudos consolidados que evidencie de maneira consistente essa tendência. A produção bibliográfica desenvolvida nesse período agrupa-se em duas tendências: i) trabalhos construídos a partir de experiências etnográficas que mapeiam o processo de distritalização dos serviços de saúde indígena (DIEHL ET AL, 2012), (LANGDON; GARNELO, 2004), (GARNELO; PONTES 2012)), e ii) relatos que anunciam o impacto de alguns problemas de saúde desses povos como o caso do suicídio entre os Guarani-Kaiowá (Mato Grosso do Sul), a disseminação do vírus da AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis entre os Tikuna (Alto Solimões) e os altos índices de Hepatite C entre os povos do Vale do Javari (Amazonas)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIEHL, E.E.; LANGDON, E.J.; DIAS-SCOPEL, R.P. **Contribuição dos agentes indígenas de saúde na atenção diferenciada à saúde dos povos indígenas brasileiros.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 28, n.5, , 2012.

GARNELO, L. ; PONTES, A.L. (org.). **Saúde Indígena: uma introdução ao tema.** Brasília: MEC-SECADI, 2012.

GARNELO, L.; S. SAMPAIO Organizações Indígenas e Distritalização Sanitária: **Os Riscos de 'fazer ver' e 'fazer crer' nas Políticas de Saúde.** Cadernos de Saúde Pública, 21(4): 1217-1223. Rio de Janeiro, Julho/Agosto de 2005.

LANGDON, E.J.; GARNELO, L. (org.) **Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa.** Rio de Janeiro: Contra capa Livraria/ Associação Brasileira de Antropologia, 2004.

OLIVEIRA FILHO, J. P. **Ensaio de Antropologia Histórica.** Rio de Janeiro, EDUF RJ, 1998.

OS RELATOS DOS VIAJANTES OITOCENTISTAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO: AVÉ- LALLEMANT EM VISITA A ILHÉUS

André Mariano Neri¹

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, pretendo mostrar a relevância e a utilização dos depoimentos de viajantes estrangeiros que estiveram em diferentes regiões do Brasil como fonte histórica, principalmente àqueles que por aqui passaram no século XIX. Demonstrar que a produção historiográfica brasileira, baseada nas novas perspectivas historiográficas tem se valido cada vez mais dessa tipologia de fontes e que tem enriquecido este campo do saber. Todavia, precisamos ressaltar que o historiador deve estar atento aos riscos desse tipo de fonte. Muitas descrições feitas não correspondiam a real dimensão das ocorrências. Analisaremos a passagem do médico alemão Robert Christian Berthold Avé- Lallemant (1812-1884), que esteve na Vila de São Jorge dos Ilhéus, no ano de 1859. Para tal análise, utilizaremos a obra *Viagem pelo Norte do Brasil*. É interessante reafirmar que, desde a década de 1960, os relatos de viagem vem sendo analisados por historiadores, antropólogos, sociólogos e outras áreas do conhecimento. Vale ressaltar que

¹ Graduando do 8º semestre do Curso de História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: andreneri71@ig.com.br. O presente trabalho é orientado pela professora Graciela Rodrigues Gonçalves.

as descrições feitas estão impregnadas de preconceitos raciais e culturais, além de generalizações grosseiras.

Os relatos dos viajantes que vieram para o Brasil, ao longo de muitos séculos, em especial no Brasil Oitocentista, deixaram as impressões da descoberta de um “Novo Mundo” e do estranhamento dos europeus diante dos costumes dos homens que aqui habitavam. Impelidos pelo acaso ou pela inquietude, pela ciência, pela arte ou pela fé, pela ambição ou pelo fastio, os viajantes mantêm entre si o denominador comum de estrangeiro imersos numa realidade totalmente outra daquela de onde provieram (AUGEL, 1980: 10). Não devemos esquecer que, no século XIX, a ideologia da superioridade racial é algo marcante na Europa, pois neste momento se propagava a ideia da superioridade da “raça branca” e a inferioridade dos outros povos. Robert Slenes aponta que, mesmo um viajante criterioso, dificilmente conseguiria livrar suas observações da influência de ideias preconcebidas, suas próprias e as de seus informantes (SLENES, 1988: 197).

METODOLOGIA

O primeiro momento desta investigação se fará pelo aperfeiçoamento teórico sobre a utilização da literatura de viagem na historiografia brasileira. O trabalho de Karen Macknow Lisboa é um dos principais interlocutores na pesquisa em desenvolvimento, frente à numerosa produção historiográfica que existe acerca da literatura de viagens sobre o Brasil oitocentista. Antes de mais nada, torna-se necessário destacar o pioneirismo na historiografia baiana de Moema Parente Augel na análise específica do objeto de estudo. Com isso, estabelecemos um diálogo com tal autora no presente trabalho. Afinal, é necessário conhecer e dialogar criticamente com o debate historiográfico acerca da temática em questão. Fontes não falam por si. Para fazê-las responder à questão construída pelo historiador é preciso que este adote procedimentos teórico-metodológicos adequados a seus interesses analíticos. Por isso, utilizaremos as discussões teórico-metodológicas da Nova História Cultural. É válido enfatizar que se trata de uma pesquisa que ainda encontra-se em fase inicial.

A importância do estudo das memórias dos viajantes acima mencionados se adequa na perspectiva teórico-metodológica da Nova História Cultural, inseridos numa produção historiográfica que examina as culturas e suas representações e que destaca a literatura de viagem, os diários e as cartas produzidos por viajantes estrangeiros, como preciosos documentos sobre encontros culturais entre culturas distantes e desconhecidas, revelando tanto a percepção da distância cultural como a tentativa de “traduzir” a cultura desconhecida em algo familiar (BURKE, 1997: 94).

É interessante ressaltar o quanto a obra de Mary Louise Pratt, *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*, pode contribuir ao desenvolvimento futuro da pesquisa, principalmente, através da utilização dos conceitos de “transculturação” e “zona de contato”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assim, os testemunhos dos viajantes estrangeiros são preciosas fontes históricas, como qualquer outra fonte documental é preciso que o historiador faça alguns questionamentos. Ao analisar tais informações, deve-se considerar o seguinte: identificar quem e por que escreveu; inserir o documento no contexto mais amplo; identificar a categoria social do produtor do texto, seus valores, interesses, educação e ideologia e as alianças e compromissos assumidos pelo grupo social a que pertence.

Moema Augel na década de 1980 já assinalava que entre as fontes históricas para o estudo do século XIX, o depoimento dos visitantes que por aqui estiveram constitui, portanto, manancial precioso, filão já muito explorado, mas que, em número considerável, continua inacessível, jazendo anonimamente em bibliotecas e arquivos nacionais e estrangeiros (AUGEL, 1980: 10). Um dos pontos abordados pela autora naquela época era a dificuldade que os estudiosos dos oitocentos tinham para ter acesso a muitos dos relatos produzidos pelos viajantes. Percebemos que nos dias atuais, muita coisa já foi (re)descoberta. O problema reside talvez na falta de mais traduções e publicações em português da literatura de viagens do período oitocentista.

A vinda desses estrangeiros às terras do Brasil, com a finalidade de percorrer o interior desse vasto território com o intuito de conhecer a fauna, flora, riquezas minerais, sua população e seus costumes só foi possível graças a uma das primeiras medidas que o príncipe regente d. João tomou ao chegar às terras brasileiras que foi a criação do decreto de 28 de janeiro de 1808, sendo assinado ainda em Salvador, o que possibilitava a abertura dos portos da colônia a todas as nações amigas. Considero que a partir daí houve uma verdadeira invasão estrangeira no país. Sérgio Buarque de Holanda refere-se a esse contexto histórico a um “novo descobrimento do Brasil”.

Vale lembrar que os viajantes que se aventuraram a percorrer este lado do Atlântico eram das mais diversas posições sociais e profissionais tais como: comerciantes, aventureiros, botânicos, mineralogistas, artistas, representantes diplomáticos, religiosos, Príncipes entre tantos outros. Não foi apenas pelo espírito aventureiro o motivo para que estes indivíduos deixassem seus países de origem e se lançassem ao “mundo desconhecido”. Muitos estavam à procura principalmente das potencialidades econômicas, sociais e naturais do país, ou seja, avaliando se o território era propício para futuros investimentos. E, dependendo dos objetivos da viagem, a ênfase nos assuntos é diferente (LISBOA, 2000: 269). Muitos viajantes se dedicaram a registrar aspectos da vida cotidiana das populações observadas, como por exemplo, alimentação, doenças, festas religiosas, casamentos, funerais. Realizando um verdadeiro trabalho de história do cotidiano. Percebemos nestes relatos que não há uma preocupação em abordar o comportamento das elites ou os grandes homens, mas descobrir e relatar a história das pessoas comuns.

Aqui iremos abordar de maneira rápida a estadia do médico e viajante alemão Robert Christian Berthold Avé-Lallemant, na Vila de São Jorge dos Ilhéus, no ano de 1859. Assim, tentaremos demonstrar a importância que tal relato tem para a reconstrução e conhecimento daquela localidade. É interessante salientar que as descrições feitas estão impregnadas de preconceitos raciais e culturais além de algumas generalizações grosseiras. Avé-Lallemant escreveu que a modesta povoação de Ilhéus era “velha, pequena, mesquinha, vista de fora, e quase que ainda mais mesquinha por dentro” (AVÉ-LALLEMANT, 1961: 70). Os termos utilizados pelo visitante denota muito bem o seu olhar estrangeiro. Talvez ele quisesse comparar a vila de Ilhéus com outras povoações por onde tenha passado e até mesmo do seu país de origem, não levando em consideração as especificidades locais. Ao descrever as habitações Avé-Lallemant, mostra-se inconformado pelo fato daquela vila existir há mais de 300 anos e ter tão pouco progresso.

Não se pode descobrir beleza nem graça em nenhuma habitação. A maioria, ao contrário, são casas pequenas, por demais modestas, de taipa, cobertas de folhas de coqueiro e tão primitivas que realmente não se pode compreender como uma povoação, que já existe há 300 anos, tenha feito pequeno progresso e se tenha feito tão pouco pelo asseio e aspecto local (AVÉ-LALLEMANT, 1961: 71).

O historiador ao se deparar com um relato desta magnitude deve utilizar o método crítico e perguntar. Será que a ideia de progresso utilizado pelo viajante europeu acostumado com o desenvolvimento das grandes cidades europeias daquela época é o mesmo conceito de progresso para os habitantes da vila de Ilhéus? Uma das poucas construções que havia na vila que lhe chamou a atenção foi a antiga igreja dos jesuítas, entretanto, afirma que se tivessem concluído as obras teria saído muito bonita. Ao falar da Igreja de São Sebastião argumenta que “parecia ser habitada por morcegos”. De alguma maneira tenta culpar os moradores pela situação que a vila se encontrava, afirmando que a vila deveria de envergonhar do estado precário, tanto mais por terem à mão, desde o mar até quase dentro das ruas, inestimável material de construção, um precioso diorito escuro, cujos blocos rígidos em vão açoita o mar enraivecido. A preguiça geral, porém repugna aplicar esse, aliás, muito duro material de construção, numa igreja (AVÉ-LALLEMANT, 1961: 71).

Embora vários aspectos tenham sido severamente criticados pelo viajante, a localização geográfica e as belezas naturais foram motivos de elogios e admiração. O maravilhoso panorama de Ilhéus, sobre o mar e a terra, um cenário de profunda paz das palmeiras, a beira do oceano. Mesmo um pintor experiente talvez não conseguisse representar essa paisagem “se um pintor transportasse fielmente para a tela esse quadro tropical, admirariam certamente sua capacidade de imaginação, seu modo de reproduzi-lo, mas duvidariam fortemente da realidade dessa cena da Natureza” (AVÉ-LALLEMANT, 1961: 72). Enquanto a natureza é vista de forma positiva, o humano e social é analisado sob perspectiva negativa. Os geógrafos, botânicos que se dedicam a estudar o clima, os rios, a geografia, a fauna e flora da região sul da Bahia nos dias atuais, ficariam maravilhados com as preciosas descrições dos viajantes do século XIX, sendo que tais informações servem também para o pesquisador fazer um estudo comparativo e ver, por exemplo, se algumas espécies de plantas e animais que existiam naquela época entraram ou não em extinção.

Em uma passagem da obra o autor relata um pouco da história da capitania de Ilhéus desde o momento que é doada por Dom João III, em 1534, ao fidalgo Jorge de Figueiredo Correia, mas como este não veio povoar as tidas terras mandou o espanhol Francisco Romero. Durante muito tempo se criou na historiografia brasileira a ideia de que as únicas capitanias que prosperaram foi a de São Vicente e

Pernambuco. Neste contexto, a capitania de Ilhéus entrou para o rol das que fracassaram, principalmente devido aos constantes ataques das populações indígenas aimorés e pataxós. Fica evidente, nos argumentos do Avé-Lallemant, que ele compartilha de tais interpretações: “logo no princípio a má administração e a desunião entre os colonos impediu a prosperidade do novo estabelecimento que, além disso, foi muitas vezes hostilizado pelos aimorés vizinhos, uma horda de selvagens botocudos, e até mesmo inteiramente destruído” (AVÉ-LALLEMANT, 1961: 72). Na verdade, há ainda de considerar o fato de que o visitante esteve naquelas terras por apenas poucas horas e a partir daí constrói a sua argumentação baseado no que ouviu e leu a respeito daquela povoação assim acaba reproduzindo o que outros escreveram.

Cabe ainda frisar, rapidamente, que o autor relata a presença de colonos europeus na região atuando como agricultores, principalmente na plantação do cultivo do cacau ao longo do Rio dos Ilhéus, sendo que tais atividades estavam prosperando admiravelmente. De maneira que Ilhéus será “sempre contado entre os mais importantes portos de exportação daquele produto” (AVÉ-LALLEMANT, 1961: 72, 73). De fato Ilhéus foi por muitos anos uma das maiores regiões produtora de cacau do mundo.

A continuidade da pesquisa será realizada mediante a apropriação de referencial teórico-metodológico proposto por Mary Louise Pratt e o contraponto do relato de Avé-Lallemant com os de outros viajantes estrangeiros e observadores na região de Ilhéus na segunda metade do século XIX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGEL, Moema Parente. **Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista**. São Paulo: Cultrix/NL/MEC, 1980.

AVÉ- LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1859**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. Vol. 1.

BURKE, Peter. **Varieties of cultural history**. New York. Cornell University Press, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **A herança colonial: sua degradação**. In: _____. **História geral da civilização brasileira**. 4ed. São Paulo: Difel, 1976. Vol.1, tomo II, p.13.

LISBOA, Karen Macknow. **Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX**. In: **MOTA, Carlos Guilherme (Org.)**. Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. 2ed. São Paulo: Editora SENAC/ SP, 2000.

SLENES, Robert W. “Lares negros. **Olhares brancos: história da família escrava no século XIX**”. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.8, nº 16, p. 189-203, 1988. Disponível em:

<http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=25>. Acesso em: 20 out. 2014.

LUTA PELA TERRA EM CANAVIEIRAS-BA NA DÉCADA DE 1980

Maria Luísa Leal Ramos Brasil Vieira¹

RESUMO GERAL

As mobilizações, manifestações, tensões e conflitos pela posse e uso da terra no Brasil se intensificaram no final da década de 1970 e começo da década de 1980, pois a maior parte das terras continuava nas mãos dos latifundiários e os pequenos produtores permaneciam desfavorecidos². Essa época coincide com o início da Nova República, quando começou um processo de abertura política no país que marcou a transição do regime de ditadura militar para o democrático e foi também quando aumentou a violência no meio rural e o número de assassinatos no campo. Os anos setenta e oitenta assinalam que o

¹ Graduanda em História pela UESC, dentro do Programa de Formação de Professores (PARFOR). E-mail: marialuisabrasil@hotmail.com.

² Este Trabalho integra uma pesquisa mais ampla desenvolvida sob a modalidade de TCC em História, sob a orientação do Prof Dr. Carlos Alberto de Oliveira.

homem rural brasileiro, sindicalizado e organizado, está disposto a ir às últimas consequências, no desespero de sua luta para se tornar um homem livre e autônomo (RIBEIRO, 1987).

Entre as áreas que mais concentraram vítimas da violência na luta pela posse de terras está o estado da Bahia, que somente em 1985 envolveu 7.082 famílias em 34 conflitos de terra deixando um saldo de 7 mortos e 16 feridos ou torturados¹.

Nesse contexto, é importante destacar o conflito “Puxim-Sarampo”, que aconteceu no município de Canavieiras, expressão maior da história da luta e resistência pela terra na Bahia, que ganhou projeção regional e nacional devido à marca da violência da ação entre fazendeiros/grileiros², pistoleiros e posseiros, registrada na imprensa e na memória dos sujeitos envolvidos e alguns habitantes que ainda vivem.

Desde o final da década de 1970, já estavam ocorrendo alguns conflitos na área do Puxim por motivo de invasões de terras improdutivas disputadas por grileiros e posseiros. Porém, no início da década de 1980, incentivados pelo abandono dos latifúndios pertencentes a Abdala Temer Habib, no Puxim, e a Dely Dias dos Santos, no Sarampo, que não tinham função social e pelo desejo de reivindicar a tão sonhada e esperada reforma agrária, os posseiros, na maioria trabalhadores rurais desempregados, decidiram permanecer na fazenda que ocuparam e organizar estratégias de luta e resistência. A reforma agrária é para os trabalhadores rurais uma estratégia para romper o monopólio da terra e permitir que possam se apropriar um dia dos frutos do seu próprio trabalho (SILVA, 1990).

Para defender os seus objetivos e conseguir a desapropriação da área, os posseiros contaram com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT); da Federação de Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia (FETAG-BA), que é a instância estadual do movimento sindical de trabalhadores rurais, ligada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e de políticos como os Deputados Estaduais Luiz Nova e Coriolano Sales, que em reportagem do Jornal Tribuna da Luta Operária, afirmam respectivamente, que os posseiros da região em conflito são homens bravos, trabalhadores e desbravadores, e que essa luta é mais uma demonstração da necessidade de fazer uma reforma agrária no Brasil; e que assusta a impunidade e, em consequência, a ausência de apuração para um elevado número de crimes na região. Conforme se verifica na figura 1.



Figura 1: Matéria do Jornal Tribuna da Luta Operária. São Paulo, 1984

Nesse contexto, a Câmara Municipal de Canavieiras, através do vereador Aristóteles José do Nascimento, denunciou atos de violência contra posseiros e trabalhadores rurais em Puxim. Também o presidente da Câmara Municipal de Una-BA, vereador Reginaldo Quinto de Souza, fez um discurso defendendo a união dos municípios de Una e Canavieiras em busca de ação efetiva das autoridades

¹Os dados levantados reúnem informações de publicações da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

²Grileiros são indivíduos que se apossam de terras públicas através de falsas escrituras de propriedade.

estaduais e federais na região, a fim de resolver os conflitos que estavam ocorrendo com proprietários de terras e posseiros (JORNAL TABU, 1984, n.º 324).

No entanto, a violência sempre esteve presente no conflito “Puxim-Sarampo”, conforme se registra em 1982, o assassinato de Romualdo da Rosa de Jesus, posseiro da localidade de Sarampo, morto a tiros enquanto tirava piaçava na mata, devido à disputa com o suposto dono das terras. No ano seguinte, Manoel Cantídio de Oliveira, conhecido como Manuel do Caroço, posseiro do Sarampo, que ficou desaparecido por 52 dias, foi encontrado morto na mata com sinais de violência. Em 1984, Raimundo Alves de Almeida, posseiro do Sarampo, foi assassinado por pistoleiros contratados por grileiros quando ia da roça para casa (CARNEIRO e CIOCCARI, 2010). Dias depois, Luiz Carlos Preisigke, conhecido como Alemão, foi morto com um tiro de espingarda no Campo do Sarampo, em represália à morte de Raimundo, segundo apurações (JORNAL TABU, 1984, n.º 333). Sobre a violência na luta pela terra, Oliveira afirma que a luta entre os jagunços/pistoleiros e os posseiros nasce na tentativa destes últimos de garantirem um pedaço de terra para trabalhar (OLIVEIRA, 1991).

Até então Canavieiras estava convivendo com o conflito que se prolongava por mais de cinco anos, na zona do Puxim e do Sarampo, causando muitas mortes, tornando-se um dos mais graves litígios por problemas de terras na Bahia. No entanto, a situação se agravou com a chacina que ocorreu nos dias 02 e 03 de julho de 1985, quando morreram José Cardoso dos Santos (Zequinha), posseiro; João Batista Cardoso dos Santos (irmão de Zequinha), posseiro; João "Mineiro", posseiro; Raimundo Osmar Alves dos Santos, posseiro; "Gil", pistoleiro; Wilson Conceição Pinheiro, ex-soldado e pistoleiro e Vicente Cedraz, pistoleiro, estes três estavam a serviço de Dely Dias dos Santos (MST, 1986).

Diante da gravidade desse acontecimento, reuniram-se em Canavieiras representantes dos Ministérios da Justiça e da Reforma Agrária; do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do governo do Estado; o bispo Dom Paulo Lopes de Farias; autoridades municipais e representantes de outros setores; a fim de buscar encaminhamento para resolver o grave problema fundiário do município. O governador João Durval, ciente da situação, e representantes dos Ministérios da Reforma Agrária e da Justiça asseguraram que a solução definitiva seria encontrada o mais rápido possível. O presidente da Associação dos Municípios da Região Cacaueira (AMURC), Jabes Ribeiro, colocou essa associação entre as entidades que defendem uma solução rápida para a guerra sangrenta que ocorria em Canavieiras, fato que intranquilizava a população regional.

Finalmente, o conflito Puxim-Sarampo foi resolvido com a intervenção do poder público e a desapropriação das áreas em conflito, mediante a publicação no Diário Oficial da União, do dia 05 de setembro de 1985, do Decreto n.º 91.616 do presidente José Sarney que dispõe sobre a fixação de áreas prioritárias para fins de Reforma Agrária e declara de interesse social para fins de desapropriação os imóveis rurais denominados Fazenda Puxim e Sarampo, no município de Canavieiras-BA. A área desapropriada da Fazenda Puxim tem 1.574 hectares e da Fazenda Sarampo tem 1.267 hectares.

Devido a decisão do governo federal em realizar a Reforma Agrária no município de Canavieiras, como forma de combater a violência e promover a justiça e a paz social, o Jornal TABU publicou a matéria *Reforma agrária está em marcha no Campo do Sarampo e em Poxim*, onde ressalta as providências para a entrega das terras às famílias do Puxim e Sarampo e os trabalhos de demarcação e abertura de ramais feitos pelo INCRA e posseiros com os recursos do governo federal. Como se observa na Figura 2.



Figura 2: Matéria do Jornal Tabu. Canavieiras, 1986

O Projeto de Assentamento Puxim-Sarampo foi criado em 11 de agosto de 1986 com capacidade para 78 famílias assentadas. A partir da organização dos posseiros através do reconhecimento oficial da Associação dos Posseiros de Puxim e Sarampo, cujo primeiro presidente foi Orgeval Santana Lima, os recursos do Ministério da Reforma Agrária passaram a ser aplicados nos plantios de coco, dendê, mandioca, hortifrutigranjeiros e outros, e também em obras de infraestrutura como por exemplo, casas, ramais, centro comunitário, casa de farinha, etc., contando com a assistência técnica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). Nesse momento, consolida-se a primeira grande conquista dos posseiros, quando no processo de luta pela terra conseguiram a formação do assentamento e inicia-se um novo movimento em busca de garantia de apoio econômico-financeiro e oferta de infraestrutura física e social como condições indispensáveis para o uso da terra e sucesso do assentamento.

Assim, torna-se importante ressaltar que o conflito “Puxim-Sarampo” representou uma mobilização social dos posseiros no sul da Bahia, especialmente em Canavieiras, na luta pelo direito de acesso à terra e por condições de explorá-la; contra a injustiça e expropriação, que efetivou a perspectiva de melhoria na condição de vida e de trabalho das famílias de lavradores mediante a formação oficial do assentamento e o seu reconhecimento perante o Estado e a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto n.º 91.616 de 04 de setembro de 1985.** Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=219036&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

CANAVIEIRAS. **Ata da Câmara Municipal.** Sessão de 03 de abril, 1984.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos.** Brasília: MDA, 2010.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **1985 Conflitos de Terra no Brasil.** Goiânia: CPT, 1985.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Assassinatos no Campo: crime e impunidade 1964-1985.** São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 1986.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo.** 4 ed. São Paulo: Contexto, 1991.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **Caminhada e Esperança da Reforma Agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária.** 16 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

TABU, Conflitos por terra relevados. **Jornal Tabu**, Canavieiras, 1.^a e 2.^a quinzena de maio do 1984. n.º 324.

_____. Mais mortes por problemas de terra. **Jornal Tabu**, Canavieiras, 2.^a quinzena de outubro de 1984. n.º 333.

_____. Disputa de terra em Canavieiras já matou mais de 30 pessoas e autoridades prometem solução. **Jornal Tabu**, Canavieiras, 1.^a quinzena de julho de 1985. n.º 345.

_____. Reforma agrária está em marcha no Campo do Sarampo e em Poxim. **Jornal Tabu**, Canavieiras, 2.^a quinzena de fevereiro de 1986. n.º 355.

TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA. Ninguém sabe, nem viu. **Tribuna da Luta Operária**, São Paulo, 04 a 10 de junho de 1984. n.º 170. Disponível em: <grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_34_342.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2014.

SESSÃO 04: HISTÓRIA: GÊNERO, IDENTIDADE E MÍDIA.

GÊNERO E CLASSE PARA ESTUDO DA HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL DO SÉCULO XX ATRAVÉS DAS PERSONAGENS FEMININAS DE GABRIELA

Isabela de Jesus Marcolino

RESUMO GERAL

O livro foi publicado em 1958, mas a sua história se passa na Ilhéus de 1924. Ele retrata a vida política e social da elite cacauzeira em seu apogeu. Jorge Amado faz uma “charge” desta sociedade a qual ele criticava. O livro começa com um assassinato, um marido traído – pega sua esposa em pleno adultério e mata a ambos, a esposa e o amante. Apesar do muito que se fala sobre a Gabriela, e do livro levar o seu nome, a mesma só aparece 100 páginas depois no romance, pois o importante é a história social de Ilhéus na primeira metade do século XX, em seus aspectos políticos e econômicos.

O romance se passa na cidade de Ilhéus como já foi mencionado, e conta a história de coronéis e seus jagunços, seus embates políticos. No centro de quase todos os acontecimentos está o bar de Nascib onde se discute sobre o cacau e política e a maior referência sobre os dois assuntos é a família dos Bastos: Coronel Ramiro Bastos seus filhos e sua neta Jerusa, uma das nossas personagens destacada. Logo depois vem Mundinho Falcão, um jovem exportador que está morando na cidade de Ilhéus há alguns anos e que resolve fazer frente aos Bastos na questão política. A história se desenvolve dentro desta disputa política, e no decorrer vamos conhecendo outros coronéis também importantes, como o coronel Melk Tavares, pai de Malvina, também objeto de nosso estudo. E, ainda há os que não são coronéis mais que sonham em ser um dia como o próprio Nascib.

Durante o percurso do livro, vamos conhecendo os personagens que fazem a vida da pequena cidade de Ilhéus um verdadeiro picadeiro de acontecimentos, e principalmente vamos percebendo as relações de poder, as influências e voz ativa na cidade: a família Bastos, mais precisamente Ramiro Bastos. Falar sobre os livros de Jorge Amado não é fácil, já que ele é um autor lido, criticado, comentado em diversas camadas sociais e culturais. Falar sobre o livro de Gabriela cravo e canela, é ainda mais, uma vez que foi um livro muitas vezes editado e adaptado, seja para o rádio, a televisão e o cinema.

Na historiografia clássica, o estudo sobre as mulheres era pouco valorizado, no entanto, após uma abertura que vem do início do século XX com a Escola dos Annales, com as novas abordagens sobre como estudar e ler história, elas (as mulheres) têm ganhado espaço nas produções historiográficas com o objetivo de estudo e relatos como sujeitos do passado. Para compreendermos algumas questões interessantes como as relações políticas entre homens e mulheres no sul baiano durante o século XX, foi escolhido o romance de Jorge Amado em que a questão feminina e as personagens femininas possuem uma relevância significativa. Uma das muitas questões que nos traz aqui é: O que levou e leva este livro a tantas adaptações? Qual a importância de se estudar o livro Gabriela, cravo e canela como fonte histórica para a questão social e política da mulher na Bahia? Qual a importância da literatura de Jorge Amado para homens e mulheres no sul baiano, região onde se passa a trama narrada? Essas e outras questões tem permeado esse estudo.

Utilizando o romance de Jorge Amado, Gabriela cravo e canela, pretendeu-se perceber o universo feminino e as relações de gênero no período da primeira metade do século 20 na região cacauzeira (Itabuna/Ilhéus). Foi criado um grupo de estudos que abrange o projeto guarda-chuva (DO FEMININO AO POLÍTICO: história e literatura no Brasil e em Angola no século XIX e XX), que objetivou discutir questões de gênero e literatura para o estudo da história do Brasil e de Angola. Fizemos leitura e cruzamento de fontes diversas que estão disponíveis na biblioteca da UESC, no acervo digital do GPEADA, no CEDOC e Museu do Cacau em Ilhéus. Além do grupo de estudos, e do cruzamento das fontes nos locais a cima citados, os outros elementos metodológicos foram:

- Levantamento Bibliográfico acerca da literatura como fonte e do conceito de Gênero, mulher, história/literatura, política e poder;
- Leitura e análise do livro Gabriela, cravo e canela;
- Leitura e análise das bibliografias indicadas.

Nos livros Novas Abordagens, Novos Problemas e Novos Objetos, Jacques Le Goff e Pierre Nora organizam uma coletânea de textos sobre os novos olhares para o método, temas e objeto de estudo e pesquisa da história. Encontramos uma variedade de textos sobre os mais diversos tipos de fonte que o

historiador pode fazer uso, uma delas é a literatura (LE GOFF, NORA, 1961). No debate sobre a relação entre a História e Literatura Sandra JatahyPesavento apresenta os papéis que cabem à história e à literatura no campo científico e ficcional, salientando que a literatura pode ser uma fonte para o historiador, e uma fonte privilegiada uma vez que traz consigo o imaginário que outras fontes não permitem (PESAVENTO, 2006).

Para trabalhar as relações de gênero, utilizei do conceito de Joan Scott ao definir que “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” (SCOTT, p.21) Esse foi um dos conceitos que mais permeou esse estudo, pois no imaginário mundo de Jorge Amado, esses papéis eram bem definidos.

Outra obra que foi fundamental para compreendermos a importância da mulher nos vários níveis da sociedade foi o livro de Michelle Perrot Os excluídos da história (PERROT, 1998). Neste trabalho ela afirma que as mulheres são o poder oculto atrás do trono, ou seja, um homem bem sucedido sempre tem uma mulher que nos bastidores o auxilia, e estas relações de micro poder estão muito interligadas com os espaços ocupados que homens e mulheres têm na sociedade, já que estas relações determinantes se davam em uma esfera micro. Outra obra de Perrot, Mulheres Públicas (PERROT, 1998) traz as diferentes formas de ver esse mesmo conceito ao longo da história, enquanto que até final do século XX as mulheres públicas eram consideradas as não respeitáveis, após o início do XXI essas mesmas mulheres passaram a ser admiradas por conquistar espaço frente à sociedade com empregos públicos.

Partindo dessas discussões as personagens femininas do romance de Jorge Amado foram discutidas por serem vistas como importantes para a compreensão de algumas ideais apresentadas no livro Gabriela, cravo e canela. Dona Olga, mulher de Tônico Bastos era a esposa feia que ficava em casa enquanto o marido se divertia com as mulheres da rua, por causa do seu pai ele sempre temia escândalos por parte de sua esposa:

Olhem como ele vai sério com o seu elefante... – diziam, ao vê-lo passar, referindo-se ao seu ar tão digno e à gordura de Olga, estourando os vestidos. (AMADO, 1958, p.143).

É uma mulher que não aparece no romance a não ser de forma nominal, mas é de grande importância quando percebemos sua influência sobre a vida do marido, o medo que ele tinha dela descobrir sobre as suas aventuras:

Era outro homem minutos depois, após conduzi-la de volta à casa da rua dos paralelepípedos, onde também ficava o cartório, quando saía para conversar com os amigos e fazer política. (AMADO, 1958, p.143, grifo do autor).

Essa relação de poder que havia dela para com ele é intrigante, pois ela é uma mulher aparentemente sem influência no que diz respeito à sociedade no geral, mas consegue fazer seu marido temer o escândalo que por ela poderia ser provocado. Aqui percebemos o que Michelle Perrot chamou de “poder atrás do trono”.

Outra personagem importante é Jerusa a neta do coronel Ramiro Bastos, no romance ela tem potencial político, mas por ser mulher, de berço nobre, em uma sociedade patriarcal, não pôde levar adiante o patrimônio político da família. Essa veia política pode ser percebida na passagem do romance em que se descreve a festa do Terno dos Reis, uma festa popular na cidade de Ilhéus, em que os jovens saíam às ruas com roupas coloridas dançando. Gabriela queria sair na frente do terno, mas nessa altura já era uma mulher casada com Nascib e não pareceria decente que a senhora Saad fizesse isso e Nascib não permitiu que ela o fizesse. Entretanto Gabriela não pode se conter e acabou por dançar na frente de toda a cidade.

Jerusa olhou e viu Nacib quase a chorar, a cara parada de vergonha e tristeza. E então também ela avançou tomou a lanterna de um pastora, se pôs a dançar. (AMADO, 1958, p.384)

Esse é um trecho em que podemos perceber que nas situações mais problemáticas Jerusa conseguia ser rápida no raciocínio e mediar às situações constrangedoras, no caso presente, fez com que a senhora Saad – Gabriela – não envergonhasse o esposo Nascib. Ela consegue fazer com que o ato da Gabriela não fosse considerado uma ofensa ou vergonha perante a sociedade ilheense. Mesmo com Mundinho Falcão, opositor político de seu avô ela consegue ser sair bem. No episódio da quermesse onde as jovens solteiras doavam prendas para levantar fundos para a igreja São Sebastião. A prenda de Jerusa era um jogo de chá e os únicos a darem lances foram seus parentes e Gabriela. As demais jovens da cidade

fizeram pouco caso de Jerusa, pois não tinha um namorado a quem dar lances pelo seu jogo de chá. Ela não se sentiu ofendida ou constrangida quando Mundinho Falcão foi o único a dar lances pela sua prenda, mesmo que essa tenha sido a intenção dela. Ela parece ser uma personagem inacabada, uma vez que Jorge Amado não dá uma conclusão para a Jerusa, ela não casa, não se revolta como Malvina e não leva o legado político da família, mas ainda assim consegue ter esse papel significativo no romance.

No jornal oficial do município de Itabuna do ano de 1931, é possível ver que a maior parte das notícias vinha de Salvador (da Bahia como era chamada) que a maioria das informações era sobre a elite e se dirigiam a ela. São notícias sobre exportação/importação, propaganda de imóveis, e notícias nacionais no geral. Mesmo sendo um jornal local, as matérias parecem ser desvinculadas do mesmo. Os jornais de Itabuna *Jornal de Itabuna*, 1920, e de Ilhéus *Diário da Tarde de Ilhéus*, 1931, deixam a desejar no que diz respeito à história dos trabalhadores. Não há notícias sobre como os trabalhadores passaram esse período. Ou quais eram suas reclamações nas roças, ou seus desejos trabalhistas. Faltou-lhe serviço? Onde estão suas mulheres e filhos na história? Onde podemos encontrar os “reis” da enxada e do podão?

E o que dizer das adaptações do romance para os nossos dias? O que dizer sobre as discrepâncias do romance para com as minisséries e novelas? Na última adaptação feita para a televisão a história contada que leva o nome Gabriela, cravo e canela teve um foco totalmente diverso do romance. Enquanto Amado queria focar a história na política e as estruturas da sociedade cacauzeira, a TV Globo focou em romances amorosos imaginários da trama. As prostitutas amadianas são mulheres trabalhadoras, elas vendem a sua força de trabalho, assim como a lavadeira que vende seus braços para lavar a roupa, essas mulheres vendem seus corpos para seu sustento. Elas são uma parcela explorada pela elite. São mulheres que encontraram o seu ganha pão em trabalhos que essa mesma elite considera menos nobre, mas que serve à mesma.

As questões que nos surgem são a respeito da construção ideológica por trás dessas novas versões. É uma demanda vinda do público? Ou uma imposição das redes de comunicação formadoras de opinião? E quem é este público?

Estamos passando por um período de crescentes mudanças nas estruturas da sociedade. E a mulher tem ganhado espaços antes jamais vistos. Somos bombardeados com várias informações e não somos conscientes disso. Estamos carregados de conceitos e preconceitos. Os discursos por trás da história oficial precisam ser analisados e o livro Gabriela, cravo e canela nos permite repensar essa história, assim como suas adaptações para a televisão. Esses são alguns dos resultados.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Jorge. **Gabriela cravo e canela**, São Paulo, editora Martins, 1958.

GOFF, Jacques Le e PIERRE, Nora. **(org) Novos problemas, novas abordagens, novos objetos**. Rio de Janeiro: editora S.A., 1995.

LAJOLO, Marisa. **O Que é Literatura**. 17ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e literatura: uma velha-nova história. Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. Debates, 2006. Disponível em: 28 de janeiro de 2006. Consultado em 11 de Julho de 2012.

PERROT, Michelle. **Os excluídos: Operários, mulheres, prisioneiros. As mulheres, o poder, a história**. São Paulo: Paz e Terra. 1998.

_____. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

SCOTT, Joan. “**Gênero: uma categoria útil para análise histórica**”. In: Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. (1a. Edição: Genderandthepoliticsofhistory. New York, Columbia University Press. 1989.) disponível em: <http://www.observem.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf> Acesso em : 31/09/2014 .

MULHER, IMPRENSA E POLÍTICA NAS ELEIÇÕES DE 1992 EM ITABUNA

Kaliana Oliveira da Hora¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo avaliar como as entrevistas concedidas por Anorina Smith Lima, educadora, candidata ao cargo de vereadora, filiada ao Partido Socialista Democrático Brasileiro – PSDB e presidente da Associação de Professores de Itabuna – API entre os anos de 1988 – 1992² dialogavam com as reivindicações das mulheres. As reportagens apontaram as estratégias políticas utilizadas a fim de garantir a aprovação da candidatura de uma mulher para um cargo ocupado em sua maioria pelos homens.

Ainda hoje os estudos sobre a participação política de mulheres na contemporaneidade são escassos. De acordo com (SCOTT, 1992) pesquisar sobre história e gênero propõe tornar visível a história de personagens que por muito tempo foram excluídos, procurando incluir e tornar as mulheres objetos de estudos históricos. Nesse caso, o presente trabalho contribui também com a inclusão de sujeitos femininos nos estudos sobre política.

GÊNERO E POLÍTICA FEMININA NAS PÁGINAS DE JORNAL

Nas entrevistas concedidas Anorina defendeu algumas reivindicações dos movimentos feministas e refutou outras. Essa ação pode ser considerada como uma tática a fim de assegurar um lugar junto a cargos políticos ocupados em sua maioria por homens, para isso buscou demonstrar que sua participação na política não ameaçava em tudo a organização social dos gêneros.

De acordo com Scott (1990) compreende-se gênero como um elemento capaz de organizar os papéis sociais dos homens e mulheres e um meio de hierarquizar as relações entre ambos. Após identificação do sexo, mulheres provenientes da classe média são direcionadas atividades voltadas para o lar e para a maternidade e o espaço doméstico, contudo mais tarde essas mulheres encontram em profissões como professora, psicóloga, assistente social e enfermeira um modo de participar da vida pública estendendo assim, características aprendidas em âmbito doméstico para o âmbito público. Já os homens são ensinados desde cedo a ocupar cargos de poder.

Subvertendo a ordem a fim de ocupar espaços de poder (SOHIET, 2002) aponta como na disputa travada desigualmente entre homens e mulheres, essas últimas criaram táticas que estão de acordo com suas vivências.

No mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher o *Jornal Agora*³ publicou entrevista de Anorina Smith, onde a mesma defendeu uma reorganização dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres a fim de romper com a dupla jornada de trabalho e modificar os papéis tradicionalmente atribuídos as mulheres como o cuidado com a casa e os filhos⁴. Quando oficializou sua candidatura perguntaram para candidata sobre as dificuldades em conciliar a vida doméstica e profissional, a candidata informou que enfrentava a dupla jornada de trabalho, mas que possuía capacidade de dar conta da vida política, profissional e doméstica.⁵

Apresentar Anorina enquanto uma senhora que conseguia lidar com as atividades domésticas, maternais e profissionais sem abrir mão de uma suposta feminilidade. Remete uma luta contra os discursos construídos no século XIX quando organizações femininas lutaram pelo direito ao voto e

¹ Graduada em História e Especialista em História do Brasil pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Email – kalihistoria@bol.com.br.

² Anorina Smith Lima concedeu as seguintes entrevistas para o *Jornal Agora*: Lima, A educação no Brasil já está privatizada publicada em Dezembro de 1991, É preciso romper a estrutura machista dos partidos publicada em Março de 1992, O pensamento de uma mulher de fibra publicado em Setembro de 1992 e a Participação da Mulher na Política publicada em Novembro de 1992.

³ *Jornal Agora*, 14 a 20.03. 1992)

⁴ *Jornal Agora*, 13 a 19.09.1992

⁵ (*Jornal Agora*, 01 a 06 de Novembro de 1992).

tiveram forte oposição. Muitas delas foram ridicularizadas pela imprensa, pois em notas de jornais seus comportamentos foram caracterizados como masculinizados. A participação da mulher na política foi considerada pela ciência contra a natureza feminina e uma ameaça para organização familiar.

Capaz de realizar atividades domésticas e públicas Anorina apresentou-se como uma candidata que não rompia com a organização social imposta aos gêneros. Informar que conseguia investir na vida pública sem abrir mão das tarefas conjugais e maternas pode ser considerada uma tática utilizada para garantir aprovação de grupos sociais conservadores. Grupos que podem ser representados pela divulgação de modelos feminina apresentados na *Coluna Mulher Executiva* e em nota publicada na *Coluna Contexto* que contesta os avanços femininos.

Na seção *Mulher Executiva*¹ era reconhecido o sucesso profissional de empresárias que conseguiram associar as atividades familiares e domésticas com o mundo do trabalho. Se na década de 1950 as revistas femininas buscaram incentivar as mulheres a se preocuparem com o casamento e a maternidade chegando a aconselhar que após o matrimônio essas mulheres abandonassem o trabalho fora do lar, pois esse era incompatível com a vida doméstica como aponta (BASSANEZI, 2001). A *Coluna Mulher Executiva* buscava adaptar o papel social da mulher contemporânea, elogiando sua capacidade de conciliar a vida familiar e doméstica com a profissional e política, colaborando por sua vez com discurso que mascarava e reforçava a manutenção da dupla jornada de trabalho, mas aprovava o desempenho profissional e político dessas mulheres.

Os avanços femininos foram vigiados e criticados em nota publicada na *Coluna Contexto*. Na publicação foi apresentada a sensação de coação dos homens frente aos avanços da participação feminina em cargos de poder e inserção das mulheres no mercado de trabalho. Por essa razão os homens foram convidados a se unirem contra os avanços, pois representavam uma ameaça ao poder masculino².

Frente as bandeiras do movimento feminista a candidata valorizou a oportunidade das mulheres se verem representadas e romperem com barreiras machistas que impedem a inserção das mulheres no âmbito político institucional. Em matéria realizada por Paulo Caminha e publicada no *Jornal Agora*³, Anorina apontou com impasses enfrentados pelas mulheres na vida política a divisão sexual do trabalho e o patriarcalismo.⁴ A candidata defendia a inserção das mulheres em “âmbito institucional, mas sabia que a ocupação de cargos políticos por parte das mulheres por si só não era capaz de modificar a estrutura machista dos partidos políticos. Ciente dessa realidade a mesma entrevistada sugere modificações de ordem familiar e social capazes de trazer a tona eleição de mulheres contrárias a práticas machistas e repressoras.

Nesse momento, o posicionamento de Anorina se aproxima das reivindicações feministas. Em outras se distanciam, pois a candidata afirma que as mulheres podem participar da vida pública desde que não destruam características consideradas tipicamente femininas em prol do feminismo. O feminismo é caracterizado como movimento no qual, a mulher perde identidade da mulher vaidosa, cuidadosa e apegada a relações familiares.⁵ Legalização do aborto também era uma das pautas defendidas por alguns movimentos feminista do qual, Anorina discordava. Anorina defendeu a proteção do feto no caso de gravidez e sugeriu que fossem ofertados cursos sobre educação sexual na escola.⁶

Na entrevista *É preciso romper a estrutura machista dos partidos* o entrevistador perguntou se a campanha da candidata teria um tom feminista, em resposta ela informou que representaria o interesse da categoria dos professores, contudo ao representar o interesse dos professores estaria também atendendo o interesse das mulheres⁷. Tal afirmativa remete a interpretação de LOURO (2010) sobre a participação política das educadoras na luta por melhorias das condições de trabalho como forma de igualar salários entre homens e mulheres.

Parte da campanha de Anorina Smith Lima pautou-se na possibilidade de alcançar conquistas para classe dos professores, ocupando o cargo de vereadora na câmara municipal de Itabuna. Entre as

¹ *Jornal Agora* Ano VIII n°334, Itabuna – BA, 30.06 a 07.07. 1989. *Mulher Executiva*.

² *Coluna Contexto*, Diário de Itabuna – 03.1990.

³ *Jornal Agora* esta vinculado ao Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), o proprietário do jornal José Adervan de Oliveira é também o atual presidente do PSDB local. De acordo com Rocha(2011) o proprietário utilizou-se do jornal para realizar a campanha em prol da eleição do candidato a prefeito Ubaldo Dantas (PSDB), diante das entrevistas e notícias de destaque dados a Anorina é possível afirmar que o jornal foi utilizado também para divulgar a candidatura da vereadora.

⁴ *Jornal Agora*, 14 a 20 de Março de 1992, n°457).

⁵ (*Jornal Agora*,13 a 19.09.1992).

⁶ (*Jornal Agora*14 a 20 de março de 92.)

⁷ A partir da década de 1980 há registros da participação feminina nos sindicatos dos professores, comerciários, bancários, sendo a presença feminina em números indicativos maior nos sindicatos dos professores, visto que a educação permanece sendo concebida como uma atividade tipicamente feminina. De acordo com Souza (2002) em 1989, 86% de mulheres compunha o Sindicato de Professores de Itabuna, dessas 47% possuíam o ensino superior e 50% o curso de magistério.

reivindicações destacaram-se a criação de uma sede para API – Sindicato, cumprimento do Estatuto do Magistério e alteração no mesmo no que diz respeito aumento salarial e regularização do salário dos professores de acordo com o nível de formação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Casada, cristã, educadora, sindicalista e mãe a candidata ao cargo de vereadora evidenciou nos discursos publicados na imprensa local que era capaz de associar as atividades profissionais, políticas e domésticas e demonstrou aos grupos mais conservadores que sua candidatura não afetava o papel social que ocupava enquanto mulher. Além de associar atividades distintas, mantinha características consideradas femininas para sociedade e discordava da legalização do aborto.

Consciente do número reduzido de mulheres que ocuparam espaços de poder institucional, Anorina Smith Lima se apropriou do discurso de representatividade feminina na política para justificar e fortalecer sua campanha. Buscou apoio junto a Associação de Professores de Itabuna e destacou que lutando pela melhoria nas condições de trabalho dos filiados e filiadas estaria também representando o interesse das mulheres.

Frente as táticas adotadas pela candidata considera-se que a mesma transgrediu a ordem ao utilizar de discursos em prol da maior representatividade das mulheres em cargos de poder. E conservou ao evidenciar em seus discursos ausência de apoio a legalização do aborto, demonstrar um comportamento de acordo com o exigido para uma mulher e reforçar a necessidade de mostrar-se como uma mulher feminina. As táticas de Anorina como já posto, foram utilizadas a fim de garantir a aprovação da candidatura de uma mulher a um cargo ocupado em sua maioria pelos homens. E talvez tenham colaborado para sua eleição.

FONTE

Centro de Documentação Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz – CEDOC/UESC. Jornal Agora (1991 -1992) e Jornal Diário de Itabuna (1990).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del (org). **História das Mulheres no Brasil**. SP: Contexto, 2001 p.607 -639.

LOURO, Guaracira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: PRIORE, Mary Del(org.) História das Mulheres no Brasil. 5ªed. SP: Contexto, 2011

MATOS, Maria Izilda S. de. Por uma História da Mulher. São Paulo; EDUSC, 2000.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2,jul./dez. 1995, pp. 71-99. In: http://www.archive.org/details/scott_gender. Acesso em 06 de junho de 2010.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org).A escrita da História: novas perspectivas.São Paulo:UEP, 1992.p.63 – 95.

SOIHET, Rachel. **Transgredindo e conversando, mulheres conquistam o espaço público: a contribuição de Bertha Lutz**. In: In: Estudos Feministas, Labrys: Brasília, n.1-2, s.p. jul. - dez. 2010. Acesso em:30/01/2011.

A ATUAÇÃO DA MULHER NA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA ATRAVÉS DAS PERSONAGENS FEMININAS DE PEPETELA

Kalyane Barbara Oliveira Novaes¹;
Laila Brichta²

O romance *A Geração da Utopia* relata e faz uma crítica à criação da nacionalidade angolana, uma pátria criada através de muitas lutas e grandes utopias que nos leva a refletir sobre a natureza humana, suas limitações e ambições em um cenário hostil em que as pessoas são colocadas em situações de desumanização do homem pelo homem. Podemos dizer que as personagens femininas do romance assumem um papel de coadjuvantes, porém possuem uma função fundamental dentro da história.

Pepetela apresenta três décadas da vida de uma geração que possuía um projeto para a libertação política de Angola, liberdade que quando alcançada, despertou um sentimento de frustração entre os que lutaram por ela, transformando o projeto de libertação em utópico.

Entrelaçando as vidas dos personagens a várias situações da história de Angola, o livro apresenta uma divisão temática e cronológica em quatro capítulos: “A casa” (1961), “A Chana” (1972), “O Polvo” (1982), e o “Templo” (A partir de Junho de 1991).

As personagens femininas da *A Geração da Utopia* trazem consigo um sentimento de esperança em uma Angola livre e igualitária para todos. Em todo o romance as mulheres foram representantes dos ideais da independência. Pepetela projeta na mulher a esperança de um renascer de uma nação gerada com luta e ideias que com o desenvolver e a conquista de sua “liberdade” se perde em seus ideais.

As personagens femininas presentes no romance são mulheres comuns e não idealizadas, que expõem os seus sentimentos diante da sociedade em que estão inseridas, sendo detentoras de força e dos ideais políticos.

Sara é angolana e branca, politicamente engajada, possuidora de um olhar crítico sobre o sistema de colonização de seu país e impulsiona a si e a todos a uma conscientização de que é necessária uma transformação para superar a ocupação portuguesa em Angola. Sara apresenta um papel importante durante todo o texto, expondo as ideias de liberdade que são vividas durante todo o romance. Em várias partes o narrador utiliza o olhar de Sara para abordar questões importantes no texto como a segregação racial. Sara desperta desconfiança entre os amigos pelo fato de ser branca, e o surgimento de um nacionalismo angolano pautado também nas questões raciais acaba por excluí-la da luta armada.

Além de Sara, o romance nos apresenta outras personagens femininas como Marta, amiga de Sara que ajuda a esconder Aníbal (figura chave no processo de libertação da Angola). A alienada Fernanda que mesmo sendo angolana não se interessa por política. A deslumbrada Luiza, esposa do Vitor, que idolatra sua riqueza resultado de uma grande corrupção e oportunismo do marido. E por último, porém não menos importante, Mussole, que aparece nas lembranças de Aníbal (que ficou conhecido como o Sábio no período em que lutou na guerra pela independência de Angola) como uma junção do discurso histórico e místico da África. Aos olhos do Sábio, essa mulher com o espírito selvagem se confunde com a própria natureza quando se assemelha as folhas da mangueira ao dançar com o vento, tendo em sua trágica morte uma analogia aos rumos tomados pelo movimento de libertação de Angola, a decepção de um sonho utópico que um dia guiaram os seus ideais revolucionários (o que restou a Aníbal foi plantar uma mangueira para que nela repousasse o espírito de Mussole).

A relação entre História e Literatura perpassa por diversas discussões onde cada uma das áreas de conhecimento possui as suas especificidades. Na literatura o autor tem uma maior liberdade de criar personagens fictícios, atuando em um cenário histórico e reconstruindo a história, se assim desejar. Já o historiador precisa se respaldar em fontes que provem o que ele está produzindo, limitando sua imaginação. Alguns autores, como Hayden White (1994), tratam a história como um gênero literário, afirmando que por usarem os mesmos métodos que a literatura, não se distingue essencialmente desta. Outros autores, como Pesavento (2013), afirmam que apesar de ambas as disciplinas utilizarem as

¹ Discente do Curso de História DFCH / UESC, kalyane.oliveira.novaes@gmail.com

² Docente do Curso de História DFCH/UESC, lailabrichta@gmail.com.

mesmas ferramentas e fontes, elas são distintas no modo em que captam as representações da verdade no passado.

Segundo Rita Chaves em *O Passado Presente na Literatura Angolana* a literatura dos países africanos de língua portuguesa exerce um papel essencial na ilustração do percurso histórico da sociedade que pressupõe ilustrar, é um meio de preencher as lacunas da história deixadas pelo colonialismo após a conquista da independência de cada país africano, trazendo consigo o passado como uma de suas fontes de significados (CHAVES, 2005, 46).

Pepetela utiliza o passado para nos levar à construção da nacionalidade angolana, proporcionando através da literatura uma análise social e política de Angola durante as três décadas que é apresentada no romance (1960-1990). É possível acompanhar o desenvolvimento do nacionalismo na luta armada e em seguida o sentimento de fracasso por perceber que o sistema político que começa a se desenvolver na pátria “livre” continua a favorecer a poucos. A sociedade angolana depois da assinatura de sua independência em novembro de 1975 se viu incapaz de sustentar os seus planos e realizar os seus sonhos. Já nos primeiros anos de liberdade as alegrias e o entusiasmo deram lugar às frustrações e ao sentimento de impotência (CHAVES, 2005: 55).

As personagens femininas do romance indiretamente tiveram a sua participação na guerra de independência de Angola. Apesar da maioria das personagens serem politizadas ainda eram olhadas de forma desigual pelos personagens masculinos, sendo colocadas sempre em segundo plano. A personagem Sara é um exemplo disso, pois foi excluída da luta armada devido a sua cor e por ser mulher.

O conceito de gênero é desenvolvido nas teorias do movimento feminista contemporâneo no intuito de entender a situação de desigualdade entre os sexos e como esta relação intervém na sociedade. Lauretis vem afirmar que as concepções de masculino e feminino, nas quais todos os seres humanos são classificados, formam em cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com os valores e hierarquias sociais. (LAURETIS, 1994: 210).

Podemos identificar as raízes do movimento feminista ainda na Revolução Francesa, e com uma carga ideológica derivada do iluminismo. Nesse processo, observamos as mulheres lutando tanto ao lado de homens, como por conta própria, assim como aconteceu no episódio conhecido como “a marcha das mulheres do mercado”, que em 5 de outubro de 1789 se dirigiram ao Palácio de Versalhes para exigir o cumprimento de suas petições junto ao rei, e acabaram conseguindo fazer com que a família real se mudasse para Paris. Segundo Jacqueline Pitanguy e Branca M. Alves, foi no contexto da Revolução Francesa que o feminismo adquire uma prática de ação política organizada. Reivindicando seus direitos de cidadania frente aos obstáculos que o contraria, o movimento feminista, na França, assume um discurso próprio, que afirma a especificidade da luta da mulher (ALVES; PITANGUY, 1991: 32). Os ideais da revolução de 1789, por sua vez, se alastrariam para outras partes do mundo, influenciando, assim, mulheres de vários países.

Em sua obra, Pepetela organiza a sua visão do que tem sido aquela sociedade utilizando do gênero, o senso de historicidade e a lógica da casualidade histórica, possibilitando assim uma análise de vários aspectos sócio culturais de Angola.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
CHAVES, Rita, *Angola e Moçambique: Experiência colonial e territórios literários*. Cotia SP: Ateliê Editorial, 2005.

LAURETIS, Teresa. “A tecnologia do gênero”. In: HOLLANDA, B.H. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

PEPETELA. *A geração da utopia*: São Paulo: Leya, 2013

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Literatura história e identidade nacional.” Disponível em: <http://sites.unifra.br/Portals/35/Artigos/2000/33/literatura.pdf> Acesso em: 30 de Agosto de 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “O mundo como texto: leituras da história e da literatura” In: *Revista História da Educação* Vol. 7 n.14 Novembro de 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30220/pdf> Acesso em: 27 de Agosto de 2013.

WHITE, Hayden. Trópicos do Discurso- ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994.

MEMÓRIAS E IDENTIDADES: CONFLITOS E DISCURSOS SOCIAIS NO SUL DA BAHIA.

Bruno Augusto Santos Souza¹

Introdução

O começo do século XX no sul da Bahia é marcado pela disputa política e econômica entre dois grupos sociais que propagam discursos legitimadores, se apropriando das representações, imaginários e identidades existentes e construídas ao longo do processo histórico de formação desses grupos e do cenário político e principalmente econômico do momento. As tentativas de reforçar o sentimento de pertencimento através de símbolos e representações sobre a origem de cada grupo foi apropriada pela literatura regional, que após a percepção da força e influência que a literatura exercia se tornou alvo de incentivo e financiamento dos coronéis. Os romances de Jorge Amado e Adonias Filho trataram de forma ficcional e lúdica os conflitos existentes no sul da Bahia. Outra forma de escrita que ganhou força e apoio dos coronéis foram os textos memorialísticos, que tentaram reforçar suas versões sobre a origem da região e enaltecer os Coronéis e os homens da política. Os conflitos identitários e os embates no campo da memória estiveram presentes no sul da Bahia no começo do século XX e foram retratados pelos literários e memorialistas, e como em qualquer sociedade em qualquer época, esses conflitos são importantes para definir as fronteiras sociais e legitimar as ações dos indivíduos.

Metodologia

Para a compreensão parcial deste fenômeno, foi de fundamental importância a leitura crítica das obras memorialísticas produzidas no sul da Bahia no período de 1915 - 1960, que corresponde aos textos *Memória do município de Ilhéus (2004)*, e *O jequitibá da Taboca (2011)*. O passo seguinte foi à leitura de textos teóricos que pudessem ampliar o entendimento conceitual sobre questões como memória, identidade, história e literatura, representações e imaginário. A partir disso, contextualizar as obras memorialísticas e literárias, buscando entender suas finalidades e importância na formação e reafirmação de memórias e identidades sociais na região.

Resultados e Discussão

O final do século XIX no sul da Bahia é marcado por muitas transformações econômicas, o que desencadeia transformações no campo, político e social. A valorização do cacau, que se torna o principal produto de exportação do estado da Bahia, faz com que famílias tradicionalmente dominantes desde o tempo do Brasil colônia, adquiram mais poder econômico, e conseqüentemente político. A riqueza oriunda do cacau atraiu pequenos fazendeiros e comerciantes de outras localidades baianas e de outros estados, principalmente Sergipe, que dentro de algumas décadas conseguiram se estabilizar economicamente, e rivalizar politicamente com as oligarquias até então dominantes já existentes aqui (RIBEIRO, 2001). É dentro deste cenário de disputa política, econômica e social que os embates aconteceram, tanto os embates eleitoreiros no tempo de eleição, os embates armados nas brigas por terras e nos crimes políticos nas disputas por poder e temor ante a sociedade, e nos embates ideológicos travados nos discursos que se difundiram por diversos meios, na tentativa de legitimar seus posicionamentos políticos e suas ações em meio a essas disputas, buscando no passado e na construção de memórias e mitos de origem que, com as adequações e interpretações feitas a partir das necessidades de cada grupo, reforçavam seus discursos e os muniam de argumentos para engrandecer suas biografias e vida política.

Como argumenta Kathryn Woodward, as transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas na sociedade geram grande impacto nas identidades e fronteiras sociais (WOODWARD, 2014), que a partir de então precisam ser organizadas, delimitadas e legitimadas de acordo com as devidas referências ao passado. A adequação e interpretação do passado às demandas do presente irão contribuir para a constituição de uma memória oficial, que depois de constituída servirá como base para definir as fronteiras sociais, reforçar sentimentos de pertencimento, manter a coesão dos grupos e construir ou

¹ Graduando em História na Universidade Estadual de Santa Cruz.

significar as identidades. As representações que mediam as relações sociais (PESAVENTO, 2002) necessitam da aceitação, e para isso é preciso que elas tenham credibilidade (POLLAK, 1989). Os enquadramentos da memória, e os esforços de ocultação e clarificação da mesma seriam justamente as tentativas de legitimar e dar o status de verdadeira a cada versão contada do passado (FENELON, 2004). Assim, autenticando o passado, as identidades e posicionamentos assumidos nos conflitos sociais do presente teriam mais validade e aceitação perante a sociedade.

Os conflitos ocorridos no sul da Bahia no final do século XIX e início do século XX foram intensos, e a carga ideológica propagada foi proporcional, refletindo na literatura regional. Devido as transformações ocorridas no campo econômico, e por consequência no campo social e político, os discursos apologéticos, de reafirmação de identidade e pertencimento a grupos sociais, além de uma constante disputa pela memória oficial da região e de seu progresso foram disseminados pelos grupos conflitantes.

Um dos meios de disseminação desses discursos foram os textos memorialísticos. Memória do município de Ilhéus, de Francisco Borges de Barros é um claro exemplo disto. Escrito em 1915 por encomenda do Coronel Antonio Pessôa da Costa e Silva, traz um conteúdo enaltecendo a biografia da figura principal do livro - "*Produto do próprio esforço, sua vida, guiada por uma esclarecida inteligência, tem sido, durante longo período, dedicada á causa pública, ora nos embates do parlamento, ora nas tribunas popular e judiciária e nas justas da imprensa, de cujas pugnas tem sido um triunfador.*" - além de defender a ideia de que, a trajetória pessoísta enquanto pessoa publica aliada a seus correligionários políticos foi fundamental para o progresso e crescimento experimentado por Ilhéus e pela região naquele tempo, deixando implícito que o grupo opositor, os adamistas, seriam os responsáveis pelo atraso social e econômico vividos até então. Ao mesmo tempo em que esse discurso fortalece e legitima a versão pessoísta da região e conseqüentemente uma identidade ligada a ela, tenta intencionalmente estabelecer e perpetuar uma memória sobre o tempo de sua escrita, para que, nos conflitos sociais do futuro seja fonte de busca ao passado e sirva as demandas dos embates travados no campo da memória e da identidade.

Sendo assim, podemos perceber como os discursos e conflitos vivido na região cacauera no começo do século XX estiveram presentes nos textos memorialísticos. Os enfrentamentos ideológicos entre os grupos rivais e as tentativas de autenticar uma determinada memória foram reforçados pelos memorialistas. Textos que serviram tanto o seu tempo, quanto para a posteridade, ajudando a construir um imaginário regional, influenciando nas representações sociais, e até mesmo em textos historiográficos, nos quais a literatura regional serviu como referência para historiadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES DE BARROS, F. **Memória sobre o município de Ilhéus**. Ilhéus: Editus; Fundação Cultural De Ilhéus, 2004.

FENELON, D. R. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo, Editora Olho d' Água, 2004.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

____. **Memória e identidade social**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, n.5, v.10, 1992.

PESAVENTO, S. J. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

RIBEIRO, A. L. R. **Família, poder e mito: o município de São Jorge dos Ilhéus (1880- 1912)**. Ilhéus, Editus, 2001.

____. **Memória e Identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na Região Cacaueira**. Ilhéus, Editus, 2005.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

A PORNOGRAFIA NO CINEMA PRIMITIVO (1907-1915)

Bruna Marques Ribeiro Drisostes¹

INTRODUÇÃO

A pesquisa se debruça acerca das questões que envolvem o surgimento do cinema pornográfico no final do século XIX, conhecido também como *Belle Époque*. Compreender as problemáticas que cercam a explosão erótica desse momento. O nascimento do cinema irá se dá durante o período de 1891 a 1896. Não existe, a priori, um inventor do cinema, pois o mesmo era a evolução das chamadas lanternas mágicas, que já existiam desde o século XVII. E essa ligação com as apresentações populares irá tornar o cinema uma arte de caráter popular.

As apresentações cinematográficas eram feitas nos *vaudevilles*, como eram conhecidos nos Estados Unidos. Os *vaudevilles* se caracterizavam como um amontoado de apresentações artísticas que atraíam principalmente as camadas mais populares da sociedade. O período conhecido como *Belle Époque* (1871 – 1914) vai ser marcado pela ascensão da estética, da arte, da história e etc. Os movimentos como a *art nouveau* ou o movimento Pré Rafaelita evidenciam como a sociedade estava transacionando do luto burguês para a apreciação do efêmero e valorização da beleza. Diante desse contexto teatros, cabarés e os *vaudevilles* ascendem e o cinema se desenvolve de maneira extremamente rápida.

Diante desse contexto, a pornografia irá surgir em meios aos cabarés luxuosos ou dos *penny arcades* dos *vaudevilles*. Os primeiros vídeos comercializados como pornográfico eram apenas gravações para estudo de anatomia e compreensão do corpo. É importante pensar primeiramente que o conceito de pornografia irá depender do ponto de vista de como cada sociedade enxerga o obsceno e os interditos eróticos. Em segundo, observa como discurso sexual estava intimamente entrelaçado com a medicina (até por ter sido o ponto de partida dos filmes pornográficos). A necessidade de se documentar, enumerar, esmiuçar e principalmente espionar vai fazer com que desenvolva um *voyeurismo* médico. Isso evidencia como a medicina do século XIX necessitava a todo o momento de falar sobre sexo (FOUCAULT, 1980)

Com o aumento da demanda cinematográfica, a pornografia começa a ganhar as características que a deixaram registrada enquanto gênero fílmico. Os *stags films* ou *blue films* como ficaram mais conhecidos foram produzidos em grande escala, pois eram bastante requisitados. Como eram filmes de baixo custo e produzidos ilegalmente não se tem ao certo muitas informações sobre como se dava a produção desses filmes. O que se sabe é que normalmente eram filmes atuados por prostitutas e usados como “propaganda” para atrair clientes. A falta de conservação dos filmes não permitiu que se conhecesse mais sobre eles, porem existe um bom acervo de material pornográfico da época que mostra como era retratada a sexualidade. Os filmes mais conhecidos foram: *A Free Ride (1915)*; *L'Ecu d'Or (1908)* ; *El Sartário(1907/1912)*; *Am Sklavenmarkt (1907)*.

METODOLOGIA

Para compreender o olhar do historiador sobre os filmes enquanto fonte deve-se voltar para a questão da importância das fontes históricas ligadas a produção da cultura para se compreender o homem e a relação com a sociedade. A escola dos *Annales*, em contrapartida de sua antecessora escola Metódica, irá reformular o conceito de fonte histórica. Anteriormente, se entendia como fonte histórica apenas os documentos oficiais e sua busca se davam apenas pela dita “verdade”. Se pensarmos o contexto histórico em que o positivismo estava em voga e a história necessitava consolidar-se enquanto ciência, faz muito sentido esse trabalho com relação verdade e documento. A partir de 1929, com a fundação do periódico *Annales d'histoire économique et sociale*, por Marc Bloch e Lucien Febvre, uma nova maneira de fazer história estava surgindo. Ao incorporar elementos das ciências sociais houve a ampliação dos temas para se trabalhar a história e conseqüentemente das fontes.

Com esse desenvolvimento da questão da diversificação das fontes, os historiadores começaram a buscar em produções de cunho extremamente popular para entender a posição de homens e mulheres

¹ Graduanda em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Email: brdrisostes@yahoo.com.br

no tempo. Gibis, revistas, livros baratos e o cinema se tornaram de grande interesse para aqueles que se denominavam da História Cultural. Por o cinema ter se tornado um grande veiculador de idéias e transpor na imagem em movimento o imaginário da época. Todo filme se torna uma relação entre discurso, o espectador e o autor e por isso abri caminhos para uma análise histórica nunca antes vista (FERRO, 1975).

Ao se pesquisar o cinema pornográfico, se fez preciso entender essas problemáticas que envolvem a compreensão da dimensão que o cinema pornográfico possuía na Belle Époque. Primeiramente a leitura de livros chaves do tema: *A história da sexualidade I* (Michel Foucault), *O olhar pornô* (Nuno Cesar Abreu), *Pré Cinema & Pós Cinema* (Arlindo Machado), *Anarquia sexual: Sexo e Cultura no Fin de Siècle* (Elaine Showalter) e artigos relacionado ao tema sexualidade e História.

Relacionando os estudos referentes ao cinema e a sexualidade do final do século XIX e meados do XX e o contexto histórico geral, a pesquisa busca compreender os meios como os filmes pornográficos reafirmavam a moral sexual. Entendem-se moral sexual os conjuntos de regras que regiam os modos *sexualis* da população. Como a pesquisa ainda se encontra em andamento, a busca de outras fontes para além dos filmes como jornais, revistas entre outras que descreviam o modo de ver a sexualidade está em processo de busca.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Para compreender o fenômeno da explosão de conteúdo pornográfico na sociedade moderna, é necessário deliberar-se sobre as questões primordiais que a tangem. O primeiro questionamento que deve ser feito é: o que é pornografia? Tal resposta irá variar do período, da localização entre outros. O limiar entre pornografia e erotismo podem se tornar muito fluidos.

A palavra pornografia vem do grego *pornographos*, que significa literalmente “escrito por prostitutas”. Nos dicionários mais atuais pornografia significa “descrição ou representação de coisas consideradas obscenas, de caráter sexual”. Obsceno é uma corruptela da palavra *scena* que quer dizer “fora de cena” ou aquilo que não deveria ser mostrado na vida cotidiana, mas o que exatamente a sociedade do final do XIX não queria por em cena? Visto de maneira superficial percebemos que o sexo era escondido, trancafiado dentro da casa da família burguesa que ali se formara, criando um silêncio sobre o sexo (FOUCAULT, 1980).

Porém analisando as formas de como o discurso sexual se dispersou por vários âmbitos como a arte e a medicina, por exemplo, e como toda hora ele era documentado, descoberto e analisado deve-se pensar que a sexualidade da *Belle Époque* estava concentrada no olhar (estética). Dentro desse contexto que o cinema pornô se consolidou, o olhar se torna a verdadeira experiência pornográfica, reafirmando os valores do sexo enquanto descoberta. É perceptível quando se analisa a forma como se dava a câmera nos *stags films*: usavam-se lunetas, binóculos, buracos de fechadura entre outros. Evidenciava-se a expectativa da descoberta do sexo, o voyeurismo (ABREU, 1996).

De fato é imprescindível analisar as nuances que a pornografia e o erotismo se desenvolvem, através da análise fílmica, do contexto histórico e correlacionando para compreender as relações da população com a sexualidade e a própria sociedade.

REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

ABREU, Nuno Cesar. **O olhar pornô**: a representação do obsceno no cinema e no vídeo. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

FERRO, Marc. **Analyse de film, analyse de sociétés**. Une source nouvelle pour l'histoire. Paris: Hachette, 1975.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade**: I A vontade de saber. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MACHADO, Arlindo. **Pré-cinemas e pós cinemas**. Campinas: Papyrus Editora, 1997.

SHOWALTER, Elaine. **Anarquia sexual**: sexo e cultura no fin de siecle. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DAS PERSONAGENS FEMININAS DE A CASA DAS SETE MULHERES, DE LETÍCIA WIERZCHOWSKI

Autora: Luana Araújo Santos
Orientadora: Laila Brichta

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve o objetivo de estudar a personagem Manuela de Paula Ferreira do livro *A Casa das Sete Mulheres*, escrito por Letícia Wierzchowski, que ganhou espaço na TV Globo com a minissérie do mesmo nome. E através dessa personagem histórica, analisar as relações sociais das mulheres burguesas do Rio Grande do Sul no séc. XIX, utilizando as relações entre História e Literatura.

O cenário histórico e político tanto do livro quanto da minissérie *A Casa das Sete Mulheres*, é a Revolução Farroupilha, também chamada de Guerra dos Farrapos. Esse foi um movimento de autonomia do Rio Grande do Sul contra o Império do Brasil, que se configurou na mais longa revolta brasileira de caráter separatista, pois se estendeu por quase 10 anos (1835-1845). A Revolução Farroupilha foi liderada por fazendeiros de gado, mas teve apoio da camada mais pobre da população.

O principal líder do movimento foi o general Bento Gonçalves da Silva. No estopim da Guerra dos Farrapos, Bento Gonçalves isolou as mulheres de sua família em uma estância afastada das grandes áreas em conflito, com o propósito de protegê-las. Em um cenário de guerra prolongado, foi a vida daquelas sete mulheres confinadas nos Pampas, que se tornou tema do romance de Letícia Wierzchowski.

METODOLOGIA UTILIZADA

- Levantamento Bibliográfico acerca da literatura como fonte e do conceito de Gênero;
- Leitura e análise do livro *A Casa das Sete Mulheres*, de Letícia Wierzchowski;
- Estudo da minissérie *A Casa das Sete Mulheres* produzida pela TV Globo em 2003;
- Leitura e análise das bibliografias indicadas;
- Contato via email com a autora do livro *A Casa das Sete Mulheres*, Letícia Wierzchowski;
- Leitura dos livros: *Os Varões Assinalados* de Tabajara Ruas, que serviu como fonte de inspiração de Letícia para escrever o seu romance; *Memórias de Garibaldi* ditadas à Alexandre Dumas, e *Garibaldi e Manoela: Uma história de amor* de Josué Guimarães.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através da personagem Manuela de Paula Ferreira do romance *A Casa das Sete Mulheres*, pode-se tentar traçar o perfil das mulheres burguesas, no séc. XIX, durante os tempos de guerra (Guerra dos Farrapos) e as suas ações revelam a função social que essas mulheres ocupavam, projetando a imagem de uma mulher ideal.

Durante o séc. XIX, a sociedade brasileira sofreu modificações em suas condutas e regras. O surgimento e ascensão de uma nova classe social, a burguesia, provocando uma distância no convívio social entre essa nova classe e a massa popular, causando um processo de privatização da família marcada pela valorização da intimidade e da maternidade. Consequentemente, “a mulher ideal” foi remodelada para ser a esposa e a mãe dedicada, pois as crianças deveriam ser educadas pelas próprias mães para não correrem o risco de ficarem soltas sob a influência de amas, negras ou estranhas. O casamento entre as famílias elitistas era usado para a manutenção do status social. Além de deverem ser esposas e mães atenciosas, dedicadas, etc., as mulheres ganharam uma nova função, contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões de festa como: saraus, bailes, cafés, teatros, etc., e principalmente na vida cotidiana. Em outras palavras, as mulheres deveriam aprender a comportar-se em público e a agirem de maneira educada, porque elas eram submetidas aos olhares atentos e aos comentários críticos da sociedade. (D’Incao APUD Priore, 2001).

Através dessa pesquisa foi possível perceber algumas questões sobre a relação entre homens e mulheres no Rio Grande do Sul do século XIX, e também permitiu pensarmos algumas questões sobre a aproximação das disciplinas História e Literatura.

Manuela de Paula Ferreira, personagem principal do romance, pode representar algumas mulheres elitistas da época. Nesse período do séc. XIX, as mulheres eram submissas aos homens, devido a

isso não podiam batalhar na guerra e por isso eram isoladas e tinham que esperar e rezar para que seus homens voltassem a salvos.

Partindo dessa divisão de papéis sociais, em que a mulher da elite riograndense do século XIX representada no romance ficava em casa, cuidando da propriedade familiar, e os homens iam para a guerra, é que iniciamos um estudo sobre a sociedade. Percebemos que o machismo é uma ideologia presente na sociedade oitocentista e que pode ser identificada simbolicamente em diversos momentos na história brasileira.

Manuela de Paula Ferreira foi criada nos parâmetros sociais burgueses do séc. XIX, por isso, ela foi submissa aos ditames da sociedade. Em outras palavras, Manuela não poderia casar-se com Garibaldi, apesar do amor que nutriam um pelo outro, porque a sua família considerava o italiano um aventureiro e não era considerado “um bom partido” para ela. Como podemos perceber no trecho a seguir do livro *A Casa das Sete Mulheres*:

“Mesmo que nunca nos casemos, mesmo que a guerra ou o destino o leve para longe de mim, permanecerei esperando-o até quando for necessário, até a eternidade”. (WIERZCHOWSKI, 2002: 285).

CONCLUSÃO

Entretanto, a sociedade está se modificando ao longo do tempo, novas perspectivas e novos conceitos estão sendo discutidos, para que a sociedade não continue reproduzindo esse discurso machista. A mídia de entretenimento, utilizando de uma liberdade de criação, por vezes distorce a história. Por exemplo, a minissérie *A Casa das Sete Mulheres* construiu a imagem de uma Manuela que ao mesmo tempo em que era submissa, também era corajosa, porque por trás de uma jovem romântica e delicada como uma flor de estufa, existiam impulsos e determinações, ao ponto de sair da estância e viajar com um mercador para encontrar Giuseppe Garibaldi. Sendo que a personagem histórica nunca saiu da estância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL**, Maria Adelaide; **NEGRÃO**, Walter. *A Casa das Sete Mulheres*. Rio de Janeiro, 2003.
- DRUMONT**, M. P. *Elementos para uma análise do machismo*. Perspectivas, São Paulo.
- GUIMARÃES**, Josué. *Garibaldi e Manoela: Uma história de amor*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- MARI D'INCAO**. “Mulher e Família Burguesa” in **PRIORE**, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- ROLLA**, Ângela da Rocha. **LAZAROTTI**, Adriane Abrantes. “Análise da personagem Manuela no Romance *A Casa Das Sete Mulheres* de Letícia Wierzchowski”. 2008. Disponível em: <http://guaiba.ulbra.br/seminario/eventos/2008/artigos/letras/435.pdf> Visitado em 31/03/2014.
- RUAS**, Tabajara. *Os Varões Assinalados*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2003.
- WHITE**, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. Tradução: **NETO**, Alípio Correia de França. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- WIERZCHOWSKI**, Leticia. *A Casa das Sete Mulheres*. São Paulo: Record, 2002.

PROPAGANDA “SKOL DE ROUPA NOVA” SOB A ÓTICA DO FEMINISMO: UM DIÁLOGO ENTRE A HISTÓRIA E A PUBLICIDADE

Rodrigo Silva Santos
Laila Brichta

INTRODUÇÃO

Dentro do cenário contemporâneo, a discussão da representação da mulher cresceu como mais um domínio da História e, nas últimas décadas do segundo milênio, a contribuição do movimento feminista acentuou a temática. O interesse dos historiadores pela temática da História das Mulheres foi impulsionado com a utilização de novas fontes e o desenvolvimento de novos interesses de pesquisa que objetivaram, preocupada em fazer da mulher um objeto de investigação historiográfica. Permeando o bojo desta temática, o movimento feminista contribuiu à História ao questionar a estrutura que construiu historicamente a condição doméstica e familiar da mulher, por vezes reduzida ao mero cumprimento da função erótico-sexual.

Várias bebidas alcoólicas utilizaram a mulher para divulgar suas marcas. O contexto sócio-cultural e as mudanças do comportamento do consumidor reformularam o processo de publicidade. As técnicas da propaganda de cerveja evoluíram muito. Também, para conquistar o público alvo, homens apreciadores de cerveja, a mulher transformou-se num elemento natural e constitutivo de suas campanhas. O uso do corpo da mulher como um símbolo sexual atraente tornou as propagandas de cerveja eróticas quando passou a recriar fantasias sexuais do universo subjetivo masculino.

Diante do exposto, como acontecem as ações de propaganda com a figura da mulher? Houve uma evolução nas conquistas das mulheres? As empresas de cervejaria utilizam o corpo da mulher como elemento erótico-sexual na conquista de apreciadores de cerveja? São incompatíveis as conquistas da mulher com publicidade que expõe o corpo feminino de forma sensual? Para responder esses questionamentos, este ensaio reflete algumas discussões acerca da propaganda e das conquistas das mulheres. De um lado, a propaganda com mulheres é objeto de aceitação e contradições; do outro, o movimento feminista critica veemente o uso da mulher ou do corpo da mulher como objeto de desejo nas propagandas de cerveja. Em sendo assim, como refletir essas questões?

É sob essa perspectiva que esta pesquisa reflete alguns procedimentos teóricos das questões de propaganda e do feminismo. Os objetivos específicos aprofundaram os seguintes propósitos: a) descrever a propaganda intitulada: – “Skol de Roupas Nova”, b) identificar os elementos utilizados na propaganda, além de analisar como as mulheres são representadas, seus perfis e seus papéis c) analisar a condição feminina sob a perspectiva do feminismo na propaganda Skol de 2012-2013. O referencial teórico trabalhou um recorte da propaganda e da publicidade, além de questões do feminismo. A investigação é básica, exploratória, telematizada e qualitativa. A pesquisa bibliográfica de artigos e de livros embasou o arcabouço teórico da propaganda e do movimento feminista. A análise do conteúdo refletiu as informações catalogadas e o conteúdo da propaganda da SKOL.

O vocábulo publicidade é oriundo do latim *publicus*, referindo-se a qualidade daquilo que é público; tem função de tornar pública uma ideia, um fato. Propaganda (*propagare*, em latim) é entendida como propagação de princípios e teoria. (SANT’ANNA, 1998). Esta distinção de termos que se relacionam no campo pragmático detalha características de naturezas diferentes que se fundem para gerar um determinado sentido: a publicidade desempenha a função de divulgação e propaganda tem a missão de incutir uma ideia na mente alheia.

Comercialmente falando, a promoção de uma marca ou produto está direcionada a conquistar o público alvo e, desta maneira, gerar vendas, utilizando como recurso a implantação em sua mente o desejo por aquilo que foi anunciado. A publicidade é a “alma do negócio”. Já a propaganda é o “corpo” quando evidencia numa campanha algo tangível que produz sentidos, desejos, ganâncias e ambições em seu público alvo. A publicidade é uma técnica, a propaganda um instrumento de vendas: esta fusão está recheada de persuasão. (DIAS, 1985; p. 60).

Ao longo das décadas, várias bebidas alcoólicas utilizaram a mulher como um recurso de atração do público masculino, criando uma condição específica da mulher no papel de objeto sexual, cumpridora de fantasias sensuais quando utilizou o caráter erótico como sua representação. De certa forma, exibem a

nudez do corpo e explora a sensualidade feminina, implantando símbolos visuais que indicam às partes íntimas da mulher, imperceptíveis a olho nu e a agilidade da câmera (FREITAS, 2011), além de criar um comportamento sexual quando reproduz imagens provocativas e insinuativas entre os atores; o jogo da câmera reforça o enfoque a ser dado ao conduzir o olhar do espectador àquilo que é considerado elementar na propaganda, no caso específico da cerveja, nem sempre o foco é a lata, a garrafa ou o copo, mas o corpo feminino.

O movimento feminista surge como uma contestação ao pensamento machista e como uma crítica à estrutura construída historicamente que moldou as atribuições sociais de homens e mulheres e, desta forma, uma relação de poder que o homem “exerce” sobre a mulher. Como um movimento social, o feminismo está fundamentado na luta política por direitos iguais e até meados da década de 1970, o cerne das discussões estava centrado na passividade da mulher oprimida, restrita a uma condição histórica cuja base de sustentação seguia o modelo da sociedade patriarcal. Insurge no movimento feminista uma mulher “rebelde”, que busca contrapor-se a autoridade legítima do homem; que se engaja numa luta de defesa dos direitos iguais; que não se entende como uma categoria reduzida e exclusiva a ser o pilar do modelo de família ideal, imposta pela moral da igreja. “Emerge uma mulher que visa alcançar as estruturas públicas e privadas, bem como as estruturas de poder dominadas por homens”. (LEITE, 1994, p. 49).

No Brasil, o feminismo emergiu dos calorosos anos sessenta, acompanhado de um grupo de “novos movimentos sociais” que tinham o interesse de redefinir paradigmas sociais, discutir a relação de novas identidades não somente raciais, mas também étnicas e sexuais. Uma resposta a ordem presente no curso do regime militar. No embalo do movimento, a luta por direitos iguais no campo profissional e jurídico, levou as mulheres da classe média a considerar o direito sexual como mais um elemento da pauta: a chamada “revolução” sexual. Genericamente, tratava-se de uma liberdade sexual deferindo o direito ao prazer da mesma maneira que o homem o possui e que a maneira de contestar e resistir sobre o exercício de poder era assumindo consciência sobre o direito do próprio corpo.

Como forma de examinar a condição das mulheres dentro de um processo histórico, o termo gênero, desde a década de 1970, tem sido utilizado para teorizar e problematizar a diferença sexual existente entre o ser homem e o ser mulher. (SOIHET, 1997, p. 279). O emprego desta fórmula já se caracteriza como uma alteração do tratamento dos cientistas sociais em relação aos sujeitos históricos que ultrapassa o determinismo biológico do termo sexo para constituir uma forma de apontar as construções das estruturas sociais E, por se tratar de um produto audiovisual, um conceito fundamental que permeia a discussão de gênero é o de representação. Aqui, utilizar-se-ão as considerações de Roger Chartier. A análise do feminino, da condição e dos papéis que a mulher ocupou/ocupa nas sociedades parte da análise num determinado contexto social dentro de um processo histórico. Este trabalho possui como produto de investigação a representação da mulher na propaganda da cerveja Skol, propaganda que leva o título Skol de Roupa Nova. Veiculada a partir de setembro de 2012 nos grandes meios de comunicação (televisão e internet), a referida propaganda esteve presente no mercado até início do ano de 2013.

Sendo assim, as representações são compreendidas como classificações e ramificações em que se organizam as apreensões do mundo social como categorias de percepção do real. (CHARTIER, 1990). Assim entendidas, códigos e símbolos fazem parte das práticas culturais, expostas pelas ações e relações humanas. Logo, as representações também revelam interesses ideológicos resultantes das estruturas de poder, razão que nos leva a considerá-las como variáveis segundo as ambições dos grupos ou classes sociais.

Se o poder e a dominação estão sempre presentes, e se os discursos estão incutidos de estratégias para impor certa autoridade, isso nos indica que há circunstâncias específicas na produção de espaços exclusivos às mulheres, seus papéis sociais, familiares e sexuais quando analisamos as representações que são produzidas sobre e para a mulher e que confere um dos objetivos dessa pesquisa. O intrigante, no caso deste produto de análise e investigação, a publicidade e a propaganda, é analisar quais são as nuances da dominação masculina que aparecem sobre a mulher, sejam elas novas ou velhas e se conferem os mesmos espaços e os mesmo estigmas, bem como quais seriam as suas insinuações e manipulações.

Resultados e Discussões

No que diz respeito a toda duração de exibição da propaganda, o foco principal é o novo designer da cerveja Skol impresso em sua embalagem. É possível notar que não há uma mudança extremamente radical quanto ao modelo anterior que era branco e passou a ser dourado. A lata de cerveja contrasta tenuemente, a uma espécie de manequim feminino, criando alusão a uma troca de roupas. Partindo disso, a propaganda realiza o sentido de nova identidade visual da lata da cerveja Skol quando a criação publicitária expõe uma troca de figurinos conciliada a um novo designer plástico. Além disso, a trilha sonora que embala toda a propaganda é a composição musical “Linda Demais” do grupo Roupa Nova,

atuante no cenário musical há 33 anos, lançada no disco de 1985. Uma estratégia de marketing da equipe de criação ao aliar o nome do grupo à nova latinha, e outra mais ainda, ao tornar a música uma declaração de “amor” de um homem por uma lata de cerveja. O conceito final da propaganda se realiza no slogan da campanha: a Skol está de Roupa Nova.

Diante das cenas 1, 2, 3 e 4, identifica-se o que seria o romantismo e a expressão “linda demais”, sendo que na cena 3 aparece a primeira representação de mulher em forma de lata de cerveja: cabelos loiros e lisos, coroado por uma ramo de flores e que lembra uma personagem havaiana. Na cena 6, depara-se com um mergulho de latas vestidas em maiôs, sugerindo uma performance de esportistas do nado sincronizado. A cena 7 traz uma curiosidade, quando a lata de cerveja sugere ser o homem, representando a famosa cena do príncipe que chega no dorso de um cavalo branco e a cena 8 retrata um banho de espumas entre duas latas de cerveja. A cena 9 se assemelha a uma cena do filme “Beleza Americana”⁶, quando a personagem da atriz Mena Suvari, Ângela, aparece com os seios expelindo pétalas de rosa que caem sobre a cama e o corpo do personagem Lester Burnham, interpretado por Kevin Spacey; a cena representa uma fantasia sexual do personagem, extremamente sensual, bem como a cena da propaganda sugere. A cena 10 demonstra que a garrafa de cerveja despe-se do que seria um lingerie de oncinha, artigo erótico que faz parte também do imaginário masculino.

A cena 11 é responsável por exibir latas de cerveja sendo lançadas ao céu com figurinos femininos bem representativos: a primeira representa uma havaiana com sua vestimenta característica; a segunda representa uma líder de torcida, também um figurino com suas características, um top com minissaia, além disso, sugere que a lata de cerveja tenha seios bem delineados; e a lata de cerveja lançada que finaliza esta cena representa a musa do cinema dos anos 60/70: Marilyn Monroe. A cena 13 que mostra uma lata de cerveja vestida num top branco e transparente em plena chuva sugere a marca da lata, todavia lembra os seios da mulher que ficam a mostra quando a roupa está molhada. Finalizando todo o conceito de roupa nova, um homem segura a lata da cerveja Skol com olhar apaixonado.

Desta maneira, considerando que um homem não possui uma relação afetiva ou extremamente romântica por uma bebida alcoólica, a mulher está presente nitidamente na lata da cerveja e toda declaração de amor está direcionada a mesma. Declaração de amor presente apenas na letra da música e em algumas cenas da propaganda, pois em outras, o que se pode observar é simbologia da mulher como um objeto sexual. A lata é a protagonista da ação, porém o recurso utilizado para concretizar a ideia de “roupa nova” foi uma troca de figurinos femininos. A lata representa o papel de Linda que representa o papel da mulher. Porque utilizar os figurinos femininos e não, propriamente dito, uma mulher?

Ora, no caso dessa propaganda a mulher não aparece em corpo humano, sendo ausentes suas curvas e formas, todavia a utilização de figurinos como biquínis, lingerie, fantasias, perucas e outros acessórios femininos na lata de cerveja, sugere a sua presença e determina o papel a ser ocupado pela mulher. Esse papel, entretanto, não é de alguém romântico, e cortejado respeitosamente, como em princípio pode parecer, mas o que a publicidade parece querer nos dizer é que a mulher deve ser a cumpridora das fantasias eróticas masculinas através do curioso apelo sexual expresso nessa propaganda.

A utilização da mulher em propagandas de cerveja demonstra que a publicidade transformou a mulher num forte elemento capaz de atrair, cada vez mais, o consumidor masculino. Na análise da propaganda Skol de Roupa Nova, percebe-se que a criação publicitária camuflou o elemento feminino através de figurinos femininos vestidos em latas da cerveja Skol, isto é, ocultou o corpo humano da mulher, todavia a representou como um produto consumido pelo homem, a cerveja. A justificativa intencional da equipe de criação era dar nova identidade visual a lata da cerveja, usando para isso roupinhas femininas.

A propaganda apenas desvinculou o uso de corpos humanos (atrizes) em sua produção, todavia, selecionou figurinos que fizeram alusão à erotização e sensualidade das mulheres. Manteve, portanto, através de recursos menos sensíveis essa condição feminina quando representa a mulher numa lata de cerveja. Por fim, observa-se que a dominação masculina persiste no presente através de formas cada vez mais complexas, pois estão disfarçadas e quase despercebidas. Nota-se, no caso da propaganda Skol de Roupa Nova, que a criação publicitária sofisticada tentou ocultar a exploração do corpo da mulher, porém acabou tornando-o num produto a ser comprado e consumido pelo homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARTIER, Roger: **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

DEL PRIORI, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

DIAS, Sérgio Roberto, et al. **Tudo que você queria saber sobre propaganda e ninguém teve paciência para explicar**. São Paulo: Atlas, 1985.

LEITE, Christina Larroudé de Paula. **Mulheres: muito além do teto de vidro**. São Paulo: Atlas, 1994.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SANT'ANNA, Armando. **Propaganda: Teoria, Técnica e Prática**. 7 ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

SHOIHET, Rachel. **História das Mulheres**. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

O PCB JUNTO ÀS ORGANIZAÇÕES FEMININAS DO BRASIL

Alane Sousa¹
Marcelo Lins²

RESUMO GERAL

Esse texto busca apontar os primeiros projetos do PCB voltados para o movimento de mulheres, tema que aparentemente não fazia parte das suas formulações. Assim bem como, identificar as origens das organizações femininas vinculadas ao partido. A análise é feita através dos jornais do PCB e da bibliografia existente, investigando pistas para compreender o papel exercido pelas mulheres nas atividades partidárias, assim como o papel das mulheres no projeto de transformação do partido.

Em 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB) foi fundado por um grupo de militantes oriundos do movimento operário de feição anarquista, logo se alinhou ideologicamente com as teses da Internacional Comunista (IC). O Partido teve inicialmente algumas dificuldades para se inserir em alguns setores da sociedade, e não registrava até então a presença de mulheres, embora, através do livro *Laura Brandão A invisibilidade feminina na política*, a escritora Maria Elena informa ter sido Rosa Bittencourt uma de suas filiadas desde 1922. (2007, p. 72).

Em 1928, foi organizado o primeiro Comitê de Mulheres Trabalhadoras vinculado ao PCB, no qual Laura Brandão é única mulher registrada como fundadora. Ainda nesse ano, O Jornal *A Classe Operária* publica uma carta do mesmo Comitê, destinada *As Mulheres Trabalhadoras do Uruguai*. Ao escrever sobre as dificuldades enfrentadas no cotidiano de trabalho e da exploração patronal, essas mulheres afirmaram também sofrerem preconceito dos camaradas do partido, a hostilidade com que muitos dos próprios companheiros as sujeitavam as impediam de participar da luta pela emancipação proletária: *“Esses preconceitos são muitas vezes seguidos por nossos próprios companheiros que não permitem a intromissão das companheiras e das filhas na luta pela emancipação proletária”* (*A Classe Operária*, 1929 p.2).

Mesmo os projetos libertários propostos por um partido revolucionário, e até o entusiasmo da revolução, não impediram que a relação de poder estivesse definida no partido. Nem todos os homens aceitaram a ameaça de ter as mulheres organizadas nas ruas. As preferiam em casa, pois no espaço doméstico elas não intimidariam os privilégios do patriarcado. A análise feita até então, traz aspectos importantes a serem debatidos. Aponta que em certos momentos dentro do PCB havia uma aptidão de relegar as mulheres a um papel secundário na participação política. Essa reprodução dos valores ideológicos da sociedade da época também dificultou a organização feminina, e foi responsável em parte, pela invisibilidade política das militantes comunistas.

Mas é em 1946, que os jornais destrincham acerca das associações femininas. Articuladas pelas próprias militantes no propósito de fortalecê-las para a luta revolucionária a formação de células

¹ Graduando em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz.

² Professor Assistente da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Coordenador do Projeto de Pesquisa *Mulheres na Militância Comunista*.

femininas e associações de bairro se revigoraram por todo o país. Cabia a essas organizações unir mulheres de todas as classes, todos os credos religiosos, políticos e filosóficos. Foram fortes aliadas do partido no recrutamento das massas femininas durante a campanha eleitoral.

Embora não conseguissem atingir grandes massas femininas, essas uniões destacaram-se, em diversas localidades do país e tiveram conquistas em muitos aspectos. No Distrito Federal, em 1947, sabe-se da fundação de 20 uniões femininas, a Margaça, uma delas, por exemplo, conquistou um posto médico e uma escola para o bairro (*A Classe Operária, 194 p.5*). Além disso, legitimaram-se espaços deliberativos, que em alguns momentos encaminharam reivindicações específicas a respeito da realidade da mulher na sociedade.

O Jornal publica em 1946, uma carta destinada à Assembleia Constituinte, em que as mulheres, organizadas em Goiás, sugeriram a criação de leis trabalhistas e, postularam para além das pautas operárias questões como o direito a anulação do casamento, a separação da Igreja e a escola, propagando a liberdade absoluta de culto (*A Classe Operária, 1946 p.5*). É eminente percebermos o amadurecimento da pauta feminina. Elas estavam propondo um debate a cerca da sua liberdade de escolha, isso envolve, entre outras questões, a autonomia do corpo feminino.

É de grande relevância a contribuição das militantes de Goiás para a luta feminina e feminista. Ao exigirem a separação da religião com a escola, mostram ter identificado o discurso de dominação propagado através do campo ideológico religioso. Compreenderam ainda a anulação do casamento enquanto elemento importante para a emancipação da mulher, visto que, o casamento constituiu-se em um dos principais mecanismos de domesticação da mulher. Mais uma vez, o PCB ao publicar em seu periódico esse tipo de material, se coloca a frente de importantes avanços na pauta feminina.

Contudo, as organizações enfrentaram muitas debilidades, o entusiasmo das mulheres com o partido na maioria das vezes era grande, todavia a prática em organizá-las era bastante complexa. A ausência de investimento fragilizava a articulação, ocasionando muitas vezes o fechamento das sedes de reunião das militantes. Além disso, existia no Partido uma fragilidade em alavancar seus projetos com relação a mulher, talvez, devido a própria resistência com que muitos homens travaram essa luta.

Essa debilidade era destacada até mesmo por homens da esquerda. “Com efeito, para terminarmos na prática com tal estado, precisamos começar a ver nas mulheres, não somente cobradores e especialistas no trabalho de finanças. Precisamos verificar que a causa do atraso do trabalho feminino e da debilidade do movimento de massas e das organizações femininas reside no fato de que ainda não ganhamos as mulheres operárias para as organizações femininas, para dirigirem o movimento de massas femininas.” (*Classe Operária, 1946, p. 15*).

Eminente apontar a pluralidade do discurso e da prática. A célula de mulheres teve uma atuação significativa para o movimento operário brasileiro e mais que isso, avançou coletivamente em pautas femininas. Isso se deu sob a influência do PCB, que compreendeu a necessidade delas em está se articulando. Entretanto, não deixou de condicioná-las a um papel coadjuvante, visto que, o partido era formado majoritariamente por homens, eles estavam à frente da direção partidária, responsáveis tanto nas deliberações quanto na própria adesão feminina. Cabia aos comunistas o papel de instruí-la, era responsabilidade do homem a conscientização da mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNADES, Maria Elena. Laura Brandão – A invisibilidade feminina na política – CMU/ Centro de Memória – Unicamp – 2007.

BRINCADEIRAS E BRINQUEDOS TRADICIONAIS DA NAÇÃO TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA COMO TRANSMISSÃO DE SABERES

Gabriel H. MOREIRA¹
Nathane M. ALMEIDA²
Christiana C. PROFICE³

INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto que os brinquedos e brincadeiras foram e continuam a ser dispositivos essenciais no processo de formação e preparação de agentes atuantes na ordenação social dos povos indígenas de séculos atrás, assim como os povos indígenas da contemporaneidade, o presente estudo propõe a análise destes dispositivos no contexto da sociedade contemporânea do povo Tupinambá de Olivença (Sul da Bahia), buscando examinar em particular, o importante papel destas atividades lúdico-pedagógicas na transmissão de conhecimentos específicos acerca das relações sociais, características de sua coletividade étnica e com os espaços naturais pertencentes ao seu território ainda não demarcado pelo estado brasileiro.

Seguindo os objetivos deste trabalho e como afirma Florestan Fernandes⁴ em sua obra “Notas sobre a educação na sociedade Tupinambá”⁵ (1975), produzida a partir dos relatos de cronistas que visitaram a antiga América Portuguesa, atual Brasil. Grande parte das sociedades humanas possui no seu interior coletivo, uma preocupação diante da manutenção e renovação das suas características culturais, de sua história e do seu modo de vida específico. Para tal fim, os próprios agentes sociais compreendem que a busca contínua por formas e métodos de modelar a personalidade de seus personagens constituem em uma atitude essencial para garantir a existência deste mesmo grupo em todos os seus aspectos. De acordo com o autor supra, citado a educação caracteriza-se como importante dispositivo social durante o processo de “modelagem”, atingindo e norteando a consciência e a prática dos indivíduos para o mesmo sentido. Não obstante, Florestan Fernandes versa sobre as especificidades do processo educacional do povo Tupinambá, grupo étnico que viveu e ainda vive em alguns pontos do litoral brasileiro.

A educação como mecanismo sociocultural configura-se como um elo entre a sociedade, seus componentes e a cultura. Ela funciona neste processo, como “máquina” geradora de membros capacitados em transmitir tradições culturais para os mais jovens, fazendo com que seus conhecimentos, valores e formas de viver não se percam no tempo.

Para além dos mecanismos supracitados, a educação Tupinambá é constituída por complexas particularidades, solapando o discurso etno centrista de alguns teóricos que partem de um prisma genérico e estereotipado na organização societária e seus dispositivos como simples padronizadores de comportamentos baseada em mera reprodução de ações entre os imaturos – crianças e jovens – e os mais velhos (FERNANDES, 1975). Dito isto e tomando direção contrária à este prisma, evidenciaremos importantes traços e funções da educação na sociedade Tupinambá do século XVI, paralelamente às características e o papel das brincadeiras tradicionais nos momentos de contato entre crianças da creche-oca Katuana, uma das 20 instituições nucleadas da Escola Estadual Tupinambá de Olivença (EEITO), responsável pela educação infantil e fundamental I de parte da nação Tupinambá de Olivença.

MATERIAL E MÉTODOS

Primeiramente o paralelo proposto foi traçado a partir da obra “Notas sobre a Educação na Sociedade Tupinambá”(1975), do sociólogo Florestan Fernandes e a partir de observações participativas

¹Gabriel Henrique Moreira dos Santos, graduando em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz; gabriel.tdk@hotmail.com

²Nathane de Matos Almeida dos Anjos, graduando em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz;

³Prof. Dr. Christiana Cabicieri Profice, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Santa Cruz/PRODEMA.

⁴ Importante intelectual brasileiro do século XX. Sociólogo e professor universitário com mais de cinquenta obras publicadas, transformou o pensamento social do país e estabeleceu um novo estilo de investigação sociológica caracterizado pelo rigor analítico e crítico, e um novo padrão de atuação intelectual.

⁵ FERNANDES, Florestan. “Notas sobre a educação na sociedade tupinambá”. In: FERNANDES, F. *A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1975, pp. 33-83.

em ambientes escolares do núcleo supracitado, além de entrevistas com integrantes do povo Tupinambá de Olivença.

De acordo com Fernandes (1975), a educação possuía um sentido comunitário, o acesso ao conhecimento básico era democrático, a transmissão de cultura se fazia através do intercâmbio cotidiano, sem recursos ou técnicas de educação sistemática ou pedagógicas, mas, por intermédios da oralidade e das próprias circunstâncias ensejadas pela rotina de vida diária; todos podiam aprender algo em qualquer tipo de relação social, o que transformava qualquer sujeito em agente de educação, propagando as funções de mestre e aprendiz em qualquer nível social, reservando justa importância para os mais velhos, que carregavam a função de atualizar a memória coletiva e encontrar nas tradições as respostas à novos anseios. Todavia, ainda que o processo de transmissão de conhecimento perpassasse a todos os membros e em qualquer momento de sua vida, este sistema era constituído por certas especificidades balizadoras: a idade, o sexo, o “sagrado” e os limites elencados pela composição das “parentelas”, se instituía como crivo - ainda que pouco rígido-nestológica.

Após esta reflexão conceitual, buscamos traçar um paralelo entre nossa fonte bibliográfica e os resultados de nossa pesquisa em campo. Nesse vetor identificamos situações congêneres em uma de nossas entrevistas. Nossa entrevistada com idade próxima aos 40 anos nos forneceu esta entrevista no dia 24/07/2013, ela nos relatou sobre brincadeiras de sua infância envolvendo meninos e meninas, cada um com seu dever. Os garotos responsáveis por ir à mata cortar madeira, e as garotas incumbidas por cortarem e transportarem a palha; ao final, construía-se uma miniatura de casa de taipa (moradia construída com técnica vernácula utilizando argila).

As brincadeiras de roda, contos e reconto de histórias transmitiam conhecimentos específicos de sua realidade, contribuindo para preservação da memória coletiva e formação de uma consciência ecológica, pois o respeito à natureza e seus respectivos elementos se mostra transversal em praticamente toda a fala da entrevistada. Tendo a oralidade como principal instrumento de transmissão, estas atividades funcionavam, também, como mecanismo sociocultural, cujas tradições, costumes e heranças simbólicas eram passadas para os mais novos por meio das interações cotidianas com os mais velhos e com os ambientes naturais.

Outras formas de brincadeiras foram relatadas, como a construção de pequenos arcos e flechas compatíveis à sua estatura, confecção de cocares, bonecas feitas a partir do sabugo de milho e folhas de bananeira. Diferente da construção das casinhas, segundo nossa leitura, estas brincadeiras não possuíam uma funcionalidade direcionada para o trabalho futuro, visto que arcos e flechas não era mais utilizado na prática da caça ou da pesca.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desta forma, podemos inferir que as práticas educacionais descritas nos relatos, assumiam um caráter assistêmico, levando em consideração a ausência de momentos pedagógicos específicos para educar ou transmitir algum tipo de conhecimento. Situação totalmente condizente aos parâmetros da educação indígena praticada dentro da aldeia, e distante dos moldes institucionalizados da educação escolar indígena, caracterizada por reproduzir parcialmente os modelos de ensinar dos colonizadores.

Entretanto não podemos perder de nosso horizonte o caráter autônomo das brincadeiras infantis livre de qualquer intervenção adulta. Embora algumas brincadeiras transparecessem a forma tradicional de educar do povo Tupinambá, onde as atividades lúdicas direcionadas por sujeitos mais velhos possuem o papel de iniciar os novos agentes sociais em práticas manuais, que futuramente serão exercidas com significativa importância para sua vida adulta, e conseqüentemente, atuarão como alicerces no processo construtivo de significados e costumes culturais norteadores deste povo.

Diante desta reflexão, e das observações e experiências vivenciadas durante o projeto de iniciação à docência, contexto escolar da creche-oca Katuana, onde as principais diretrizes deste núcleo estão voltadas à proporcionar um espaço de resgate da memória coletiva, de traços culturais que foram apagados com passar do tempo, e de manter viva a interação da criança com o ambiente natural, característica fundamental dessa cultura¹. Ao contrário das escolas não-indígenas, onde as crianças são obrigadas – na maior parte do tempo – a se manterem presas em lugares fechados, rodeados de paredes, quase sempre interagindo com brinquedos industrializados, integrando-as desde cedo ao mundo do consumo, essas crianças indígenas são freqüentemente levadas a diferentes espaços naturais.

Nesse sentido, a educação infantil escolarizada e diferenciada dentro de sua comunidade e mediada por educadores que acreditam no projeto de educação indígena específica e autônoma, além de propiciar o

¹ Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena Tupinambá de Olivença.

compartilhamento de elementos da cultura, fornece oportunidades para as relações afetivas entre crianças, adultas e os espaços naturais. Entendendo que a infância é um momento de intensa assimilação dessas representações e de construção de valores, onde as brincadeiras e brinquedos se destacam como importantes ferramentas de difusão de concepções e significações culturais produzidas pela sociedade em que a criança está inserida são realizados nas aldeias e escolas indígenas oficinas que buscam resgatar essas atividades como forma de valorizar os costumes indígenas. Visto que tais ferramentas desempenham um papel norteador e delineador das relações entre sociedade e natureza, abarcando também, processos vitais para a existência de um grupo com estes preceitos, pois a preservação dos conhecimentos tradicionais e da herança cultural como um todo, está intrinsecamente atrelada às relações entre seus agentes sociais e os espaços naturais. Assim sendo, não podemos excluir de nossa delimitada perspectiva, a grande intervenção da contemporaneidade no que diz respeito aos brinquedos industrializados, os quais seguem uma lógica racional para o mercado. Destarte a inserção desses brinquedos em diferentes comunidades, resulta na difusão de uma imagem idealizada, que influencia o imaginário dessas crianças.

Ao contrário desse quadro que visa principalmente o lucro, os brinquedos artesanais nas comunidades tradicionais proporcionam às crianças e seus pais um estimulam a criatividade, habilidades e principalmente liberdade para a construção desses produtos segundo seus próprios traços culturais, e os materiais desejados encontrados na natureza, ensejando, conseqüentemente, o estreito contato com os espaços naturais.

Faz se necessário então, preservar esta maneira ímpar de se relacionar com a construção e utilização dos brinquedos reconhecendo esta prática como meio de salvaguardar a identidade cultural indígena, e fazer frente ao contínuo avanço dos brinquedos industrializados no contexto deste segmento social.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e Cultura**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997. FERNANDES, Florestan. "Notas sobre a educação na sociedade tupinambá". In: FERNANDES, F. **A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1975, pp. 33-83.

PROFICE, Christiana Cabicieri. **Percepção ambiental de crianças em ambientes naturais protegidos**, Tese de Doutorado. UFRN, Natal - RN, 2010.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos Infantis: o jogo, a criança e a educação**. 5 ed, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

CASAMENTO, CRIME DE DEFLORAMENTO E A HISTÓRIA DAS MULHERES: UMA ANÁLISE ENTRE CLARA DOS ANJOS, DE LIMA BARRETO, E AS FONTES JUDICIAIS DE ITABUNA (1920-1930)

Camila de Moraes Mota

INTRODUÇÃO

Através desta pesquisa busca-se analisar os discursos presentes nos processos-crime de defloração da Comarca de Itabuna entre as décadas de 1920 e 1930, comparando as personagens reais grapiúnas com as personagens ficcionais de Lima Barreto, em Clara dos Anjos, dessa forma estima-se chegar a um panorama dos autos criminais de Itabuna a partir dos conceitos de gênero, raça e classe.

A Lei Penal brasileira passa a considerar crime de defloração ou desvirginamento, o ato ou cópula carnal obtido através de sedução, engano ou fraude a partir de 1890, sendo então a punição prisão celular de 1 a 4 anos, caso fosse provada a culpa do réu, o que nos leva às particularidades desse tipo de crime.

Nos autos dos processos analisados pode-se ver que muito mais do que a culpa do réu, investiga-se a honestidade da ofendida, que precisa provar sua conduta irretocável, através de testemunhas que comprovem que ela era moça honesta. A honestidade e a honra eram então elementos subjetivos que são indicados pela ausência da figura masculina no caso das solteiras e pela presença da mesma, no caso das casadas. No livro *Meninas Perdidas: cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Martha de Abreu Esteves ressalta exatamente essa particularidade do inquérito e do julgamento dos crimes de defloração, a ofendida precisava convencer a autoridades de sua inocência e honestidade, pureza e castidade. Boris Fausto também analisa em sua obra *Crime Cotidiano* as particularidades que cercam esse tipo de processo, dessa vez em São Paulo, entre os anos de 1880 e 1924. No seu caso, ele chega à conclusão que elementos como o casamento e a manutenção da honra estão presentes em todas as classes, mas tratado e alcançado de formas diferentes em cada uma delas, segundo ele, as classes subalternas infelizmente não possuem meios de alcançar tais objetivos pregados pela higienização da legislação da época.

METODOLOGIA

Mostra-se necessário, para o desenvolvimento desta pesquisa a inclusão e problematização do conceito de gênero através de Joan Scott que traz a ideia do gênero, e de suas implicações socioculturais, como fruto das relações de poder baseadas nas diferenças entre os sexos, ou seja, pensaremos a ideia dos crimes de defloração como a legitimação da hierarquização entre os gêneros, onde a mulher está sob vigilância acerca de suas práticas sexuais, demonstrando assim o poder do homem sobre a mesma. Advogados, juristas, delegados de polícia, pais, irmãos, cunhados, parceiros, etc., exercem esse poder determinando o que é socialmente aceitável para essas moças. Sendo assim, trabalhar a ideia de que a legislação vigente, tratava a mulher como elemento a ser controlado no que concerne a sua sexualidade.

Da mesma forma, uma obra importante da historiografia baiana também é importante para a problematização das relações de gênero na primeira metade do século XX. Alberto Heráclito nos mostra na obra *Quem pariu e bateu*, que balance: mundos femininos, maternidade e pobreza em Salvador (1890-1940) o cotidiano das mulheres pobres de Salvador através daquelas que trabalham nas ruas, nas casas de família, de lavadeiras, a fim de refletir sobre a maternidade e o casamento nas classes subalternas de Salvador, chegando à conclusão que a ausência de um pai não era o fim do mundo para essas mulheres que muitas vezes escolhiam seus parceiros ou às vezes não escolhiam nenhum, indo de encontro à moral e higiene burguesa do período, criando seus rebentos em meio às dificuldades impostas aos pobres e pretos.

Dessa forma, os processos serão analisados a fim de entender os discurso dos envolvidos e captar até que ponto à moral burguesa defendida pelas autoridades e exposta na criminalização do defloração, está presente nas relações levadas às autoridades em Itabuna, podendo então refletir como se davam esses casos e como suas particularidades entram em consonância com os outros lugares do Brasil onde há pesquisas sobre.

Diante da rica produção literária brasileira e das várias inserções de crimes sexuais nas tramas narradas, foi escolhido o livro *Clara dos Anjos* de Lima Barreto a fim de trazer não só a personagem principal, negra e pobre, mas todas as outras que em algum grau tiveram suas vidas tocadas pelo drama do defloração no decorrer da narrativa e entender como a ficção narrada no Rio de Janeiro do início do século XX se encontra com a realidade das defloradas itabunenses. Objetiva-se a partir de então entender as relações de gênero em Itabuna a partir dos conflitos levados à justiça, a fim de entender como o casamento, a honra e sexualidade eram entendidos pelos envolvidos, seja o réu, a ofendida ou as próprias autoridades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se que a presente pesquisa diante da necessidade da discussão da história das mulheres, principalmente no sul da Bahia, espera-se dar voz e visibilidade às defloradas, de forma que haja um diálogo entre história e literatura. Buscaremos também entender como de dão essas relações que as fontes judiciais nos trazem além da questão do gênero, como também raça e classe.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Lima. *Clara dos anjos*. 11. Ed. São Paulo: Ática, 1998.

ESTEVES, Martha de Abreu. Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1989. FAUSTO, Boris. Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo, Brasiliense.

FAUSTO, Boris. Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo, Brasiliense.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Quem pariu e bateu, que balance: mundos femininos, maternidade e pobreza : Salvador, 1890-1940. Salvador: Centro de Estudos Baianos; EDUFBA, 2003.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Vol. 2, Jul/Dez. 1995.

**SESSÃO 5: HISTÓRIA, CULTURA, FESTAS E
RELIGIOSIDADE**

“DISCURSO SOBRE O MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO ESPIRITUAL ENTRE OS BATISTAS UMA ANÁLISE A PARTIR DE FOUCAULT (1965 -1975)”

Sóstenes Wendson Santos Silva¹

Janete Ruiz de Macedo²

INTRODUÇÃO

Dentre as igrejas evangélicas históricas que vieram para o Brasil, surgem esporadicamente no interior da denominação Batista, alguns casos de intolerância ao pensamento divergente. Com isto, acumulam-se alguns episódios em que este grupo religioso encontrou-se envolvido em conflitos de ordem externa ou interna. A presente comunicação pretende apresentar parte dos resultados de uma pesquisa monográfica ainda em andamento. O trabalho tem como proposta discutir brevemente alguns mecanismos utilizados no interior dos discursos que circularam no interior da Convenção Batista Brasileira no período de maior evidência do conflito entre os a ala conservadora Batistas e os líderes do Movimento de Renovação Espiritual no Brasil.

METODOLOGIA

A pesquisa completa está baseada em fontes escritas e orais. Nesta esta comunicação no atemos apenas as fontes escritas. Trabalhamos com os jornais que circularam na Convenção Batista Brasileira e Convenção Batista Baiana respectivamente, a saber, o Batista Brasileiro e O Batista Baiano (1967-1969), utilizamos também os livros de atas da Convenção Batista Baiana de 1966-1969e com o livro A ordem do discurso do filósofo Michel Foucault. As citadas fontes trazem os discurso oficiais da Convenção Batista Brasileira e Baiana no auge do problema com o Movimento de Renovação Espiritual. A partir destes materiais a pesquisa é construída e analisada sob a perspectiva Foucaultiana dos mecanismos de exclusão contidos nos discursos

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em meados do século XX, já havia muitas igrejas Batistas consolidadas no Brasil. A partir dos anos cinquenta, entraria em evidência no meio da denominação problema que seria mais tarde caracterizado como Movimento de Renovação Espiritual. Este, sacudiu as igrejas históricas, principalmente presbiterianos, metodistas e batistas, provocando muitos transtornos de caráter doutrinário. O Movimento de Renovação Espiritual objetivava o despertar das igrejas, com intensificação das práticas espirituais. Para isso, eles traziam em seu bojo, costumes oriundos das igrejas pentecostais. Este fato gerou fortes divergências nas denominações tradicionais causando cisões que tiveram como consequência o surgimento de igrejas renovadas.

Segundo Marli Geral da, o Movimento de Renovação Espiritual dentre outras, possui características pentecostais, como a ênfase no dom de curas, na glossolalia e no batismo no Espírito Santo. Os membros envolvidos com o citado movimento, não propunha com isto, a criação de uma nova denominação religiosa com características próprias. Eles almejavam atuar no interior das igrejas modificando o comportamento de seus membros. (TEIXEIRA, 1983).

No meio da denominação Batista no Brasil o Movimento de Renovação Espiritual se manifestou a partir da influência de Rosale e Mills Appleby, uma escritora de origem americana de grande popularidade entre os Batistas. Posteriormente Jose Rego do Nascimento, juntamente com o Pr. Enéas Tognini tornam-se os principais propagadores do movimento de renovação espiritual na denominação Batista. Seus escritos e pregações enfatizavam sempre críticas a “frieza espiritual” da instituição batista conservadora.

Segundo (Silva, 2012), no decorrer do Movimento Renovação Espiritual entre os cristãos batistas, teve ao menos três fases e situações distintas. O autor salienta que num primeiro momento o Movimento de Renovação Espiritual permaneceu com ênfase nas práticas religiosas, contribuindo assim com o ascetismo batista, foi bem aceito no meio da denominação. No entanto, a partir do momento em que os discursos começaram a tomar caráter pentecostal e destoarem das doutrinas batistas, o Movimento de

¹ Graduando do 9º semestre de História da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Email: sosteneswendson@hotmail.com

² Orientadora da pesquisa monográfica: Profª Dra. Janete Ruiz de Macedo (DFCH/UESC). Email: janetermacedo@yahoo.com.br

Renovação passou a incomodar a ala conservadora dos batistas. Finalmente depois de gerado alguns atritos, a Convenção Batista Brasileira iniciou o repúdio declarado ao Movimento de Renovação Espiritual culminando com a exclusão de algumas igrejas do rol da Convenção Batista Brasileira.

As controvérsias em torno do Movimento de Renovação Espiritual originaram um processo de insatisfações, exclusões além de um conflito agressivo de representações entre os líderes do Movimento de Renovação Espiritual, e os líderes da Convenção Batista Brasileira. A ala tradicional da Convenção Batista Brasileira, percebeu a necessidade de produzir um discurso de combate ao Movimento de Renovação Espiritual, na tentativa de desqualificá-lo teologicamente. Um dos principais veículos utilizados nos ataques contra o Movimento de Renovação, era a imprensa de nominacional. Em artigos publicados nesses jornais, os conservadores teciam veementes críticas ao Movimento de Renovação Espiritual enfatizando seus erros doutrinários.

No livro *A ordem do discurso*, Michel Foucault faz uma análise das relações entre as práticas dos discursos e os poderes contidos nele. Analisando os discursos proliferados pelas instituições, Foucault aponta para o cerne de sua questão identificando e analisando três grupos de procedimentos de controle, de seleção, de organização e de redistribuição da produção dos discursos. A estes procedimentos, ele chama de os sistemas de exclusão externos e internos ao discurso. No presente trabalho nos deteremos apenas nos sistemas de exclusão externos.

Adiante, Foucault aponta os três sistemas de exclusão externos utilizados no interior dos discursos pelas instituições. O primeiro é a interdição ou palavra proibida, ele afirma que em uma sociedade não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo, em qualquer circunstâncias e qualquer um não pode falar qualquer coisa. Nesta perspectiva, observa-se que a Convenção Batista Brasileira permitiu o discurso dos Renovados até o momento em que seu conteúdo se alinhava com as doutrinas da igreja. Mas quando este discurso tomou características pentecostais e começou a ameaçar a “pureza” da doutrina Batista, passaram a ocorrer tentativas de cerceamento do discurso renovado nos limites da Convenção Batista Brasileira. (FOUCAULT,1970).

Logo depois, o filósofo, aponta o fenômeno por ele denominado de Segregação da loucura, como sendo um segundo sistema de exclusão. Para ele, existe a oposição entre razão e loucura. Neste sentido o discurso do louco não pode ser veiculado como o das pessoas “lúcidas”, sendo a palavra do louco considerada nula e não tendo importância, nem verdade. A Convenção Batista Brasileira entendeu a necessidade de fundamentar seu discurso amparado naquilo que institucionalmente convencionou chamar de verdade. Com isto, o repúdio aos Renovados através dos veículos de informação da denominação cumpria a função de classificar de pouco racional o discurso e práticas oriundos do Movimento de Renovação Espiritual. Neste sentido, é executando o mecanismo de segregação da loucura, reafirmando a doutrina batista como racionalmente bíblica e os renovados como hereges ou equivocados biblicamente.

Em terceiro lugar, Foucault aponta o mecanismo por ele intitulado como Vontade de Verdade. Este foi o método de exclusão no qual ele mais se aprofunda, justificando que este artifício é reforçado e aprofundado, constituindo-se com isso, num sistema difícil de ser contornado. A vontade da verdade alcança e exclui todos aqueles que se contrapõem as várias leis as quais são constituídas e concretizadas pelas instituições e sociedade. Foucault diz que existe uma formação de regras na esfera de uma instituição. Elas se atualizam e excluem aqueles que não atendem as suas regras preestabelecidas. (FOUCAULT,1970).

A Convenção Batista Brasileira entendeu que seria necessário a defesa mais crítica dos pontos de vista da instituição. Com isto, estabeleceu a Comissão dos Treze, para analisar os problemas em torno das questões doutrinárias do Espírito Santo e legitimar a posição tomada. A citada comissão depois de suas análises, caracterizou como irrelevantes os argumentos dos renovados, coagindo-os a abrir mão das suas práticas como condição indispensável para a permanência dos envolvidos como participantes da denominação. A exclusão das pessoas e igrejas envolvidas com o Movimento de Renovação foi um mecanismo largamente utilizado na tentativa de manter a pureza doutrinária. Ao excluí-los da denominação em nome da idoneidade da doutrina era aplicado o mecanismo da Vontade da verdade justificando na reafirmação da doutrina batista como sendo a única verdadeira.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: Aula inaugural do collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 23. Ed. São Paulo: Edições Loyola,2013.

PEREIRA, José dos Reis. **História dos Batistas no Brasil**. Rio de Janeiro: JUERP, 2001.

SILVA, Elizete da. **Os Batistas no Brasil**. SILVA, Elizete da; SANTOS, Lyndon Araújo dos; ALMEIDA, Vasni de. (org.) *"Fiel é a palavra" Leituras históricas dos evangélicos protestantes no Brasil..* UEFS. Feira de Santana. 2011.p, 283-332.

SILVA, Jesus Aparecido dos Santos. **O movimento de renovação espiritual no Brasil e a cisão dos batistas brasileiros**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2012.

TEIXEIRA, Marli Geralda. **"... Nós os Batistas" Um estudo de História das Mentalidades**. São Paulo, 1983.

SHAKA DE VIRGEM E AS LIÇÕES QUE DEVEMOS APRENDER. ANALISANDO UM MODELO SENSORIAL

Girleney Santos Araújo
Laboratório de Arqueologia Sensorial (LAS/UFS) e Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia (NEPAB/UESC).

Introdução

Ainda ontem, quando estava na academia fazendo alguns exercícios, aconteceu algo que me aguçou a ideia de apresentar uma comunicação nesse Ciclo de História na qual pudesse aprofundar uma discussão que pretendo iniciar na oficina que vou ministrar no mesmo encontro. Era por volta das 19:30 horas, a academia estava lotada e eis que falta luz. Um apagão deixou o lugar alvoroçado. As pessoas que outrora transitavam facilmente entre os equipamentos passaram a chocar-se neles. A todo instante ouvia-se um "Ai" e um palavrão qualquer que demonstrava além da dor no momento também um descontentamento com o fato de que seu ambiente havia mudado drasticamente. Aquilo que rotineiramente "conheciam", o lugar, de alguma forma já não lhes era mais o mesmo. A alegria voltou quando a lâmpada novamente se acendeu após um bom tempo de breu. Naquela noite, após chegar em casa fiquei refletindo sobre aquele momento que para muitos não possuía significado algum. Eu, no entanto, percebi a possibilidade de esmiuçar o que creio ser a base do que fez as pessoas na academia se relacionarem de uma forma nada íntima com aquele local naquele momento: a supremacia da visão em nosso Modelo Sensorial.

Mas espera um pouco. O que isso tem a ver com o personagem que dá título a essa comunicação? Para responder a essa pergunta, primeiro terei que apresentar o Lendário Cavaleiro protetor da casa de Virgem e o seletor meio ao qual ele se insere. O anime "Saint Seiya" ou, como ele ficou conhecido aqui no Brasil, "Cavaleiros do Zodíaco", conta a saga da deusa Atena reencarnada na japonesa Saori Kido, que tem como dever divino proteger a Terra das inúmeras incursões de outros deuses maléficos que tentam dominar o planeta e destruí-lo. Saori não está sozinha nessa luta e conta com a ajuda de seus 88 "Cavaleiros" subdivididos em várias classes que lhe juraram fidelidade e proteção. Dentre eles temos Seiya de Pegasus, protagonista do anime e, junto com seus quatro companheiros, Shiryu de Dragão, Hyoga de Cisne, Shun de Andrômeda e Ikki de Fênix, fazem parte dos cavaleiros de bronze, os mais fieis a deusa Atena. O mestre do santuário, Ares, se rebela contra a deusa e engana os cavaleiros de ouro, a classe mais poderosa dos cavaleiros de Atena e guardiães das casas do zodíaco, fazendo com que fiquem ao seu lado, tentando assim destruir Athena cravando uma flecha em seu peito. Seiya e seus amigos precisavam passar pelas 12 casas zodiacais para chegar até Ares e assim conseguir salvar Saori que se encontrava a beira da morte. Entretanto, a passagem pelas casas não seria fácil e pacífica. Em cada uma das doze casas eles encontrariam um inimigo ou algo de interessante que complementaria seu aprendizado quanto cavaleiros e as suas histórias.

Shaka, por sua vez, é um cavaleiro de ouro sendo o guardião da sétima casa que dá acesso à sala do mestre e templo da deusa, ficando entre as casas de Libra e de Escorpião. É considerado um dos mais poderosos cavaleiros tendo atingido além do sétimo sentido, comum a todos os cavaleiros de ouro, também o oitavo, sendo reconhecido como "aquele cavaleiro com o poder mais próximo de um deus", talvez por ser ele também a reencarnação de Buda. O mais interessante sobre nosso personagem central é que ele na sua

infância escolheu se privar da visão, fechando os olhos, para acumular seu “Cosmos”, ou seja, a energia que rege os cavaleiros. Quando ele abre os olhos seu poder cresce descomunalmente, causando o *Agyo*, uma poderosa luz que simboliza o nascimento do Universo. Com a sua principal técnica, *TenbuHōrin*, o “Tesouro do Céu”, Shaka vai retirando todos os sentidos do seu oponente um a um, inclusive o sexto sentido, que no anime seria a intuição. Na batalha das doze casas seu oponente é Ikki, cavaleiro de Bronze de Fênix, que sofre amargamente perdendo os seus sentidos por meio da ação de Shaka. Contudo, despertando o sétimo sentido em alguns segundos – que vem a ser o Cosmo em sua plenitude – Ikki consegue vencer o Cavaleiro de Virgem não o matando.

Acredito que talvez agora, depois dessa pequena bibliografia do nosso personagem central e sinopse do anime o caro leitor esteja tentando associa-los ao evento na academia que narrei antes e sua relação com o nosso Modelo Sensorial. Pois bem, respire um pouco, se ajeite aí na sua poltrona e avancemos juntos pelas próximas “casas” dessa discussão.

Metodologia

Utilizar da comparação do personagem do anime com o modelo sensorial vigente no ocidente, levando em conta algumas características que são próximas e antagônicas entre os dois.

Resultados

A ideia central é demonstrar aqui o quanto o nosso Modelo Sensorial Ocidental é pautado principalmente na visão e, secundariamente, na audição, dois dos sentidos considerados proporcionadores de distância entre o indivíduo e o que se vê e ouve e o quanto isso está encravado em nossa vida cotidiana e na nossa forma de produzir Ciência.

Discussão

Ao longo das semanas que vim falando com alguns amigos sobre minha intenção de apresentar esta comunicação tratando sobre o personagem e os sentidos, todos eles quando tentavam entender a proposta da comunicação levavam-na para o âmbito biológico da formação e utilização do aparelho sensorial. Nenhum deles enveredou em suas suposições sobre questões outras como a cultural. Nós, Seres Humanos, somos uma mistura do biológico com o cultural e nós entendemos o primeiro conforme nossa inserção no segundo. Assim, o que vemos, como vemos, antes de ser uma construção biológica nata é formado culturalmente. Não só o ver, mas também o ouvir, cheirar, tocar e degustar são resultados da cultura a qual pertencemos (CLASSEN, 1997. HOWES, 2006). Então o que vemos e como vemos é alicerçado na Cultura que possuímos. Dessa forma, pessoas com culturas diferentes, enxergam uma flor de forma diferente, apreciam o seu aroma de uma forma singular, sentem suas pétalas entre os dedos de forma única, ou seja, essas pessoas possuem modelos sensoriais diferentes. Um modelo sensorial não tem sua base no biológico e sim no cultural. É um conjunto de significados e valores sensoriais defendidos por uma sociedade, segundo o qual os membros desta “fazem sentido do mundo”, ou traduzem percepções e conceitos sensoriais em uma determinada “visão de mundo” (CLASSEN, 1997). E nesse sentido, é interessante perceber o quanto nós, ocidentais, somos movidos pelo que vemos. O quanto valorizamos a visão dentre os demais sentidos. Basta perceber as expressões, como a acima, ou “na minha visão”, “no meu ponto de vista” ou ainda “eu só acredito vendo”, para notar uma supremacia deste sentido. Mas será que o ver é de fato mais importante que os demais sentidos? E ainda, o objeto, pessoa, cor que enxergamos existem tal qual vemos? Você que está lendo deve estar balançando a cabeça agora e dizendo que sim. Pois bem. O que será que o poderoso Shaka tem a nos ensinar hoje?

Para começar ele é indiano e hinduísta e não comunga de uma percepção como a nossa ocidental. Pelo menos em tese não. Segundo Masuda *et al*, em pesquisa realizada sobre preferência estética entre grupos ocidentais e orientais, a percepção desses macro blocos é diferenciada quando se trata de analisar um mesmo objeto. Numa paisagem, por exemplo, nós ocidentais focamos em um ponto fixo, relacionado pelos autores com a noção individualista do capitalismo. Já os orientais tentariam compreendê-la em seu contexto, sem focar em um único objeto, estando relacionado a uma introspecção ensinada a eles desde a infância (2008). Ao escolher privar-se da visão ainda quando criança, Shaka passa a conectar-se com o mundo por meio de seus demais sentidos ampliando suas outras capacidades sensoriais. Ele “enxergava” com os ouvidos, olfato, paladar e tato, sem contar, é claro, a intuição e o Cosmo, respectivamente sexto e sétimo sentido na trama. Para Juhani Pallasmaa, proeminente arquiteto fenomenológico, todos os demais sentidos que possuímos são provenientes do tato, pois se pensarmos, por exemplo, ser a pele o órgão que cobre todo nosso corpo estando em profundo contato com a boca, o nariz os ouvidos e olhos, estes últimos cobertos por uma fina camada de uma pele própria, ao saborear uma maçã o seu sabor nos seria fornecido pelo encontro tátil ao

qual chamamos paladar (2011). Uma das lições que podemos aprender está no ato de pensar uma vivência para além do sentido dominante no Ocidente trazendo dessa forma a visão para o corpo, como aponta Pallasmaa, nos afastando do modelo cartesiano ao qual estamos inseridos (THOMAS, 2004; 2008). Não somos olhos ambulantes, mas ainda assim boa parte de nossas pesquisas estão pautadas principalmente no visual. Fotos, iconografia, mapas, tabelas e até mesmo a escrita que você está lendo agora estão intimamente relacionadas à nossa produção científica. Talvez, como Shaka, poderíamos fechar os olhos e abrir os demais sentidos para aquela documentação na qual nos debruçamos corriqueiramente. Assim, penso eu, que ao reabri-los poderemos de fato “re-ver” nosso trabalho e quiçá, causar um *Agyode* novos significados.

Da mesma forma, ao utilizar sua técnica *TenbuHōrin*, o “Tesouro do Céu”, e retirar os sentidos do Cavaleiro de Fênix, nosso personagem personifica a necessidade da tomada de postura ofensiva quanto à mudança. Tirando um por um dos sentidos de seu oponente, Shaka tenta acelerar o processo pelo qual ele mesmo passou quanto a sua privação da visão e assim fazer com que Ikki chegasse o mais rápido possível ao seu sétimo sentido. Aqui me lembro do caso de Laura Brigman que Constance Classen menciona em um de seus escritos. Laura sofrera de escarlatina na infância e por esse motivo apenas possuía o tato. Durante anos sua vida e a dos que a cercavam foi marcada por um intenso aprendizado de como proceder no dia a dia com ela, como manter um diálogo nessas circunstâncias, como entende-la e fazer com que ela os entendesse. Dentro de um mundo pensado para pessoas que possuíam a visão Laura era “vista” como um ser exótico que precisava de cuidados extremos e nunca poderia apreciar arte, por exemplo. O espanto foi gigantesco, segundo Classen, quando Laura inúmeras vezes pedia para “ouvir”, ou melhor, sentir musicapor meio das vibrações que esta causava. Quando ela conseguia identificar cores em pinturas por meio do toque. Ou então perceber a variação no humor de pessoas a sua volta quando de um simples correr os dedos pelo pulso destas (1998). Para chegar a esse ponto foi importante a intensa busca de todos envolvidos em sua formação, inclusive ela mesma, de uma metodologia voltada à construção de sua percepção tátil. Dessa forma, outra lição que podemos aprender é não ter medo de arriscar novos meios para se chegar a novas finalidades. As pesquisas na área sensorial ainda carecem de uma metodologia que se relacione com seus interesses teóricos. Shaka vai ao ápice com Ikki para que este também extrapole seus limites e consiga romper as barreiras que o prendiam. Creio ser isso que também necessitemos fazer quanto de nossas pesquisas.

Referências Bibliográficas

CLASSEN, C. “Foundations for an anthropology of the senses”. **UNESCO**. Malden: Blackwell Publishers. 1997.

_____. “A feel for the world: lessons in aesthetics from the blind. In: _____. **The color of angels. Cosmology, gender and aesthetic imagination**. London and New York: Routledge, 1998.

HOWES, D. Hearing Scents, Tasting Sights: Toward a Cross-Cultural Multi-Modal Theory of Aesthetics. **Art & The Senses Conference**. Science Oxford, 27-29 October 2006.

MASUDA, T.; GONZALEZ, R.; KWAN, L.; NISBETT, R. E. **Culture and Aesthetic Preference: comparing the attention to context of East Asians and Americans**. PSPB, vol. 34. No. 9, set 2008.

PALLASMAA, J. **Os olhos da pele: arquitetura e os sentidos**. Tradução técnica: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011.

THOMAS, J. “Archaeology’s Place in Modernity”. **Modernism/modernity**, v. 11, n. 1, 2004. p.17-34

_____. “On the Ocularcentrism of Archaeology”. In: THOMAS, Julian; OLIVEIRA JORGE, Vítor. **Archaeology and the Politics of Vision in a Post-Modern Context**. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing. 2008.

DISCRIMINAÇÃO RACIAL, PRECONCEITO E ANTI-SEMITISMO NA ERA VARGAS

Moisés Pereira Alves¹

O preconceito racial, étnico, de gênero ou religioso não é algo novo na história do Brasil. Na verdade, como diz Tucci Carneiro (1986) é algo bem comum e antigo nas páginas de nossa História. Sendo assim, me deparei com este tema e o venho pesquisando há alguns meses com intuito de entender ou de melhor conhecer as manifestações da discriminação racial, do preconceito e do anti-semitismo após o estabelecimento da Primeira República.

A pesquisa limitou-se a analisar o período da Era Vargas ou Ditadura Vargas cobrindo aproximadamente entre 1930 a 1945. Também utilizamos como recursos, além dos trabalhos bibliográficos de autores específicos, jornais que circulavam na época, documentos expedidos no período pelo Ministério das Relações Exteriores obtidos através dos referidos portais online de acervo público. Segundo Kreniski e Pinto Aguiar (2011)² através da utilização de fontes hemerográficas podemos desvendar o social, o político, o econômico e estabelecendo um período para estudo e seus agentes participantes do processo social, podemos perceber seu papel na construção dos imaginários e memórias sobre a história.

Ao estudarmos as páginas dos trabalhos de Roney Cytrynowicz (2002, 2007), Maria Tucci Carneiro (1988, 2007) e Fernando Rodrigues (2013) percebemos uma política abertamente preconceituosa e discriminatória neste período já citado de nossa história; contudo, faltou um olhar mais de perto, uma análise do cotidiano político e social da sociedade brasileira da Era Vargas, olhar este que pudemos obter ao agregar às fontes bibliográficas já existentes os jornais da época. Segundo o professor Prof. Erni Seibel (2013) em sua metodologia para a utilização das fontes hemerográficas, a utilização de jornais como fonte complementar de estudos sobre fenômenos sociais, políticos, religiosos e econômicos constitui um excelente instrumento de base de dados de informação; deve-se tomar cuidados, contudo, com as manifestações que podem tender à uma ideologia característica do próprio jornal mas ela nos permite desdobramento do campo de visão da pesquisa possibilitando uma compreensão mais rica dos acontecimentos, um conceito mais amplo da pesquisa histórica como sugere Le Goff.

Através das pesquisas nos jornais pude fazer uma ponte entre os autores das obras utilizadas como fontes primárias e as realidades sociais apontadas pelos jornais em suas matérias que, por mais que tivessem um teor político ou religioso ainda assim muito se pode perceber da conduta e do imaginário social do povo brasileiro na Ditadura Vargas. De uma simples chamada de emprego às mais apelativas manchetes políticas, pode-se ver estampado o discurso discriminatório e/ou preconceituoso. Estudar preconceito racial, anti-semitismo e discriminação neste período não basta apenas saber que era fomentado pela AIB (Aliança Integralista Brasileira) como uma das suas bases ideológicas e de mobilização das bases (CYTRYNOWICZ, 2007), nem tão pouco é suficiente saber que na época, o anti-semitismo tinha suas bases em volta da condição econômica e religiosa dos judeus (CARNEIRO, 1988); será através da leitura e análise dos jornais da época que melhor entenderemos estes aspectos sociais.

Será o jornal que nos mostrará detalhes do preconceito contra negros, que não se percebe nas páginas de Fernando Rodrigues, ainda que ele denuncie o racismo nos quartéis. Serão as “Circulares Secretas” emitidas pelo Governo Vargas que atestarão a real relação do governo com o anti-semitismo que é exposto por Carneiro e por Cytrynowicz.

Assim, como proposta de oficina para o XXV Ciclo de Estudos Históricos da UESC, propomos apresentar alguns poucos – mas bem selecionados – jornais do período Vargas, como “A Gazeta de Minas” e o “Jornal do Brasil”, a fim de analisarmos algumas matérias e tópicos após uma introdução ao período da Ditadura Vargas. Estas matérias apontam para o preconceito ao negro, índio e imigrante de forma nem sempre direta, porém perceptível. Em seguida apresentaremos uma introdução ao anti-semitismo do período e analisaremos além de jornais, algumas cópias de documentos oficiais conseguidos do período que circularam entre o Palácio do Governo Federal e os Consulados no exterior a fim de impedir a imigração de judeus ao Brasil.

¹ Graduando de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC, cursando o VII Semestre noturno.

² KRENISKI, Gislania Carla P.; AGUIAR, Maria do Carmo Pinto. **O Jornal como Fonte Histórica: A Representação e o Imaginário Sobre O “Vagabundo” na Imprensa Brasileira** (1989-1991). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011*

Para cada introdução utilizaremos um texto base, um resumo apontando condições e características da sociedade e dos marginalizados por ela. Para isso, as contribuições de Roney C., Tucci Carneiro e Fernando Rodrigues serão essenciais como fontes primárias e base de todo o trabalho metodológico para ambientação da análise e discussão das fontes secundárias como mostra o quadro em anexo.

Desta forma, pretende-se obter como resultado deste estudo, um olhar mais amplo e analítico, e não apenas descritivo, dos caminhos históricos do preconceito no Brasil; além de melhor conhecer a sociedade e período da Ditadura dos anos 30/40. Conforme Cytrynowicz (2007) a historiografia que aborda os anos 1930-40 enfatiza o caráter totalitário da ideologia política do Estado Novo este totalitarismo gerava sempre tensões entre a sociedade civil e o Estado que por sua vez direcionava para os “*indesejáveis*” da nação, fossem eles judeus, negros, japoneses, índios ou comunistas. Para Tucci Carneiro (1988) essas tensões eram a fonte do anti-semitismo que podiam ser visto nas obras de vários autores do período.

Os judeus tinham como seus principais hostilizadores os integralistas e alguns políticos que ocupavam cargos importantes do governo, como nos conta Tucci Carneiro e Roney C. Esses políticos eram simpatizantes do fascismo italiano e do nazismo alemão. Os Negros ainda viviam à margem da sociedade neste período e como poderemos constatar nos jornais, e nos relatos de vários autores o preconceito contra ele era bem taxativo visto que se buscava o embranquecimento da população brasileira. Com relação aos índios, em uma determinada matéria que encontramos em uma edição do Jornal do Brasil de 1939, vemos claramente e não muito diferente de hoje, como os líderes políticos e a sociedade culta os enxerga.

Estes aspectos da sociedade e da política dos anos 1930 a 1945 devem ser analisados através de fontes diversas, e por meio de vários aspectos dentro do campo da História Social, política e econômica. E este é nosso objetivo nesta oficina.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. Muralha anti-semita. **Revista de História**. Rio de Janeiro. Ano 2. 2007, págs. 1-3. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/muralha-anti-semita>. acessado em 02/05/2014.

_____. Preconceito racial no Brasil Colonial. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da Ideologia: imigração judaica, Estado Novo e Segunda Guerra Mundial. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v.22. n. 44, pgs 393-423. 2002.

_____. MAIO, Marco Chor. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro. Civilizações Brasileira. 2007. Pgs 41-61.

RODRIGUES, Fernando. **Indesejáveis**. São Paulo. Paco Editorial. 2013.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA IGREJA PRESBITERIANA DE ITABUNA: (1953-1959)

Vanessa dos Santos Silva¹

RESUMO GERAL

Nem sempre é fácil decidir que caminhos necessitam serem percorridos. E para onde nos levará as decisões tomadas. O que acredito é que elas precisam ser feitas para garantir o nosso crescimento. Apesar das aspirações e inquietações por outros assuntos relevantes a história de Itabuna, tratar sobre a história da Igreja Presbiteriana no município me traz grandes expectativas. Pois poderei tratar de um tema que vivi desde tenra idade.

O que me instigou a trabalhar este objeto de pesquisa é a proximidade com o tema. Sendo de família religiosa a minha vida foi permeada pela doutrina presbiteriana. Desde o batismo na infância, idas incontáveis à igreja. Na adolescência; a pública profissão de fé, a primeira participação na Santa Ceia e por fim um dos eventos mais recentes; o meu casamento.

A Igreja Presbiteriana tem uma doutrina própria baseada nas Escrituras Sagradas. Esse termo se origina da palavra presbítero que significa ancião, mais velho. Mas no contexto eclesiástico não é necessariamente a longevidade da vida, mas a experiência, conduta e moral cristã. Para ser presbítero é necessário que o indivíduo seja eleito por uma assembleia que é formada pelos membros da igreja.

O presbítero exercerá a função de governo da congregação juntamente com o pastor nos assuntos administrativos quantos as questões doutrinárias e espirituais. É necessário o curso de teologia para se tornar um pastor que é responsável pelos sacramentos da igreja como os batismos, Santa Ceias e casamentos. Juntos formam o conselho da igreja que se reúnem periodicamente e quando necessário. Estas reuniões são registradas em atas. Neste trabalho elas são inestimáveis, pois será uma das principais ferramentas da pesquisa.

Para assuntos extraordinários que necessitam a consulta dos membros da igreja são convocadas assembleias. Um fator relevante nas questões que concernem à congregação é que o conselho tem que seguir o Manual Presbiteriano que foi criado baseado nas doutrinas das Sagradas Escrituras. Este manual tem a função eclesiástica, o código de disciplina e os princípios da liturgia.

Outro fator relevante quantos as Igrejas Presbiterianas é que não funcionam isoladas entre si. Mas formam uma Federação das igrejas localizadas nos bairros e nas cidades circunvizinhas. Essas Federações são denominadas de Presbitério e cada igreja escolhe um presbítero para as representarem. O conjunto de Presbitérios formam a nível regional o Sínodo que por sua vez nacionalmente as junções dos Sínodos formam o Supremo Concílio.

Há mais de 150 anos neste país a Igreja Presbiteriana esta espalhada em praticamente todas as regiões. Advinda para o Brasil por meios de missionários estadunidenses tais como Ashbel Green Simonton.

O missionário Simonton viveu somente sete anos no país, mas deixou um legado importante para o presbiterianismo. Primeiramente em 1862 fundou a primeira Igreja Presbiteriana do Brasil. Foi um dos responsáveis pela criação do jornal Imprensa Evangélica em 1864 que durou 28 anos. Criou também o primeiro presbitério, uma escola, um seminário e ainda atuou na consagração do primeiro pastor brasileiro.

O trabalho dos pioneiros presbiterianos é impressionante, pois mesmo em meio às dificuldades iniciais, as rivalidades enfrentadas, as perdas pessoais, estes missionários não desanimaram em sua missão de propagação do protestantismo. Esta pesquisa os descreveu em linhas gerais faltando muito a ser dito de suas trajetórias e realizações. Mas o que fica claro é sua relevância para o presbiterianismo. Segundo Mendonça (2001) os missionários utilizaram quatro elementos básicos; a evangelização, o culto, a organização, e a educação.

¹Estudante do Curso de Licenciatura em História da UESC. E-mail: vanessa.agape@hotmail.com

¹Este trabalho é parte integrante da monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura, sob a orientação da Prof.^a Dr. Janete Macedo.

Um dos principais responsáveis pela inserção da Igreja Presbiteriana na Bahia foi o missionário alemão naturalizado americano Francis Joseph Christopher Schneider. Podemos acompanhar sua trajetória por meio de suas cartas que foram publicadas no *The Foreign Missionary*, um jornal de missões estrangeiras da Igreja Presbiteriana dos EUA (Igreja do Norte). Schneider é muito minucioso em suas cartas descrevendo o Brasil, na economia, cultura, política e principalmente religiosa, sem deixar de tecer suas críticas durante suas narrativas. Tendo sua primeira igreja fundada na cidade de Salvador, seguida por outra em Cachoeira e a quarta em 1902 em Canavieiras. E foi por meio da última cidade citada que mais uma igreja se estabelecia agora na cidade de Itabuna.

Inicialmente a Fazenda Perseverança era a sede a Igreja Presbiteriana de Itabuna. Mas depois com o crescimento da membresia mudaram para a Rua Ruffo Galvão, no centro da cidade de Itabuna. No decorrer do tempo vários pastores passaram pela igreja; Rev. Estevam Araújo, o seminarista Edgar Reis, o Rev. Basilo Catalá Castro, o pastor Jorge Buarque Lira, Rev. Alexander Reese, entre outros. Concentraremos nossa atenção no Rev. Abimael Monteiro de Lima porque foi o pastor durante o período delimitado nesta pesquisa.

No fim da década de 1940 o Rev. Abimael chega a Itabuna. E durante seu pastorado na cidade ocorreu compra do terreno onde ainda hoje se encontra a Igreja Presbiteriana, na Avenida Inácio Tosta Filho. A construção do Templo Transcorreu em 1951 a 1953 esta mesma época também é construída a casa Pastoral no bairro Castália. O pastor Abimael liderou a Igreja por 19 anos. Realizou um importante trabalho evangelístico e auxiliou alguns jovens da região vocacionados para o ministério pastoral a realizarem seus estudos preparatório no Seminário Outros pastores exerceram o ministério pastoral a frente da Igreja Presbiteriana de Itabuna; Revs. Emiliano Gonçalves, Idelfonso Trindade, Carlos Cortes, Eliezer Araújo, Emanuel de Meneses Costa, Erison Silva Galvão e A Igreja vem sido dirigida desde 2008 pelo Rev. Humberto Ferreira Costa.

O tema proposto é para mostrar a importância que a educação tem para a Igreja Presbiteriana desde formação no Brasil e especificamente na cidade de Itabuna. Uma das principais fontes primária são as atas do conselho da igreja. Nelas constam informações relevantes à temática; como a criação da Escola Erasmo Braga em 1956 destinada para o ensino primário e a alfabetização de adultos sob a responsabilidade da Igreja. A relevância da educação religiosa também é constatada nestes registros; tais como; a preocupação do Conselho quanto à frequência dos membros da Igreja a Escola Bíblica Dominical e o incentivo a realização dos cultos domésticos nos lares cristãos. Isso porque o presbiterianismo desde sua formação valoriza a educação dos indivíduos que a compõem, no sentido religioso, a aprendizagem de uma conduta cristã baseada na Escritura Sagrada.

FONTES

IGREJA PRESBITERIANA DE ITABUNA

LIVRO SEIS DAS ATAS DA IGREJA PRESBITERIANA DE ITABUNA.

LIVRO SETE DAS ATAS DA IGREJA PRESBITERIANA DE ITABUNA.

PERIÓDICO *THE FOREIGN MISSIONARY* – Janeiro de 1862-1874 e Março 1875-1886.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

LÔBO, Arnou Sena. **Memória do presbiterianismo em terras grapiúnas**. Editora Mesquita. Canavieiras. 2012

Manual Presbiteriano da Igreja Presbiteriana do Brasil / Manual Presbiteriano / Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa de. **A Inserção do Presbiterianismo no Brasil (1859-1910)**. In: VV. AA. José Manoel da Conceição: O Primeiro Pastor Brasileiro. São Paulo, Mackenzie, 2001, p. 39-40.

SOUZA, Silas de. Presbiterianismo no Brasil. In: **“Fiel é a palavra”: leitoras históricas dos evangélicos protestantes no Brasil** / Elizete da Silva, Lyndon Araújo dos Santos, Vasni de Almeida (Organizadores)-Feira de Santana; UEFS Editora, 2011.

PADRE JUSTINO JOSÉ DE SANT'ANNA E A CONSTRUÇÃO DA NOVA IGREJA MATRIZ DE SÃO BOAVENTURA EM CANAVIEIRAS – BAHIA (1912-1924)

Oslan Costa Ribeiro¹
Janete Ruiz de Macêdo²

RESUMO GERAL

A presente comunicação é parte da pesquisa que está sendo desenvolvida no curso de pós-graduação *Lato Sensu* em História do Brasil (DFCH/UESC), sob o título: *Memória, identidade e patrimônio religioso: o caso da antiga e nova igreja matriz de São Boaventura em Canavieiras – Bahia (1912-1932)*. Essa pesquisa analisa sob os parâmetros dos conceitos de memória, identidade e patrimônio, o processo de planejamento, construção e conclusão das obras da atual igreja matriz e da demolição da antiga matriz de São Boaventura na cidade de Canavieiras, região sul da Bahia. Tendo o recorte temporal de pesquisa de 1912 a 1932, a presente comunicação tem por marco temporal 1912 a 1924, que compreende o período em que o padre Justino José de Sant'Anna esteve à frente da freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, sendo responsável pelo o início das obras de construção da nova e atual igreja matriz de Canavieiras.

A pesquisa está baseada em fontes hemerográficas: sete diferentes jornais da cidade de Canavieiras que circularam dentro do marco temporal da pesquisa, dentre os quais: *Monitor do Sul*, *O Seabrista*, *A Democracia*, *A Razão*, *A Reforma*, *O Progressista* e *O Independente*, dos anos de 1903 a 1932. Jornais que pertenciam a grupos e partidos políticos local. Também está sendo consultado o livro de tomo volume nº 1 (1949-1960) da freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras. Nas primeiras doze páginas desse volume nº 1 há um conjunto de transcrições do antigo livro de tomo paroquial (que não existe mais), atas das associações paroquiais e uma cronologia da formação da freguesia de São Boaventura a partir da obra *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*, de João da Silva Campos, esses registros foram realizados pelo padre José Gonçalves D'Oliveira, pároco de 1949 a 1950, que tinha a preocupação de deixar assentada a história da freguesia. Dois tipos de fontes que nos dão uma dimensão do discurso da sociedade e da Igreja em torno da causa de se construir uma nova igreja matriz, que fosse maior e bela, em outro espaço urbano configurando a expansão urbanística e processo de embelezamento que almejavam naquele período. Consensualmente, tanto a Igreja e a população canavieirense, já haviam condenado a antiga pelo seu mal estado de conservação, por ser pequena e rústica e também por sua má localização. Permeamos nossa pesquisa também nos conceitos de religiosidade, urbanismo e poder, processos constantes perceptíveis nas fontes consultadas em que tudo ocorria em meio aos festejos religiosos, preocupações com o belo a ser construído e conflitos de poder nas três primeiras décadas do século XX na cidade de Canavieiras.

A freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras foi criada juntamente com outras freguesias do Arcebispado da Bahia por dom Sebastião Monteiro da Vide (1643-1722) no mesmo dia 11 de abril de 1718. Instalada à época no lugarejo por nome Poxim³, perto da costa litorânea. Em meados do século XVIII, por força dos constantes ataques dos indígenas Pataxó foi transferida sua sede para a foz do rio Patipe onde ela se encontra atualmente.

Então, é difícil afirmar quantas igrejas serviu de matriz de 1718 até 1932, ano que a nova e atual foi inaugurada e antiga foi demolida. Nosso trabalho está voltado entre a antiga (localizada à época na atual Praça da Bandeira), que assim chamamos, e a atual (localizada na Praça São Boaventura), cujo processo do início de sua construção tendo à frente o padre Justino, vimos aqui apresentar.

Segundo as fontes, a cerimônia da benção da pedra fundamental da nova matriz foi realizada por três vezes, nos anos de 1908, 1911 e 1912. A primeira ocorreu em 25 de dezembro de 1908, às 5 horas da

¹ Pós-graduando *Lato Sensu* em História do Brasil (2014-2015), pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Membro do Grupo de pesquisa: "História, Memória e Representações: Suportes para o Turismo Cultural" (UESC), atuando na linha de pesquisa: "História, Espaços Urbanos e Identidade". Email: oslan@hotmail.com.br.

² Orientadora: Prof^a Dra. Janete Ruiz de Macêdo (DFCH/UESC). Email: janetermacedo@yahoo.com.br.
Líder do grupo de pesquisa: "História, Memória e Representações: Suportes para o Turismo Cultural" (UESC).

³ "Poxy he vocábulo Brazilico que significa couza fea ou ruim". (CAMPOS, 2006, p. 238).

tarde, como encerramento das Santas Missões realizadas pelos padres lazaristas¹, convidados pelo vigário cônego Benvindo Cândido Teixeira, pároco entre 1903-1908. “*Para mais de mil pessoas de todos os credos, sexos e idades acorreram ao largo Visconde do Rio Branco para com suas presenças abrilhantarem o acto tocante e divino do assentamento da primeira pedra.*” (LIVRO DE TOMBO, vol. I, p. 8). Com a saída do Côn. Benvindo em 1908, nada foi adiante.

Em 22 de setembro de 1911, foi realizada a segunda benção da pedra fundamental da nova matriz de Canavieiras. “*Em 17 de outubro de 1911, é fundada a Irmandade de São Boaventura, com membros de ambos os sexos, com a finalidade de arrecadar fundos para a nova Matriz.*” (MONITOR DO SUL, Ano X, nº 623, de 29/10/1911, p. 3). O Cônego Joaquim Ayres de Almeida, que tomou posse em 1909, saiu da freguesia de Canavieiras em fins de 1911, o que resultou novamente na paralisação do início das obras.

Em 9 de fevereiro de 1912 toma posse na freguesia de Canavieiras, o padre Justino José de Sant’Anna. Padre Justino enfrentou muitos conflitos à frente da freguesia de Canavieiras, dentre as quais lembramos: a agressão física sofrida por ele por parte do jovem Jachonías Bombinho em plena Sexta-feira da Paixão, os fortes e inúmeros apelos e exortações, através da imprensa local, para que os católicos tomassem consciência do estado deplorável em que se achava a antiga matriz, concitando-os e convidando-os a assumir a causa da construção do novo templo. A terceira e última benção da pedra fundamental ocorreu em 06 de junho de 1912, na festa de *Corpus Christi*.

Na edição nº 653, de 25/07/1912 de o “Monitor do Sul” é publicado a resolução nº 191, de 08 de julho de 1912, da Intendência do Município de Canavieiras, “*doando à Matriz que se está construindo 30 m² de frente e 121 m² de fundo*”.

Resta-nos saber à que preço custou essa contribuição municipal. Pressupomos que, o novo terreno doado do patrimônio do município de Canavieiras à nova matriz que se erguia foi um acordo com a Igreja em troca do terreno da antiga matriz, localizado à centro-direita da atual Praça da Bandeira, que seria anexado ao patrimônio municipal após a demolição da mesma, concluindo a urbanização da praça à frente do Paço Municipal, prédio inaugurado em 1899, oito anos após a elevação de Canavieiras à categoria de cidade.

Em novembro do mesmo ano, padre Justino funda a Associação das Senhoras Auxiliadoras da construção da nova igreja matriz de São Boaventura, e publica na edição nº 670, de 24/11/1912, de o “Monitor do Sul”, o estatuto que ele mesmo elaborou.

Entre festejos religiosos da freguesia, bingos, sorteios, rifas, promovidos pela comissão masculina, constituída pelo arcebispo da Bahia dom Jerônimo Thomé da Silva (1893-1924) em 1908 e pela Associação das Senhoras Auxiliadoras, fundada em 1912, padre Justino comandava a campanha em prol das obras da nova matriz. Por várias vezes as obras pararam. Os pedidos e muitos apelos dele corriam pela imprensa local, um frade franciscano veio de Salvador palestrar sobre o sentido cristão da caridade aos fieis de Canavieiras em 1917. Foi verificado, até o momento, um crescimento gradativo quanto da adesão da elite local no que tange a arrecadação dos fundos para as obras da nova matriz. Na década de 1910, muitos balancetes de arrecadação e despesas foram divulgados pela imprensa, dando-nos uma dimensão mais detalhada de nomes de doadores, de materiais empregados na construção e os custos com a mão de obra.

No ano de 1918, mais precisamente no mês de julho, por ocasião da comemoração do dia do padroeiro, quando também se festejou o jubileu do II centenário de criação da freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras.

A festa contou com grande participação popular e extensiva programação solene presidida por dom Manoel Antônio de Paiva, primeiro bispo da diocese de Ilhéus (1915-1929), criada em 1913 e a qual a freguesia de Canavieiras passou a pertencer segundo a bula *Majus Animarum Bonum* do Papa são Pio X². Nessa ocasião, no dia 15 de julho, foi afixada no interior da nova matriz em construção uma lápide comemorativa ao II centenário e que ainda existe. O que nos dá entender que nessa ocasião a nova matriz já estava erguida em suas paredes, fachada e torre sineira, faltando o acabamento, que segundo o dito popular, é a parte mais onerosa de uma construção.

A partir da década de 1920, as fontes hemerográficas passam a noticiar apenas os festejos religiosos, com pouca referência ao andamento das obras da nova matriz, o que nos leva a pressupor que estavam paralisadas à espera do início da fase de acabamento.

Em 1924, um dia antes de começar as novenas de São Boaventura, portanto dia 4 de julho, padre Justino fica sabendo de que foi eleito pelo Papa Pio XI para ser o primeiro bispo da recém-criada diocese

¹ Congregação da Missão (*Congregatio Missionis*, CM), Lazaristas ou ainda Padres e Irmãos Vicentinos, é uma sociedade de vida apostólica masculina católica fundada em Paris, em 1625, por São Vicente de Paulo (1581-1660). Estão presentes no Brasil desde 1819.

²RIBEIRO, 2013, p. 22-23.

de Juiz de Fora – Minas Gerais. Os festejos do padroeiro ocorreram em sua normalidade, segundo o nº 313, de 19/07/1924 de “O Progressista”. Em 11 de outubro, faltando apenas um mês para sua saída da freguesia de Canavieiras para ser ordenado primeiro bispo da nova diocese mineira, “*padre Justino presenciou o levantamento da cumeeira¹ da nova Matriz²*”. Em novembro de 1924, após quatorze anos de permanência em Canavieiras, ele saiu da freguesia deixando a construção da nova matriz já bem adiantada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. **O império do Divino** – Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900). Rio de Janeiro: Nova Fronteira/São Paulo: Fepesp, 1999, 406 p;

CAMPOS, João da Silva. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. 3ª edição. Ilhéus: Editus, 2006, p. 422.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011, 219 p;

COUTO, Edilece Souza. Devoções leigas na Bahia republicana. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Maringá (PR) v. V, n.15, jan/2013, p. 85-104.

Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/html>, acessado em 11/11/2013;

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, pp. 21-29;

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 1990, 553 p;

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **A Igreja**. In: Bahia Século XIX – Uma província no Império. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992, p. 293-414.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Memória e identidade: reformas urbanas e arquitetura colonial na Região Cacaueira (1880-1950)**. Ilhéus – Bahia: Editus, 2005, 208 p;

RIBEIRO, Oslan Costa. Percursos da Igreja Católica no sul da Bahia: formação, consolidação e transformações da diocese de Ilhéus (1913-1978); MACEDO, Janete Ruiz de (Org). **Diocese de Ilhéus: 100 anos de História**. Ilhéus – Bahia: Editus, 2013, vol.1, p. 17 – 56;

_____. **São Boaventura do Poxim de Canavieiras: uma freguesia, seus conflitos e festejos na primeira metade do século XX**. Monografia de graduação. Ilhéus – Bahia: UESC, 2013, 123 p;

SILVEIRA, Marcus Marciano G. da. **Templos modernos, templos ao chão**: a trajetória da arquitetura religiosa modernista e a demolição de antigos templos católicos no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, 223 p;

VINHAS, Thaís dos Santos. A fé que preserva a História: memória e identidade na salvaguarda da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, Itajuípe –BA. In: MACÊDO, Janete Ruiz de (Org). **Diocese de Ilhéus: 100 anos de História**. Ilhéus – Bahia: Editus, 2013, vol.1, p.177 – 200.

¹ Parte mais elevada de um telhado, na interseção de duas águas mestras; cumeeada, cavalete de telhado. (HOUAISS, 2008, p. 889).

² Livro de Tombo – Vol. 1 – 1949-1960, p. 10 v.

BUERAREMA-MACUCO: A IMPORTÂNCIA DAS FESTAS CULTURAIS PARA A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DO POVO BUERAREMENSE

Iara Santos Alves

INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa a importância das festas culturais para o desenvolvimento histórico da cidade de Buerarema-Ba, levando-se principalmente em consideração as manifestações e expressões populares detentoras do contexto regional como fator de identidade cultural. Partimos da hipótese de que o conhecimento e da cultura local reforça a valorização do percurso histórico-social de uma determinada comunidade, mantendo-se viva a memória de momentos que contribuíram para o florescimento da socialização e da coletividade em nosso espaço.

Estudar a importância das festas culturais para a construção da história dos povos se faz de extrema relevância, especialmente, pela necessidade de se entender o presente a partir de costumes e hábitos culturais passados que integravam o município em questão. Ao pesquisar sobre a história cultural de Buerarema, nota-se que as perdas festivas foram intensas, isso porque a cultura popular sofre alterações que contemplam os aspectos econômicos, administrativos, educativos e sociais. Nesse sentido, passamos a compreender a participação da comunidade e do poder público na manutenção ou não das tradições locais.

Além disso, entendemos que estudar e pesquisar sobre o nosso município é também uma forma de valorizarmos o que existe em nossa volta, em nossa região e em nossa memória.

No âmbito cultural, é inegável o reconhecimento da cidade em toda a região devido à ocorrência de inúmeros eventos festivos. Neste sentido, o início da história de Buerarema foi marcado pela intensa presença das festas populares do Arraial Macuco e, posteriormente, Vila Buerarema. Isso evidenciou o reconhecimento de tal município, visto que esse dispunha de fantásticas riquezas culturais. A ocorrência de movimentos festivos sempre serviu para conservar os costumes populares existentes nessa comunidade.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa é de cunho qualitativo bibliográfico, com base na análise documental de fotos que retratam os eventos culturais do município e na interpretação de dados bibliográficos, que contemplam o tema estudado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sabe-se que os eventos festivos integram a base cultural de um povo, sendo importante para a concretização de valores necessários para a socialização de uma determinada comunidade. Em um movimento cultural, se pode presenciar uma maior associação entre os participantes, contribuindo, neste sentido, para a interação e coletividade. As festas são, desse muito tempo, uma das mais importantes atividades públicas, especialmente, por se configurarem em movimentos de afirmação da identidade coletiva. Nesse cenário, as pessoas têm a oportunidade de interagir com o outro, veiculando valores e crenças pertencentes a sua vivência (FERREIRA, 2001).

Na figura abaixo, temos a oportunidade de lembrar um momento de descontração e entretenimento proporcionado pelas festas populares. Tal momento representa um importante evento anual realizado pelo município, denominado de *Arraiá Macuco*, festa junina que atrai pessoas de diversas partes da região. Contudo, nos últimos anos, tem-se observado uma preocupante perda desse costume, influenciada, sobretudo, pelas mudanças políticas ocorridas no município. Isso confirma o que foi dito no parágrafo anterior a respeito da dependência entre os movimentos culturais e a organização política que rege uma determinada comunidade.



(Figura 1 – Festas Populares de Buerarema-Ba – Arraiá Macuco – Fonte: Arquivo Próprio, 1997)

As festas permitem que a dança, a confraternização e a alegria imperam sobre a comunidade e sobre os visitantes que ali se encontram. Nesses momentos, os participantes têm a oportunidade de viver um momento de intensa emoção e comunhão (OLIVEIRA, 2006). Os movimentos festivos, além de permitir o sentimento de prazer entre os participantes, colaboram para que artistas sejam evidenciados e reconhecidos em meio à sociedade. Na figura que segue, nota-se a configuração de uma das revelações mais expressivas de Buerarema, a Fanfarra. Por meio desta, inúmeros jovens tiveram e continuam tendo a oportunidade de manifestar seus dons artísticos através da dança e do manuseio de instrumentos musicais.



(Figura 2 – Apresentação da Fanfarra local – Fonte: Arquivo Próprio, 1996)

Também, o município de Buerarema mantém viva muitas raízes populares e manifestações culturais que predominam na região Sul da Bahia. O calendário começa com uma das mais tradicionais manifestações culturais do município que é a montaria, realizada comumente no mês de janeiro. Geralmente, conta com apresentações de diversas bandas regionais e famosas, na praça principal. Neste contexto, pode-se afirmar também que as festas populares, tal como a montaria realizada em Buerarema, é encarada como recurso cultural de enorme poder político e econômico, sendo frequente utilizada para a expansão do turismo municipal.

Pode-se afirmar que as festas populares se tornam, com o passar do tempo, uma das formas de manter edificados os costumes e hábitos de um povo. Além disso, as vantagens econômicas de tais eventos são notórias e contribuem para a manutenção econômica local (ARAÚJO, 2005).

Nesse contexto, a cultura, de acordo com o que podemos verificar, vai mais além de uma simples diversão e entretenimento, visto que tem como propriedade auxiliar no desenvolvimento populacional. É perceptível a satisfação da população local para com os benefícios econômicos proporcionados pelas festas. Na figura abaixo, é possível observar comerciantes atuando em um dos movimentos culturais realizados em Buerarema.



(Figura 3 – Comerciantes atuando na festa cultural de Buerarema-Ba - Fonte: Blog Macuco News - <http://www.macuconews.com.br/2014/01/buerarema-foi-um-show-montaria.html>)

No entanto, observa-se que no desenrolar da nossa história a humanidade passa a conhecer diferentes maneiras de organizações sociais e, conseqüentemente, de construção e desconstrução da cultura. Dessa forma, pode-se afirmar que a cultura de um povo vai se perdendo ou se reconstruindo de acordo com as modificações sofridas no espaço (ANDRADE, 1988, p. 23). De igual modo, a cidade de Buerarema tem sofrido inúmeras transformações ao longo dos anos. A crise cacaueteira e a conseqüente decadência do comércio local tem desencadeado uma série de migrações para outros locais, especialmente para o estado de Santa Catarina. Também, os conflitos políticos contribuíram para que muitos movimentos festivos fossem minimizados e até mesmo extintos de nossa cidade. Em outras imagens, podemos rememorar um dos eventos culturais que se perdeu no decorrer do tempo, o *Bloco da Rola*, movimento que atraiu durante muitos anos diversos participantes e contribuiu para a revelação de inúmeros artistas locais. Ao visualizar tal imagem, percebe-se que a festa pode ser entendida como um momento onde as pessoas estabelecem e reforçam os vínculos de pertencimento ao local, e também um momento onde novos laços sociais são criados, como amizade, laços econômicos e solidários.

Este estudo comprovou a importância das festas culturais para a construção do contexto histórico do município de Buerarema-Ba. Nessa cidade, a festa tornou evidente a tradição e a cultura do povo bueraremeno, que a concebeu durante muito tempo como um momento de prazer, de entretenimento e de estabelecimento de vínculos sociais. Dessa forma, no transcorrer deste trabalho, verificamos que os eventos festivos de Buerarema se transformaram em importantes manifestações culturais, relevantes para a construção histórica da identidade da população bueraremeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. C. de. **Imperialismo e Fragmentação do Espaço**, São Paulo Contexto, 1988.94 p.

ARAÚJO, Carlos Henrique. (Coordenador) **O Dito e O Feito. Geração de Trabalho e Renda na Cultura Popular do Brasil Central**. Brasília: Invenção Brasileira, 2005.

FERREIRA, Maria Nazareth. **As Festas Populares na Expansão do Turismo**. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. **A geografia das festas do interior: mediações culturais entre religiosidade, turismo e educação**. In. SILVA, José B.

A FESTA DE REIS EM NOVA ESPERANÇA (WENCESLAU GUIMARÃES, BAHIA)

Eunades Vidal da Silva Santos²

Míriam Santana dos Santos³

RESUMO GERAL

No Brasil existem diversas manifestações populares, ou seja, expressões próprias de cada povo. Dentre essas demonstrações, o Terno de Reis se apresenta como um ritual de fé e devoção aos reis magos e, portanto, ligado ao ciclo de festas natalinas que permeiam por diferentes estados brasileiros¹. As festividades de reis carregam mensagens que atravessam gerações. É um festejo que teve sua origem no processo de colonização do Brasil através dos jesuítas que utilizavam o teatro natalino na catequese¹ como instrumento de prática catequética. Essa prática perpassa na tradição brasileira nos diversos estados. O Brasil começa a existir, enquanto nação cristã, sobre a égide da catequese jesuítica com forte componente das festas natalinas, dentre as quais as dos reis magos, tornam-se parte integrante da tradição popular do povo brasileiro. (PESSOA; 2007). O Terno de Reis é de origem açoriana e veio para o Brasil através dos padres jesuítas e colonizadores, tornando-se fundamental na identidade cultural do país.

Nessa perspectiva, o presente estudo dialoga com literaturas sobre o tema, apresentando os reflexos da Manifestação Cultural do Terno de Reis na Comunidade Quilombola de Nova Esperança, no município de Wenceslau Guimarães. Esse município está localizado na região cacauzeira, no Baixo Sul da Bahia e conta com comunidades Remanescentes de Quilombos (Quilombolas). Os termos Quilombos ou Mocambos, Terra de Preto, Comunidades Remanescentes de Quilombos, Comunidades negras rurais, remanescentes de comunidades de Quilombos ou Kilombo vem de uma palavra de origem africana, Mbundu. O termo Quilombo é uma expressão que caracteriza os descendentes de escravos africanos trazidos para o Brasil no período colonial, sendo considerado espaço geopolítico pleno de representação cultural, econômica, política e social.

Assim sendo, os Remanescentes de Quilombos são resistências negras e fruto de conquistas dos movimentos negros no intuito de diminuir as desigualdades históricas ocasionadas pela escravidão. Os remanescentes de Quilombos são resistências negras Quilombolas, herdeira dos Quilombos na tentativa de estabelecer direitos a uma parcela dos afro-brasileiros (NUNES; DORNELLES, 2008, p. 141). Partindo desse pressuposto, analisamos o Terno de Reis da comunidade Remanescente de Quilombo de Nova Esperança, um lugar que revela várias tradições dentre elas o Terno de Reis. Nova Esperança é um povoado afastado cerca 45 km de sua sede, Wenceslau Guimarães. É composto por aproximadamente 400 famílias e possui características geográficas que nos remete à formação de Quilombos no Brasil, pois é rodeada por montanhas e extensa Mata Atlântica. A comunidade é formada por pessoas simples, alegres e hospitaleiras, que possuem relação de parentesco e guardam em sua história, a identificação de espaço Remanescente de Quilombo e se orgulham de serem reconhecidos como tal. Os remanescentes atuam como famílias numerosas normalmente pertencentes a um mesmo núcleo familiar Pais e Mães morando num mesmo quintal e tomando a benção a todos os mais velhos. (NUNES; DORNELLES 2008, p. 142). O reconhecimento como remanescente de Quilombo pela fundação Palmares em 2008, favoreceu o fortalecimento da autoestima e o sentimento de pertencimento étnico racial de identidade local. A composição da comunidade de Nova Esperança inicia-se no começo do século XX a partir da chegada do Sr. Faustino José dos Santos e Maria dos Santos, ele, filho de escravo, fugitivo da Guerra de Canudos que ocorrera no Sertão da Bahia em fins do século XIX (1896 a 1897). Com sua chegada, o pioneiro Faustino José deu o nome ao lugar de Nova Esperança simbolizando o desejo de um futuro promissor. As terras de quilombo, lugar que supera os conceitos e pré-conceitos territoriais, precários e que se apresentam como um projeto, movimento do presente em direção a um futuro de estabilidade e segurança (NUNES; DORNELLES; 2008 p. 141). O Sr. Faustino formou uma família composta por oito filhos que foram ensinados a manter a tradição afro das rezas, modas de viola, celebração da trezena de Santo Antônio,

¹ Este trabalho integra uma pesquisa mais ampla sob a modalidade de TCC em História, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto de Oliveira.

² Graduanda em História pela UESC, dentro do Programa de Formação de Professores (PARFOR). E-mail: eunadesvidas@hotmail.com.

³ Graduanda em História pela UESC, dentro do Programa de Formação de Professores (PARFOR). E-mail: miriamsantana019@hotmail.com.

novenário de Nossa Senhora do Rosário, a qual trouxe consigo a imagem que é preservada e por ser a padroeira dos negros, é também a padroeira da comunidade.

O Terno de Reis, o samba de roda, o caruru e outras culinárias típicas da cultura africana também fazem parte desse universo cultural. As crianças nasciam acompanhadas de uma parteira e benzedeira, “Dona Marcelina”, chamada carinhosamente de “Mãe Massur” pela comunidade. A benzedeira cuidava dos doentes com ervas medicinais e benzas. Sendo assim, a religiosidade do lugar preserva características das tradições de matrizes africanas que ultrapassam denominações religiosas existentes em outros territórios. Esses aspectos evidenciam que o processo de formação do vilarejo possui forte influência da cultura africana. Assim, as Comunidades Remanescentes é uma realidade que propõe uma reparação das desigualdades históricas ocasionadas pela escravidão, sendo fruto de conquistas raciais.

A tradição do Terno de Reis é para os membros mais velhos da comunidade, uma afirmação de sua própria identidade e à preservação da memória de seus antepassados. A cultura se constrói como os grupos lhes servem, se transforma, é transformada; acompanha gerações, é absorvida ou rejeitada, pode falecer com eles ou sem eles. (TORRES; 1986, p.14). A Festa de Reis traz um aprendizado de saberes e fazeres muito grande, desmistificando a ideia de que o saber está apenas no ambiente escolar. O Terno de Reis é celebrado na comunidade de Nova Esperança desde meados do Século XX. A tradição em apreço percorre o povoado com flâmulas identificadas por uma pomba simbolizando o divino com fitas e roupas coloridas, que somada com a alegria dos componentes, atrai toda a comunidade no início de janeiro em cada ano. Conforme apresentação na figura 1.



Figura 2: Mulheres sustentam estandartes da folia de Reis. Foto: Soraia Vasques - 2011/2012

Esse costume surge a partir do patriarca da família, o Sr. Faustino que, como religioso fervoroso, transmitiu aos seus filhos a cultura de seus antepassados. O festejo se destaca como a maior celebração religiosa e cultural do lugar.

O ritual inicia-se a partir de presépios organizados dentro e fora da igreja de Nossa Senhora do Rosário no período natalino, momento em que as famílias se juntam embaixo das árvores no centro do povoado, para banquetear e celebrar o natal. A festa prossegue com visitas às casas dos moradores da comunidade. A tradição culmina no início do ano seguinte com a cantoria do Terno de Reis. Os cantos de reis, ou a toada, é acompanhada de instrumentos musicais e pandeiros decorados com fitas que, no encerramento da festa, dá lugar ao samba de roda

Sobre como as novas gerações interagem com as manifestações culturais que a comunidade preserva, entre essas o Terno de Reis, os moradores mais velhos da comunidade evidenciam certa preocupação em relação ao afastamento das novas gerações das culturas que a comunidade tanto preserva. Assim, é uma exigência dos remanescentes que a história da formação de quilombos, da comunidade, bem como as manifestações culturais que a mesma preserva, sejam temas norteadores das aulas ministradas nas escolas da localidade. Essa ação afirmativa tem tornado possível aproximar as novas gerações das tradições, perpetuando assim as tradições da comunidade.

Um dos entraves à manutenção das festas populares dentre elas o Terno de Reis na referida comunidade é a falta de apoio e reconhecimento por parte dos governantes. Na sede do município pouco se sabe sobre as tradições da vila centenária. O lugar recebe estudantes universitários que se dedicam a pesquisar as diversas manifestações culturais, porém, os estudantes das escolas do município desconhecem o rico contexto histórico da localidade e os valores intrínsecos no Terno de Reis. O reconhecimento desses valores são importantes para o fortalecimento da cultura e essenciais para a afirmação dessas manifestações no município. Em relação ao “silêncio” das autoridades municipais no que

se refere às manifestações populares, Eni Orlandi afirma que: “O silêncio não fala, ele significa” (1997, p. 45). Assim sendo, apesar de já vivermos há décadas da abolição, a não aceitação das culturas afro-brasileiras como sendo dignas de valorização ainda é perceptível, embora, a legislação brasileira enfatize o respeito e valorização dessas culturas. Podemos considerar o silêncio como parte da incompletude que trabalha os limites das formações discursivas[...] o silêncio trabalha nos limites do dizer, o seu horizonte possível e o seu horizonte realizado. (ORLANDI; 1997, p.93)O Terno de Reis da comunidade de Nova Esperança é símbolo de resistência cultural afro-brasileira. O sentimento de pertença aos costumes africanos na referida comunidade ultrapassam gerações, resistindo ao tempo, e a todos os atrativos do mundo contemporâneo que cerca as novas gerações. Este trabalho permite uma visibilidade de uma prática que não é evidenciada na comunidade de Wenceslau Guimarães.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NUNES, Maria de Lourdes; DORNELLES, Denise Freitas. **Questão Social, Trabalho e Terra como Direito dos Remanescentes de Quilombos**. Tempo da Ciência. Revista de Ciências Humanas e Sociais. Publicação do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIOESTE. Volume 15. Número 29. P. 136-144. 1º semestre de 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As Formas do Silêncio*. No movimento dos Sentidos. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

TORRES, Marcelo Nóbrega da Câmara. *Crítica à Cultura Brasileira: Uma Reflexão sobre manifestações e Universos Culturais na Sociedade Brasileira* / Brasília: Coronário, 1986, p.13 à 20.

PESSOA, Jadir Moraes de. **Aprender e Ensinar com as Festas Populares**. Festas de Santos Reis. IN TV Escola. Salto Para o Futuro. Vol III Brasil 2007.

AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A DOUTRINA BATISTA

Micheli de Jesus Silva¹
Janete Ruiz de Macêdo²

INTRODUÇÃO

A presente comunicação é parte da pesquisa para o trabalho de conclusão de curso, da graduação em história pela Universidade Estadual de Santa Cruz, que tem como título: *A trajetória das mulheres Batista em Gandu (1977-1992)*. Pretendemos nessa pesquisa analisar, a trajetória e participação das mulheres da Igreja Batista que está situada na cidade de Gandu, realizando assim um registro de análise histórica e social dessas mulheres na construção do espaço doutrinário no lugar em que elas ocupam a partir das práticas e representações forjadas através dos discursos religiosos da denominação Batista sobre a mulher. Tendo como base os registros da Igreja Batista e da cidade de Gandu.

METODOLOGIA

Essa análise conta com fontes orais a partir de entrevistas com mulheres que viveram e fizeram parte da Igreja e da Organização no período estudado. Os jornais *A voz do Sule Batista Baiano*, que trazem

¹ Graduanda do VIII semestre de História da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Email: michelipynk2@hotmail.com

² Orientadora: Profª Dra. Janete Ruiz de Macêdo (DFCH/UESC). Email: janetermacedo@yahoo.com.br.

Líder do grupo de pesquisa: "História, Memória e Representações: Suportes para o Turismo Cultural" (UESC).

informações da Primeira Igreja Batista de Gandu e da União Feminina Missionaria Batista. As atas *União Feminina Distrital Nazarena* que traz características das mulheres da região nesse período. Atas da Convenção Batista Baiana que trazem informações da Primeira Igreja Batista de Gandu e da União Feminina Missionaria Batista Baiana. Boletins de cultos festivos da Primeira Igreja Batista em Gandu, que trazem informações importantes sobre a Igreja e as mulheres. E por último, as bibliografias de leituras específicas sobre a doutrina e história da Igreja Batista, as mulheres Batistas, gênero e religião. Este recorte, num entanto são utilizadas apenas fontes escritas.

AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A DOCTRINA BATISTA

Conforme Michelle Perrot (2007), a relação das mulheres com a religião é paradoxal, ao passo que as religiões representam, ao mesmo tempo, poder sobre as mulheres e poder das mulheres. Exerce “poder sobre as mulheres”, por ter na diferença entre os sexos um de seus fundamentos, como é comum entre as grandes religiões monoteístas. No entanto, a religião torna-se “poder das mulheres”, quando estas conseguem transformar a posição de submissão que a religião lhes reserva, na base de um “contra-poder” e de uma “sociabilidade”. Dessa maneira, a religião ainda que reforce a submissão das mulheres apresenta-se como um abrigo às suas misérias (PERROT, 2007, p. 83).

Entende-se, por tanto, que as mulheres encontram refugio na religião, além de acalento as suas dores e fraquezas, elas podem buscar conhecimento e exercer práticas de liderança, mesmo que mínima.

No presente século as mulheres obtiveram numerosas conquistas referentes à sua representação social. A terminologia, “gênero” é considerada como uma das consequências das lutas intelectuais e culturais feministas.

A questão de gênero toca as noções individuais de masculinidade e feminilidade, o que é ser masculino ou feminino, como educar e ser educado como menina ou como menino e chegar à idade adulta com uma identidade produzida pela cultura e pela sociedade, impregnada de atributos, privilégios e limitações, baseando-se no que é biológico. Os processos sociais e individuais de aquisição de identidade de gênero são importantes pontos de partida para se enfrentar a ideia corrente de que mulheres e homens são naturalmente talhados para certas tarefas e que a biologia é quem melhor define quem deve fazer o quê.

Para Scott, a análise das relações de gênero também implica a análise das relações de poder; e neste sentido, ressalta que essa relação permite a apreensão de duas dimensões, a saber: “o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças perceptíveis entre os sexos e o gênero como forma básica de representar relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis” (Scott, 1987, p.106).

Os papéis de gênero são aprendidos e diferem-se de uma sociedade para outra, de um lugar para outro, e variam de acordo com a época. Fatores passageiros como a moda, e tão complexos como as relações desiguais de poder determinam as particularidades dos atributos de gênero numa dada cultura.

Desta forma, a religião Cristã tem a sua forma particular de compreender e estabelecer as relações de gênero. Através do discurso patriarcal o cristianismo manteve por muitas décadas a dominação masculina e a submissão total da mulher, como é descrito de forma clara e objetiva por Bianca Seixas em sua tese de mestrado, quando ela coloca que, História do Cristianismo, a submissão da mulher é tanto reflexo de sua natureza inferior, quanto punição por sua responsabilidade pelo pecado. Esse padrão da Antropologia patriarcal pode ser ilustrado em toda a linha da teologia cristã clássica, desde os tempos antigos até os modernos. (SEIXAS, 2006.)

Mais especificamente na doutrina Batista, observa-se muitas características da herança do cristianismo ortodoxo. Em sua tese de doutorado, Elizete da Silva, relata uma espécie de práxis do cotidiano dessas mulheres, no que diz respeito à mobilidade política eclesial nas congregações Batistas até a década de 30. Segundo ela, as mulheres podiam ser eficientes e capacitadas missionárias; no entanto, não podiam receber a ordenação nem ministrar a ceia e o batismo, considerados, pelos batistas, como ordenanças do Novo Testamento. Poderiam até pregar e ensinar a Bíblia, mas não do púlpito: a tribuna sagrada era privativa do sexo masculino. (SILVA, 1998.)

Entretanto, ao passar dos anos e com a abrangência e desenvolvimento do trabalho das mulheres dentro do contexto Batista, observa-se muitas diferenças de pensamentos e comportamento da mulher no contexto doutrinário das Igrejas Batista. As Mulheres Batista desenvolveram um ministério forte de bastante abrangência, a União Feminina Missionaria que é responsável pelo sustentáculo da Igreja no ensinamento do evangelho na escola bíblica dominical, na perpetuação da doutrina batista ao transmitir para os filhos e ao próprio ministério de crianças da igreja, criado por elas mesmas e no desenvolvimento do trabalho missionário que cuida em pregar a palavra e adquirir novos membros para a congregação e

por ultimo, mas de igual importância dos demais, o trabalho social que cuida das necessidades e problemas da sociedade em que a igreja está inserida.

Assim pode-se observar que nas ultimas décadas as mulheres tem exercido um papel bastante relevante na comunidade batista e por tanto, na sociedade como um todo, por entender-se que a compreensão e comportamento religioso reflete, na sociedade em que os indivíduos estão inseridos e por ter, a mulher um importante papel tanto para a Igreja quanto para a sociedade, sem ser, no entanto suficientemente reconhecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações expostas, conclui-se que, a religião com a sua abrangência cultural tem uma fundamental importância na construção dos aspectos das estruturas sociais. Tanto quanto as relações de gênero demonstram as relações de poder e, por tanto, do contexto social como um todo. A partir, desta relação de religião e relação de gênero, tendo como foco a participação da mulher na Igreja Batista e na sociedade, o contexto histórico demonstra que as mulheres Batista, mesmo diante das amarras sociais e religiosas buscam o seu papel de destaque na Igreja e na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ALMEIDA, Bianca Daéb's Seixas. **Uma história das mulheres batistas soteropolitanas**. Dissertação de mestrado. Salvador – UFBA, 2006.

PERROT, Michele. **Os Excluídos da História Operários Mulheres Prisioneiros**. Rio de Janeiro Paz e Terra. 1992.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. in. Revista Educação e Realidade, n. 2, vol. 15, Porto Alegre, 1990.

SILVA, Elizete da. **Cidadãos de outra pátria: anglicanos e batistas na Bahia**. São Paulo: USP, 1998.

FEBVRE RELOADED: UM ESTUDO SOBRE O PROBLEMA DA INCREDELIDADE NO SÉCULO XVI – A RELIGIÃO DE RABELAIS

Thasio Fernandes Sobral;
Maristela Toma

A pesquisa *Febvre reloaded*: um estudo sobre *O problema da incredulidade no século XVI – a religião de Rabelais*, tinha por objetivo analisar a obra-mestra de Lucien Febvre a fim de demonstrar sua relevância para historiografia. Por meio desse estudo, se pretendeu fornecer elementos que permitiram uma melhor compreensão das propostas teórico-metodológicas da primeira geração dos *Annales* e de seus desdobramentos historiográficos. Sendo assim, a pesquisa identificou e analisou conceitos e metodologias propostos por Febvre e pelos *Annales*, além de ampliar do entendimento do papel da obra mestra para construção de uma nova historiografia. Desse modo, visou avaliar a prática historiográfica de Febvre tomando como base sua produção teórica.

A metodologia empregada baseou-se na análise da principal fonte da pesquisa, o livro *O problema da incredulidade do século XVI – a religião de Rabelais*, em análise comparada com artigos de Febvre, produzidos entre as décadas de 1930 e 1940, que trazem reflexões teórico-metodológicas. Além disso, foram utilizadas produções que pudessem discutir sobre a formação política e intelectual de Lucien Febvre ao longo sua vida; e ademais, textos de comentadores da obra-mestra, e que permitiram observar melhor a criação de conceitos ainda importantes para historiografia.

Essa revisão encaminhou a discussão para uma maior problematização das propostas defendidas por Lucien Febvre para uma nova historiografia, na tentativa de observar a gestação dos conceitos criados por Febvre e como este os coloca em prática. Nesse sentido, essa discussão permitiu observar a criação

destes novos conceitos como “aparelhagem mental” e “interdisciplinaridade”; além da exposição do método historiográfico “história-problema”.

Publicado em 1942, e só editado no Brasil em 2009, o livro foi construído ao longo de dez anos de vasta pesquisa bibliográfica, com análises comparadas e diversos tipos de fontes, além de uma escrita ousada e irônica típica ao historiador. Febvre comprava uma guerra com interesses políticos bastante claros. Em 1942, Febvre já carregava alguns louros de sua carreira como historiador, como a fundação da revista *Annales d'histoire économique et sociale* (1929) e a presidência do comitê *Encyclopédie Française* (1935). Esses títulos galgariam seu caminho para uma consagração maior: a presidência do comitê da VI Seção da École Pratique des Hautes Études, uma seção dedicada ao desenvolvimento de suas teorias para historiografia, que só aconteceria em 1947. Ousaria dizer sem dúvidas, que naquela época Febvre já era um grande pesquisador e historiador notável. Mas qual era o intuito de Febvre em publicar algo tão impactante em 1942, uma vez que prestígio este já possuía?

Apesar galgar seu caminho ao topo de sua consagração enquanto historiador, Febvre ainda necessitava de que a História fosse outra. É importante frisar, que tal respaldo só foi possível justamente por Febvre ter feito frente a historiografia do período. Seus combates por essa historiografia vinham sendo construídos desde 1929 em sua revista, cuja contribuiu imensamente, e perpassou por outras formas, como por exemplo, uma enciclopédia de conceito arrojado. A obra sobre o problema da incredulidade surge como um marco. A construção desta, era a legitimação de seus combates; a exposição de um método. Febvre precisava mostrar como essa nova historiografia poderia ser feita. E esta pesquisa que tinha como objetivo avaliar em que medida, seus discursos teóricos se igualavam à sua prática enquanto historiador, parte da obra-mestra para análise dessa problemática.

O estudo da incredulidade se inicia em oposição as resenhas escritas por Abel LeFranc, que afirmara a possibilidade do ateísmo no século XVI. É preciso analisar, que este estudo ia para além de uma divergência com um colega. Ele estava para as divergências com fontes, metodologias e principalmente uma visão histórica. Este estava para uma nova forma de se pensar e fazer História. Vale ressaltar, que não por acaso Febvre resolve falar sobre o século XVI, como disse Henri Berr no prefácio da obra-mestra: “Ninguém conhece melhor que Lucien Febvre a história do século XVI” (p. 15). Ele era um especialista do século da Modernidade, e em terreno próprio ele traça sua estratégia de combate. Febvre busca, com retórica inigualável e “pela crítica tão cerrada quanto possível” (FEBVRE, 2009, p. 147), a desconstrução da ideia da possibilidade do ateísmo no século XVI. Através da figura de Rabelais – personagem real que incitava muitos estudos sobre o século da Modernidade – Febvre monta seu tribunal, traz as testemunhas e abre um inquérito judicial sobre ateísmo. Aqui ele propõe um julgamento, mesmo que ironicamente Febvre esteja sobre o papel de juiz e advogado de defesa, já que ele acreditava na impossibilidade do ateísmo de Rabelais. Febvre complementa: “Trata-se, então, de instruir um processo, de pesar testemunhos: os dos amigos, dos inimigos de Rabelais; os do próprio Rabelais depondo por sua vida, e ao mesmo tempo, suas obras” (FEBVRE, 2009, p. 43)

A pesquisa exibida por Febvre, parte de um problema principal: “É possível ser ateu no século XVI?”. E desse modo, ele utiliza das estruturas ao longo da obra-mestra para responder essa pergunta. Para além disso, o objetivo de Febvre como já citado, era a exposição de um método: a “história-problema”. Termo surgido em 1941, ele se baseava em uma lógica simples: ao contrário do que afirmavam os positivistas, não deveríamos esperar que as fontes dissessem a verdade ao historiador, nós deveríamos buscá-las, e pra isso precisaríamos de um objetivo. “Se não há problema, há apenas o vazio” (p. 9), dizia Febvre em 1933. Hilário Franco, na apresentação da primeira edição brasileira do *O problema da incredulidade no século XVI – a religião de Rabelais*, afirma que Febvre possuía uma grande produção de textos a fim de “dialogar, levantar questões, abrir possibilidade” (p. 10), tendo o intuito de “fazer avançar a historiografia” (p. 10). O que se torna preciso entender, é o papel da obra-mestra nesse contexto histórico, ao incitar novos caminhos a História, algo comum à historiografia de Febvre.

Lucien Febvre, historiador francês do século XX, cresceu em uma historiografia que vinha sofrendo questionamentos sobre seu papel enquanto ciência. Críticas que vinham principalmente, de campos do conhecimento que ofereciam novas abordagens para entendimento da sociedade como a sociologia e a psicologia. Então, aproveitando-se dessas críticas, em conjunto com Marc Bloch, Febvre dá início a uma nova fase da historiografia através da famosa revista dos *Annales* em 1929, que anos mais tarde se tornaria um reconhecido paradigma historiográfico. Ao longo desses anos, Febvre dedicou sua vida à construção de uma nova ciência histórica, se apropriando das metodologias utilizadas por outros campos do saber, a fim de disseminar suas ideias entre os historiadores. Entusiasmados, esses abraçaram essas novas teorias e metodologias. Porém para além das críticas de Febvre, necessitava-se comprovar que suas ideias não eram mero discurso.

Sendo assim, através da obra *O problema da incredulidade no século XVI – a religião de Rabelais*, Febvre apresenta que suas teorias poderiam ser praticadas. E é por isso, que a obra até hoje é reconhecida como um dos grandes marcos para historiografia contemporânea. A questão sobre a possibilidade da descrença se torna menos pertinente perto da complexidade metodológica que a obra nos apresenta até dar o veredicto. Para Febvre, não significava simplesmente afirmar que os estudiosos rabelaisianos estavam errados. Não era uma birra, ou dessas discussões que se compra em vão. A obra era um ato político de um historiador se dedicou imensamente a produção de uma nova historiografia.

Lucien Febvre foi fundamental para incitar novas concepções teórico-metodológicas. Alexandre de Sá Avelar e Marcos Antônio Lopes discutem isso no artigo *Recordar Lucien Febvre: Notas a cerca de suas contribuições* (2012), onde é apresentada a influência de Febvre para formação de alguns elementos importantes para a historiografia como: a interdisciplinaridade, subjetividade temporal e anacronismo. Ademais, o desenvolvimento da história-problema. Todos apresentados e discutidos na obra-mestra e que se não existissem impossibilitaria a História como a fazemos hoje.

Marcos Antônio Lopes continua a apontar em seu artigo *Lucien Febvre reformador: notas em torno de O problema da descrença no século XVI* (2012). Em sua produção, Lopes amplia os debates expostos por Febvre sobre o anacronismo – com o respaldo de Hilário Franco – questionando se o anacronismo seria mesmo um pecado mortal. A intenção de Lopes nesse artigo é apresentar uma discussão sobre a obra, a fim de atestar sua relevância para a historiografia. É nesse sentido, que ele expõe Febvre enquanto um historiador importante para construção de um novo tipo historiográfico – referindo-se a ele como de “banco de ideias”. Referência esta que não só aponta a impressionante produção bibliográfica que este possui ao longo de sua carreira acadêmica (mesmo após a sua morte), mas as inovações proporcionadas à História advindas dele.

Sendo a pesquisa observou que há complementaridade entre seus discursos teóricos e prático. Além disso, que o propósito de Febvre era discutir uma historiografia que fosse possível e que revolucionasse o pensamento histórico. Sendo assim, *O problema da incredulidade no século XVI*, continua sendo uma obra que garantirá a permanência de Febvre como dos maiores historiadores do século XX. Não só pela sua complexidade metodológica e por se tornar representativa em uma guerra iniciada por Febvre e Marc Bloch contra o Positivismo histórico, mas por ela ter contribuído para elevação de uma História que hoje nos orgulhamos de fazer.

Referências Bibliográficas

AVELAR, Alexandre de Sá; LOPES, Marcos Antônio. **Recordar Lucien Febvre: Notas acerca de suas contribuições.** *Cultura Histórica & Patrimônio*, Alfenas, v. 1, n. 1, p.7-20, jul. 2012.

FEBVRE, Lucien. ***O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais.*** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FEBVRE, Lucien. **Febvre contra o espírito de especialização.** In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Lucien Febvre: história*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. Cap. 5. p. 99-102.

FEBVRE, Lucien. **Febvre contra a História Historicizante.** In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Lucien Febvre: história*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. Cap. 6. p. 103-107.

FEBVRE, Lucien. **História e Psicologia, segundo Febvre.** In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Lucien Febvre: história*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. Cap. 7. p. 108-121.

FEBVRE, Lucien. **Febvre e os historiadores da Filosofia.** In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Lucien Febvre: história*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. Cap. 8. p. 122-129.

LOPES, Marcos Antônio. **Lucien Febvre reformador: notas em torno de O problema da descrença no século XVI.** *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 1, n. 10, p.229-246, dez.12.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITABUNA: CARIDADE, FILANTROPIA E CONFLITO MÉDICO-RELIGIOSO (1922 – 1935).

Antonio Carlos dos Santos Gonçalves

A História da Saúde no Brasil destaca a atuação e sobrevivência das Santas Casas de Misericórdia. Elas se constituíram em modelo de atendimento à saúde que teve primazia em todo o período colonial, no Império e nas primeiras décadas da República. A criação de Santas Casas foi elemento fundamental da colonização portuguesa e, segundo Russell-Wood (1981) as contribuições da Coroa Portuguesa e da Câmara eram insuficientes para sua manutenção, carecendo da doação. Chaves (2013) afirma que as Santas Casas de um lado representavam o Estado português e, de outro, organizaram-se em instituições católicas seculares, mantidas por membros da comunidade. Elas previam ações dedicadas à assistência à saúde, à morte, ao atendimento de indigentes, crianças abandonadas, dotes das moças e encarcerados.

As Santas Casas em suas organizações envolviam dois aspectos: o primeiro a misericórdia, que revestia as ações de um caráter religioso e, conforme Russell-Wood (1981), Gandelman (2001), Sá (2013) e Chaves (2013), as irmandades estavam organizadas em torno do compromisso de 1516, estatuto que regia a atuação das Santas Casas no ultramar português, com as chamadas 14 obras de caridade, sendo sete delas espirituais e sete corporais, inspiradas no Evangelho e, o segunda, a filantropia que, segundo Sanglard (2008), pode ser concebida como resposta a uma demanda social ou ainda como uma política dos ricos e como uma forma de poder e, neste sentido, a filantropia atribuiu um caráter laico a essas instituições.

No Império a laicização das Santas Casas avançará no sentido de agregar aos seus serviços a constituição de espaços de ensino da medicina. Segundo Lycurgo Santos Filho (1969), na Bahia imperial, a Santa Casa se destacou no sentido da construção e implantação do saber médico, abrigando em suas enfermarias professores e estudantes da Faculdade de Medicina. Na República, surgiram inúmeras Santas Casas e, conforme Fernandes (2009) 112 Santas Casas foram criadas entre 1889 e 1922, 58 das quais estavam localizadas no estado de São Paulo, o que indica desigualdades regionais envolvidas neste processo. Ainda, segundo a autora, na década de 1920, um terço dos operários do país residia no estado de São Paulo e muitas misericórdias foram ali criadas. Esta autora, porém, não menciona as instituições criadas no interior da Bahia. Por isso, destacamos o trabalho de Chaves (2013) que analisa as condições do surgimento da Misericórdia em Vitória da Conquista, oeste baiano, em 1914.

Segundo Hochman (1998), especialmente nas décadas de 1910 e 1920, foram iniciadas políticas de saúde pública no Brasil. Chaves (2013) ressalta que a lei baiana nº 1.231 de 31 de agosto de 1917 que tratou da reorganização do serviço sanitário do Estado, atribuiu aos municípios a responsabilidade pela fundação e administração de hospitais, maternidades, asilos, hospícios e instituições congêneres e, caso faltassem recursos, o estado podia provisoriamente fazê-lo. A autora citando SOUZA (2005) afirma que os municípios em geral, sem recursos ou chefe local que se importasse com a criação e manutenção de serviços de assistência à população, ficavam submetidos ao arbítrio do estado ou sob a tutela das Misericórdias, que então, assumiam o papel de hospital público, financiado pelas doações fornecidas pelas elites locais e parcialmente por verbas públicas.

Hochman (2011) analisando a centralidade das políticas de saúde e saneamento na Primeira República ressalta que o processo de construção do Estado Nacional aponta para a estratégia desteem marcar presença na sociedade brasileira através da assistência à saúde e, conclui que ao longo do período republicano a filantropia perderia o seu papel de centralidade no atendimento à saúde, sendo substituída pelo Estado. Nesse ponto, cabe uma reflexão em torno da trajetória da filantropia, ainda pouco estudada, demandando análise sobre os confrontos e inflexões neste processo e, éesse aspectoque consiste o objetivo geral deste trabalho. As transformações na natureza das Santas Casas, instituições filantrópicas, resultaram em diversos arranjos institucionais. Podemos mencionar um exemplo na obra de Cecílio (2006) que estudou a Santa Casa do Pará e discute as vicissitudes das relações entre o caráter público e o filantrópico, tendo este último sido excluído da natureza da instituição, resultando em sua falência.

Para este trabalho é significativa à reflexão de Sá (2013) que indica a necessidade de aprofundarmos nas discussões em torno dos arranjos institucionais que permitem questionamentos das interfaces das relações de poder, aspecto para o qual apontamos para historiografia recente, muito diferente da perspectiva dos historiadores da primeira metade do século XX. Sanglard (2008) analisando a saúde e a ciência no Rio de Janeiro entre 1920 e 1940 ao tratar das mudanças vivenciadas pelas Santas Casas, ressalta a transformação do papel do hospital, de espaço de assistência aos indigentes e da caridade, para

o espaço de cura, com tratamento técnico das doenças, fruto de pesquisas laboratoriais e inovações tecnológicas, além de *locus* do ensino, pesquisa e formação profissional.

É neste processo que se insere a análise da trajetória da filantropia na Santa Casa de Misericórdia de Itabuna (SCMI) instituição filantrópica fundada em 1917, sete anos após a emancipação da cidade onde está situada, em momento propício à filantropia, pois se deu no período de grande produtividade da lavoura cacauieira. Sua fundação coube a religiosos, entre eles, o primeiro Bispo de Ilhéus, Dom Manoel Antonio de Paiva e o Monsenhor Moysés Gonçalves do Couto, primeiro provedor da instituição; cacauicultores locais como Adolpho e Carlos Maron; médicos como Ruffo Galvão, advogados como Lafayette Borborema e demais profissionais liberais, entre outros.

Segundo Macêdo (1987), neste período a população de Itabuna já passava de 30.000 pessoas e crescia vertiginosamente, carecendo de um hospital, principalmente para o atendimento de pessoas carentes. As condições de saneamento eram muito precárias, favorecendo epidemias e outros males que ensejavam altas taxas de mortalidade. Ainda ressalta este autor que, o compromisso da entidade restringia seus membros aos que professassem o catolicismo, além de destacar que os fundadores idealizaram atuar em todas as obras ligadas à caridade, contudo, a dificuldade em angariar recursos restringiu a ação da SCMI à criação do hospital (1922) e do Cemitério (1925).

O Hospital Santa Cruz da SCMI foi inaugurado em 7 de setembro de 1922, marco inicial de nossa baliza cronológica, com três enfermarias, dez leitos e no primeiro mês de internamento atendeu 17 doentes, tendo sido contratada Leopoldina Santos Vital, uma atendente, porém, por décadas, contou substancialmente com o trabalho voluntário de médicos e freiras como enfermeiras. Segundo *O Jornal de Itabuna* de propriedade de um dos membros fundadores da SCMI, o advogado Lafayette de Borborema que, pode ser caracterizado como um filantropo publicou durante anos notícias sobre o funcionamento da Santa Casa, promovendo campanhas para arrecadação de recursos voltados para a construção e manutenção da instituição. Foi o jornal que mais noticiou sobre a fundação do hospital, segundo o mesmo, em 05 de outubro de 1922, o hospital possuía aspecto moderno e estava atuando conforme as exigências dos padrões de higiene estabelecidos no período para os demais hospitais dos centros dinâmicos do nosso país. O surgimento do hospital, segundo Borborema, estava em sintonia com os ideais das elites locais entre 1920 e 1950 que “espelhando-se” em cidades como o Rio de Janeiro, ansiavam por uma Itabuna moderna, do progresso e que correspondia aos padrões de civilidade do período.

Em todo o processo de fundação, as fontes destacam o caráter filantrópico através da profusão de doações de macas, lençóis, camas, mesa cirúrgica, camisolas, entre outros objetos de valor e, essas doações eram essenciais para a sobrevivência da SCMI. A filantropia, portanto, foi instrumento definidor no processo de construção e crescimento da instituição em todo o período aqui trabalhado, pois a SCMI contou com subvenções por parte do município de Itabuna, a despeito da grande riqueza em circulação a partir da produção do cacau, ainda que o ano de 1932 tenha chegado ao poder político do município de Itabuna, o intendente e médico Claudionor Silvestre Alpoim, membro desta Santa Casa, com perspectivas de modernização e atuação pelo desenvolvimento do saneamento e higienização da cidade.

Identificamos que, o caráter filantrópico das Misericórdias é um tipo de poder representativo (simbólico) e de fato, espalhado no tecido social. Para Foucault (2013) essa forma de esquadramento dos espaços é uma forma de controle social, e este controle social é uma forma de poder, portanto, uma política dos “ricos” que querem se perpetuar no poder. Dessa forma, consideramos que a filantropia, poder resultante das múltiplas relações de “micropoderes” se constituem em um corpo social e, para que ele se exerça é necessária a produção, acumulação, circulação e funcionamento de um discurso sólido e convincente e, é nessa modelagem que analisamos a SCMI, não como categoria superior e abstrata, mas como espaço médico-hospitalar onde esses poderes são exercidos e efetivados através do discurso.

Acreditamos que, se pudermos entender os limites, disputas e interfaces do poder filantrópico, estabeleceremos o “esquadramento” do espaço médico-hospitalar, perceberemos o surgimento de uma “medicina social” e, reconheceremos os “elementos periféricos” desse sistema de poder para que possamos entender o conflito médico-religioso pelo qual vivenciou a SCMI. *O Jornal de Itabuna* de 17 de maio de 1923 noticia a saída do Monsenhor Moysés da cidade de Itabuna e, segundo Macêdo (1987), no mês de junho de 1935 as Irmãs da Divina Providência deixaram o Hospital da Santa Casa. A saída do Monsenhor Moysés e das freiras da Santa Casa representou o declínio do poder religioso na instituição frente ao poder médico-científico emergente e, conforme Mansur (2012) pode-se evidenciar esse fato através da criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Itabuna em 1935, marco final de nossa baliza cronológica, através da qual, se consolidou a produção, acumulação, circulação e funcionamento de um discurso sólido e convincente sem, porém, abalar a expressão do poder filantrópico nesta instituição no período estudado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CECILIO, Luiz Carlos de Oliveira. (org.) Inventando a mudança no hospital: o projeto “em defesa da vida” na Santa Casa do Pará. In: **Inventando a mudança na saúde**. 3ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 2006.

CHAVES, Cleide de Lima. “A assistência à saúde no sertão baiano: as origens da Santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista (1913-1932)”. In: Cleide de Lima Chaves (org.) **História da saúde e das doenças no interior da Bahia: séculos XIX e XX** Vitória da Conquista: UESB, 2013.

FERNANDES, Liliane Alves. **As Santas Casas da Misericórdia na República brasileira (1922-1945)**. Dissertação (Mestrado)– Portugal, Universidade de Évora, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2013.

GANDELMAN, Luciana Mendes. “A Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX”. In: **História, Ciências, Saúde**. Vol3, set-dez, 2001, pp 613-630.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento: as bases da saúde pública no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. Saúde pública ou os males do Brasil são. In: **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. André Botelho, Lilia Moritz Schwarcz (orgs.), São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MACEDO, João Otávio de Oliveira. **Santa Casa de Misericórdia de Itabuna: uma história edificante**. Itabuna: Colorgraf Gráfica Editora, 1987.

_____. **Santa Casa de Misericórdia de Itabuna: novos desafios**. Itabuna: Gráfica Agora, [s.d.].

MANSUR, Michelle Caroline Moreira. **“Onde a feitiçaria domina”**: o saber médico e a perseguição às práticas de cura do candomblé em Itabuna (1930-1950). Monografia (Especialização), Ilhéus, UESC, 2012.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: UNB, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães. **As misericórdias portuguesas, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

SANGLARD, Gisele. **Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. “Medicina colonial”. In: Sérgio B. de Holanda (org.) **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1977, tomo I, v.2.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. Redes de Poder e de Solidariedade nos Sertões da Bahia em tempos de epidemias. In: Cleide de Lima Chaves (org.) **História da saúde e das doenças no interior da Bahia: séculos XIX e XX** Vitória da Conquista: UESB, 2013.

**SESSÃO 06: HISTÓRIA, CIDADES E MOVIMENTOS
SOCIAIS/CULTURAIS URBANOS.**

ITAJÚ DO COLÔNIA: SURGIMENTO E FORMAÇÃO (1959-1988)

Leandro Augusto Silva Santos¹

RESUMO GERAL

Essa pesquisa tem como objetivo contribuir para o estudo do surgimento e formação do município de Itaju do Colônia². Em 1939, Antônio Cordeiro de Miranda adquiriu por compra 20 hectares de terra da fazenda Santa Rita, situada às margens do Rio Colônia, inicia ali a instalação de um barracão, com a atração do *pó do Ouricuri* muitos colonos começaram a construir seus barracos e choupanas.

No ano de 1959 o povoado passa a ser elevado como distrito de nome *Itaguira*. Anos depois, em 19 de Julho de 1962 o distrito é desmembrado do município de Itabuna e emancipado, recebendo o nome de Itajú do Colônia, Itajú que em Tupi-Guarani significa “pedra brilhante”. A instalação do município se deu pela Lei Estadual nº 1.732, de 07 de abril de 1963.

Na economia, o município conta com a pecuária bovina e com extração de cacau. O desenvolvimento do novo município passa a ser uma meta para os futuros administradores, em que nos 25 anos iniciais após a emancipação, encontram um sistema político restrito e centralizado na esfera estadual e federal.

Neste trabalho buscamos examinar a relação entre o desenvolvimento e as transformações sociais durante esses 25 anos. Partindo do ponto em que as emancipações municipais ocorridas na década de 1960 no Brasil precisam ser analisadas como um fenômeno bem mais complexo, e não como um fato isolado e desarticulado do contexto histórico nacional.

O grande interesse pelo tema desta pesquisa se originou do empenho em pesquisar temas regionais. Ainda quando aluno do ensino fundamental I sempre quis ir além do aprender apenas o hino e os rios que cortam a cidade, a curiosidade de investigação do passado já brotava em minha frágil consciência em formação.

Partindo da década de 1940 notamos uma grande expansão e povoamento de áreas tidas como verdes do interior da Bahia. Grandes fazendeiros e autoridades de centros urbanos, com uma intenção de anexar mais terras ao seu poder compravam e desmatavam essas áreas para futuras instalações de empreendimentos e para extração de recursos naturais daquela área. No caso do município em estudo, o senhor Antônio Cordeiro de Miranda, anexou diversos territórios para o seu domínio e como consequência de sua expansão territorial se transformou em um dos maiores latifundiários do município. A doação de terras a posseiros resultou na expansão do povoado e em um povoamento em larga escala, acelerando o processo de emancipação política.

Este desenvolvimento e expansão serão analisados e criticados de forma singular e única, devido não haver registro de informações catalogadas do município, este estudo pode servir de base ou de fonte para estudo posteriores e aprofundados da formação do município.

A possibilidade de emancipação de “Itaju” pode ser vista, a partir da constituinte de 1946, por ser até então a mais cuidadosa em relação aos aspectos municipais. “Na Constituinte, o municipalismo ganhou corpo e veio a refletir-se na Constituição de 1946 sob o tríplice aspecto político, administrativo e financeiro” (MEIRELLES, 1993). Houve uma distribuição de poderes perante os três pilares da federação, onde em nenhum momento estes entes da administração pública interferiram no campo administrativo do outro.

É nesta fase da história do Brasil, que encontramos a explicação para a série em cadeia de emancipações que vêm a ocorrer no período de 1950 a 1960. O fato da divisão tributária que - de certo modo - favorecia os municípios, criou um efeito de enriquecimento municipal, gerando uma estrutura sólida de desenvolvimento. Como consequência imediata, novos municípios baianos foram emancipados com a idéia de consolidar e captar ainda mais recursos da União e do Estado.

Este processo de emancipações vigente em toda Bahia, reconfigurou os seus limites territoriais, causando um grande impacto socioeconômico. Grandes partes das receitas desses novos municípios foram para a administração e a construção de logradouros públicos e a tentativa do desenvolvimento para a consolidação desses jovens municípios.

¹ Graduando em História pela UESC. E-mail. leandroaugusto.historia@gmail.com.

² O presente trabalho integra uma pesquisa mais ampla desenvolvida sob a modalidade de TCC em história, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto de Oliveira.

É neste contexto nacional que no ano de 1959, o povoado em ascensão pertencente a região Sudoeste do Estado da Bahia com as terras doadas pelo médico Antônio Cordeiro de Miranda, passa a ser chamado Itaguira. Anos depois, em 19 de Julho de 1962 o distrito é desmembrado do município de Itabuna e emancipado, recebendo o nome de Itaju do Colônia, Itaju que em Tupi-Guarani significa “pedra brilhante”. A instalação em definitivo do município se deu pela Lei Estadual nº 1.732, de 07 de abril de 1963.

Está rápida expansão, deu-se pela atração do pó do Ouricuri em que, muitos colonos começaram a construir seus barracos e choupanas a fim de prosperar em terras desconhecidas. O local, passagem obrigatória de boiadeiros, mascates e aventureiros que transitavam entre o litoral e os sertões da região Sudoeste, passou a concentrar diversas camadas sociais afim de um desenvolvimento socioeconômico. Criando assim, uma regionalização do poder, fundamental para a ascensão de líderes e forças políticas para a consolidação da futura administração do município de Itaju do Colônia.

O município adentra na política no dia 07 de outubro de 1962 com a sua primeira eleição municipal-última eleição antes do golpe militar-. Eleição que desperta na cidade as primeiras lideranças políticas de caráter conservador e permanente. O médico Antônio Cordeiro de Miranda torna-se o primeiro itajuense a formar um grupo de articulação política e de dominação da região. Ao doar pequenos lotes de terras o então líder enquadra-se na característica do coronelismo.

Notamos a importância na manutenção de apenas um grupo político à frente do controle executivo municipal, reafirmando a tese do fortalecimento do poder regional, ocorrida desde sua emancipação. O poder local surge de um interesse coletivo, sendo a princípio uma evolução social aparentemente harmoniosa, em que o poder de Estado e o poder das elites e grupos sociais, englobam-se em um único universo.

Podemos chegar também à conclusão que o poder local não se restringe a uma pequena parcela do debate político, somasse com ele diversas formas de poderes a exemplo dos simbólicos, como afirma (BOURDIEU,1989). Permanecendo assim, em engrenagens vitais do desenvolvimento de quaisquer esferas social. A regionalização do poder abre espaço para oferecer um enriquecimento cultural histórico do município, além de promover automaticamente líderes regionais que por autopromoção dizer-se emanar do povo.

O que devemos deixar claro, é que em seus 25 anos iniciais, o município deparou-se com transformações externas políticas administrativas que resultou em um reflexo no contexto de formação do município. A relação de poder nos anos iniciais do município restringiu-se a formação de pequenos grupos políticos, causando assim, uma herança na forma de administração do novo município baiano, em que até no ano de 2012 nos deparamos com uma eleição com vestígios do coronelismo. A pedra preciosa já brilha por mais de 50 anos, com o que há de mais valor, o povo itajuense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LAVEDAN, Pierre; “Géographie des Villes”, Gallimard, 1959, 1ª ed. 1936.

BAHIA. Lei Estadual nº 1.732/63. **Dispõe sobre a elevação do povoado a município.**

MEIRELLES, Hely L. **Direito municipal brasileiro.** SP: Editora Malheiros. 1993.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

SANTA CRUZ DA VITÓRIA E JOSÉ GUEDES DE MAGALHÃES: DUAS HISTÓRIAS QUE SE COMPLEMENTAM (1947-1982)

Patrick Ruan Oliveira Lopes¹

RESUMO GERAL

Esta pesquisa tem como centro de estudo o movimento de emancipação política do Município de Santa Cruz da Vitória/Ba, localizado ainda no Bioma da Mata Atlântica baiana, com uma área territorial de 298,208 km² e uma população de aproximadamente 6.808 habitantes (IBGE, 2013), dedicando-se a atuação do senhor José Guedes de Magalhães².

Através do campo teórico dos movimentos sociais e biografias históricas, buscamos compreender este movimento político no âmbito social, passando pelo estudo dos comportamentos e idéias frente à proposta de emancipação política na cidade.

Quando analisamos a cidade de Santa Cruz da Vitória em sua trajetória no tempo constatamos que sua história oficial é permeada pelo nome de uma grande figura política local como responsável pela constituição da cidade, pouco se menciona o povo, suas aspirações e a própria cultura política, a sociedade por muitas vezes some nas entre linhas da história.

O interesse pelo tema desta pesquisa origina-se pela minha ligação pessoal com a cidade em questão, pois como meus antepassados surgiram naquela localidade, surgiu à possibilidade de elucidar questões sobre Santa Cruz da Vitória. Pequeno município, porém de grande valor histórico para mim, e como o tema político me chama atenção³, decidi assim pleitear minha pesquisa sobre um local que não aparece muito nos estudos da Universidade Estadual De Santa Cruz.

Especificamente, buscamos examinar como José Guedes é representado pela memória da população, e pelos jornais da época. Assim através da compreensão destas reminiscências, e tendo como eixos teóricos os conceitos de memória e geração, acreditamos ser possível demonstrar como a sua atuação foi de fundamental importância para a cidade de Santa Cruz da Vitória. Publicações do “jornal oficial”, fundado em Abril de 1963 e mantido em funcionamento pelo município. Esta é uma das principais fontes por ser um documento oficial do município sendo uma das mais confiáveis. E que nos dará idéia de como andava a questão na localidade e como a população se posicionava em relação a sua emancipação.

Projeto memorial de Santa Cruz Da Vitória, Uma série de entrevistas realizadas com fundadores e moradores antigos da cidade, realizadas e organizadas pelos professores: Dr^a Janete Ruiz de Mcêdo e Dr^o André Luiz Rosa Ribeiro. Acervo disponível no CEDOC-UESC. Acervo disponível no CEDOC-UESC. Já estas entrevistas me darão suporte para escrever sobre o ponto de vista principalmente dos moradores da localidade, fazendo assim uma ligação entre os cidadãos e a figura do Sr. José Guedes De Magalhães e como foi esta interação para a culminação da emancipação política.

José Guedes de Magalhães é uma espécie de ícone para o desenvolvimento da cidade de Santa Cruz da Vitória, influenciando na implementação deste município, sendo considerado pioneiro e idealizador deste município foi a partir de seus pensamentos que um pequeno povoado desponta para uma cidade. Com o auxílio de depoimentos orais de antigos moradores e análises de jornais que destacaram a história do município e documentos oficiais, pretende-se, nesta pesquisa, explanar através destes recursos como a atuação do senhor José Guedes de Magalhães influenciou todos os setores desta sociedade: sociais políticos e econômicos. Após vários anos atuando no comércio no ano de 1947 já aos 40 anos de idade o senhor José Guedes de Magalhães recebe uma proposta de venda de uma propriedade localizada na rodovia entre Itabuna e Vitória da conquista a qual recebia o nome de fazenda “Enelde”, também conhecida como 36 por estar localizada no Km 36 após a cidade de Ibicarai. Sendo Propriedade da então senhora Eneldes Rolemberg Lira, cuja propriedade foi titulada em nome de Odilon Araújo, que foi o primeiro proprietário e passada a ele sob título nº 10.363.

Já havia naquela localidade uma espécie de preposto para os viajantes que seguiam viagem para o arraial de Itajú, por uma pequena estrada construída pelo então prefeito de Itabuna o Sr. Francisco

¹ Graduando em História pela UESC. E-mail patrickrol@hotmail.com.

² Trabalho integrante do TCC em História da UESC, sob a orientação do Prof. Ma. Djaneide Silva Argolo

Ferreira que foi um dos grandes incentivadores para o desenvolvimento desta região. No rancho de palha residia o Sr. João Gonçalves com sua família que davam assistência para os viajantes que chegavam de carro e tinham que seguir a viagem de cavalo para o arraial de Itajú.

Vendo a prosperidade que poderia surgir daquela fazenda o Sr. José Guedes fecha o negócio com o Sr.^a Eneldes Rolemberg Lira, rebatizando-a com o nome de Fazenda Santa Cruz Da Vitória (porém ainda conhecida pelo apelido de 36). Vendo a prosperidade do local o Sr.^o José Guedes, através de um apelo à Secretaria de Educação do Estado, requer para a comunidade emergente a construção de uma escola para o local.

Percebendo que aquela região necessitava de uma cidade para dar suporte o Sr. José Guedes de Magalhães em outubro de 1948 manteve contatos com o então prefeito de Itabuna o Dr. Ubaldino Brandão para a criação de um novo distrito. As terras da fazenda Santa Cruz da Vitória estavam situadas no distrito de Itororó que por sua vez pertencia a cidade de Itabuna, assim foi solicitado ao Sr. Jose Guedes o levantamento de uma planta da área de terras na localização do entroncamento para Itajú afim de orientar a implementação de uma cidade. Terminado o levantamento foi construída no local uma pequena capela para os atos religiosos, onde a primeira missa foi celebrada em 28 de outubro de 1948, pelo Bispo de Ilhéus Zózimo Conduru, Frei Caetano e pelo Padre João Prado Luz Sacramento.

Além do Sr. José Guedes (proprietário da fazenda Santa Cruz da Vitória), com a notícia do advento da criação de um novo distrito novos cidadãos vem se instalar nele, como os Srs.:Manoel Ireneo dos Santos, Benedito Magalhães Pereira, José Prado, Manoel Camilo Prado, João Silva, Antônio Bernardo de Carvalho, João Barbosa, Zozimo Matos, Antônio Lima, Antônio Felipe Justino, Flaviano Bertino dos Santos, Joaquim Gomes dos Santos, José Andrade, João Firmino Souza Santos, Jovelino Francisco Oliveira, Basílio Ramos de Oliveira e Osvaldo Macêdo.

Em 26 de setembro de 1957, com atos da secretaria de interior e justiça, foram nomeados a Sr.^a Eulina Abreu Chaves para exercer o cargo interinamente de escrivã de Paz e o Sr. Aurelino Francisco Pereira para o cargo de Juiz de Paz. Assim o distrito de Santa Cruz da Vitória foi criado com a Lei de N^o628, de 30 de Dezembro de 1953, sendo que sua instalação só foi efetivada em 28 de outubro de 1957, por ordem do Governador do Estado da Bahia o então Dr. Antônio Balbino com termo em Ibicarai, sendo desmembrado do município de Itabuna.

A liderança política do Sr. José Guedes de Magalhães naquela região foi responsável por intensificar o movimento de emancipação do distrito de Santa Cruz da Vitória levando-se em consideração que o mesmo possuía grande poder econômico o que o ajudava em sua trajetória política, ponderando que este senhor era grande comerciante na área de tecidos e também agricultor e pecuarista.

Conseguindo assim a elevação à categoria de município com a denominação de Santa Cruz da Vitória, pela lei estadual n^o 1701, de 05/07/1962, desmembrado do município de Ibicarai. Sede no antigo distrito de Santa Cruz da Vitória. Constituído do distrito sede. Instalado em 07/04/1963. Em divisão territorial datada de 31/12/1963, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. (IBGE,2014)

Um local onde o comércio era pulsante e muito ativo, transformando-o num poderoso centro político e econômico. E nesta localidade no dia 07 de julho de 1963 eis que assume o primeiro prefeito o Sr.^o José Guedes de Magalhães este que por sua vez já se destacava como defensor da educação naquela cidade, em suas primeiras providencias criou a Lei Municipal que criava o Centro Municipal de Educação, pois a escola que funcionava até o momento era organizada e funcionava graças às irmãs Alina e Cremilda Mafra.

Uma das principais preocupações desta primeira gestão que permaneceu de 1963 à 1967 foi em dar a cidade mais urbanização, oferecendo o calçamento das ruas, saneamento básico, dando uma “cara” mais de cidade ao que antes era um povoado e a tão pouco tempo um distrito. Uma de suas obras mais importantes dos seus governos, foi Ginásio Orientado para o trabalho, onde eram oferecidos cursos de tecelagem, cestaria, sapataria, costura, bordado e outros. Havia uma preocupação com a necessidade de se ter bens de serviço na cidade, poupando assim o deslocamento para outras localidades e concentrando a renda no local.

O Sr.^o João Menezes Lopes entra no cargo em 1967 permanecendo até 1971, com sua saída o Sr.^o José Guedes de Magalhães volta novamente ao cargo entre 1973 à 1977 agora tendo como vice o Sr.^o Josafá Oliveira Carvalho. A medida que os anos vão passando a cidade continua a se desenvolver com a ajuda do prefeito e sua luta para tornar aquele local um dos principais municípios da região. Neste mandato ele reafirma suas intenções continuando o trabalho que ele deu início anteriormente para o desenvolvimento da sociedade.

Assume novamente a prefeitura da cidade de Santa Cruz da Vitória o Sr.^o José Gudes de Magalhães agora seguidamente sem intervalo em seu governo, comandando a cidade mais uma vez entre os anos de

1977 à 1982. Neste momento a cidade passa pelo seu ápice econômico, político e cultural, onde se desenvolveu muito graças as ações de seu prefeito e a expansão da agricultura e pecuária na região, sendo uma grande produtora de produtos derivados do leite, sua comercio está a pleno vapor, fazendo com que a sociedade se desenvolva em todos os aspectos.

Contudo o Sr.º José Guedes de Magalhães apesar de ter estudado apenas até a 5ª série do ensino básico era um defensor da educação, tanto que em seus governos colaborou para a criação de várias escolas. Solicitando ao governo Estadual e até o Federal à construção de escolas, além de ter construído com recursos da prefeitura e com a ajuda da iniciativa privada da região escolas municipais.

Deste modo o Sr.º José Guedes de Magalhães foi um dos principais agentes na elaboração e emancipação política da cidade de Santa Cruz da Vitória e que tinha como base prioritária a educação. Assim como afirma Paulo Freire “Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda.” (Freire,1979). Sendo sua principal forma de contribuir para com esta sociedade que acaba de nascer e começa a ganhar uma identidade local, nascendo assim com o gentílico de santa-cruzense todos os novos moradores desta nova cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Peter. **A invenção da biografia e o individualismo renascentista. Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 19, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion S., BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da história.** Trad. João Maia. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios,** 7a ed. São Paulo: Cortez, 2003

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios,** 7a ed. São Paulo: Cortez, 2003

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa.** 2.ed. São Paulo: Loyola, 1994

MAGALHÃES, João Carlos. **Emancipação Político-Administrativo de Municípios no Brasil,** Brasília, IPEA. 2007.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Revista Projeto História, São Paulo, 1993.

REMOND, René (orgs). **Por uma história política. Rio de Janeiro:** Editora FGV, 2003.

SÁ, Charles Nascimento de. **Os Intelectuais e a emancipação política de Camacan.** Ilhéus, Ba, 2000.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Construindo Biografias...Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 19, 1997.

O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO URBANO-SOCIAL NA CIDADE DE ILHÉUS A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA PONTE LOMANTO JUNIOR (1960-1970)

Elaine dos Santos Alvino¹

RESUMO GERAL

A construção da Ponte Lomanto Junior em Ilhéus foi um marco na vida da sociedade ilheense em meados dos anos de 1960, pois até este período parte da população que vivia na zona sul da cidade enfrentava a dificuldade diária na travessia Pontal/Ilhéus. Os problemas relacionados às questões de deslocamento são apontados por Maria Palma Andrade, “O bairro do Pontal (...), passou a apresentar um aumento populacional apreciável a partir da Construção da Ponte Lomanto Junior, em 1966.” (ANDRADE, 2003, p.44). Estudar uma ponte a partir do viés social a qual a mesma representa nos remete a buscar através da análise sobre as práticas de produção da cidade e dos planejamentos urbanos que contemplam as cidades com equipamentos que permitem a melhoria de vida para os seus habitantes².

Este estudo tem por objetivo levantar informações que possibilitem construir uma análise da construção da Ponte Lomanto Junior como obra facilitadora ao acesso dos bens e serviços essenciais para os moradores de Ilhéus. Neste sentido as melhorias relacionadas com as questões do deslocamento dos moradores do pontal que mantinham uma rotina diária onde até meados da década de 1960 a travessia dos moradores deste bairro só era possível através de embarcações. (MENDONÇA, 2007, p. 29). Um acesso mais rápido e mais seguro para o Pontal romperia as fronteiras que isolavam este bairro de grande parte da cidade, como relata o jornal Diário da Tarde na matéria de 08 de janeiro de 1964. “(...) A ponte Ilhéus Pontal consagrará definitivamente o aeroporto do Pontal, como o de toda a região, mercê de suas qualidades técnicas, além de possibilitar ao bairro fronteiro, condições de melhor vida.”

A presente abordagem traz uma proposta de considerar como prática social os deslocamentos diários realizados pelos moradores do bairro do pontal, no período entre 1960-1970. Entendemos, portanto, que a dinâmica do deslocamento se revela como uma atividade de grande relevância que permite desvendar a configuração do cotidiano no espaço urbano. O alcance social deste trabalho é representado através das questões relacionadas ao processo de transformação da cidade no período de antes e depois da inauguração da ponte. A análise foi feita a partir da construção como obra de utilidade, pois esta possibilitou a utilização de transporte público mais eficaz e possivelmente mais barato para a população. A ponte beneficiou a economia local, visto que, parte dos que reivindicavam a obra eram cacauicultores, que viam a construção como um meio rápido e barato para o transporte da produção de cacau da região. As atividades ao turismo foram ampliadas após a construção da ponte. Há ainda, uma percepção da implementação da infraestrutura de serviços e isso levou ao crescimento da população do bairro do Pontal, como também ao surgimento de novos bairros situados na Zona Sul como, Nelson Costa, Nossa Senhora das Vitórias e bairros adjacentes. Consequentemente, a obra contribuiu interligando o distrito de Olivença, situado a 18 km de Ilhéus e outros municípios a que se pode ter acesso pela Ba 001 como: Una, Canavieiras e Buerarema. Sob o ponto de vista pessoal, nossa trajetória encontra-se amplamente envolvida com a temática, pois, o estudo revela a importância significativa desta construção.

Assim, temos que as pontes são partes dos planos de desenvolvimento das cidades e visa alavancar o crescimento de um determinado local. As cidades, em sua fisionomia são produzidas pela conexão do espaço e da infraestrutura, tendo por funcionalidade possibilitar o suporte aos processos econômicos, sociais, culturais e políticos. O processo de produção das cidades ocorre através das práticas sociais, políticas e técnicas dos indivíduos que constroem e reconstróem os espaços de maneira que, as edificações e os espaços urbanos revelam então os aspectos de toda atividade seja ela econômica e ou humana e os processos que ocorreram em ambientes específicos. De acordo com a definição de Rolnik, “Fruto da imaginação e trabalho de muitos homens, a cidade é uma obra coletiva que desafia a natureza”. (ROLNIK, 1988, p.08.) A prática de planejamento do espaço urbano é uma concepção dada principalmente por aqueles que administram a cidade e, portanto, tem no planejamento um instrumento de ordenamento e organização do espaço o qual possibilita as condições básicas da população. Dessa forma, este trabalho

¹ Graduanda em História pela UESC. E-mail: elaine.alvino@gmail.com.

² O presente trabalho integra uma pesquisa mais ampla, desenvolvida sob a modalidade de TCC em História, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto de Oliveira.

permite uma reflexão a respeito da construção da ponte Lomanto Junior, como obra símbolo do processo de transformação da cidade no período de antes e depois de sua inauguração. Ainda hoje representa a principal e única via de acesso por terra que interliga a Zona Sul de Ilhéus ao Centro comercial da cidade.

Entretanto, faz parte deste trabalho apontar as transformações que enfatiza a relação do Estado com a produção do espaço urbano. Neste caso vivido portoda sociedade Ilheense, consequência do plano quatrienal de governo que dera continuidade nos trabalhos da ponte e do porto, tendo por liderança a partir do ano de 1963 o senhor Antônio Lomanto Junior, então governador do estado da Bahia na época. Estas obras faziam parte de um projeto de unificação das atividades voltadas a concretizar a estabilidade do novo regime político instaurado por todo o país.

As dificuldades enfrentadas pelos moradores do bairro Pontal como também a de toda sociedade Ilheense da época podem ser observadas principalmente através da questão do deslocamento e das questões de Planejamento Urbano da cidade. Segundo Maria Palma o projeto da Ponte esteve presente desde a gestão do prefeito Eusínio Lavigne, empossado na década de 1930 por Getúlio Vargas que foi um dos defensores da implantação do municipalismo. Data-se de 1933 a proposta de expansão da cidade, onde se criou o Plano Diretor para a Remodelação e expansão da cidade e neste plano havia um dos vários projetos da construção da Ponte do Pontal.

O desenvolvimento urbano da cidade de Ilhéus se dá em grande parte para atender as demandas da economia local. A reestruturação da cidade tanto se deu como consequência ao benefício da exportação como também ocorreu a partir da crise da lavoura cacauífera, esta que introduziu novos agentes modeladores do espaço urbano de Ilhéus. A análise das transformações sócio espaciais desta cidade nos levam a crer que, parte da infraestrutura da cidade como (ferrovia, vias de acesso, porto, etc...) tenha se dado em decorrência da necessidade do escoamento da produção de cacau e de outros produtos agrícolas cultivados nesta região. Apesar de aparecer como uma forma de controle e de potencia, o Estado e grupos privilegiados relacionam privilégios de alguns ao benefício de todos (LEFBVRE, 2000, p. 31).

O processo de urbanização é algo recente. A falta de uma via de acesso rápido até meados da década de 1960 numa cidade símbolo da economia cacauífera é exemplo disso. Nos países desenvolvidos eles se tornam expressivos durante o século XVIII por consequência da Revolução Industrial, já nos países em desenvolvimento, como o Brasil eles passam a ter destaque a partir da década de 1950, impulsionado pelas atividades industriais e as atividades no setor da exportação de produtos agrícolas, como foi o caso do cacau em Ilhéus. Assim, encontramos no fenômeno conhecido como “Ideal Desenvolvimentismo”, o qual é associado aos planos de crescimento econômico baseado na industrialização no Brasil desde o governo de Getúlio Vargas até o período do regime Militar. O período vigente entre os anos de 1962-1964 no Brasil passa a ser identificado como o período das propostas de “Reforma Urbana”. De um lado, no governo do então presidente João Goulart (1961-1964), lança o Plano Trienal, este que seria um programa de inclusão de uma série de reformas institucionais que atuavam sobre os problemas estruturais do país. Por outro lado, após o presidente João Goulart ser deposto pelo Golpe de 1964, assume o cargo o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco que desenvolve uma política urbana projetada no contexto do regime burocrático-autoritário. Assim, as políticas urbanas que predominaram o período entre 1961-1964 influenciaram diretamente as cidades de potencial agroexportador. A Ilhéus deste período tinha sua economia baseada no cultivo e exportação do cacau.

Compreendemos a ponte como parte do benefício da economia regional, pois, parte dos que reivindicavam a obra eram cacauicultores, que viam a construção como um meio rápido e barato para o transporte da produção de cacau da região. A atividade cacauífera trouxe o aporte para grandes obras na cidade, entre elas a construção do Porto do Malhado e a Ponte ligando o Sul ao centro comercial da cidade.

Apesar de fazer parte de um projeto de unificação das atividades voltadas a concretizar a estabilidade do novo regime político instaurado por todo o país, a ponte Lomanto Junior não foi uma estratégia do golpe de 1964, uma vez que sua construção tem início no ano de 1962.

A metodologia utilizada neste trabalho foi de caráter exploratório, realizada a partir da abordagem investigativa e bibliográfica. Foram realizados levantamentos dos trabalhos acadêmicos localizados no Centro de documentação da UESC (CEDOC), levantamento de dados através das notícias da imprensa local e leituras de obras memorialistas.

Sob o ponto de vista acadêmico, estudar a construção da Ponte Lomanto Junior foi importante na medida em que este estudo traz em si parte da história regional e local e, desta forma constitui-se numa proposta de estudo ligado a questões de urbanização da cidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Palma. *Ilhéus passado e presente*, 2 ed. Ilhéus: Editus, 2003.

JORNAL DIARIO DA TARDE. “Titulo”. Plano Quatrienal do governo de Lomanto Junior: Jornal Diário da Tarde, 11 de Janeiro de 1964.

JORNAL DIARIO DA TARDE. Ministro Oliveira Brito encarregado pelo Presidente da Republica de examinar assuntos de Ilhéus: Jornal Diário da Tarde, 25 de Janeiro de 1964.

LEFBVRE, Henri. *A produção do espaço*, Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

MENDONÇA, José Rezende. *Pontal Ontem e Hoje*, Ilhéus, 2007.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1988.

Sítio: Haine, Maria Luiza. *Uma Ponte muito sonhada*. Disponível em: <http://ilheuscomamor.wordpress.com/tag/ponte-lomanto-junior/>; Acesso em: 10 de out, de 2013.

SCHIMIDT, Benicio e **FARRET**, Ricardo; *A questão urbana*, Jorge Zahar Ed. 1986-Rio de Janeiro.

ZMITROWICZ, W. & Angelis Neto, G. (1997). *Infra-estrutura urbana*. Escola Politécnica da USP. São Paulo.

TRANSFORMAÇÕES URBANAS E IMPLICAÇÕES POLITICAS E CONOMICAS EM ILHÉUS A PARTIR DA INAUGURAÇÃO DA PONTE LOMANTO JUNIOR EM 1966.

Reginaldo Ribeiro Silva

RESUMO GERAL

Ao analisarmos os jornais dos anos 60 da cidade de Ilhéus, localizada a 462 km de Salvador percebemos movimentação de parte da elite local, na busca pela construção de uma ponte ligando o centro da cidade ao bairro Pontal. As reivindicações eram no sentido de acabar com o isolamento do bairro, além de contribuir para o escoamento da produção cacaueteira, bastante acentuada naqueles tempos. Depois de muitos entraves a ponte foi construída e denominada Ponte Lomanto Junior. Na atualidade parte da população ilheense se mobiliza em pró da construção de outra ponte, pois aquela já não é suficiente para atender com eficiência o grande fluxo de veículo na cidade.

Pensamos que o estudo desse objeto pode contribuir para apreensão de que cidade se desejava, estava em construção e sua relação com o atual Ilhéus. Esta ponderação parte também das análises de Henri Lefebvre que definiu a cidade como a “projeção da sociedade sobre um dado território” (LEFEBVRE, 1991).

Nesta direção concordamos com Milton Santos, pois: “a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS 2005: p.22). A partir desse campo conceitual este trabalho objetiva analisar a sociedade ilheense a partir da construção da Ponte. Uma intervenção que interagiu na estrutura urbana, na sociedade local e circunvizinha. Buscamos com isso entender a relação do espaço modificado através das ações humanas com a história da cidade.

A Justificativa para análise do objeto está embasada principalmente nas concepções de Henri Lefebvre, *não se pode pretender que a cidade tenha escapado às pesquisas dos historiadores, dos economistas, dos demógrafos, dos sociólogos*. A partir desse ponto de vista percebe-se que a história deve

ser líder nesse campo de pesquisa, pois desta se espera um maior comprometimento metodológico, que permite assimilação de aspectos implícitos que serão melhores analisados. Ao estudar o espaço urbano da cidade de Ilhéus busquei relacionar as transformações físicas com os aspectos sócio culturais. Apesar da interatividade com a Geografia, a urbanização discutida nesse trabalho, procurou uma criticidade histórica, vertente que distanciou o tema do campo físico da Geografia a qual, segundo Milton Santos, se interessa mais pela *forma* da coisa, do que da sua *formação*.

O trabalho objetiva, dentre outros, enriquecimento da historiografia regional, do ponto de vista da necessidade da valorização da história recente da cidade de Ilhéus, com utilização do princípio da assimilação do local em que a Universidade está inserida. Assim, tentamos relacionar a construção da ponte com a necessidade de escoamento da produção cacauzeira com destaque para a importância atribuída à cidade por conta do cacau.

Luciano Martins analisa que desde a década de 1950 o Brasil vivenciava a implantação do “nacional desenvolvimentismo” incentivando a industrialização nacional através das “substituições de importações”. Martins explica que o nacional-desenvolvimentismo [...] foi a ideia de construção da nação, baseada na industrialização via substituições de importações, tendo o Estado como demiurgo, vários matizes de nacionalismo como ideologia e o populismo sob suas diferentes formas como sustentação política. Foi a isso que se convencionou chamar 'nacional-desenvolvimentismo', que não chega a ser um conceito, mas descreve e sintetiza um projeto político e um estilo de ação (MARTINS, 1991, p. 3).

André Luís Rosa Ribeiro em seu Livro *Memória e identidade: Reforma Urbana e Arquitetura Cemiterial na Região cacauzeira*, aborda as pretensões da urbanização da cidade de Ilhéus, que tinha como fim a valorização da cidade como referência do ponto de vista econômico e cultural influenciada pelos padrões europeus. Deste modo nos deparamos com alguns conflitos de interesses. Enquanto buscamos entender a construção de uma obra urbanística como algo de satisfação popular, percebemos influências ideológicas externas, através das elites locais, em exercício contínuo na manutenção da cidade.

Metodologicamente buscaremos confrontar produções jornalísticas disponíveis no CEDOC UESC, produções de memorialistas locais, algumas produções historiográficas da região e análises de fotografias da cidade, no intuito da apreensão da história de Ilhéus bem como da interatividade entre o cidadão e o espaço ao longo dos tempos. Essas metodologias corroboram com os estudos de Michael de Certeauos quais permitem analisar os processos de urbanização e seus efeitos no cotidiano das pessoas. Da mesma forma, podemos pensar as relações entre as intervenções urbanas e as imposições de formas de viver a cidade, como possibilita compreender as análises da relação entre a cultura e o poder.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Publicação Europa-América, 1974.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996.

DÉAK, Csaba e SCHIFFER, Sueli (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 169-243.

DIAS, Marcelo Henrique. **A Capitania de Ilhéus no Antigo Sistema Colonial**- Ilhéus- 2011.

DIAS, Marcelo Henrique. **A Capitania e Comarca de Ilhéus Antes do Cacau**- Ilhéus- Editus 2007.

GOTTDIENER, Marck. **A Produção Social no Espaço Urbano**, editora da USP São Paulo, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4ª. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LAMBERT, Jacques. **Os Dois Brasis**. 2ª ed. Rio de Janeiro: 1967.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: 1ª Ed. Editora Moraes 1991.

LEPETIT, Bernard. **Por uma Nova História Urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Documentos, 1969.

LE GOFF, Jacques. “Documento/monumento”. In: **Enciclopédia Einaudi. Vol I**. Lisboa, Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1985.

KOWARICK, Lúcio. “Estratégias do Planejamento Social no Brasil”. In: **Caderno 2 – CEBRAP**. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, 1970.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, Luciano. “A crise do nacional-desenvolvimentismo”. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo: Folha de São Paulo, 29 de dezembro de 1991.

VINHAÉS, José Carlos – **Da Capitania ao Fim do Século XX**- Ilhéus Editus- 2001

RAMOS, Karen Vieira. **A construção do espaço turístico: trocas simbólicas entre turistas e comunidade Tupinambá em Olivença** (Ilhéus-BA). 2008 143 f Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus-Ba, 2008.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Memória e Identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na região cacauera (1880-1950)**Editus, 2005.

SANTOS, Carlos José F. dos. **Nem Tudo Era Italiano - São Paulo e pobreza (1890-1915)**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2006.

_____. **Identidade Urbana e Globalização - A formação dos múltiplos territórios em Guarulhos/SP**. São Paulo: Annablume/SINPRO, 2006.

_____. “Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha”. In: SANTOS, Carlos José Ferreira dos (Organização). **Recado aos Nossos Ancestrais**. São Paulo: MCP, a ser lançado em julho de 2011.

SANTOS, Carlos José F. dos. e TUPINAMBÁ, Katu. “Marcelino Vive em Nós”. In: **Coletivo Indígena (Kariri-Xocó, Karapotó, Xokó, Ptxó, Pankararu, Pataxó Hãhãhãe, Tupinambá). Índios na visão dos índios: Memória**. Olivença/Ilhéus: Thydêwá, 2012.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar** Editora da USP São Paulo, 2005.

_____. **Espaço e Método** 4ª ed. Nobel 1997.

A PARTICIPAÇÃO DO FUTEBOL AMADOR NO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE ITABUNA EM 1940 A 1970

Leandro da Silva Bispo

A grandeza do futebol faz surgir felicidade em milhares de rostos ao redor do mundo, homens, mulheres, crianças, independente de classe ou cor vai despertando e contagiando as pessoas a apreciá-lo ou praticá-lo, podendo ser no cenário regional em fazendas e pequenas cidades até no cenário

internacional nas colossais arenas futebolísticas espalhadas pelo mundo, transformando alguns desconhecidos em espécies de deuses ovacionados por muitos.

Em Itabuna na década de 1940 o futebol amador conquista seu espaço, sendo considerado mais que uma atividade de lazer, sai de uma posição secundária e vai se estabelecendo como meio de inserção social ou despontando como uma engrenagem de impulsão da economia formal e informal local. O futebol amador vai ultrapassando as barreiras de simples atividades físicas e passa a exercer um papel de grandes contribuições à sociedade grapiúna e se desenvolvendo simultaneamente com esta.

Assim o futebol amador na cidade de Itabuna é marcado por trajetórias e momentos de glória por seus clubes amadores e sua seleção amadora local com feitos no futebol amador pouco visto até os dias atuais. A profissionalização do Itabuna Esporte Clube representa o auge do futebol praticado por e com amor. E a realização dos desejos de grande parte dos apreciadores do futebol local de ter um clube profissional representando a cidade.

A abordagem do futebol amador como tema perpassa o reducionismo como o “futebol” é tratado por muitos. Procuo buscar com uma abordagem histórica ir além da pratica dos habituais 90 minutos pelo qual é caracterizada uma partida de futebol e investigar até onde o futebol itabunense contribui positivamente para o desenvolvimento da sociedade.

Está sendo feito um levantamento minucioso sobre a participação direta ou indiretamente do futebol amador local no desenvolvimento da cidade de Itabuna. Para tanto será fundamental coletar as informações registradas, em jornais, livros, documentários para entender qual a importância do futebol amador em Itabuna de 1940 a 1970 se realmente houve alguma importância e possíveis beneficiados.

A análise detalhada das obras de memorialistas e historiadores locais será de fundamental importância para esta pesquisa. Por meio dela faremos levantamento prévio dos principais personagens envolvidos no desenvolvimento do futebol amador em Itabuna. As informações coletadas serão cruzadas com as colhidas nos jornais e registro da (LIDA) Liga Itabunense de Desportos atléticos para chegarmos a um consenso ou em uma conclusão coerente. Esperamos ao fim desse levantamento construir um painel amplo sobre o futebol amador itabunense; inicio, trajetória e contribuições.

Outra fonte importante para compreender o futebol amador de Itabuna, no âmbito regional, é a Literatura, para isso utilizaremos o literato Cyro de Mattos o que produziu uma obra bastante pertinente sobre o futebol amador, “O velho campo da desportiva” obra essa fundamental para entendermos o contexto social no período abordado.

A economia formal também é beneficiada através do futebol, os jogadores amadores que se destacavam e encontrava no futebol um meio de fonte de renda, os donos de automóveis que locam seus veículos para fazer o transporte tantos de jogadores como torcedores, o comércio que com a propagação do futebol local passa ter uma demanda maior em artigos de esporte principalmente de futebol, os bares que passam a receber os torcedores mais animados nas comemorações. Donos de imóveis que em determinado período alugavam para a seleção local utilizar como centro de concentração.

Tanto o Estádio da Desportiva como os campinhos distribuídos quase em todos os bairros e fazendas que disponha de ambiente propício para transformar em um local para a pratica do futebol, servia também como um meio de socialização, um ponto em comum onde pessoa que a muito não se encontravam em detrimento da disponibilidade de tempo, tinha agora um referencial onde de forma ocasional poderia se encontrar.

A seleção amadora de Itabuna é beneficiada pelo ótimo momento apresentado pelos clubes amadores locais, não era difícil escolher 22 atletas para compor o elenco da seleção, quase sempre todos os jogadores eram de Itabuna. Em abril de 1957 a seleção sagra se campeã do Torneio Governador Balbino, competição esta realizada no Estádio Octávio Mangabeira “Fonte Nova” em Salvador para festejos e inauguração dos refletores. Este torneio foi de tal magnitude para Itabuna e Região que todos os atletas da seleção de Itabuna e das equipes participantes foram prestigiados por grandes personalidades do País, sendo o capitão da seleção de Itabuna na final Zequinha Carmo, teve o privilégio de receber a medalha de campeão das próprias mãos do presidente nacional Juscelino Kubitscheck. Nos anos de 1960 e 70 a seleção vive seu melhor momento conquistando seis vezes consecutivo o título do intermunicipal em 1957, 1961, 1962, 1963, 1964 e 1965 com os placares quase sempre elásticos ao seu favor. (MENDES, 1967)

É em um ambiente glorioso no futebol que aos poucos vai ganhando força a ideia da profissionalização do Itabuna Futebol Clube. Os torcedores exala expectativa, pois vivenciavam um período mágico de um futebol amador inocente alegre e campeão e via na transição para o profissional a possibilidades de novas conquistas e novos objetivos eram aguardados ansiosamente.

Em 23 de maio de 1967, o então clube amador Itabuna Futebol Clube fundado em 1927, da origem ao Itabuna Esporte Clube que incorpora boa parte dos atletas da era amadora, estes são profissionalizado para compor o elenco mesclando com a contratação de alguns poucos atletas profissionais para assim da início a uma nova era do futebol grapiúna.

Acostumados com o bom retrospecto dos clubes amadores locais e da seleção local que ganhou seis campeonatos intermunicipais consecutivos davam ao torcedor expectativas nada menos do que uma nova trajetória de glórias no profissional, além de que Ilhéus a grande rival de Itabuna no Futebol já tinha o privilégio de clubes profissionais e um estádio dos melhores do nordeste o Mario Pessoa, assim tem início a era do futebol profissional em um período vencedor pelas equipes amadoras, mas que buscava também se consolidar no profissional. (HAGGE, 2012)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Diário de Itabuna (1967), “Campeonato baiano em foco”, 25 de Maio.

HAGGE, Raimundo (2012), *Túnel do Tempo. Itabuna, BA, Gráfica Mesquita.*

Mattos, Cyro. O Velho Campo da Desportiva – Edição comemorativa do Centenário do Itabuna. / Cyro de Mattos. – Brasília: LGE, 2010.

Mendes, Helena. Figuras Fatos de Itabuna. Livraria Freitas Bastos S.A. Rio de Janeiro – Gb – 1967.

ESCOLA SAGRADA FAMÍLIA E O SEU PAPEL COMO MEDIADORA NO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE COARACI- BA NO ANO DE 2012 Á 2014.

José Reinaldo János Miranda

O seguinte projeto tem um enfoque na Escola Sagrada Família como mediadora no processo de valorização Patrimônio Cultural do município de Coaraci. O tema também faz parte do meu TCC que vai abordar de maneira mais ampla como a Escola esta lidando com valorização cultural na cidade de Coaraci.

Durante o ano de 2014 fiquei observando as aulas do professor Jackson Novaes dos Santos (formado em História pela Uesc) especialmente qual metodologia utiliza em suas aulas. Observei do primeiro ao terceiro ano do ensino médio, mas dando enfoque maior ao terceiro ano pelo fato de ter uma preparação pro Enem mais aprofundada. O Enem é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem entrar numa faculdade e cada vez mais universidades têm aderido ao Enem como único meio de ingresso, contabilizando cerca de 500 universidades que já utilizam o resultado do exame, para pessoas que pretendem entrar no ensino superior. Em correspondência a essa realidade, as escolas de ensino médio e professores vem implantando propostas visando preparar os estudantes para bom desempenho nas provas e assim ensinar e guiar o aluno de forma paciente e tranquila para uma boa aprendizagem da disciplina ensinada. Nesse universo, pretende-se na pesquisa, focalizar o ensino da disciplina de História, objetivando destacar e identificar quais os conteúdos e metodologias utilizadas pelo professor, e na análise desses elementos, perceber como a maneira a instituição escolar e professor estão preparando os alunos do terceiro ano do ensino médio para a prova do Enem.

A metodologia da pesquisa será da História oral e também farei uso das minhas experiências vivenciadas na instituição escolar. Pretendo entrevistar o professor de História do 3º ano do ensino médio, e entrevistar também outros profissionais da área, na tentativa de verificar como cada um desses

profissionais se posiciona em sala de aula. Fazer entrevista com o professor de história e os alunos da sala entrevistada, pesquisar quais as dificuldades para ensinar história, qual a metodologia mais usada, e na medida do possível descobrir novas possibilidades para que a disciplina história possa ser ensinada de maneira mais acessível à realidade e vivência dos alunos. As fontes documentais são compostas pela legislação e relatórios cadernetas de notas da escola. Estudarei os textos da nova lei de diretrizes e bases e o PCN de História, a legislação sobre o ENEM e as provas realizadas nos anos pesquisados. Pretende-se montar um banco de dados com o nome dos alunos que serão entrevistados e suas respectivas provas, para assim conceder uma melhor elaboração do projeto.

Em relação à valorização da cultural e do patrimônio cultural no decorrer desse ano percebe-se que a Escola ampliou mais seus anexos pela cidade além da sua sede que oferece aulas matutinas e vespertinas de series que vão do ensino fundamental 1 e 2 ao ensino médio e também recém-criado o ensino infantil. Então se pode perceber que a Escola esta crescendo ainda mais na historia educacional da cidade e desse modo tornando-se um patrimônio cultural, não só pelo fato ser uma instituição que está praticamente 20 anos fazendo parte da educação do município, mais pelo fato também de propiciar eventos culturais. A escola promove, todos os anos, festivais culturais com temas específicos e como esse ano irá ainda ocorrer o tem será sobre 50 anos de Ditadura Militar no Brasil.

As fontes que utilizei nessa pesquisa além da fonte oral como entrevistas com professores, alunos e diretoria da escola. Será perguntado sobre a importância do ensino de historia, da valorização cultural do aluno e sua formação como cidadão que é uma das metas do que esta incluída no seu PPP e Regimento Escolar que também foi analisada, além de observar também a preparação dos alunos pro Enem e a elaboração do festival cultural da escola.

Espera-se com o desenvolvimento da pesquisa contribuir com as discussões acerca do ensino de história, através do levantamento de questões relevantes para se entender o processo de preparação dos alunos na sala de aula e sua participação como cidadão e capaz de valorizar a cultura não só nacional e regional mais também da cidadã na qual ele vive.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MEC/SEB. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Volume 3. Brasília, 2006.

Pcn de História: BRASIL Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Historia. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BITTENCOURT, Circe (org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

ENEM: INEP; Exame Nacional do Ensino Médio: fundamentação teórico-metodológica. Brasília. 2005.

ANDRADE, Nonato de. **Novo ENEM comentado**. Ferreira, 2011.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

ORÍÁ, Ricardo. **Educação patrimonial: conhecer para preservar**. Disponível em: <http://www.aprendebrasil.com.br>.

FEIRAS LIVRES: MUDANÇAS E TRANSFORMAÇÕES DOS ESPAÇOS FÍSICOS E SOCIAIS EM ITABUNA-BAHIA (1960 – 1973).

Berenaldo Neto Silva
Pós-Graduando em História do Brasil – UESC

RESUMO GERAL

As feiras livres sempre tiveram um papel fundamental nas formações e desenvolvimento das cidades no mundo. Em Itabuna, na região sul da Bahia, não aconteceu de forma diferente. A cidade teve sua emancipação em 1910 e temos registro da autorização da sua primeira feira, em 1921, porém já havia comerciantes, mascates e vendedores ambulantes nessa localidade.

A cidade entra para o registro histórico como a primeira a ter feira livre no sul da Bahia. Isso fez com que comerciantes de cidades próximas viessem negociar na tão nova Itabuna, pois, segundo Silva Campos (2006), a cidade de Ilhéus só veio a ter uma feira livre dezessete meses depois, em dezembro de 1922.

Instalada na Praça Bela Vista (hoje Complexo Adami) sua primeira localização a feira de Itabuna, na sexta feira, ficava movimentada com comerciantes e mercadorias de outras cidades que vinham para o centro. No sábado, dia da feira, os fregueses lotavam a praça: trabalhadores rurais, fazendeiros, professores, dona de casa, políticos, poetas, médicos, jornalistas e principalmente os desempregados que viam na feira a possibilidade de conseguir algum dinheiro.

A abertura da feira livre mostrou ser de extrema importância para os agricultores e comerciantes da região cacaueteira, já que agora tinham onde vender a sua produção e a população tinha onde comprar seu alimento. A administração pública, sob o comando do prefeito José Kruschewsky, aumenta a sua arrecadação e o comércio ficou fortalecido.

Em 1953, na administração do prefeito Miguel Moreira, este resolve transferir a grande e próspera feira para a Praça João Pessoa (atual José Bastos), pois o antigo local já não suportava o volume de barracas, mercadorias e fregueses. Esse foi o argumento usado pela poder público. Havia, também, um projeto de melhoramento das praças que a feira ficava localizada.

Com a nova localização a feira continua crescendo, vindo a ocupar toda a área onde funciona hoje a unidade de saúde Dr. José Maria de Magalhães Neto (antigo SESP) até a antiga estação de trem (hoje Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC).

Neste período, os feirantes sofreram muitas reclamações da elite da cidade e um acirrado controle do poder público. Estava próximo o aniversário de 50 anos de Itabuna e o prefeito José de Almeida Alcântara tinha planos de progresso e urbanização para o município, mas a feira não está incluída nesse projeto, com amontoados de barracas, mercadorias espalhadas pelo chão, o canal sujo e cheio de lixo.

Tudo isso colaborava para que os administradores e a elite de Itabuna fossem aos jornais locais declarando que a feira não poderia continuar na Praça João Pessoa.

Os feirantes conseguiram ficar no na Praça João Pessoa por 20 anos, porém, o discurso de progresso e modernização prevalece e em 1973, a feira desloca-se para o novo endereço: o Condomínio do Complexo Comercial de Itabuna (Centro Comercial).

Para concretizar essa investigação, propomos algumas questões que nortearão o processo de pesquisa. Assim, buscaremos respostas para as seguintes indagações: com o crescimento e urbanização da cidade de Itabuna os feirantes passaram por uma grande perseguição e pressão, determinando a mudança da feira para o Centro Comercial de Itabuna. Como se comportaram esses sujeitos durante tal mudança?

Que impactos sociais incidiram sobre tais comerciantes? Como se organizaram suas práticas a partir da implementação das políticas municipais de modernização?

Sabemos que, nas sociedades capitalistas, o pensamento dominante que sobrepõe é o pensamento das classes que tem o controle do poder. O discurso de modernização e urbanização tem sido sempre usado para justificar medidas arbitrárias, desumanas e, na maioria das vezes, ações de especulação imobiliária, pois, aqueles que impõem às regras da modernização e urbanização são os mesmos beneficiados com as especulações imobiliárias. Como essas situações ocorreram no ano de 1973, período da mudança feira para o Centro Comercial? Com a mudança da feira para esse local, os boxes eram financiados. Como funcionava este financiamento?

O interesse pela pesquisa referente à História Regional, e em específico pelas feiras livres em Itabuna, surgiu da expectativa de contribuir para um olhar com novas perspectivas sociais sobre o processo de crescimento e urbanização de Itabuna, possibilitando, assim, conhecer um pouco mais a cidade e a população responsável pelo seu desenvolvimento. Nesse sentido, a feira livre é um campo dinâmico e enriquecedor para analisar relações sociais, culturais e simbólicas, o que permitirá um maior conhecimento das interações e mudanças sociais.

Uma pesquisa dessa natureza nos possibilitará compreender melhor as características dos sujeitos sociais e suas contribuições na evolução e dinâmica do comércio local. Constata-se que há poucos trabalhos regionais relativos a análise das feiras livres no seu espaço social, como lugar de vivência, prazer, entretenimento e não só espaço de comércio.

Desde a sua primeira localização até os dias atuais, a feira livre apresenta-se como um lócus no qual transitavam/transitam população, agricultores e comerciantes, desenvolvendo comércio e promovendo a construção de participação social, cultural, econômica e política.

Para análise das informações utilizaremos as contribuições de Jacques Le Goff (1988), Milton Santos (2004), Sônia Freitas (2006), dentre outros. Em relação aos procedimentos metodológicos, optou-se por estudo exploratório de caráter qualitativo e quantitativo.

Palavras-chave: Feiras livres. Mudanças e transformações. Itabuna.

Fontes Documentais

APMIJD – Arquivo Público Municipal de Itabuna José Dantas.

Livro de Ata do município 1921.

Atas da Câmara Municipal e Itabuna 1962 a 1966.

Livro de Indexação das Leis do Município de Itabuna 1931-2000.

Jornal Oficial do Município 1960-1973.

CEDOC/UESC – Centro de Documentação e Memória Regional da UESC.

Jornal do Cacau 1961-1973.

Jornal Diário de Itabuna 1921- 1960 a 1973

Escritura de Convenção de Condomínio do Centro Comercial de Itabuna. Itabuna (BA), 27 de Janeiro de 1973.

Tribuna do Cacau 1973-1974.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Adriana Dantas Breust. **Itabuna**: história e estórias. Ilhéus, BA: EDITUS, 2003.

BRAUDEL, Fernand. **Os jogos das trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. vol. 2.

CAMPOS, João da Silva. **Crônica da capitania dos Ilhéus**. Ilhéus, BA: Editus. 3. ed. 2006.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1998.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Editorial Humanistas, 2006.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da UNICAMP. 4. ed. 1992.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: Editora da UNESP, 1988.

MAIOR, Armando Souto. **História geral**. São Paulo, Editora São Paulo, 1978.

CARVALHO, Philipe Murillo Santana de. **Uma cidade em disputa: tensões e conflitos urbanos em Itabuna (1930-1948)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: 1^o Ed. Editora Moraes 1991.

LEPETIT, Bernard. **Por uma Nova História Urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001

LOPES, Rosana dos Santos. **Morar, trabalhar, brincar e viver! Experiência de moradores do bairro Conceição. Itabuna, Bahia, 1950-1997**. Dissertação (mestrado em História), PUC - São Paulo – SP. 1999.

THOMPSON, E. P. **Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial**

In: THOMPSON, E. P. **COSTUMES EM COMUM**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VERGARA, Miguel Arturo Chamuro. **Olhares na Feira do Malhado**. Relatório final de pesquisa. Ilhéus/UESC, 2005.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Identidade urbana e globalização: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos – SP**: Editora Annablume, ano 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 6^o ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Selma Ribeiro dos. **O Centro Comercial de Itabuna: memória e Representação**. Monografia (Graduação em História), UESC - Ilhéus, 2003.

SILVA, Alessandro dos Santos. **O que vai pela cidade? O Processo de Urbanização da cidade de Itabuna, década de 60**. Monografia (Especialização em História do Brasil), UESC – Ilhéus, 2012.

SOUZA, Erahsto Felício de. **Subalternos nos caminhos da modernidade: marginais politizações do cotidiano e ameaças a dominação numa sociedade subordinadora do sul da Bahia (Itabuna, década de 1950)**. Monografia (Graduação em História) – UESC, Ilhéus, 2007.

**SESSÃO 6.1: HISTÓRIA, CIDADES E MOVIMENTOS
SOCIAIS/CULTURAIS URBANOS.**

OS CINES NA BELLE ÉPOQUE ILHEENSE (1880-1930)

Mary Lucy Silva Lima¹

RESUMO GERAL

Abordando as casas cinematográficas em São Jorge dos Ilhéus como representação de poder político e econômico de uma época², faz-se necessário descortinar o contexto desse evento para justificar tal prerrogativa, tendo em vista que o cinema naquela época ainda estava nascendo para o mundo. Fundamenta-se esta alegórica representação de poder em meio a um conjunto de elementos culturais e artísticos que um grupo de coronéis construiu por sentir a necessidade de afirmação e legitimação de poder que os pudesse fazer confrontar seus rivais políticos, ditos “bem nascidos”. Como explicita André Luís Rosa Ribeiro em sua obra “Família, poder e mito” (2001), a elite branca aristocrata se percebia como socialmente superior aos lavradores enriquecidos pelo cultivo do cacau, e não criou uma relação de identidade com essa nova elite regional desprovida de sobrenome de prestígio. Àquele tempo, a burguesia europeia atingira o seu apogeu, e, em Ilhéus, os coronéis do cacau buscavam sua legitimação enquanto classe ascendente – e essa se deu da mesma forma que procedeu na Europa: adotando um estilo de vida culto, artístico e elegante, construindo um mundo estético que refletisse a sua posição social.

Os registros relatados sobre a Ilhéus das primeiras décadas do século XX dão conta da existência de diversos “Cines”, ou casas de projeção cinematográfica, na cidade de Ilhéus. Esses registros ganharam maior credibilidade quando autores regionais, sejam eles historiadores, como André Luís Rosa Ribeiro e José Carlos Vinhães, ou memorialistas, como João da Silva Campos, trazem em suas obras informações relevantes a respeito desses estabelecimentos na cidade que outrora prosperara com a cultura do cacau. Jornais da época, como pode ser constatado no acervo do Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC) da Universidade Estadual de Santa Cruz, anunciavam a programação semanal desses empreendimentos, que eram raros em cidades do interior do Brasil, só sendo encontrados em capitais prósperas. Essas constatações são a evidência de um passado afortunado e agitado na Princesa do Sul, cujos coronéis investiram no embelezamento da cidade, não apenas como forma de ostentação do seu poderio econômico, mas também como forma de aquisição de um modelo de cultura que os legitimasse como senhores respeitáveis e à altura da aristocracia local. No entanto, os relatos existentes sobre esse enfoque são curtos e se encontram dispersos em diferentes veículos, faltando então um relato histórico que foque especificamente na existência desses cines. Por essa razão, justifica-se a importância desse trabalho, para contribuir na construção histórica e na recuperação da memória desse aspecto cultural da cidade de Ilhéus.

Em 28 de junho de 1881, a vila de São Jorge dos Ilhéus foi elevada à categoria de cidade. Nesse contexto, as demonstrações de poder aquisitivo e bagagem cultural se tornaram a representação pública de detenção do poder político. Alguns coronéis resolveram então trazer os cines para a cidade, um elemento cultural e comercial que, naquela época, apenas as cidades mais prósperas do mundo eram capazes de deter.

A prosperidade ilheense contribuiu para a importação de diversos novos produtos, não apenas para consumo de bens não duráveis, mas também de itens de usufruto comum e de serviços. É o caso dos cinematógrafos – máquinas de projeção de películas fílmicas, trazidas por ambulantes especializados em sua manipulação. Segundo Campos (1981), esses primeiros ambulantes chegaram à cidade em 1909, e Brandão e Rosário (1970, p. 33) indicam que a partir de setembro desse ano, tiveram início longas temporadas de tais cines.

Segundo Campos (2006), é possível que os primeiros cinematógrafos tenham chegado a Ilhéus em setembro de 1910, “[...] parece ter chegado em setembro a Ilhéus o primeiro cinema, funcionando aí durante três ou quatro meses; foi o cinema Palácio. Depois veio o Ideal, no ano seguinte, instalado em um hotel. Esses cinemas eram ambulantes, e andavam percorrendo as localidades do interior do estado” (p. 498).

¹ Graduanda em História pela UESC. E-mail: marylucyw@hotmail.com.

² O presente trabalho integra uma pesquisa mais ampla, desenvolvida sobre a modalidade TCC em História, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto de Oliveira.

Em 2 de julho de 1911, segundo Campos, foi instalado em Ilhéus o primeiro cine de porte luxuoso, com o nome de Cine Ideal – mesmo nome do cine ambulante que esteve na cidade logo antes. Em 1912, segundo Hélio Lima, foi aberto o Cine Elite, de João Galdêncio de Lima: “[...] implantação, em 1912, do primeiro cinema da região cacauzeira, o Cine Elite, situado na rua Cel. Paiva” (LIMA, 1978, p. 4).

Posteriormente, foi aberto o Cinema Central, outra propriedade de Manoel da Silva Cortês. Este era situado debaixo de uma pensão, a Pensão Fernandes, localizada onde hoje existe a praça J. J. Seabra. Em 1930, Cortês fez uma sociedade com o empresário Aphrodísio Schaun, inaugurando o Cinema Ypiranga, no Pontal. Sobre ele, José Rezende Mendonça o discutirá em seu livro “Pontal ontem & hoje” (2007).

Outro cinema constatado pelos registros de Vinhães é o Cine Aliança, no bairro da Conquista, também pertencente ao empresário Aphrodísio Schaun. Segundo Vinhães, Ilhéus chegou a ter cinco cines funcionando simultaneamente nessa época. O Ypiranga então fora comprado por Fernando Olímpio, que também chegou a abrir o efêmero Cine Lord, citado por Rezende.

Em 1930 também teve início a construção do Cine Teatro Ilhéus, na Praça Luiz Viana, onde até hoje funciona o Teatro Municipal. A obra era de propriedade de Celso Valverde Martins, e foi inaugurado em 1932 ou 1933, segundo Vinhães.

A prosperidade ilheense, bem como o desejo de ostentação do seu poder político e econômico por parte dos detentores desse poder se via estampada não somente da disputa mercadológica dada entre Cortês e Martins na instalação de diversos cines na cidade, mas também, segundo Hélio Lima (1981), pode ser constatada na produção do filme comercial intitulado “Rainha do Sul”, autorizado pelo Governador do Estado da Bahia, J. J. Seabra, e rodado pelo proprietário da “Empresa cinematográfica baiana Nelima Film”, sediada na Boa Viagem, em Salvador, pertencente a João Galdêncio de Lima, casado com a ilheense Arlinda Bastos Lima, que era filha do Comendador Antônio José de Amorim Bastos (p. 4). João Galdêncio ainda era proprietário do Cine Elite, em Ilhéus, e do Cinema Ideal, em Salvador. O filme citado fora exibido na Grande Exposição Internacional do 1º Centenário de Independência do Brasil. A película documentava a prosperidade da cultura cacauzeira e outros assuntos de interesse social e fora exibido nos cines de algumas capitais brasileiras e na Europa, chamando atenção para o potencial econômico da cidade.

Nas palavras de Oliveira (2006), Ilhéus era, sem nenhuma dúvida, o principal centro da região cacauzeira. Ela era um tipo de espelho sobre o qual refletia um pouco de tudo o que acontecia por toda a região: a consolidação da cultura do cacau.

Todos os registros e relatos encontrados sobre a existência de diversas casas de projeção cinematográficas, ou cines, bem como a produção de um filme sobre a importância da cidade, convergem para a constatação da grande magnitude do poderio econômico e político da cidade de Ilhéus nas primeiras décadas do século XX, revelando ainda a busca por um modelo de cultura que legitimasse a burguesia ilheense em seu status de poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Francisco Borges de. **Memória sobre o município de Ilhéus**. Typ. Bahiana, 1915.

BRANDÃO, Arthur; ROSÁRIO, Milton. **Estórias da história de Ilhéus**. Ilhéus: SBS, 1970.

CAMPOS, J. S. **Crônicas da capitania de São Jorge dos Ilhéus**. 3ª Ed. Ilhéus: Editus, 2006.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro.

Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus 1534-1940. Ilhéus: Editus, 2001.

LIMA, Hélio Bastos. **Esporte fisicultura: esporte nos 100 anos de Ilhéus**. (Revista). Salvador: Propeba, 1981.

MENDONÇA, José Rezende. **Pontal ontem & hoje: 1957-2007**. Ilhéus: s.e., 2007.

OLIVEIRA, Carlos Alberto de. **Ilhéus/BA, a Princesa do Sul**: vida portuária e desenvolvimento urbano na década de 1920. In: IX Cidade Revelada - Encontro sobre Patrimônio Cultural, 2006, Itajaí. Anais do IX Cidade Revelada, 2006.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Família, poder e mito**: o município de S. Jorge dos Ilhéus (1880-1912). Ilhéus: Editus, 2001.

VINHÁES, José Carlos. **São Jorge dos Ilhéus**: da capitania ao fim do século XX. Ilhéus: Editus, 2001.

SOCIEDADE ITABUNENSE E SEUS ESPAÇOS CONFLITANTES NA DÉCADA DE 1950.

Luciana Rocha Santos¹

RESUMO GERAL

O presente trabalho busca a análise dos processos históricos em que a cidade de Itabuna-BA estava inserida na década de 1950, seus agentes e espaços sociais². É lançada uma reflexão sobre a Itabuna que busca uma higienização e saneamento moral, tendo como resultado, o estudo dos conflitos sociais gerados pelo processo de remodelação.

Nas primeiras décadas do século XX Itabuna passa a receber um grande número de pessoas que migravam para esta cidade em busca de trabalho, pois viam na riqueza da produção do cacau uma melhoria de vida. Esta explosão demográfica e social levou a criação de planos de urbanização seguidos por uma série de reestruturação na cidade o que leva administração a fiscalizar e disciplinar os comportamentos aplicando normas e práticas guiadas pelo Código de Posturas do Município.

Itabuna indicava a tentativa de estabelecer uma ordem cidadina, procurando oferecer uma formalidade para a expansão urbana e o crescimento demográfico em respeito aos interesses dos poderes instituídos. No entanto, essa linguagem formal terminou por ganhar sentidos diferentes entre as pessoas pobres nas vias e nos logradouros itabunenses, essas diferenças de significados resultaram em tensões entre grupos sociais que compunham essa cidade.

Havia uma procura de impor ordem na cidade pragmatizando a idéia de expansão urbana em favor dos interesses das classes sociais mais abastadas, gerando em Itabuna tensões entre grupos sociais distintos, pois tais medidas de urbanização em suma não geravam benefícios as pessoas pobres. Queixas passaram a ser recorrentes em torno da violência e presença de indivíduos marginalizados (prostitutas, mendigos, ambulante entre outros) na urbe.

Para uma efetiva discussão sobre esta questão, impõe-se a leitura de Philipe Murillo de Carvalho: *Tensões e conflitos no sul da Bahia*, esta obra abrange o estudo da cidade, sua economia, os trabalhadores e os poderes públicos. Tensões ocorrem na cidade de Itabuna, pois se a política de urbanização ansiava pela regulamentação do uso da cidade, os trabalhadores não desistiam de utilizar a cidade e seus espaços levantando-se a questão do direito à cidade pelas pessoas (CARVALHO, 2012)

O processo de modernização reivindicado pelas elites locais era evidenciado pelos periódicos de Itabuna, onde estas críticas apontam como solução imediata desaglomerar e ver os marginalizados longe dos espaços de sociabilidade da elite, pois sua visibilidade tornava a cidade feia e suja o que contrastava com os ideais de modernidade econômica e social. Tensões ocorrem na cidade devido o pensamento de modernidade e progresso que norteava o poder público, o comportamento popular entrava em choque com o plano de urbanização, a moralidade passa a ser empregada e difundida, pois a cidade de Itabuna deveria ser regida pelo sossego e bem estar publico.

A década de 1950 foi um período marcado por um arranjo de reformas urbanas que mudaram notavelmente o centro da cidade, a avenida J.J. Seabra foi alargada para que se tornasse a principal via de

¹ Graduando em História pela UESC. E-mail: lulu_rocha8@hotmail.com.

² Este trabalho integra uma pesquisa mais ampla, desenvolvida sob a modalidade de TCC em História, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto de Oliveira.

trânsito da cidade reurbanizando toda sua extensão, ainda teve a mudança da feira e a retirada dos meretrícios para a periferia visto que o saneamento moral passa a ser empregado e difundido em combate a prostituição. Notório é a mudança corrente do centro comercial da cidade desencadeando transformações nos hábitos populares que cada vez mais se viam excluídos de seus espaços de sociabilidade para assim favorecer a interesses que em nada os beneficiavam gerando assim situações de resistência e imposturas.

Figura 1 Aspecto da Rua J. J. Seabra em reforma, atual Avenida do Cinquentenário, 1959. Na foto, trecho que vai da Praça Adami à Rua Adolfo Maron.



Fonte: Centro de Documentação e Memória Regional- Projeto Memória e Lugar: Fragmentos do Passado¹

A elite da cidade assume a posição de disseminadores e estimuladores do progresso e valiam-se do Código de Posturas para o controle e racionalização das práticas consideradas incivilizada passa-se a repudiar antigas práticas populares como banhar-se no rio Cachoeira, engraxates e ambulantes ocuparem passeios das ruas e praças, pois eram vistos como comportamentos de tempos passados e excluí-los era se aproximar da modernidade.

As diferenças sociais eram imensas, a fonte de renda e principal base econômica era a monocultura cacaueteira que era bastante rentável, mas se aglomerava nas mãos de poucos, logo esta migração que aconteceu no início do século XX passa a se tornar preocupante no que diz respeito à ordem e organização cidadina, pois Itabuna apresentava problemas com a infraestrutura com o abastecimento de água, esgotamento sanitário, ampliação da rede elétrica e ainda contava com os problemas relacionados à segurança. As zonas periféricas, espaço social dos excluídos, ao entardecer passam a ser tratadas como zona perigosa onde se encontrava-se facilmente vagabundos e prostitutas, pois a iluminação precária facilitavam suas ações.

Centro e subúrbio são nestes espaços públicos distintos que a sociedade se dividia e atuava em busca de um pertencimento. No Centro procura-se o embelezamento modernizador europeu que vem atrelado as boas maneiras e condenação de práticas populares disseminada pela elite local e o subúrbio aparece como alternativa para os menos abastados que vivem na precariedade de uma zona socialmente esquecida mas que resiste às imposições elaborando estratégias e negociações para não se desfazerem de seus costumes

Figuras femininas aparecem neste cenário representando o projeto urbanístico da elite local as senhoras Itabunenses, mulheres civilizadas e honestas, a imprensa responsabilizava-se por acentuar o padrão de comportamento e práticas sociais exercidos por estas senhoras, a aparência também era importante para destacar o poder financeiro da família símbolo da Itabuna progressista. As senhoras da elite eram inseridas em um conjunto de ações políticas e sociais como é o caso da filantropia sem abrir

¹ Disponível em: <[https:// http://www.uesc.br/patrimoniohistorico/fotos.htm](https://http://www.uesc.br/patrimoniohistorico/fotos.htm)> Acesso em Out.2014.

mão do conjunto de ações e posturas exigidas, a modernidade e civilidade buscavam através do recolhimento de mendigos das ruas e assistências médicas uma base de sustentação para seus ideais, pois ao reduzir os graves problemas sociais controlava os subalternos e mantinha o poder das camadas privilegiadas.

As fontes impressas localizadas no Centro de Documentação e Memória Regional CEDOC/UESC, nos permitem compreender a cidade de Itabuna (década de 1950). Os jornais abrem um canal de discussões sobre a cidade e os projetos de enaltecimento da classe dominante, um discurso de moralidade e defesa da ordem política. Será em tais discussões sobre a Itabuna progressista, através do estudo destas tensões e disputas, é que se compreendem os espaços sociais, significados e agentes formadores.

Essa revisão historiográfica traz profundas discussões sobre a Itabuna progressista debruçando em fontes de estudo que possibilitam a visibilidade dos marginalizados, além da análise da campanha da elite de remodelamento dos espaços sociais. As figuras que representavam o poder local a todo custo tentavam impor uma postura as classes menos abastadas que por sua vez reagiam e reformavam a cidade rompendo com as estruturas que pretendiam a dominação. Complementando, SOUSA (2010), afirma que enquanto a houver na sociedade sujeições e subordinações, os subalternos buscarão formas de transformar sua própria vivência e os subordinadores.

Este trabalho se desenvolveu a partir da perspectiva de rever a história de Itabuna na década de 1950 e seus espaços conflitantes assim como trazer a figura dos marginalizados como agente formador e transformador, pois a sociedade itabunense apresenta em suas estruturas sociais parte dos subalternos que lutaram e assim transformaram a realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Philipe Murilo S. de. **Uma cidade em disputa: tensões e conflitos urbanos em Itabuna (1930-1948)**. Jundiá: Paco Editorial: 2012.

SOUSA, Erahsto Felício de. **Subalternos nos caminhos da modernidade: marginais, politização do cotidiano e ameaças à dominação numa sociedade subordinadora do sul da Bahia (Itabuna, década de 1950)**. Salvador: UFBA, 2010. (DM em História)

O JOGO POLÍTICO OLIGÁRQUICO EM ITABUNA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1912)

Cristiano Santos Carmo

INTRODUÇÃO

O trabalho busca analisar a política oligárquica das elites de Itabuna durante as primeiras décadas da Primeira República. O período pesquisado vai de 1889 a 1912, visto que foi durante esses anos que as elites itabunenses se organizaram para participar das decisões políticas do sistema republicano recém-implantado no país. Nos primeiros anos da República Itabuna era ainda distrito de Ilhéus, mas por meio das ações de suas elites políticas foi emancipada em 1906 e tornou-se cidade em 1910, o que garantiu uma maior inserção desse segmento no processo político em curso. A análise recai principalmente sobre os três partidos que se definiram em Itabuna precisamente em 1906: alvistas (Henrique Alves dos Reis), firministas (José Firmino Alves), e leonistas (Olinto Batista Leone), que protagonizaram as disputas para conseguir dominar o poder local. As disputas, as cisões, os acordos, o personalismo das facções partidárias, e o falseamento dos processos eleitorais fazem parte do universo investigado. Procurou-se realizar uma análise da política oligárquica em Itabuna e de suas relações com o processo político em curso no país.

Primeiro analisamos como ficou o quadro político em Ilhéus e Itabuna após a adoção do sistema republicano, de que forma suas elites se acomodaram a nova situação. Depois tratamos especificamente

do processo de emancipação de Itabuna, indispensável para entender a atuação de suas elites no início da República. Por último analisamos a nova situação das elites políticas itabunenses depois da emancipação, com a inserção das eleições como um novo elemento de disputa entre as elites locais.

Um dos motivos para o desenvolvimento das pesquisas que resultaram neste texto foi a falta de trabalhos sobre a Primeira República em Itabuna no campo da História Política. A iniciativa de se debruçar sobre este aspecto da história da cidade vem sendo a muito tempo relegada a memorialistas e jornalistas, cujos trabalhos não são exclusivamente dedicados ao período e a temática específica, e não possuem os objetivos da pesquisa histórica em voga na academia, a qual entendemos não ser a proposta destes autores ao conceber seus textos e nem serem eles obrigados a fazê-lo.

METODOLOGIA

Este é um trabalho de História Política e segue os moldes da pesquisa histórica proposta pelos *Annales*, principalmente da Nova História Política (RÉMOND, 2003). Com essas bases procuramos fazer uma análise do processo político destacando as questões mais urgentes do contexto sem deixar de reconhecer a ação de seus personagens. Utilizamos como fonte os trabalhos de memorialistas, jornalistas, e pesquisadores independentes: ANDRADE, 1968; BARROS, 2004; CAMPOS, 2006; COSTA, 1995; FOGUEIRA, 2011; FREIRE, 1963; PEREIRA FILHO, 1960; MENEZES, 2005; SILVEIRA, 2002. Estes trabalhos tem em comum o fato de contarem a história de homens que se fizeram por si mesmos, e com o suor do próprio rosto desbravaram e dominaram a mata, enfrentando feras, índios e doenças, uma narrativa que possui lacunas consideráveis sobre a história da região cacauzeira, considerada o paradigma da história regional, o seu mito de origem (MAHONY, 2007). Além disso, a maior parte destas obras foi lançada na década de 1960, sendo o resultado de duas principais preocupações de seus autores naquele momento: homenagear os cinquenta anos da cidade de Itabuna e àqueles indivíduos considerados os homens portadores do progresso e da civilização que desenvolveram a cidade. Assim, ao analisarmos estes trabalhos relativizamos suas narrativas. Como fontes foram também utilizados jornais de circulação nacional. O fato de não terem sido preservados os jornais produzidos em Itabuna durante o período analisado, nos forçou a procurar outros periódicos que tivemos acesso através da Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional: *Jornal Correio da Manhã* (1908), *Jornal Gazeta de Notícias* (1909 e 1913), *Jornal O Paiz* (1908 a 1910), *Jornal O Seculo* (1909 a 1911), *Jornal Pacotilha* (1908), *Pequeno Jornal* (1891), *Jornal República* (1902).

Para este estudo adotamos o conceito de elite por fazermos uma abordagem que se restringe as disputas intraelitistas. O embate entre esses agrupamentos políticos que designamos de partidos é o fio condutor da análise. Esses agrupamentos não se parecem nada com os atuais partidos que conhecemos, partidos modernos com alto grau de organização, mas podem ser chamados de partidos por que sua ação visa à conquista do poder político dentro de uma comunidade (BOBBIO, 1997).

Nossa análise foi orientada principalmente, por obras que abordam a política baiana na Primeira República, é o caso de SAMPAIO, 1998; PANG, 1979; SARMENTO, 2009. E de trabalhos consagrados sobre esse período no Brasil, mas também de obras que buscam trazer novas interpretações: CARVALHO, 2013; LEAL, 1993; VISCARDI, 2012.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os partidos de Itabuna nasceram atrelados aos partidos de Ilhéus e evoluíram com o tempo, passaram de aliados aos agrupamentos políticos ilheenses durante os primeiros anos da República, a grupos mais distintos com interesses mais definidos que foram se afunilando em prol da emancipação político-administrativa do então distrito. De 1906 a 1912 três grupos políticos disputaram o poder no município de Itabuna, todos reunidos em torno da figura de um chefe, um coronel, com exceção de Olinto Batista Leone que era engenheiro, mas que mesmo sem a patente da Guarda Nacional encarnou para o imaginário regional a figura do coronel. Leone, José Firmino Alves e Henrique Alves dos Reis, lideraram fazendeiros, médicos e advogados nas fileiras leonistas, firministas e alvistas, cuja identificação como de praxe era o nome de seus chefes. No período aqui analisado tais partidos entabularam acordos entre si, estabeleceram alianças com adamistas e pessoistas, mantiveram-se leais aos partidos estaduais baianos e

buscaram ganhar apoio e visibilidade de figuras políticas que circulavam nos cenários da política nacional, com a finalidade de manterem-se “donos” da situação em seu pequeno palco de disputas, porém tão importante quanto os maiores, respeitando a política de troca de favores do sistema coronelista.

Analisamos o perfil dos grupos oligárquicos que dominavam a cena política no Império brasileiro, e continuaram à frente da República adotada pelo país, nos restringindo ao caso das elites baianas e ilheenses, e contemplando Tabocas (Itabuna) que na época era distrito de Ilhéus, com o objetivo de inserir o distrito e a região cacauzeira nos momentos mais conturbados das primeiras décadas da Bahia republicana. Pouco ou nada havia mudado em Ilhéus após a transição da monarquia para a república, antigos conservadores e liberais lograram capitanear novamente o processo político, agora como membros dos partidos republicanos fortemente personalistas, facilmente identificados na região pelos nomes de seus chefes: adamistas e pessoistas. Em Itabuna, embora os chefes locais se dividissem entre alianças com uma das duas correntes políticas ilheenses, a disputa pelo poder no então distrito alargou ainda mais o facciosismo dividindo o campo político na disputa entre alvistas, firministas e leonistas. As disputas entre as elites políticas itabunenses podiam ser medidas pelo grau de violência que atingia a população e pelas tentativas de cooptação da mesma por parte daquelas. A atuação das filarmônicas - principalmente a Minerva (leonista) e a Lira Popular (firminista) - demonstra que as elites buscavam garantir o envolvimento da população por meio da contemplação do processo político em curso e não de sua efetiva participação. O que se verificava principalmente nos pleitos eleitorais fraudados.

As propostas de emancipação de Itabuna trouxeram para o centro do jogo político a preocupação com o futuro controle da máquina pública do município. Com a emancipação de Itabuna o coronel Firmino Alves que liderou todas as tentativas de emancipação do distrito, não conseguiu que sua facção dirigisse o novo município, perdendo a disputa para a facção leonista apoiada no adamismo ilheense e no PRB. Embora nunca tenha alcançado o mais alto posto do município, Firmino entrou para a história de Itabuna como seu fundador, a historiografia tradicional o inseriu numa espécie de panteão cívico ao lado do Desbravador (Severino do Amor Divino) e do Primeiro Intendente (Olinto Leone).

Após a emancipação ocorreu a primeira disputa oficial entre as elites políticas de Itabuna visando o poder municipal. A primeira eleição significou uma rápida trégua entre as elites litigantes, uma vez que foi necessário conciliar os partidos através da indicação de outro nome para ocupar a intendência. A vitória do líder leonista ao tornar-se o primeiro intendente de Itabuna foi consolidada com a elevação do município a condição de cidade, depois de ter participado ativamente da Campanha Civilista. Durante sua administração Olinto Leone sofreu um desgaste com as acusações e o julgamento pelo envolvimento no assassinato do advogado Virgílio de Sá. A absolvição conquistada através das manobras políticas e jurídicas deu novo ânimo a administração do intendente, mas a doença que o acometera lhe impôs seguidos afastamentos. Sua posterior adesão ao seabrismo e a ascensão de J. J. Seabra ao governo baiano garantiram a facção leonista o controle do município e livrou seus membros de capitularem com o PRB em 1912.

Durante sua sucessão Olinto Leone não estava em condições de impor ao partido seu candidato à intendência, mas obteve êxito ao conseguir a indicação de um nome escolhido por ele. A morte do intendente abriu espaço para o surgimento de outras lideranças no seio do partido leonista, e consequentemente para novas disputas. Os partidos de Itabuna se realocaram dentro da controversa ordem política do momento, os leonistas continuaram donos da situação como membros do PD seabrista, os firministas antigos opositores dos primeiros passaram a ter apoio do seabrismo, mas continuaram na oposição no âmbito municipal, e os alvistas passaram totalmente para oposição ocupando o papel antes relegado aos firministas, estavam no total ostracismo e não contavam nem com o apoio da situação baiana.

O personalismo dos agrupamentos políticos, o facciosismo, o adesismo, as decisões tomadas visando ao atendimento de interesses particulares, e a fragilidade dos acordos e arranjos são próprios da *política de acomodação* (SAMPAIO, 1998). As cisões, as mudanças de comportamento, e o processo eleitoral eivado de fraudes, são os pontos característicos a serem ressaltados no contínuo processo de acomodação das elites políticas itabunenses ao jogo político oligárquico dos primeiros anos da República.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, José Dantas. **Documento Histórico Ilustrado de Itabuna**. Itabuna, 1968.
- BARROS, Francisco Borges. **Memória sobre o município de Ilhéus**. 3.ed. Ilhéus: Editus; Fundação Cultural de Ilhéus, 2004.
- BOBBIO, Norberto et al. Tradução: Carmen C. Varriale et al. **Dicionário de Política**. 10ª ed. Vol. 2. Brasília: UnB, 1997.
- CAMPOS, João da Silva. **Crônica da Capitania de Ilhéus**. 3 ed. Ilhéus: EDITUS, 2006.
- CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>>. Acesso em: 16 agosto 2013.
- COSTA, José Pereira. **Terra, suor e sangue**. Salvador: EGBA, 1995.
- FOGUEIRA, Manoel Bomfim et al. **Ensaio histórico de Itabuna: O Jequitibá da Taboca, 1849-1960**. 2 ed. Ilhéus: Editus, 2011.
- FREIRE, José Alves de Souza. **Firmino Alves - Fundador de Itabuna**. Itabuna: Itagraf, 1963.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1993.
- MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. Caderno de Ciências Humanas – **Especiaria**. V. 10, n.º 18, julho-Dezembro, 2007, p. 739-795.
- MENEZES, Moacir G. **Recordações históricas de Itabuna**. Itabuna: Via Litterarum, 2005.
- PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias: 1889-1943: a Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PEREIRA FILHO, Carlos. **Terras de Itabuna**. Rio de Janeiro: Elos, 1960.
- RÉMOND, René. (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação**. Salvador: EDUFBA, 1998.
- SARMENTO, Sílvia Noronha. **A raposa e a águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República**. Salvador, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- SILVEIRA, Adelindo Kfoury. **Itabuna, Minha Terra!** 2.ed. , rev. e amp. Itabuna: Gráfica Santa Helena, 2002.
- VISCARDI, Cláudia M. R. **O Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. 2 ed. - Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS DO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE EUNÁPOLIS-BA (1981-1988)

Neízia Nunes Figueiredo¹

RESUMO GERAL

Nesse trabalho procurou estudar alguns aspectos do processo de emancipação do município de Eunápolis². O município de Eunápolis está localizado na região Sul da Bahia, Extremo Sul, distante 644 (seiscentos e quarenta e quatro) quilômetros de Salvador, capital do Estado da Bahia. O município integra o conjunto de municípios denominados “Costa do Descobrimento”. Com a política de desenvolvimento iniciada a partir de meado de 1950 no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), criou-se uma série de planos governamentais. A associação de empresas privadas brasileiras com estrangeiras e estatais para implantação da produção de automóveis por multinacionais passaram a ser o principal setor do processo de industrialização. Graças ao investimento das empresas estrangeiras permitiu-se que um ambicioso Plano de Metas – popularmente conhecido como “50 anos de progresso em 5 de governo”, e uma política altamente comprometidas com os interesses norte americanos incentivasse a produção automobilística e o consumo no país. Para que essas meta fosse alcançada era necessário, a construção de diversas infra-estruturas de circulação contribuiu para ligar as várias regiões entre si e com a Região Concentrada do país. É assim que a extensão da rede rodoviária brasileira passa de 302.147 quilômetros em 1952 para 1.657.769 quilômetros em 1995, sendo seu maior crescimento na década de 1970. Todavia, somente 8,94% da rede rodoviária nacional são pavimentados, correspondendo sobretudo às regiões Sudeste, Nordeste e Sul. (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p.65).

O Estado da Bahia, com 99.606 quilômetro de caminhos municipais, reúne cerca de 30,54% do total regional do Nordeste, resultando, talvez, da grande extensão territorial e do antigo povoamento. Mas é sobretudo o governo federal que constrói e administra a rede rodoviária no Norte e no Nordeste. (Santos & Silveira, 2001, p.68). Realizando um resumo dos dois grandes momentos com base na literatura sobre a questão regional brasileira. Bacelar (2001, p.72), a autora faz uma análise num período que vai de 1920 a 1970. É que teria predominado nesse momento, nestes 50 anos, a tendência à concentração. São 50 anos em que a dinâmica regional tem o comando da produção industrial, mas uma produção industrial que tendeu a se localizar, com muita força, numa das regiões do país, a região Sudeste, sobretudo no estado de São Paulo. Quando Juscelino Kubitschek, com a conclusão da “Rio-Bahia”, liga o mercado Nordeste como o mercado do Sudeste, na década de 1950, a produção de São Paulo invade o Nordeste. (BACELAR, 2001, p.74).

Entretanto, é a partir de meados da década de 1960 - com o início de construção da BR 101, dispondo-se na região em todo o seu comprimento e rompendo o seu isolamento secular - que o Extremo Sul da Bahia é integrado à economia nacional e passa a desempenhar um papel de região de fronteira agrícola para pecuária e algumas lavouras. Com a estrada inaugurada em 1973, intensifica-se a exploração madeireira tendo como agentes extratores empresários mineiros e capixabas. Os municípios baianos nas décadas de 1970 a 1990 passam por importantes mudanças na sua distribuição territorial. Com efeito, este período, com a expansão da pecuária extensiva e da exploração da madeira, desencadeou-se um processo de interiorização da ocupação que dinamizou, gradativamente, a vida econômica e estimulou o povoamento de áreas até então pouco habitadas ou sem aproveitamento econômico. O autor descreve a região no início da década de 1950, com povoados litorâneos, de formação colonial e com pequenas entradas para o interior, onde predominava a economia de subsistência, o extrativismo com uma ou outra gleba cultivada. Os tabuleiros eram dominados pela Mata Atlântica, ainda exuberante, que cobria mais de 50% de toda a extensão territorial da região. A região onde hoje é o município de Eunápolis, era de mata densa e árvores centenárias que abrigavam também diversificada fauna silvestre conhecida como Mata Atlântica. Desta forma, a atividade econômica madeireira prossegue como a mais importante da região. O

¹ Graduanda em História pela UESC, dentro do Programa de Formação de Professores (PARFOR). E-mail: neizia_nunes@hotmail.com.

² O presente Trabalho integra uma pesquisa mais ampla desenvolvida sob a modalidade de TCC em História, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto de Oliveira.

centro de sua importância vai subindo de sul para norte, vez que, na zona de influência de Teixeira de Freitas, as matas extinguem-se primeiramente.

No rastro da exploração madeireira vão chegando também as grandes empresas, como a Bralanda, a Flonibra, a Aracruz, a Belgo Mineira e outras, interessadas na silvicultura. A implantação destas grandes empresas foi facilitada por políticas públicas que visavam estimular fontes alternativas de energia renovável e, neste sentido, o Extremo Sul da Bahia apresentava vantagens expressivas, tanto para a exploração madeireira nativa como para o reflorestamento. No início da década de 1970, começa a ser plantado o eucalipto na região. Estes investimentos acarretaram uma profunda transformação na estrutura sócio-econômica do Extremo Sul da Bahia.

O município de Eunápolis antigo povoado “Quilômetro 64” surge com a construção do ramal, atual BR 367 que liga Eunápolis a Porto Seguro, a construção da estrada iniciada em 1946 e inaugurada em 1948. Com a aglomeração dos trabalhadores no entroncamento o povoado cresce rapidamente localizado parte nas terras do município de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro. Segundo os resultados do Recenseamento de 1950, a população do município de Porto Seguro somava 25.524 habitantes. Além da cidade e das vilas existentes no município, a população do povoado “Quilômetro” era estimada em 500 habitantes em 1957. Observa-se que no censo de 1950, o povoado Quilômetro 64 não aparece nos levantamentos do município de Santa Cruz Cabrália. O povoado, na verdade, surgiu com a construção das estradas e se expandiu com o crescimento do comércio. Segundo Sposito (2011) a cidade é muito mais que um aglomerado de pessoas que historicamente se formou num ponto do território, cuja razão de ser era o desenvolvimento da agricultura.

Muitos foram os conflitos existentes no povoado de Eunápolis, a situação era atípica. Parte dos eleitores votava no município de Santa Cruz Cabrália, Mundo Novo e Gabiarra, ao mesmo tempo em que a outra parte votava no município de Porto Seguro. As discórdias e contestações eram constantes entre os prefeitos dos dois municípios. Devido ao fato do povoado possuir expressiva economia. Com a extração de madeira gerando riqueza para o povoado, nas décadas de 1970 e 1980, não tardou de outros setores da economia do povoado se desenvolverem. Segundo QUEIROZ, (1985), o povoado apresenta infraestrutura e sua economia bastante promissoras para investimentos.

Com o intuito de atrair novos investidores os bancos investem na divulgação das potencialidades do povoado. É comum encontrarmos no Diário Oficial da Prefeitura de Santa Cruz Cabrália¹, projetos de vereadores solicitando a aprovação junto à Câmara Municipal de Santa Cruz Cabrália de investimentos na construção de abatedouro em Eunápolis. Foi nesta época que muitos investimentos ocorreram, tanto no comércio como na agricultura, mas a crise chegou no final da década de 1980 trazendo também grandes dificuldades para toda a população. Em 1971, o Deputado Estadual Carlos Araújo apresenta o requerimento de número 1873/71, para criação do Município de Eunápolis desmembrando dos municípios de Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro e Guaratinga. O mesmo foi arquivado pela Comissão de Constituição e Justiça. No ano de 1974, durante a administração do prefeito Elivar de Moura Ferreira, o tema voltou a discussão. A prefeitura de Santa Cruz Cabrália e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizaram os estudos de viabilidade (levantamentos: territorial e sociológico), o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) fez o levantamento eleitoral, e as exigências para a futura emancipação foram cumpridas. Eunápolis já reunia as condições necessárias para ter início, na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) o processo de emancipação. O projeto de lei do Deputado Estadual Carlos Araújo, através do requerimento junto a Assembleia Legislativa para que a mesma solicite junto Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBEG), informações a respeito da população do povoado de Eunápolis, ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o número de eleitores desse povoado e a Secretaria da Fazenda do Estado a arrecadação no último exercício da receita de impostos, para que esses dados venham juntar-se ao projeto de emancipação de Eunápolis.

Na década de 1980, com a abertura política, a prerrogativa para se criar municípios voltou a ser dos Estados, nesse período a Assembleia Legislativa da Bahia, através do deputado Antônio Olímpio pede na ALBA o desarquivamento do projeto que por sua vez é aprovado. Seguindo as exigências da legislação é marcado o plebiscito para ser realizado no dia 15 de novembro de 1985. Diante desses fatos, os grupos políticos de Santa Cruz Cabrália, contrários a emancipação fazem campanha a fim de que não se realize a consulta popular, argumentando que o município será muito prejudicado, perdendo parte do seu território em que a exploração madeireira é forte e, por isso sofreria sérias perdas no plano econômico. Mesmo assim, o plebiscito é realizado, mas o SIM, ou seja, o voto dos eleitores que são a favor da emancipação não alcança o número exigido. Em 1986, o Dr. Ramos, deputado estadual, incluiu o nome de Eunápolis no projeto que já tramitava na ALBA e versa sobre a emancipação de outros municípios. No

¹Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Santa Cruz Cabrália/Ba. Ano I, Nº. 2, Jan/1988.

entanto, o TRE não informava nenhuma decisão sobre o assunto. Segundo Sampaio, (2007 p. 205), apenas os jornais, esporadicamente, publicavam pequenas notícias da possível marcação da data. Em 1985, o TRE examinou o processo de 31 distritos e os achou de acordo com as leis vigentes, marcando a data dos plebiscitos, e os preside. Nessa ocasião não se apegara à determinação dos cinco milésimos da renda do estado. Hoje, perante os 53 distritos, os mesmos juízes põem como óbice à emancipação, os cinco milésimos da renda estadual. No entanto, esse argumento não valeu para os 31 emancipados há apenas três anos. Diante da pressão política feita pelos deputados, o TER marca o plebiscito para o dia 17 de fevereiro de 1988.

O plebiscito fora marcado apenas para o povoado de Eunápolis, como a dizer que somente essa localidade atendia a essa exigência da lei. Não podia o TRE afirmar que Eunápolis arrecadava esse montante, porquanto a própria Secretaria da Fazenda do Estado afirmava não ser possível designar a renda de qualquer distrito devido a mecanismos imprecisos existentes. Segundo Sampaio (2007, p.227), se na verdade, a lei fosse cumprida rigorosamente, metade dos municípios brasileiros não poderia continuar na condição de município autônomos. No “Diário Oficial” da prefeitura municipal de Santa Cruz Cabrália, estampa na sua primeira página a notícia “Eunápolis emancipação urgente”.

O plebiscito se tornou uma grande festa cívica, mobilizando todo o povo que ficou dividido. Alguns achavam que Eunápolis pararia de crescer e outros achavam que iria crescer mais rapidamente. Nos meios de comunicação que circulavam no povoados, todos estampavam apoio a emancipação do povoado. Uma edição especial da Revista Tempo Alagoinhas, com matérias dos prefeitos de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, gerentes dos bancos, empresários dos principais estabelecimentos comerciais no povoado, gerentes dos bancos, de pessoas de grande importância na história do povoado, o posicionamento da igreja, enquete popular. Todos favoráveis a emancipação de Eunápolis. LIMA, (sem data).

Em 1988, no dia 7 de fevereiro, a consulta popular é feita e a maioria dos eleitores aprova a emancipação com 21.897 pessoas votaram SIM – pela emancipação e 121 votaram NÃO. No dia 12 de maio do mesmo ano (1988) o governador Waldir Pires sanciona a Lei no. 4.770, que emancipa Eunápolis uma cidade independente. Município criado com territórios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. A criação do Município de Eunápolis foi importante para a população e pra a economia do Estado, pois possibilitaram a disponibilidade de recursos federais e atendeu às demandas locais. As demandas que me refiro é a construção de escolas, postos de saúde, praças, abertura de ruas e saneamento básico. Isso mostra que os territórios passam por processos de transformações, onde são construídos através da fragmentação, numa forma de dominação e apropriação, seja por indivíduos ou grupos, como bem Haesbaert (2001, p.121) o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço. No processo de emancipação do Município de Eunápolis mostra claramente como um território se forma e a partir de ações de atores ou grupos com o intuito de apropriar o espaço e a sua territorialidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACELAR, Tânia. A **“questão regional” e a “questão nordestina”**. in: TAVARES, Maria da Conceição (org.) Celso Furtado e o Brasil. Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

CAMPELLO, Álvaro R. Eunápolis o Maior Povoado do Mundo. **Revista A voz dos Municípios Limitada**. Belo Horizonte, 1984.

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES – BA (CEI), **Informações Básicas dos Municípios Baianos: região extremo sul** – Salvador, 1991.

DIÁRIO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ CABRÁLIA/BA. Ano I, Nº. 2, Jan/1988.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BR ASILEIROS, Rio de Janeiro, IBGE, v. XXI, 1958.

GUERRA, Teoney Araújo. **EUNÁPOLIS: Passado, Presente e Futuro - 60 anos de Fundação 1950-2010**. Eunápolis: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Eunápolis. 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2004.

LIMA, Érlon. Revista Tempo Alagoinha Edição Especial (sem data).

QUEIROZ, Jeová Flanklin de. **Eunápolis**. Ministério do Interior Banco do Nordeste do Brasil S. A. Fortaleza. 1985.

SAMPAIO, Gilberto Vaz. **Emancipação de Varzedo**: quatro anos de luta. Ed. Exemplar. Varzedo. 2007.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização** 13. Ed. São Paulo, 2011.

UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE ILHÉUS – BA (1980 A 1992)

João José Dos Santos

RESUMO GERAL

O projeto de pesquisa visa analisar como os estudantes do Município de Ilhéus/ BA, reagiram ao processo de redemocratização verificado no Brasil na década de 1980, até os protestos nacionais do “fora Collor” em 1992. Para tanto, pretendo realizar uma ampla pesquisa em jornais, revistas, vídeos e também colher informações através de entrevistas a militantes que participaram deste movimento estudantil no período em foco (1980 a 1992).

Alem de ser uma importante cidade histórica, Ilhéus também é berço da origem de escritores internacionais que se refere à Ilhéus e região circunvizinha dando publicidade cultural a região cacauceira no cenário mundial a exemplo de Jorge Amado e outros, que abordaram e fornecem conhecimentos acerca da sociedade e do processo político Ilheense, sobretudo nos tempos de ouro do cacau e dos seus Coronéis que trouxeram resquícios para a atual política.

Neste contexto, engloba o movimento estudantil de nível superior objeto de estudo desta pesquisa nos anos de 1980 a 1992. Que neste momento estava se libertando de uma ditadura, que, por muitas vezes vários segmentos da sociedade teve que se ocultar nos momentos de opressão que durante 20 (vinte anos) assassinou, inibiu, e calou a voz de artistas e intelectuais, dentre outros indivíduos da dada sociedade.

O projeto busca então fornecer contribuições a história do movimento estudantil no Município de Ilhéus em um recorte histórico que abrange um período de 12 (doze) anos (1980-1992), com vistas a subsidiar o conhecimento da juventude que se interessa pelos assuntos do movimento estudantil para que este tenha a trajetória histórica estudantil e regional que teve papel fundamental no processo de redemocratização do Brasil e episódio do impeachment do Presidente Fernando Collor de Melo em 1992.

Temos como objetivo, analisar a atuação do Movimento Estudantil e a repercussão do movimento “Fora Collor” na cidade de Ilhéus – BA nos anos de 1980 a 1992. Analisar aspectos específicos da campanha do “Fora Collor” no contexto da cidade de Ilhéus em 1992.

A justificativa para realizar o trabalho do estudo/pesquisa sobre o Movimento Estudantil em Ilhéus – BA, no período em foco no final do século passado faz-se necessário destacar um breve histórico anterior aos anos 1980 e 1990 em cujo contexto se verificou acontecimentos marcantes do fim dos anos 1970, e da década de 1980, dentre estes:

Ditadura Militar no Brasil (1964-1985); Declínio do regime totalitário; A reorganização da UNE (União Nacional dos Estudantes); Participação da campanha das “Diretas já”.

Com o fim da ditadura no Brasil, o movimento estudantil ficou sem um alvo, ficou de certa maneira órfão de um inimigo real do qual pudesse se fortalecer e se legitimar mais intensamente

politicamente. Era preciso um novo desafio, algo que desse um novo combustível para a sua existência e luta social.

Neste sentido, que o movimento estudantil ganha força nacionalmente, em razão de terem participado das principais reivindicações, juntamente com outros segmentos sociais, por liberdade de expressão, qualidade na educação e políticas públicas para todos. Inicia-se assim, o período de redemocratização do Brasil e mais uma vez os estudantes estavam presentes, engajados em ideais democráticos. Nesse contexto, que pretendo realizar um recorte de 12 (doze) anos, 1980 a 1992, sobre o movimento estudantil de nível superior na cidade de Ilhéus- BA. Haja vista, nesta época a região era carente de instituições de educação superior e nascia assim, objetivos principalmente no corpo discente pela implantação de Universidades públicas, gratuitas e de qualidade.

O objeto de pesquisa de que nos ocupamos aqui, ou seja, o movimento estudantil em Ilhéus – BA, 1980 a 1992. Faz-se necessário em razão de ser assunto que desperta interesse de vários estudantes em virtude da participação ativa no movimento estudantil. Esta motivação na escolha tem além do fator histórico por ser atores sociais imbuídos em ideais progressistas em vários segmentos sociais ligados a educação, segurança, saúde etc. Também, inspirados nos agentes históricos que contribuíram para redemocratização do Brasil pós 20 anos de ditadura militar.

Com a transformação social, ou seja, transição de um período ditatorial para a democracia, que teve contribuição significativa do movimento estudantil na referida cidade no período cronológico, abrange também, outros interesses que pode ser visto de certa forma como educativo para o engajamento político-ideológico de discentes que têm o interesse pela área. Afinal, a produção historiográfica não é neutra, sendo produzida de vieses e matizes conceituais ideológicas e discursivas.

Assim, espera-se contribuir com a pesquisa sobre o tema em foco, visando à produção do conhecimento histórico sobre o movimento estudantil em seus vários aspectos tais como: econômico, social e político, analisando criticamente em que este se inseriu nos movimentos sociais na cidade de Ilhéus e, se formaram para estadualizar a antiga FESP (Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna), na UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz), fator este que não pode ser esquecido por nossa gente, e o movimento estudantil foi crucial na Estadualização da FESP. Nasce assim, o primeiro movimento estudantil de nível superior na cidade em estudo, como o DCE (Diretório Central dos Estudantes), CA (Centro Acadêmico) e DA (Diretório Acadêmico).

A metodologia que utilizaremos são instrumentos de pesquisa como fontes primárias através de relatórios de fontes orais; documentos históricos, a exemplo das atas que formaram os primeiros DCE, DA e CA dos estudantes de nível superior da cidade de Ilhéus-BA, para que possamos lograr êxito do que é proposto ao estudarmos esse tema. Sabemos que para um estudo aprofundado do tema em questão, teremos que nos debruçamos sobre muitos documentos e principalmente dissecarmos com uma precisão que nos traga os resultados desejados e que sejam úteis e necessários para a elaboração de todas as questões existentes para darmos as melhores respostas aos problemas que esse trabalho possa obter, que é verificar como se formou os aspectos específicos da campanha do “Fora Collor” no contexto da cidade de Ilhéus em 1992; caracterizar o movimento pela estadualização da UESC em 1990, e a participação dos estudantes nesta conjuntura e ainda, destacar as linhas gerais do processo que marcou o Movimento Estudantil em Ilhéus nos anos de 1980 a 1992.

A metodologia a ser implementada será conduzida de forma a abarcar a melhor interpretação das fontes usadas, dessa forma, tentaremos sempre estar discutindo com os dados disponíveis. Todavia sabemos que para elaborarmos coerentemente uma metodologia eficiente, deve-se, antes de tudo exaurir totalmente as reservas embutidas nas fontes. Assim, utilizarei a técnica de pesquisa documental e a História Oral que é usualmente aplicada na área das Ciências Humanas e na pesquisa histórica.

Pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza – pintura, escultura, desenho, etc), notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, depoimentos orais e escritos, certidões, correspondência pessoal ou comercial, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos (Santos, 2000).

Dado o exposto, buscarei em várias fontes Oraís como militantes que viveram e participaram do movimento estudantil na década de 1980, bem como fontes documentais das atas que formaram os primeiros DCE, DA e CA dos estudantes de nível superior na cidade de Ilhéus, como jornais e documentos contidos no CEDOC/UESC (Centro de Documentação e Memória Regional), que relatam a história do movimento estudantil nos anos de 1980 a 1992 que irão nos auxiliar na pesquisa sobre o movimento estudantil na cidade de Ilhéus e suas contribuições no processo de redemocratização do Brasil e no movimento “Fora Collor”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José d'Assunção. **Projeto de Pesquisa em História**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

HOBBSAWN, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2000.

FILHO, Michel Zaidan; MACHADO, Otávio Luiz. **Movimento Estudantil brasileiro e a educação superior**. Editora Universitária (UFPE), Recife, 2007.

RENATO, Cancian. **Movimento estudantil e repressão política** - Editora EdUfscar, 2005.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

AUMENTO DOS ÍNDICES DE CRIMINALIDADE NA CIDADE DE ITABUNA-BA: BAIRRO PEDRO GERÔNIMO NA DÉCADA DE 90.

Rafael Brito Monteiro¹
André Luiz Rosa Ribeiro²

INTRODUÇÃO

Optei por este tema devido a algumas circunstâncias recorrentes as minhas experiências. Sou morador do bairro Pedro Gerônimo, localizado em Itabuna. Este bairro é inserido em uma zona conflituosa na qual as ocorrências de assalto, latrocínio e homicídio são muito grandes. Também, é considerada uma das regiões mais perigosas da cidade. Com o tempo, essas ações criminosas vêm crescendo em um nível assustador, não só nessa região, mas em toda a cidade.³ A contra partida, os jovens ingressam no mundo do crime cada vez mais cedo, as pessoas começam a mudar pequenos hábitos, como o de não sair tarde da noite. Esse aumento na criminalidade implica, direta ou indiretamente, na vivência, no modo de agir e pensar dessa população.

Itabuna já foi considerada uma das cidades mais violentas do Brasil chegando a estar entre as cinco mais violentas. Atualmente ela ocupa a vigésima segunda posição neste ranking (segundo “Mapa da Violência 2013” divulgado pelo Ministério da Justiça e Instituto Sangari). Entretanto, percebeu-se um aumento considerável a partir da década de 90 nos índices de criminalidade nessa sociedade, isso é algo que chamou bastante a atenção de estudiosos a esse respeito, destacando-se trabalhos de alguns sociólogos, no qual eles trabalham questões macroeconômicas e as interferências delas no aumento dos índices de violência urbana.

METODOLOGIA

Este trabalho inicia-se com um levantamento bibliográfico a cerca de trabalhos voltados para a questão do aumento da violência urbana, tentando assim identificar características de escrita, metodologias e teorias aplicadas a esse perfil. Depois das leituras afins, segue como proposta elaborar pequenas análises escritas para uma melhor compreensão do assunto, gerando discussões com os teóricos.

Será feito também uma busca em arquivos municipais: um deles fica localizado na Câmara de Vereadores de Itabuna; nas delegacias: em seus boletins de ocorrência; e no Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC/UESC), localizado na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Relatos

¹ Graduando em História na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); e-mail: rafaueschist@gmail.com

² Professor orientador, docente do Curso de História DFCH/UESC, e-mail: andré.5@bool.com.br

³ Além das minhas vivências diárias, outros fatos sustentam essas afirmativas, dentre eles: laudos decorrentes de reportagens que falam sobre o aumento da criminalidade na cidade de Itabuna, além de análises que podem ser comprovadas no site do Ministério da Justiça (<http://www.justica.gov.br/itabuna-ba>)

orais de moradores daquela localidade que vivenciaram esse período serão usados como artifícios de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa que aqui descrevo está em seu início, as perspectivas a serem alcançadas são de cunho social. Este é um trabalho elaborado por um autor que faz parte diretamente desse ambiente estudado, diferente de muitos outros estudiosos que analisam esse tema com o olhar do outro, pelo simples fato de não estarem inseridos nesta realidade. Esperamos com este trabalho entender as conjunturas que o envolvem; o sistema de relações que proporcionou esse aumento da violência urbana em Itabuna, estudando isso através de um bairro e de um marco cronológico para assim elucidar, ou pelo menos tentar elucidar, vários questionamentos acerca dessa temática.

Promoverei com o estudo de campo dessa pesquisa um diálogo com os moradores, entre eles mesmo, e deles para com o todo. Tendo em vista que o pesquisador estará falando de um local específico, de um povo específico, mas que não vai deixar de correlacionar com uma esfera macro. Daí resulta que este projeto surgiu a luz de indagações de pessoas daquela comunidade sobre esse aumento exagerado na criminalidade do bairro e da cidade como um todo, sobretudo nas áreas periféricas. Os moradores do bairro Pedro Gerônimo, em sua maioria já convivem a algumas décadas no bairro, se questionam sobre o que acarretou essa mudança no comportamento das pessoas, algo bastante curioso que o maior número de crimes cometidos nessa localidade é proveniente de menores de idade, que também será discutido ao decorrer dessa pesquisa.

Um fator bastante curioso que está diretamente ligado a essa questão do aumento do índice de criminalidade em Itabuna, é que a década estudada é posterior a crise da economia cacaueira, que também já vinha degringolando a um certo tempo. Dessa forma, todos os aspectos possíveis serão estudados para que possam ajudar na construção desse trabalho, tendo em vista uma produção de conhecimento acadêmica.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. (1993), **“A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático”**.BIB, nº 35, pp. 1-72

CARVALHO, José Murilo de. (1980), **A Construção da Ordem**. Rio de Janeiro, Campus.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (1994), **“A Produção de uma Cidade: O Rio de Janeiro por seus Autores”**, in **Quatro Vezes Cidade**. Rio de Janeiro, Sette Letras

TRINDADE, G. A. Itabuna: redes e fluxos urbanos. In: ANDRADE, M. P.; ROCHA, L. B. (orgs). **De Tabocas a Itabuna: um estudo histórico geográfico**. Ilhéus: Editus, 2005.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade: um estudo sobre a marginalidade avançada**. Rio Janeiro: Fase, 2001.

AS AÇÕES DO SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DE ITABUNA-BA NA DÉCADA DE 1990, NA IMPRENSA

Marcelo Fontes Assunção¹

Marcelo da Silva Lins²

RESUMO GERAL

A ditadura militar brasileira chegou ao final da década de 1970 agonizando, e com dificuldades de sustentação. Tal crise se acentuou pela conjuntura política, mas também pela crise social, com inflação, desemprego e arrocho salarial a que estavam submetidos os trabalhadores. Por causa dessa conjuntura, o movimento sindical, que estava limitado pela censura e repressão próprios da ditadura, voltou à cena política nacional a partir de greves que ocorreram no chamado ABCD paulista (Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema), e com o crescimento do chamado “sindicalismo combativo” a partir de 1978. No caso dos comerciários de Itabuna-BA, a mesma direção sindical que estava na direção da entidade na década de 1970 permaneceu na década de 1980, mantendo as mesmas posturas e práticas sindicais, como se estivessem alheios às transformações do sindicalismo nacional. As mudanças só se fizeram visíveis a partir dos anos 1990. No período da ditadura o sindicato concentrava suas ações em práticas assistencialistas, atendimento médico odontológico, assistência judiciária e homologações de rescisões de trabalho, apenas na década de 1990 percebe-se as primeiras campanhas salariais, luta por melhores condições de trabalho e outras campanhas reivindicatórias.

Os anos 1990, além das mudanças locais ocasionadas pela alteração do grupo político que estava à frente da direção do sindicato, também foi marcado por transformações políticas nacionais referentes aos primeiros anos do fim da ditadura militar, restabelecimento da “democracia” com a promulgação da nova Constituição (1988), eleições diretas para presidente da República (1989), *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello (1992) e governo Itamar Franco (1992-1993). Esta pesquisa também procura estudar se estas alterações nacionais influenciaram a política local e, possivelmente, a organização sindical, particularmente do Sindicato dos Comerciários em Itabuna-BA. Portanto, este trabalho tem como referencial teórico os estudos relativos à história social e política em sua dimensão sindical regional.

Em livro publicado recentemente Marcelo Badaró Matos (2009) diz: “Não há como analisar a sociedade brasileira de hoje sem levar em conta a importância das organizações sindicais” (Trabalhadores e Sindicatos no Brasil), chamando a atenção para o peso dessas entidades na representação de interesses coletivos e mais próxima do mundo do trabalho. A partir disso faz-se necessário conhecer melhor a trajetória dessas organizações, presentes em diferentes conjunturas através das posições dos trabalhadores organizados em propostas que visavam transformar a ordem por eles vivida. O mesmo ocorre no aspecto local, onde a transição vivida entre as décadas de 1980 e 1990 pela sociedade do município teve relação direta com o posicionamento do sindicato diante das novas necessidades que foram surgindo.

Cláudio Batalha diz a respeito dessas necessidades que estas surgem a partir de uma identidade e legitimação, necessidade de conscientização e organização, materialização da experiência comum no decorrer da qual se constrói a identidade coletiva e legitimidade política a partir da noção de trabalho.

E. P. Thompson diz sobre o fazer-se da classe, nesse caso em estudo da categoria comerciários, que é uma relação histórica, construída dentro de um considerável período quando um agrupamento de indivíduos trabalhadores identifica interesses comuns entre si e diferentes, em sua maior parte opostos aos daqueles que detém os meios de produção.

José Assunção Barros chama atenção para a variação e para novos significados da palavra poder e a História Política e a possibilidade de novos objetos, busca das relações de poder nos lugares menos previsíveis, menos formalizados, menos anunciados sugeridos por Foucault. Faz uma conexão entre história política e o imaginário, modos como o poder é representado para servir a que e a quem.

O poder, portanto, está presente também nas relações sociais, de classe, e mais ainda nas atividades de um órgão que se pretende representante de determinada categoria de trabalhadores. Da

¹ Discente do Curso de História DFCH/UESC, fontes.1@hotmail.com;

² Docente do Curso de História DFCH/UESC, marceloslins@hotmail.com.

mesma forma, o poder nas mãos da imprensa que se manifesta na forma que ela narra os episódios, privilegiando determinados aspectos, sujeitos e versões.

A concepção que permeia o conjunto desse trabalho consiste na crença que não existe aspecto da história a ser estudado que ocorra de maneira isolada constituindo campos distintos, a exemplo da história econômica, política, demográfica, ou das mentalidades. Com base na análise feita por Eric Hobsbawm no texto *Da História Social à História da Sociedade (HOBSBAWM)* concordo com a tese que afirma que toda história é história da sociedade. Na mesma linha Gramsci, ao tratar da forma que ele acredita ser a mais correta para escrever a história de um partido político:

a história de um partido não poderá deixar de ser, a história de um determinado grupo social. Mas, este grupo não é isolado; tem amigos afins, adversários, inimigos. Só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e freqüentemente, com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido. Assim, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando seu aspecto característico.¹

No caso desse projeto, não se trata da história de um partido, e sim de um sindicato, mas a lógica é a mesma. Portanto, escrever a história do Sindicato dos Comerciários de Itabuna significa escrever a história da sociedade em que ele está inserido, ou seja, da cidade, de um ponto de vista específico, privilegiando aspectos da luta de classe que de alguma forma tenha ligações com a trajetória da categoria dos comerciários.

Para a realização do balanço historiográfico a respeito do sindicalismo brasileiro; para tratar das mudanças na política e na sociedade brasileira do período pós-ditadura militar, e também da trajetória do sindicalismo regional, utilizarei de pesquisa bibliográfica, com base nos livros já publicados sobre a temática e ainda teses, dissertações e monografias.

Da mesma forma, para compreender as transformações da sociedade regional, suas mudanças recentes, e os impactos da crise do cacau a partir da década de 1980, pesquisas recentes que tratam de tais temáticas vão contribuir.

Uma das fontes de informação das ações desenvolvidas pelo Sindicato será a análise das fontes jornalísticas do próprio sindicato que veicularam notícias da época, *Comerciários na Luta*, que circulou a partir de 1993, claro que por se tratar de um instrumento de divulgação feito pela própria direção sindical e da sua assessoria, tal material tem um caráter de divulgação, e carregado de parcialidade, por isso pretendo cruzar as informações obtidas com as informações retiradas de outros jornais locais não vinculados ao sindicato, da imprensa. Veículo de divulgação dos acontecimentos, entendido por Heloísa Cruz como força social buscado pelo historiador através de procedimentos teórico-metodológicos em seu tratamento, na tentativa de articular sua análise ao campo das lutas sociais no interior dos quais se constituem e atuam. Nesse caso privilegiarei um dos jornais de maior circulação na cidade, o *Jornal Diário de Itabuna*.

Também para analisar as ações desenvolvidas pelo sindicato usarei de outros documentos referentes ao histórico da instituição, a exemplo de um acervo fotográfico com mais de 180 imagens que retratam principalmente períodos das décadas anteriores de 1970 e 1980 que possibilitam traçar um perfil das principais atividades desenvolvidas, como gabinete odontológico, consultório médico, torneios esportivos, solenidades cívicas, fotos das antigas sedes, sede recreativa, entre outras.

Como resultado foi feito um mapeamento das informações obtidas das fontes para posterior confecção de artigo científico, notando as mudanças e rupturas nas práticas da instituição através da mudança de postura, antes assistencialista constituindo-se meramente como um "balcão de serviços", para uma postura reivindicatória com a mudança do grupo político no comando da organização sindical lutando pelos direitos do trabalhador desde a convocação para participarem das assembleias, das campanhas salariais, paralisações e até mesmo greves para chamar a atenção do patronato. Dessa forma pôde-se concluir que os fatos ocorridos na política nacional tiveram desdobramentos na sociedade local e

¹ GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. p.24.

influenciaram no Sindicato dos Comerciários de Itabuna na década de 1990 no que diz respeito às mudanças ocorridas na postura da instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. 1º Ed. São Paulo, 2009. Expressão Popular.

Hobsbawm, Eric. **Sobre História**. 6º reimpressão. São Paulo, 2004. Companhia das Letras.

CRUZ, Heloísa de Faria. Na Oficina do Historiador: Conversas Sobre história e Imprensa. In: **Projeto História nº35 p 253-270, dez. 2007**.

COSTA, Emília Viotti da. **A Dialética Invertida: 1960-1990**.

BATALHA, Cláudio H. M. **Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade ?**

SANTANA, Marco Aurélio. **Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro**.

BARROS, José Assunção. **História Política: O Estudo Historiográfico do Poder, dos Micropoderes, do Discurso e do Imaginário Político**.

HAUPT, Georges. **Por que a História do movimento operário?**

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Classe Média, Situação de Trabalho e Comportamento Sindical: O Caso dos Comerciários de São Paulo**.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. P-24.

BOITO Júnior, Armando. O Sindicalismo na política brasileira. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005 p-106-136 e p-146-221.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves, **FERREIRA**, Jorge. O Brasil Republicano, O tempo da Ditadura-regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. In: **Trabalhadores em movimento: O sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990 p 285-311**. 2º Edição vol.4, Civilização Brasileira Rio de Janeiro 2007.

PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO DO SUL DA CIDADE DE ILHÉUS

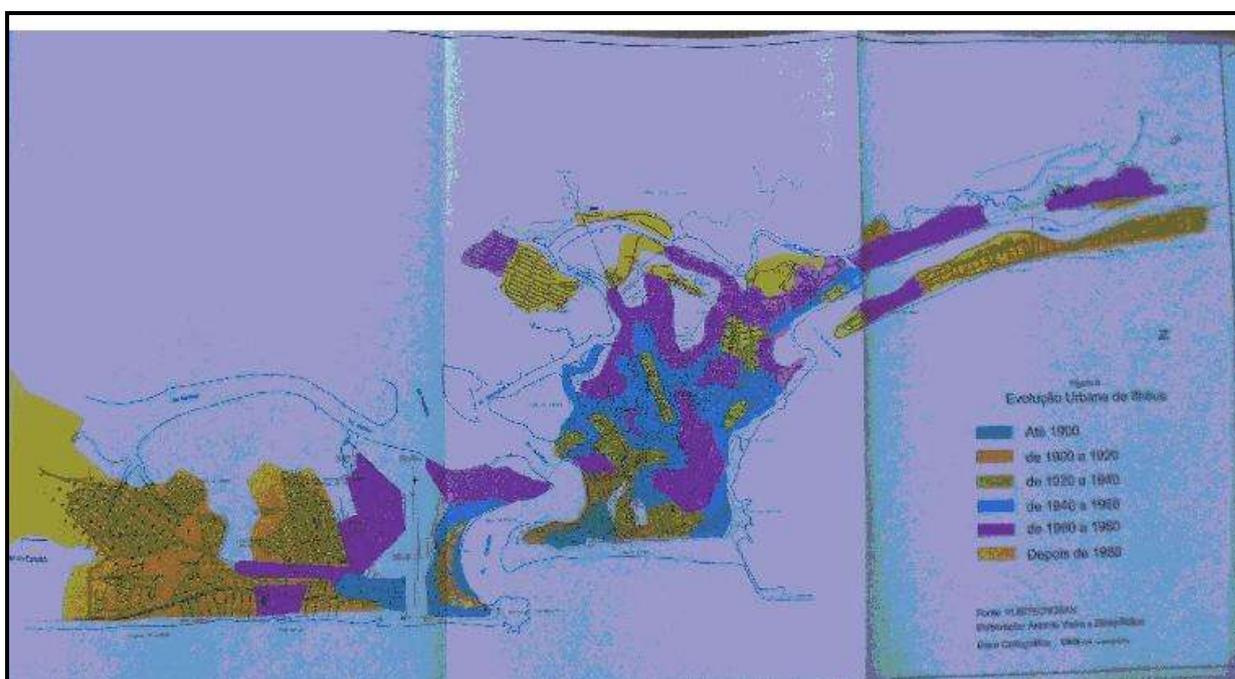
Alex Santos Rosa¹

A cultura do cacau, iniciada no século XVIII, foi decisiva no processo de ocupação do espaço no sul da Bahia². Essa ocupação foi efetuada pela população migrante, advinda do sertão baiano e de outros estados nordestinos, periodicamente atingidos por secas intensas, que funcionaram como causa principal para esses deslocamentos populacionais do final do século XVIII até o início do século XX.

¹ Graduando em História pela UESC. E-mail: alexsantosrosa1@gmail.com.

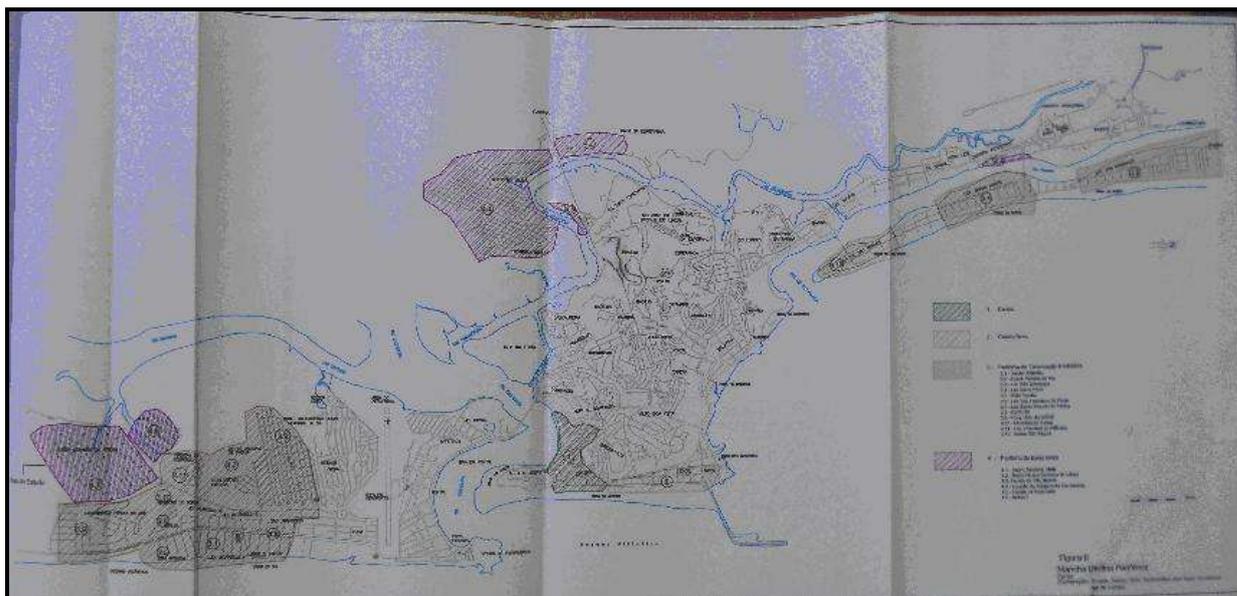
² O presente Trabalho integra uma pesquisa mais ampla sob a modalidade de TCC em História, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto de Oliveira.

Esses migrantes foram ocupando terras às margens dos rios e iniciando as primeiras plantações de Cacau. Com isso surgiram as Vilas, e os povoados que viriam dar visibilidade à região, pois a partir de então, a sociedade local passa a reproduzir as relações políticas econômicas e culturais decorrentes do sistema de produção próprio, na lógica de sua atividade econômica, a produção de cacau. O cultivo do cacau passou a assumir a liderança dos produtos de exportação do Estado da Bahia nas primeiras décadas do século XX, esse crescimento foi favorecido pela imensa oferta de mão-de-obra disponível na microrregião de Ilhéus-Itabuna. Até a década de 1970 o cacau continuou a ser o maior produto de exportação da Bahia, a principal fonte de receita do Estado. Apesar de ser líder na economia e tão próspera por tantos anos, a Região Cacaueira é marcada por inúmeras crises (décadas de 1930-1950-1960) sendo a mais recente e ressaltada nesse trabalho a crise de 1980-90 a que ocasionou a queda da produtividade de Cacau em razão do advento da Vassoura-de-bruxa, levando os produtores a dispensar a maioria dos trabalhadores rurais.



Evolução Urbana de Ilhéus

Esta realidade promoveu um forte êxodo campo/cidade no qual a cidade de Ilhéus se tornou um “porto seguro” para esses migrantes que na busca de alternativas para a subsistência de suas famílias vinham em busca de moradia e emprego, numa cidade com potenciais atividades econômicas como turismo e a indústria, apesar de não terem qualificação para a demanda mais complexa dessas atividades. Com isso a cidade cresceu fisicamente e cresceu também do ponto de vista populacional, e a concentração desse contingente em áreas periféricas da cidade propiciou o crescimento/surgimento de bairros e de favelas a exemplo de Teotônio Vilela, Nelson Costa, Nossa Senhora da Vitória, Vila Nazaré. Essa pesquisa está focada na expansão da cidade em direção ao Sul pós 1980. Vários Loteamentos/Comunidades emergem nesse sentido Sul acompanhando o curso das rodovias. Às margens da rodovia Ilhéus/Olivença estão localizados o sítio São Paulo, o bairro Jardim Atlântico (I, II, III), bairro São Francisco, conjunto habitacional do CEPLUS, Loteamento Moradas do Pontal, e Loteamento Pérolas do Mar. Acompanhando o curso da rodovia Ilhéus/Buerarema estão Vivendas do Atlântico, Santo Antônio de Pádua, Conjuntos Habitacionais URBIS I e II, e O bairro periférico Nossa Senhora da Vitória. Em dados atuais segundo o CENSO 2010, a zona sul da cidade que tem como principais bairros o Pontal, São Francisco, Jardim Atlântico, Nelson Costa, Hernani Sá (URBIS I), Ilhéus II (URBIS II), e Nossa Senhora da Vitória, residem 43.495 pessoas, em um total de 184.236 habitantes, correspondendo a 23% da população Ilheense.



Mancha urbana periférica

Como um exemplar para análise, será destacado neste texto o bairro N. Sra. da Vitória.

A pesquisa está centrada na Zona Sul da cidade de Ilhéus, que se tornou o vetor de expansão das atividades turísticas. Assim, parelho á orla marítima vários empreendimentos turísticos foram ali instalados como hotéis, pousadas, clubes, empreendimentos comerciais e de lazer para explorar o potencial turístico da “princesinha do sul”, “terra de Gabriela”.

O bairro N. Sr.^a da Vitória, localizado nessa parte da cidade, tem sua origem na antiga Rua da Palha (atualmente identificada como rua São Jorge), portanto seu primeiro núcleo de ocupação, constituiu-se inicialmente em um conjunto de casas dos trabalhadores da Fazenda Belo Horizonte.

De acordo com dados da Associação de Moradores do Bairro, a fazenda Belo Horizonte, formada por 320 hectares de terras, era de propriedade do Sr. João Batista de Góes. Algum tempo depois ocorreu um desmembramento dessas terras, de forma que 160 hectares passaram a ter como titulares a Sra. Lícia Maria de Góes Neves e seu esposo Dr. Arnaldo de Moreira Neves (herdeiros do Sr. João Batista de Góes), dando formação à fazenda Aldeia Velha. Essa foi a parte que passaria para o domínio da Prefeitura Municipal de Ilhéus através do processo de doação.

Nesse momento a Prefeitura Municipal de Ilhéus estava intencionada em desapropriar uma área de 100 hectares de terras na Zona Sul da cidade, com o objetivo de loteá-las a famílias carentes oriundas do processo de migração campo-cidade. Supondo que tais terras não seriam repartidas tão rapidamente, sobretudo porque a doação efetuou-se em época de eleições, e se supunha que seriam utilizadas como instrumento para angariar votos, dezenas de famílias ocuparam as terras.

A escritura pública de doação e o seu registro de posse foram lavradas em 18 e 19 de agosto de 1986, no livro número 2U, folha 517 e matrícula sob o número 10.998, no Cartório de Registro de Imóveis da Primeira Circunscrição da Comarca de Ilhéus – Estado da Bahia. O nome do bairro decorre do dia em que houve as primeiras ocupações expressivas 15 de agosto, dia dedicado a N. Sr.^a da Vitória, apesar de que, informações obtidas na Associação de Moradores do bairro dão conta de que, o dia seguinte a assinatura da escritura das terras (20/08/1986), aconteceu “a grande ocupação” pois a notícia da doação se espalhou rapidamente por toda Região Cacaueira.

Quanto ao perfil socioeconômico da comunidade ao salientar as principais características do bairro N. Sr.^a da Vitória, as causas e consequências de sua ocupação, propicia a mensuração da dimensão das dificuldades em que se encontrava parte de sua comunidade. O trabalho autônomo, a auto-ocupação, o trabalho informal e eventual engajavam uma parcela considerável da população economicamente ativa do bairro (GASPARETO, 1998).

As dificuldades estruturais dos imóveis e o descaso do poder público na estruturação desse bairro periférico em seu início (em parte pelos conflitos entre a Prefeitura e os moradores tentando regular a doação das terras utilizando a força; parte pela dificuldade orçamentária das famílias), faz com que a população não disponha de um conjunto de elementos básicos na fase inicial da formação, como saneamento básico, demarcação apropriada dos terrenos e áreas de lazer e convívio (praças, quadras poliesportivas).

O processo migratório populacional contribuiu de forma decisiva para formação da Região Cacaueira. De acordo com Andrade (1996), o afluxo de pessoas da Zona Rural e cidades vizinhas para o município de Ilhéus é um fator que gera preocupações ao setor público local. A cada dia essa corrente migratória aumenta, buscando moradia e oportunidade de emprego. Via de regra, são pessoas despreparadas profissionalmente e ao chegar não conseguem emprego; buscam sua subsistência no trabalho informal e contribuem com o inchaço populacional que ocorrem nos bairros periféricos. Numa cidade, a periferia é entendida como um espaço mais distante do centro urbano, em geral carente de infraestrutura e de serviços urbanos e que abriga a população de baixa renda (CARLOS, 1997).

O processo de periferização, ocorrente nas grandes e médias cidades brasileiras se repete em Ilhéus, de forma mais acentuada nas últimas duas décadas do século XX, sobretudo, por conta da crise da lavoura cacaueira, propiciando uma expansão urbana desordenada, destacando-se por um lado o crescimento da periferia de valorização imobiliária (com a instalação de empreendimentos turísticos, industriais, loteamentos e bairros residenciais destinados à moradia da elite econômica) e, por outro lado, crescimento da periferia de baixa renda (com a instalação de favelas e bairros autoconstruídos) que favorecem o aumento dos problemas ambientais, sociais, econômicos e de gestão para os órgãos públicos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Palma. **Ilhéus: Passado e Presente**. Bahia: BDA, 1986.

CARLOS, Ana Fani A. **A Cidade**. São Paulo: CONTEXTO, 1997. (Coleção Repensando a Geografia)

CASTRO, Epaminondas Berbet de. **Formação Econômica e Social de Ilhéus**. Ilhéus: 1981.

GASPARETTO, Agenor. **Perspectivas da Região Cacaueira Numa Economia Globalizada**. *Revista da UESC: Especiaria*. Ano I, nº 1, jan-jun. 1998. Ilhéus, Bahia.

IBGE, Censo demográfico 2010.

O SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA EM ITABUNA - 1952 -1954

Juliana Batista dos Santos¹

O Serviço Especial de Saúde Pública - Sesp - foi inaugurado no Brasil em 1942, durante o período Estado Novo, por meio de uma parceria entre o governo brasileiro e os Estados Unidos. Naquele momento as chamadas “doenças tropicais”, como a malária e febre amarela, eram uma ameaça aos soldados americanos que estavam nos campos de batalha na região dos trópicos. Com isso, nos Estados Unidos ocorre o desenvolvimento de pesquisas sobre as doenças tropicais e recursos terapêuticos.

È nesse cenário da Segunda Guerra Mundial que o Sesp é planejado para atuar no Brasil, mais precisamente no Vale do Rio Doce e na Amazônia, locais onde eram encontradas as matérias-primas estratégicas – borracha e ferro – e que serviam como base militar para os americanos. Sua finalidade era garantir a saúde e melhores condições sanitárias para os soldados e para os trabalhadores rurais.

Após a Segunda Guerra o Sesp ainda continua atuando no Brasil, desta vez sob a influência da cultura de desenvolvimento da Guerra Fria e alinhado aos projetos de crescimento do Estado brasileiro, a exemplo do Plano Salte (um acrínio para Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) do governo de Eurico Gaspar Dutra (1947 – 1951), o Plano Lafer do segundo Governo Vargas (1951 – 1954) e o Plano de Metas durante a presidência de Juscelino Kubitschek (1956 – 1960) nos quais a saúde pública, especialmente nas regiões rurais, era uma das prioridades. Tanto as políticas internacionais quanto as nacionais direcionavam projetos para as áreas mais subdesenvolvidas, no Brasil as regiões alvos foram o norte e o nordeste (Campos, 2006).

¹ Graduanda de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, VII semestre noturno.

A instalação da agência do Sesp em Itabuna ocorreu em 28 de janeiro de 1950, portanto, durante o período de nivelamento dos objetivos do Sesp com as políticas de saúde do pós-guerra e, internamente, com os projetos de desenvolvimento do governo brasileiro. Neste sentido acreditamos que esta pesquisa justifica-se porque buscaremos identificar e analisar por meio das fontes disponíveis um dos reflexos dessa política na cidade nos anos de 1950, a educação sanitária.

Para este trabalho foi utilizada como fonte primária a coluna Saúde Pública – Suas Atividades escrita pelo Dr. Nilson Brito de Almeida, chefe do Distrito Sanitário de Itabuna, unidade do Sesp na cidade, publicada no periódico local *O Intransigente* entre os anos de 1952 a 1954. Foram identificados sete artigos, o que não descarta a possibilidade de ter havido um número maior de publicações, uma vez que a coletânea consultada encontra-se incompleta.

Itabuna, desde as décadas de 1920 e 1930, Itabuna passou por processos que objetivavam o remodelamento de seu espaço urbano. Em 1927 os engenheiros Arquimedes Siqueira Gonçalves e Manoel Da Rim criaram o primeiro projeto, solicitado pelo intendente Henrique Alves. Este plano tinha como objetivo a criação de vias urbanas no centro da cidade. A configuração do espaço urbano de Itabuna parte desse planejamento. No ano de 1935, durante a administração de Claudionor Alpoim, o engenheiro Francisco Saturnino de Brito Filho elaborou o segundo projeto. Este, com vistas à melhoria do sistema de captação de água do Rio Cachoeira e remodelamento de sua margem. Ainda na década de 1930 o Código Sanitário, que teve sua primeira versão em 1908, é ampliado e revisado, apresentando de forma mais contundente as práticas consideradas mais adequadas aos novos valores de civilidade. (CARVALHO, 2012)

Sob os mesmos princípios de civilidade atuavam a Secretaria de Higiene Pública e a Guarda Municipal. Segundo Carvalho, esses departamentos eram responsáveis por propagar os valores formatados pela elite local, sob o qual expedia permissões para construção de imóveis, venda de produtos, além de controlar a saúde pública (CARVALHO, 2012).

Os projetos de urbanização, o Código Sanitário e instituições citadas acima são alguns exemplos que demonstram que as questões da saúde pública, estiverem presentes na agenda política local. A instalação do Sesp na cidade em 1950 contribuiu para que o tema da saúde pública continuasse na ordem do dia.

A agência funcionou inicialmente no Hospital Manoel Novais. Em 1952 passou a funcionar no prédio da praça João Pessoa (Andrade, 1968). A instituição era responsável pelos trabalhos de conscientização sanitária, dispo de Serviço de Saneamento, que por meios educativos, ensinava a população a construir privadas higiênicas, fornecendo também assistência técnica. Atuava junto aos comerciantes de gêneros alimentícios conscientizando-os quanto à importância dos hábitos de higiene, tarefa executada por guardas sanitários orientados por um Serviço Técnico de Engenharia Sanitária. E, prestava serviços de atendimento médico, como Assistência Médica, Assistência Dentária, Serviço de Higiene Materna e Serviço de Higiene Infantil.¹

A orientação quanto às condições de higiene das comunidades era uma das preocupações centrais do Sesp. Em 1944 é criado o Programa de Educação Sanitária, a qual durante a década de 1950 incorpora às suas ações o conceito de ‘desenvolvimento de comunidade’, estabelecido pelas Nações Unidas e difundido no Brasil por agências norte-americanas como forma de combate a pobreza e aos entraves ao desenvolvimento do Terceiro Mundo. De acordo com tal princípio as populações locais seriam estimuladas a se organizarem e resolverem por si só os seus problemas sanitários (CAMPOS, 2006).

O chefe do Distrito Sanitário de Itabuna utilizou como meio para promover a educação sanitária o jornal *O Intransigente*. A leitura da coluna publicada nos leva a compreensão de que o médico sanitário se baseava no conceito de ‘desenvolvimento de comunidade’ ao orientar a população como se prevenir contra doenças causadas pelas más condições sanitárias. Seu discurso não era de reivindicação ao poder municipal para solucionar os problemas de saneamento, ao contrário, a ausência de melhoramentos na cidade era justificada pela falta de recursos financeiros nos cofres da prefeitura. Com isso, suas instruções eram direcionadas à população.

Nos textos encontrados dos anos 1952 e 1953, ele ensinava os leitores a se proteger de doenças causadas pela água contaminada, como esquistossomose, febre tifóide, disenterias, tuberculose e verminose.² Segundo ele mesmo ressaltava Itabuna não possuía um sistema de abastecimento adequado,³ se servindo da água retirada de cisternas existentes na cidade.⁴ Por isso orientava que antes de beber desta água ela deve ser fervida.⁵

¹ CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*, 19 jun. 1952, ano XXV, nº 39, p.4.

² CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*, 15 mar. 1952, ano XXV, nº 54, p.1.

³ CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*, 26 mar. 1952, ano XXV, nº 57, p. 1.

⁴ CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*, 27 mai. 1953, ano XXVII, nº 75, p.2

⁵ CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*, 22 abr. 1953, ano XXVII, nº 65, p.2.

Em um destes artigos, o médico sanitarista alertava os leitores quanto ao problema da coleta de lixo na cidade. Assinala que Itabuna não possui carros apropriados para a realização desse serviço, apenas caminhões abertos que transitavam pelo centro da cidade. Não obstante, indicava como a população deveria armazenar o lixo em casa. De acordo com suas orientações as famílias deveriam dispor de recipientes metálicos, que permaneceriam fechados até o momento da coleta. E para aqueles que tinham quintais relativamente grandes que cavassem buracos para enterrar o lixo acumulado. Com relação aos comerciantes solicitava que atendessem os novos horários de coleta para que sejam minorados os fatores que abalam a estética da cidade.¹

Nos textos de 1954 o médico discorre sobre o setor de Higiene Infantil, descreve quais atendimentos são prestados, discute sobre uma das causas da mortalidade infantil na cidade, que era a alimentação inadequada, a qual muitas eram submetidas². Em outro texto ele trata da importância dos pais fornecerem ao infante uma alimentação adequada, água potável e ambiente saneável.³ Mas como oferecer esses benefícios às crianças, se a cidade não possui saneamento, não possui água potável? Os pais então deveriam se esforçar para oferecer essa estrutura.

Em suma, as orientações propagadas pelo Dr. Nilson Brito de Almeida tinham como objetivo a prevenção de doenças causadas pela falta de saneamento básico, como sistema de abastecimento de água e serviços de coleta de lixo, seguindo as orientações centrais do Sesp. Entretanto, assim também como o conceito estabelecido pelas Nações Unidas de ‘desenvolvimento de comunidade’, as orientações para que houvesse essa melhoria e para o combate a doenças transmitidas pela estrutura sanitária deficiente era direcionada à população e não ao poder público.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDRADE, José Dantas de. **Documentário histórico-ilustrado de Itabuna**. Itabuna: EGBa, 1968.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. **Políticas internacionais de saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CARVALHO, Philipe Murilo de Santana. **Itabuna uma Cidade em disputa: Tensões e conflitos urbanos no Sul da Bahia. (1930-1948)**. Jundiá: Paco Editorial, 2012.

¹ CEDOC/UESC. *Jornal O Intransigente*, 09 abr, 1952, ano XXV, n° 61, p.4.

² CEDOC/UESC. *Jornal O Intransigente*, 13 mar, 1954, ano XVIII, n° 82, p.4.

³ CEDOC/UESC. *Jornal O Intransigente*, 24 mar, 1954, ano XVIII, n° 90, p.2.

SESSÃO 7: O GOLPE MILITAR E DITADURA NO BRASIL.

50 ANOS DO GOLPE DE 64: A REPRESSÃO NA DITADURA CIVIL MILITAR

Dhiônatan Silva Almeida; Fabiana Souza de Oliveira;
Ihully Gomes da Soledade; Rafaelle Santos Almeida¹
Patricia Ferreira Gomes²

INTRODUÇÃO

Com o intuito de dar suporte aos discentes de licenciatura e visando o aperfeiçoamento profissional desses, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) proporciona o contato com a realidade das salas de aula, objetivando vivenciar limitações e possibilidades nas práticas educacionais. Além dessas experiências, incentiva os bolsistas no desenvolvimento de pesquisas. O PIBID de História, ao qual estamos inseridos, tem como coordenadora a Prof.^a Doutoranda Djaneide Silva Argôlo, que além de coordenadora do PIBID também é docente do curso de História.

Esse trabalho é o resultado de uma experiência pedagógica desenvolvida com os discentes do Centro Estadual de Educação Profissional em Biotecnologia e Saúde (CEEP) realizado pelos estagiários de Iniciação à Docência do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) de História na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) tendo como temática a repressão no período da ditadura civil militar no Brasil de 1964 a 1985, ensejando a rememoração dos 50 anos do golpe.

A realização das Oficinas com as turmas de 1º ano do Centro Estadual de Educação Profissional em Biotecnologia e Saúde (CEEP) propôs analisar o período da Ditadura Civil-Militar que completou seus 50 anos. Um dos momentos mais dramáticos da história nacional, no que pese o não reconhecimento dos direitos mais elementares do cidadão (MALTA, 2011). Sobre a ditadura civil-militar, o historiador Carlos Fico alerta que principalmente em épocas de “comemorações”, rememorações de eventos marcantes da História, como a ditadura, os pesquisadores tendem a elaborar produções acadêmicas sobre o tema e propõe que repensemos sobre as produções já existentes. Vale lembrar que o conteúdo não se encontra na ementa curricular da série em que foi trabalhada a Oficina, assim como nos livros didáticos e quando abordado, o tema costuma ser de forma superficial.

OBJETIVOS

O objetivo central dessa experiência foi diagnosticar o nível de compreensão dos alunos acerca dos principais elementos conceituais que, no trato histórico denunciam a natureza político ideológica da época.

Ensejamos também estimular uma reflexão crítica ao corpo discente acerca desse processo histórico e sua estreita relação com a atual experiência democrática vivida no Brasil.

METODOLOGIA

A metodologia desenvolvida procurou debater junto aos discentes diferentes construções históricas acerca do tema, baseando-se no uso de fontes diversificadas que estimularam o aluno ao pensamento histórico/crítico. Para tanto, usamos ferramentas ligadas à análise de fontes iconográficas, audiovisuais e documentos escritos, como Charges, Depoimentos, Músicas, HQs (História em Quadrinhos) a partir de oficinas temáticas.

Para Marcos NAPOLITANO (2012), a música popular nos permite produzir mediações, fusões, encontros de diversas etnias, classes e regiões que formam o nosso grande mosaico nacional. Para Marcos SILVA (2006) A Cultura Material, associada às outras problemáticas de conhecimento histórico, encontra múltiplos itens para reflexão crítica. Assim como Adriane SOBANSKI (2009), acreditamos que charges e histórias em quadrinhos permitem constituir uma representação objetiva do cenário histórico em foco, permitindo a partir da narrativa visual a descrição de cenários, vestimentas, pessoas, enfim, contextos.

Na montagem da Oficina, em seu primeiro momento foi realizada uma reprodução de um fato ocorrido na USP, em que o professor ao recitar um discurso enaltecendo a ditadura civil-militar, alunos do curso de Direito interromperam-no fazendo uma pequena manifestação. Essa simulação teve como intuito

¹ Discentes do PIBID/UESC.

² Professora supervisora local.

de causar um impacto nos alunos e a partir disso atrair a atenção deles. Em seguida o Prof. Júnior Miranda, docente de Filosofia e Sociologia e graduando de Ciências Sociais, fez a abertura da Oficina fazendo a contextualização dos 21 anos da ditadura, através de slides, imagens, vídeos e músicas. Após a contextualização, os alunos foram direcionados as salas onde ocorreram as Oficinas, os quais foram previamente inscritos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

a) Oficina de depoimentos

A Oficina de depoimentos tratou sobre as torturas, no qual foi feita uma contextualização sobre essa temática por meio de slides, tentando elucidar também alguns jargões, siglas de órgãos repressivos que os alunos acabariam se deparando durante um documentário que estes assistiriam logo depois. Foi tentado desconstruir algumas ideias que afirma que a tortura foi frequente somente pós-68, como posto por Carlos Fico. Foi demonstrado também, “hoje podemos afirmar, baseados em evidências empíricas, que a tortura e o extermínio foram oficializados como práticas autorizadas de repressão pelos oficiais-generais e até mesmo pelos generais-presidentes” (FICO, 2004). Como demonstração para as falas e uma melhor assimilação por parte dos discentes, estas foram mescladas com alguns depoimentos de torturados durante a ditadura. Após foi passado um documentário *Brazil: a Report on Torture* (1971), produzido por Haskell Wexler e Saul Landau, filmado no Chile com os 70 presos políticos brasileiros trocados pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher. Em cima desse documento cinematográfico, foi trabalhado quem eram os autores, a finalidade dessa produção, a conjuntura socioeconômica –cultural e política que permitiram essa produção e os conceitos-chaves apresentados no documentário de acordo com as orientações dadas por Cellard sobre como devem ser avaliados os documentos, orientação elencada no artigo “Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas” de Jackson Sá-Silva. Em seguida foi proposto aos alunos que refletisse sobre quais seriam os resquícios da ditadura militar, onde foi mostrado uma história ambientada na ditadura e outra do caso do desaparecimento de Amarildo para exemplificar a proposta feita acima que culminaria em uma pequena produção teatral. O miniteatro produzido fazia referência aos excessos cometidos pelos policiais, no caso durante a jornada de junho (2013).

b) Oficina de música

De início escolhemos trabalhar com o tema música por ser um tema que agrada aos jovens e por ser também uma das artes que mais sofreram com a repressão no regime ditatorial. Quando falamos de música na ditadura militar nos vêm à cabeça grandes nomes como Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, dentre outros grandes cantores da Música Popular Brasileira (MPB). Através de algumas leituras foi despertado o interesse por outro gênero musical que também sofreu repressão, a música romântica que naquele período foi considerada brega. Segundo o historiador Paulo César Araújo, “A memória construída sobre o período só valorizou a resistência dos cantores da MPB”. Portanto outros artistas como Odair José, Benito Di Paula, Luiz Ayrão e Waldick Soriano também sofreram com a censura no período ditatorial, esses foram os cantores escolhidos para terem suas músicas executadas e analisadas juntos com os discentes, analisamos os trechos das canções que foram censuradas, um dos alunos chegou a questionar porque a música de Waldick Soriano havia sido censurada, sendo que a música não tinha um teor político, se tratava somente do amor. Após analisarmos as letras das músicas os alunos produziram uma paródia a partir o que havia sido trabalhado.

c) Oficina de história em quadrinhos,

As histórias em quadrinhos, ou simplesmente HQs, são bastante populares na cultura ocidental devido a sua linguagem simples e ao seu grande apelo imagético, desse modo a compreensão se dá por ser uma leitura rápida, fácil e bastante agradável aos alunos. A oficina de HQs foi bastante produtiva, trabalhamos como o HQ *Contra Ataque*. Um Quadrinho de Briga!, do mineiro LOR (Luiz Oswaldo Carneiro Rodrigues), que em sua capa traz uma figura de uma caveira vestida com roupa militar. Foi perguntado aos alunos o que a figura da caveira trajando vestimenta militar evocaria, foi mostrado também HQs atuais que falam sobre a ditadura, o HQ *Ditadura no ar*, foi lançado em 2011 e é escrito por Raphael Fernandes. No segundo momento dividiu-se a sala em dois grupos, aos quais foram repassados dois HQs, que foram produzidos na atualidade mas que falda do período da década de 1960, após a leitura foi passado um

questionário , para depois dessa tarefa ele elaborarem uma HQ , com um assunto escolhido por eles , os alunos escolheram dois temas bastante repercutido ultimamente, pedofilia e Homofobia sofrida em casa.

d) Oficina de charges

A escolha da charge para ser trabalhada na Oficina se deu pela forte presença que ela possuía nos principais jornais da imprensa alternativa durante o período retratado. Como por exemplo, o jornal 'Pasquim' (jornal semanário muito famoso na época) criado para ser um jornal de humor, que transmitia também os últimos fatos ocorridos na política. Aqui, a charge convencionava o riso com a contestação ao regime militar, fazendo constantemente críticas ao estilo acomodado que se encontrava a classe média.

Foram expostos aos alunos cartunistas como Ziraldo, Jaguar, Millôr e Henfil, que por meio de um humor ácido, inteligentes e munidos de uma pesada carga de ironia conseguiram expor suas ideias, dizendo através de suas charges aquilo que uma boa parte da população naquele momento queria dizer. Um maior foco foi dado a Henfil, e no seu livro 'Diretas Já!' que engloba diversas charges e crônicas, tornando-se ponto de partida para nossas análises.

Os alunos ficaram espantados com a MINUCIOSIDADE *de elementos* possíveis de serem avaliados em uma charge, onde muitas vezes não são perceptíveis pela carência de um estudo prévio da temática retratada nas mesmas. Houve um notável interesse por parte desse alunado no desafio que lhes foi proposto: a confecção de uma 'sanfona de informações', na qual, através da charge elaborada por eles, deveriam retratar pontos chaves da ditadura civil militar, elencando assim com o nosso atual sistema político.

O resultado foi muito satisfatório, onde o empenho da turma foi de demonstrar através desenho o autoritarismo como marca presente no período ditatorial e principalmente, onde percebem que ainda há uma parcela de censura nos meios de comunicação vigentes.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MALTA, Marcio (Nico). **Henfil: o humor subversivo**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 2 ed.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

NAPOLITANO, M. **História e música: História cultural da música popular**; Editora Autêntica, BH. 2002;

SOBANSKI, A., CHAVES, E., BERTOLINI, J., FONZA, M. **Ensinar e aprender História: História em quadrinhos e canções**; Base Editorial, Curitiba – PR; 2009;

SILVA, M. e GUIMARÃES, S.F.; **Ensinar História no século XXI: em busca o tempo entendido**; Revista Tempos Históricos, volume 11, 2º semestre, 2007;

ARAÚJO, Paulo César de. **Eu não sou cachorro não: música popular cafona e ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2010, 7ª ED, 458 p

ACSELRAD, Márcio, E.ALEXANDRE, Ilo Aguiar Reginaldo. **A charge como agente transformador da realidade: uma análise de sentido do humor gráfico de Henfil no livro "Diretas Já"**. Revista: **Visualidades**, Goiânia V.8 nº2 p.231-249, Julho – dez 2010.

RESISTIR SEMPRE, CURVAR-SE JAMAIS! LUIZ ANTÔNIO SANTA BÁRBARA, FOQUISMO E O MR-8 NA BAHIA (1969-1971).

Taylan Santana Santos¹
Felipe Silva Barreto de Souza²

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a trajetória do guerrilheiro Luiz Antônio Santa Bárbara na luta armada do MR-8 na Bahia, durante o período de 1969- 1971. Nessa perspectiva, ao estudarmos a guerrilha desencadeada no sertão baiano, sob atuação de Santa Bárbara, levantamos o seguinte problema: qual a influência que o foquismo exerceu sobre o quadro político brasileiro nesse contexto baiano de resistência armada? Estudamos a trajetória de Santa Bárbara enquanto um participante da luta política, em pleno contexto de resistência da esquerda perante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985). O referido objeto está, por conseguinte, circunscrito na temática da história e memória da esquerda e das lutas sociais no séc. XX, com ênfase na Bahia.

Atualmente, no contexto dos 50 anos do golpe de 1964, podemos afirmar que o estudo acerca do Regime de Exceção no Brasil (1964-1985) vem conquistando grande destaque na academia. A fim de rememorar este passado recente crescem junto às universidades e centros de pesquisas de todo o país, trabalhos acadêmicos que versam sobre os principais acontecimentos deste período. Ademais, paralelo aos 50 anos do golpe, se esboça no Brasil um processo inicial de tentativa de construção da Justiça de Transição mediante as Comissões da Verdade, Campanha da Anistia e etc. Tal iniciativa vem fortalecendo o interesse referente ao conhecimento dos principais marcos históricos decorrentes da instauração dessa Ditadura no Brasil. Nessa perspectiva, desvendar, conhecer e problematizar os principais fatos entre 1964-1985 se constitui em desafio intenso para os diversos pesquisadores do campo das Ciências Sociais.

Tendo em vista a importância da pesquisa acadêmica acerca dos processos de resistência política ao regime de exceção, nos debruçamos sobre o desenvolvimento da luta armada na Bahia, mais especificamente sobre a articulação de uma guerrilha rural tentada por uma organização revolucionária (MR-8) em uma determinada região na Bahia (sertão de Brotas de Macaúbas) no período de 1969-1971. Para problematização da referida temática, questionamos as possíveis influências do foco guerrilheiro enquanto arcabouço teórico/político/estratégico da organização, tomando como referência a trajetória guerrilheira de um dos seus integrantes, Luiz Antônio Santa Bárbara, compreendendo suas ações políticas, possivelmente relacionadas com a teoria do foco guerrilheiro, e inseridas no processo da guerrilha rural. Vale ressaltar que existem poucos trabalhos historiográficos sobre a resistência armada na Bahia contra a Ditadura, o que justifica a necessidade desta presente monografia histórica.

Portanto, esta pesquisa se justifica quanto ao seu mérito de compreender as possíveis influências do foquismo no Brasil, a inserção do trabalho político de Buriti Cristalino no âmbito das guerrilhas e o contexto da Bahia no que tange à resistência política ao Regime de Exceção. Portanto, visamos desarquivar a Ditadura Civil-Militar a partir do resgate da memória de sujeitos, que como Luiz Antônio Santa Bárbara, ousaram resistir sempre, curvar-se jamais!

Metodologia

Quanto às abordagens da minha pesquisa, podemos destacar com relação ao tipo e/ou tratamento das fontes: o uso de documentos oficiais, bibliografias e fontes iconográficas.

Documentos oficiais: relatório oficial *Operação Pajussara*, processo judicial *Luiz Antônio Santa Bárbara, Arma da Crítica e Linha política e orientação para a prática*. Fonte Iconográfica: **DO BURITI À PINTADA Lamarca e Zequinha na Bahia**³

Resultados e Discussão

¹Graduando em licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana, Bolsista de Iniciação Científica. E-mail: taylansantos@hotmail.com

²Graduando em licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: felipebarretouefs@hotmail.com

³ DO BURITI À PINTADA Lamarca e Zequinha na Bahia. Direção, produção e roteiro: Reizinho Pereira dos Santos. Portfolium Laboratório de Imagens, 2011. DVD (58 min.), colorido. Filme Documentário.

Embora a presente pesquisa não esteja concluída podemos sinalizar alguns apontamentos. Entre eles, consideramos a luta armada no combate sustentado pelas armas em um determinado contexto de luta política. Ou seja, tal processo se fundamenta no uso do recurso às armas, legitimada até então pelos seus militantes, como estratégia de guerra a fim de atingir seus objetivos, demandas e suas causas específicas. No Brasil, embora seja possível evidenciar esboços de combates armados no período anterior à ditadura, é necessário delimitar o contexto pós- AI/5 (1968) como desencadeador da “imersão geral das esquerdas na luta armada”¹.

Quanto à caracterização geral dos embates armados no Brasil, primeiro se faz necessário considerarmos o conceito de resistência armada. Dessa maneira, durante o contexto de ditadura, os conflitos armados se configuraram como uma reação ao golpe burguês-militar e mais efetivamente contra a intensificação de tal regime no período dos anos de chumbo. Contudo, não podemos compreender tal conceito através de uma resistência isolada, mas sim como uma resistência ofensiva cujo projeto político era a derrubada da ditadura e a construção do socialismo, para algumas organizações como o MR-8. Em geral, tal resistência era composta pelas camadas médias, masculina e juvenil. Destacavam-se por uma “constelação” de organizações revolucionárias de caráter era diferenciado (nacional-democrático x socialista), continham diferentes espaços de atuação (massas urbanas x rurais) e adotavam vários tipos de organização (partido x comando guerrilheiro). Não obstante, é possível sinalizarmos específicas convergências como a prerrogativa de ações armadas, a renúncia e o combate à institucionalidade, confluência de ideologias anticapitalistas e anti-imperialistas, além da meta da queda do regime de opressão como condição *sinequa non* para a realização de transformações sociais, políticas e econômicas. (RIDENTI, 2010)

Entre as diversas organizações revolucionárias do período, o MR-8 (oriundo da DI-GB) será destaque neste capítulo. O *Movimento Revolucionário Oito de Outubro* surgiu nominalmente em 1969, após a famosa captura do embaixador norte-americano Charles Elbric. A partir da atuação política deste grupo armado, o esforço desta pesquisa visa considerar as (im) possibilidades de adoção do foquismo cubano enquanto modelo revolucionário para a revolução socialista brasileira.² Os princípios da teoria do foco guerrilheiro ou foquismo se caracterizam por projetarem a guerrilha como um caminho viável para a emancipação popular e libertação da América Latina do jugo imperialista. Entre vários aspectos se destacam a crença na vitória de um foco guerrilheiro popular sobre um exército regularmente organizado, além dos pressupostos teóricos como a crítica ao projeto político dos partidos comunistas e a sua consequente burocratização.

Outra tese é o destaque dado ao campo como o principal cenário de desenvolvimento do processo revolucionário assim como a defesa do camponês como o principal agente do referido processo.³ O desafio neste tópico se configura como a necessidade de compreensão acerca do MR-8, buscando problematizar as possíveis influências do foquismo enquanto modelo revolucionário da organização. Para este processo nos debruçamos no estudo de documentos clandestinos da organização. Entre eles, a “Arma da Crítica” e “Linha política e orientação para a prática”.

Após a repressão adentrar em sua fase de maior recrudescimento, gerando o isolamento e cercamento das organizações revolucionárias clandestinas nas cidades, o MR-8 passou a adotar ações reativas, desviando o seu foco estratégico da guerrilha urbana e se concentrando no seu objetivo primordial: a formação da guerrilha rural. Tal projeto fora tentado no sertão baiano em um trabalho político que se inicia em 1969, reunindo nomes como Carlos Lamarca, Zequinha Barreto e o sujeito dessa pesquisa: Luiz Antônio Santa Bárbara. O desenvolvimento deste foco inicial de guerrilha foi interrompido e desmantelado em 1971, mediante a atuação das forças repressivas no local, o que resultou no denominado “Massacre de Buriti Cristalino” (região de articulação da guerrilha localizada no território de Brotas de Macaúbas, interior baiano). Nosso intento é apurar as possíveis relações/influências da teoria guevarista sobre a prática revolucionária na guerrilha do MR-8 no sertão baiano.

A compreensão do objeto de estudo desta pesquisa requer uma análise histórica mais aprofundada a respeito da Luta Armada na Bahia, recortando a guerrilha do MR-8 e a referência de Luiz Antônio Santa Bárbara enquanto integrante deste processo. A propósito, alguns motivos nos levaram a ênfase deste sujeito histórico no cerne do nosso escopo. Entre estes, salientamos a importância política de

¹A tese de “imersão geral” das esquerdas na Luta armada está desenvolvida na obra: GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas:**a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1990.

²Tal cogitação deriva da visão repressora sobre a organização que a “denunciava” enquanto foquista. Por outro lado, pesquisas acadêmicas e depoimentos de ex-integrantes do MR-8, a exemplo de Daniel Aarão Filho, sinalizam o foquismo no quadro político do movimento.

³Para uma melhor compreensão acerca da Teoria foquista, nos debruçaremos no estudo das obras: GUEVARA, Ernesto Che. **A guerra de guerrilhas.** Obras completas. São Paulo: Edições Populares, vol 9, 1981. DEBRAY, Régis. **Revolução na revolução.** São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, s/d.

Santa Bárbara enquanto militante resistente à Ditadura, desde o movimento estudantil de Feira de Santana, o seu papel desempenhado como um alfabetizador/conscientizador popular na guerrilha do MR-8 na Bahia, além da necessidade do resgate da memória deste sujeito esquecido pela historiografia.

Em síntese, afirmamos a imersão geral das esquerdas na resistência armada nos anos de chumbo da Ditadura, cujos caminhos e descaminhos não cabem ao historiador o ato de julgar, mas sim o de interpretar e problematizar as motivações e implicações decorrentes dessa jornada armada. Aos ex-militantes, lhes restam um passado de luta e de sua própria resistência. Uma memória cuja história com certeza “absolverá”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1990.

RIDENTI, MARCELO. **O FANTASMA da REVOLUÇÃO BRASILEIRA**. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

GUEVARA, Che. **A guerra de guerrilhas**. São Paulo: Editora Populares, 1980.

DEBRAY, Régis. **Revolução na revolução**. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, s/d.

CERQUEIRA, Ruy. **Santa Bárbara**: o estudante da guerrilha. Feira de Santana: Modelo, 2002.

JOSÉ, Emiliano. **Lamarca**: o capitão da guerrilha. São Paulo: Global, 1989.

ZACHARIADHES, Grimaldo. **Ditadura militar na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009.

DO BURITI À PINTADA Lamarca e Zequinha na Bahia. Direção, produção e roteiro: Rezinho Pereira dos Santos. Portfolium Laboratório de Imagens, 2011. DVD (58 min.), colorido. Filme Documentário.

DEMOCRACIA EM JOGO: FUTEBOL COMO FERRAMENTA POLÍTICA NA DITADURA DO BRASIL (1966-1984)

Samir Santana de Oliveira¹
Tauã Fernandes Junqueira²
Graciela Rodrigues Gonçalves³

INTRODUÇÃO

A formação da identidade do brasileiro está sem dúvida ligada à própria prática popular do futebol no Brasil. A chave para a popularização desse esporte está na incursão do negro, esse fato é representativo, pois é na representação do negro – malandro pobre e festivo – que a identidade do próprio povo brasileiro se especifica. E tomando por concepção que como aspecto de identidade não basta somente se diferenciar em algo do outro, mas também é necessário identificar-se com isso (ORTIZ, 1994) é que a o negro traz consigo a representação da brasilidade para o futebol e assim o hobby do esporte estrangeiro praticado pela elite, inicialmente fluminense e paulista, é resignificado em símbolo nacional.

A aglomeração de grande contingente de pessoas sempre foi motivo de atenção para o regime militar no Brasil (1964-1985), era necessário vigiar o que movia essa multidão e o que a mesma pensava.

¹ Estudante de graduação de licenciatura em História na Universidade Estadual de Santa Cruz; e-mail: santanoliveira47@gmail.com

² Estudante de graduação de licenciatura em História na Universidade Estadual de Santa Cruz; e-mail: tauamoura@hotmail.com

³ Professora orientadora na Universidade Estadual de Santa Cruz, email: gracielagoncalves@ig.com.br

Uma estratégia muito utilizada era a infiltração. No futebol não foi diferente, depois do bicampeonato mundial da seleção brasileira, tendo como seus principais ícones um negro e um mulato, Pelé e Garrincha respectivamente, é a partir da Copa do Mundo de 1966 que a seleção brasileira torna-se um instrumento do governo militar. Já consolidado como parte integrante da identidade do brasileiro, ali estava um profluo terreno para a propaganda do governo, tendo o fracasso nessa copa, a ação militar foi ainda mais efetiva para consertar os erros e retomar o prestígio e o orgulho do futebol brasileiro; então se inicia a participação de agentes do governo dentro da comissão técnica, e o planejamento para a copa subsequente, a copa de 70.

Em contrapartida o futebol também foi espaço para a resistência e contestação do regime. A “Democracia Corintiana” (1981 – 1984) foi uma das experiências mais significativas do período da redemocratização. Um time de grande torcida, vindo de uma crise estabelece um novo modo de gestão, que ressignifica as relações entre diretoria, jogadores, funcionários e torcida, a partir de uma ordem democrática, contrariando a ordem nacional (ditadura) e se tornando um espaço para além do desportivo, um espaço de discussão política e social.

METODOLOGIA

Esse trabalho é feito a partir da análise dos documentários “Ser Campeão é Detalhe” (2011) e “Memórias de Chumbo: o futebol nos tempos do Condor” (2012) onde vamos fazer uma discussão sobre a instrumentalização do futebol pelas questões políticas do país tomando como objetos específicos a seleção brasileira de 1970 e a Democracia Corintiana (1981-1984). Trazemos a discussão que Renato Ortiz faz em sua obra “Cultura Brasileira & Identidade Nacional” (1994) sobre o conceito de identidade nacional e como a mesma é construída a partir da miscigenação cultural, que no Brasil veio a partir da diversidade étnica. Utilizamos Valter Pinto (2012) e Marcos Guterman (2004) a fim trabalhar o cenário político que permeava o cotidiano futebolístico da época.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ano de 1970 era o período em que se vivia o período de chumbo – o mais violento do regime – que era presidido pelo Emilio Garrastazu Médici, onde se apoia na campanha vitoriosa da seleção brasileira de 70 na copa do mundo no México com o intuito de buscar a popularidade do governo que se dizia desenvolvimentista, fazendo uma propaganda interna e manipuladora do país para encobrir as repressões cruéis e violentas àqueles que protestavam contra o regime (GUTERMAN, 2004). É nesse evento em específico – Copa do Mundo de 1970 – que discutiremos a intervenção militar de forma mais expressiva. Começando pelo técnico, membro do PCB (Partido Comunista Brasileiro) suspeito de levar documentos confidenciais do governo para fora do país durante os amistosos. Com bons resultados e uma intensa propaganda sobre esse time acende duas imagens combinadas de forma nociva para o regime, o povo unido num mesmo ícone (seleção brasileira) e dentro desse ícone o comandante sendo o símbolo do comunismo e da subversão (João Saldanha). Acirram-se o posicionamento do técnico com os agentes militares da comissão técnica, o presidente Médici comparecia aos jogos da seleção e fazia pronunciamentos calorosos de apoio à equipe. A situação fica insustentável e João Saldanha é retirado do cargo de técnico e Mário Lobo Jorge Zagallo, bicampeão mundial, atual técnico do botafogo que treinava na escola de educação física do exército, assume o ofício e sem mais embates com o governo leva a seleção ao título com uma atuação até hoje lembrada com a melhor de todos os tempos. Com o título em mãos a já forte propaganda é intensificada e a imagem de um país vitorioso, um povo unido é oficializada enquanto silencia-se João Saldanha e a imagem do combate ao governo, o protesto e a resistência.

Todavia, o futebol não só teve o protagonismo alienador orquestrado pelo regime militar, há um contraponto na história. A Democracia Corintiana iniciada em 81 e com seu término em 83 foi uma das mais originais experiências de resistência no período ditatorial civil-militar do Brasil. Enquanto o país inteiro lutava por democracia, um lugar no Parque São Jorge em São Paulo tinha. O Sport Clube Corinthians Paulista era ainda na década de 80 um time de expressão apenas regional e a partir da vivência de um estado democrático dentro de um regime ditatorial é que os olhos do Brasil tornam a ele e aí, pela via política e não somente desportista, que o Corinthians toma uma expressão nacional. Saindo de uma crise em campo o clube tem como diretor de futebol o sociólogo Adilson Monteiro Alves, que assumidamente não entendia de futebol e que começa a dialogar com os jogadores, dentre os jogadores estava Sócrates, médico, jogador de seleção e líder dos jogadores. Então se começa pensar uma gerência dialogada entre atletas e diretoria, logo isso se expande também para os funcionários e a maioria das decisões tomadas são feitas por meio de assembleias e voto direto como, por exemplo: concentração opcional antes dos jogos e distribuição da remuneração nos títulos.

Essa experiência começou a chamar atenção e o Centro de Treinamento do clube se transformou num espaço de discussão política, com intelectuais, artistas, jogadores, dirigentes, e o clube começaram a virar símbolo do período da redemocratização. Assumindo na identidade esse aspecto político os uniformes começam a vir estampados com os dizeres “Democracia Corinthiana”, o governo nada satisfeito, principalmente por se tratar de um time de massa e crescente, censura à camisa, e então pouco a pouco a torcida entra nessa construção e faz uma faixa escrita “Anistia Geral e Irrestrita”; o movimento toma corpo e os jogadores entram em campo com outra faixa que falava “Ganhar ou Perder, Mas Sempre Com Democracia”, causam grande alvoroço. Essas manifestações, principalmente pela conquista de dois campeonatos paulistas, derrubavam por terra o discurso de ineficiência/vadiagem. O líder do movimento, o famoso jogador Sócrates, leva ao apogeu esse movimento quando num comício coloca sua carreira em jogo; caso a emenda constitucional Dante de Oliveira que previa as eleições diretas para presidência da república passasse pela câmara ele não aceitaria a proposta de jogar pela Fiorentina (clube italiano), a emenda não passou e o jogador deixou o Brasil, e aí se finda um projeto político de resistência ao regime militar dentro do futebol, como agente crítico e transformador da sociedade.

Através deste trabalho esperamos analisar como o futebol naquele período foi cenário de luta política, tanto para a alienação proposta pelo regime quanto para a resistência, com João Saldanha e a Democracia Corinthiana. Outro objetivo é mostrar que o futebol também é uma das ferramentas que contribuiu com a luta para o fim da ditadura militar, que muitas vezes isto não é dito ou é pouco visto na historiografia nacional, então se torna necessário trazer a tona esta discussão, já que é um esporte de massa e paixão nacional.

FONTES DOCUMENTÁRIAS

“Memórias de Chumbo: o futebol nos tempos do Condor” (ESPN Brasil, 2012), produção e reportagem de Lúcio de Castro.

“Ser Campeão é Detalhe” (DNA Filmes e Unicamp - Instituto de Artes, 2011), produção de Rubens Passaro e Rogério Porto, pesquisa de Caetano Biasi, Gustavo Forti e Rubens Passaro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUTERMAN, Marcos. *Médici e o futebol: a utilização do esporte mais popular do Brasil pelo governo mais brutal do regime militar*. In: **Projeto História**. São Paulo, v. 29, n. 01, p. 267-279, dez. 2004. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9958/7397>>. Acesso em: 02 de novembro de 2014.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 152 p.

PINTO, Valter Figueiredo de Oliveira. **Identidade nacional em jogo: uma análise das ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e Civil Militar (1964-1985) dentro do universo futebolístico brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso do LEA. Ilhéus: UESC, 2012.

PARA ESQUEÇER E PARA LEMBRAR: REFLEXÕES SOBRE O GOLPE CIVIL MILITAR NO BRASIL (1964-1985)

Celiane Vilas Boas Santos¹
Joelma Palmeira Alves²
Raquel Santos Nery³
Rosana Neves⁴
Mary Lucy Silva Lima⁵
Flordeni Matos⁶
Robson Norberto Dantas⁷

INTRODUÇÃO

Em razão de estar completando 50 anos que os militares deferiram um golpe contra a constituição brasileira, instaurando uma ditadura militar no país, torna-se oportuno aproveitar a efervescência histórica para suscitar nos alunos o interesse pela história do Brasil, enfatizando sua riqueza e sua dinâmica, ao mesmo tempo estimulando a crítica histórica, percorrendo os acontecimentos históricos que levam à compreensão de como a história do Brasil culminou no que é hoje. O estudo sobre a ditadura militar serve para a construção de uma base de conhecimento da história recente do nosso país e, também, proporciona, uma avaliação crítica e de parâmetros para opinar sobre autoritarismo e outras formas de governo, além da percepção do atual sistema político brasileiro, bem como a ideia de democracia

A princípio a oficina foi aplicada em diferentes turmas do ensino profissional, nos turnos matutino e noturno, do Centro Estadual de Educação Profissionalizante Álvaro Melo Vieira (CEEPAMEV), que fica situado à Avenida Canavieiras, 92, centro, Ilhéus-BA e por ter gerado importantes discussões na unidade escolar foi decidido ampliar a discussão num evento de maior porte e tão conceituado como o Ciclo de Estudos Históricos da UESC.

Os objetivos norteadores dessa oficina é discutir as condições políticas que permitiram a viabilização de um golpe civil militar no Brasil, desenvolver um estudo crítico em relação ao período da ditadura militar no Brasil, proporcionar aos alunos o contato com diversas fontes de estudo para a compreensão do período e entender o contexto político, econômico e social do Brasil e a possível relação com os anos da Ditadura Civil e Militar.

METODOLOGIA

No início da oficina será realizada a entrega do material para os alunos da rede pública do ensino médio, público alvo da oficina e apresentação da oficina. Logo em seguida, a música “Cálice” composta por Chico e Gilberto Gil e interpretada por Chico e Milton Nascimento será trabalhada. Cálice é uma canção com muitas metáforas usadas para contar de forma disfarçada a situação em que a sociedade vivia durante a ditadura militar. Nos versos dessa canção os autores expressam o desejo de se livrar das desigualdades sociais no Brasil nesse período. Além disso, aborda a questão do envolvimento de políticos com as mortes ocorridas nesse período, denunciam os métodos de tortura e repressão que eram submetidas às vítimas para conseguir o silêncio das mesmas e o desejo de libertar-se das imposições feitas pelo governo.

Com a utilização de imagens projetadas em slide, será realizado um apanhado geral sobre os aspectos econômico, político, social e cultural desse período no Brasil e na Bahia, situando os alunos no contexto histórico e, em seguida, os alunos assistirão ao documentário “Anos de Chumbo”.

¹ Estudante de História e bolsista do PIBID, e-mail: celiane.santos2@yahoo.com.br

² Estudante de História e bolsista do PIBID, e-mail: jopalmeira@hotmail.com

³ Estudante de História e bolsista do PIBID, e-mail: raquelnery21@gmail.com

⁴ Estudante de História e bolsista do PIBID, e-mail: rosananevesmoura@hotmail.com

⁵ Estudante de História e bolsista do PIBID, e-mail: marylucyw@hotmail.com

⁶ Professora supervisora do PIBID, e-mail: flordenimatos@hotmail.com

⁷ Professor orientador, e-mail: robsondantas1304@gmail.com

Após o documentário e discussão do mesmo, ocorrerá o trabalho com as charges. Os alunos serão distribuídos em 7 grupos e terão cerca de 20 minutos para fazer a leitura das charges e discussão em grupo. Após o intervalo ocorrerá uma breve explicação sobre a importância do documento e a análise histórica do mesmo, norteados assim o momento da discussão em grupos que será realizado com os depoimentos das mulheres que foram torturadas durante a Ditadura Militar.

Como retorno do que foi apresentado, as charges serão projetadas no Datashow para que todos possam visualizar as charges e cada grupo terá que expor qual o entendimento que tiveram a respeito, promovendo assim uma interação entre todos na sala de aula. Já no trabalho com os depoimentos os alunos irão expor aquilo que mais chamou a atenção deles nos depoimentos trabalhados. Em seguida, trechos do filme “Batismo de Sangue” serão projetados no Datashow e discutidos.

Por fim, os alunos terão a oportunidade de desenvolver em grupo uma produção artística (pintura, poema, etc.) de algum momento da Ditadura Militar que mais chamou atenção e posteriormente expor na sala de aula.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na experiência anterior de aplicação dessa oficina no CEEP AMEV em Ilhéus pelas bolsistas do PIBIB, supervisionadas pela professora supervisora do projeto Flordeni Matos, os resultados foram positivos. A utilização de vários recursos pedagógicos na execução da oficina (música, depoimentos, documentários, e charges) proporcionou um maior entendimento da temática. Porém, notou-se na execução da oficina uma maior receptividade e envolvimento dos alunos com os depoimentos das mulheres que foram torturadas na Ditadura Militar e também com as charges que retratavam de forma inteligente como se encontrava o cenário político-social da sociedade da época. O tema trabalhado casado com o cenário político atual as vésperas das eleições para presidente suscitaram questionamentos e contribuíram para o estímulo de uma visão crítica e histórica dos alunos presentes.

Partindo desse pressuposto, se faz notória a importância dessa oficina devido a sua propriedade intrínseca de gerar importantes discussões na unidade escolar e fora dela também, por isso a decisão de aplicá-la num evento de maior porte como o Ciclo de Estudos Históricos da UESC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

AARÃO, Daniel Reis; RIDENTI, Marcelo e PATTO, Rodrigo Sá Motta (orgs.). **1964 - 50 anos depois**. [2014].

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1985.

A MEMÓRIA MILITAR SOBRE A REPRESSÃO: QUANDO É PRECISO ADMITIR O INADMISSÍVEL

Aline Prado Atassio

RESUMO GERAL

O golpe de 1964 que levou o país a 21 anos de regime de exceção foi assunto de muitos livros e debates na sociedade civil e a versão da história que permanece no imaginário da sociedade está embasada nestas literaturas e principalmente nos relatos daqueles que vivenciaram as agruras do período militar. Não obstante as manifestações do Exército sobre o tema, com a publicação de notas e livros de memórias de seus integrantes, jamais a instituição havia se pronunciado sobre o assunto na tentativa de impor uma visão oficial sobre o golpe, até que em 2003 a Bibliex lançou a Coleção História Oral do Exército - 1964: 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História. Este trabalho visa analisar esta publicação, tida aqui como parte de um material utilizado para a construção da história oficial do Exército sobre o golpe de 1964.

A coleção, composta de 15 tomos e 250 entrevistas, surgiu como resposta à esquerda, a oposição civil e, principalmente, ao que eles denominaram revanchismo. Essa publicação foi a oportunidade de

mostrar a todos a versão daqueles que participaram de alguma forma do golpe, independente da patente ou região em que serviam quando o movimento eclodiu. Desde a publicação desta coleção, o Exército não mais se manifestou, nem mesmo no ano corrente, onde o golpe completa 50 anos, na tentativa de realizar uma nova reflexão sobre o referido período histórico, não obstante a atuação da Comissão Nacional da Verdade revendo e reparando simbolicamente alguns dos crimes cometidos durante o regime militar. Isso nos garante que a história propalada pela coleção é a que o Exército gostaria que perdurasse no imaginário institucional dos militares.

Sendo assim e partindo desta coleção, este texto pretende analisar a memória militar sobre a repressão no regime militar. Este texto procura, com o auxílio da história oral e estudos de memória, demonstrar também aspectos internos à instituição que contribuíram para a criação de uma memória homogênea entre os militares sobre o período e que difere substancialmente daquela conhecida pela sociedade civil.

A fim de atender o objetivo deste trabalho, faz-se imprescindível definir como a memória é aqui compreendida. Neste texto a memória é o que resulta da vivência de cada um e como essa vivência é interiorizada e significada socialmente (MONTENEGRO, 1992/93).

Relativamente à memória coletiva, foco de nossa atenção neste trabalho pode defini-la como aquilo que o grupo faz de seu passado (HALBWACHS, 1990). Este tipo de memória só existe enquanto uma organização a mantém ou reconstitui, de forma que consciente desse fato, é muito comum que os grupos lutem para preservar suas memórias, escrevendo-as, celebrando-as e passando-as às gerações futuras, o que é um dos principais objetivos da Coleção aqui estudada.

A memória coletiva é importante forma de luta social pelo poder. Aquilo que se lembra ou que se faz questão de esquecer revela pouco a pouco a identidade do grupo. A memória não é apenas aquilo que se viveu, mas também o que se aprendeu, de forma que a história passada às gerações futuras possui importante papel na formação da memória do grupo e do seu imaginário, e por imaginário podemos compreender o um conjunto de signos, símbolos, ideias, mitos e ícones resultantes de discursos e práticas sociais.

Os estudos da memória garantem que a fala individual pode com precisão revelar o grupo, o imaginário coletivo construído pela instituição e sedimentado nos seus membros e ainda seus esquemas de percepção. Podemos, desta forma, compreender o discurso como algo socialmente produzido, ainda que o texto, ou seja, a forma como o depoente organiza sua fala, seja individual. Tendo em vista tais considerações, passamos a análise das memórias militares sobre a repressão.

Atualmente, com a expansão dos estudos acadêmicos sobre o regime militar, as publicações de memórias daqueles que participaram de ações contra a ditadura e a comprovação da prática de tortura durante o período, também ocorrida graças a atuação da Comissão Nacional da Verdade, além da ampla atenção dada pela mídia à questão, os militares deixaram de negar a existência de tal prática. Entretanto, os depoentes não admitiram que o ônus por tais atos fosse debitado na conta do Exército, pois não foi praticado pela instituição e sim por alguns poucos elementos que faziam parte dela, como exemplifica o depoimento do coronel Gabriel Antônio Duarte Ribeiro, que afirma que os militares fazem distinção entre o que é chamado de excesso individual, ao qual atribui uma razão psicológica do torturador, e o excesso institucional, que, segundo esse entrevistado, nunca foi uma prática adotada. (MOTTA, 2003, t.6; p.88).

A tortura - prática execrada por muitos - foi, contudo, considerada por outra como resposta ao tipo de guerra que o inimigo estava travando, que descrevem como “suja”, ou seja, desprovida de ética e sem respeito à pessoa do inimigo.. O coronel Pedro Américo Leal condena a tortura, considerando que esta é uma prática proibida inclusive nos momentos extremos de uma guerra, pois fere princípios caros a todas as Forças Armadas ((MOTTA, 2004, t.13; p.251); já o coronel Hahenderson Vieira, a prática é válida dada a situação do momento em que foi realizada. A justificativa estaria na primazia do inimigo ao utilizar técnicas escusas de combate e eliminação do seu oponente, obrigando os agentes da repressão a utilizarem métodos semelhantes sob o risco de serem derrotados caso assim não agissem (MOTTA, 2003, t.5; p.282).

O desvio de funções das Forças Armadas é outro problema apontado; para alguns entrevistados, os membros do Exército, Marinha ou Aeronáutica não devem exercer funções policiais até mesmo porque não são treinados para isso, de forma que o treinamento que recebem, a fim de atuarem em situações de guerra, não visa a repressão e sim a extinção do inimigo. Quando as Forças receberam funções policiais, segundo os entrevistados, foi cometido um grande equívoco, pois as conseqüências, até hoje sentidas pelas Forças Armadas, eram previsíveis. Conforme depoimento do coronel Clidenor de Moura Lima, o Exército não estava preparado para enfrentar guerrilha urbana e adotaram a ação e doutrina da Polícia Civil, onde predominava a tortura e arbitrariedades (MOTTA, 2003, t.6; p.121). É interessante observarmos nessa entrevista que as arbitrariedades são atribuídas ao *modus operandi* da polícia civil e não militar.

O reconhecimento da tortura é difícil, pois no mais, além de ser abominada pela sociedade e proibida pelos direitos humanos internacionais, é uma prática que fere a ética militar, viola princípios e regulamentos das Forças Armadas e as tradições militares, além de transgredir os acordos internacionais assinados pelos presidentes militares.

A tortura, se não autorizada pelos presidentes ou comandantes militares, além de todas as implicações acima, caracterizaria ainda um ato de indisciplina. Todavia, se autorizada pelas esferas superiores, decorreria de uma política imoral, irracional e desprovida da ética militar, que levaria novamente ao desprestígio da instituição e mesmo do regime militar, dificultando ainda mais sua admissão, de forma que não houve um único entrevistado que declarasse conhecimento sobre a autorização ou condizente dos presidentes ou mesmo de oficiais comandantes para a realização de torturas. Entre a cruz e a espada, os depoentes preferiram reconhecer a tortura como um ato praticado pelos oficiais inferiores, suboficiais e graduados, que exercendo funções policiais em companhia de policiais civis e militares, contaminaram-se e se deixaram levar pelos seus instintos mais funestos, corrompendo a hierarquia. A seletividade da memória atuou nesta parte das narrativas com significativa eficácia. O depoimento do general de exército Jaime José Juraszek ilustra com precisão esse pensamento, quando ele afirma que os chefes militares, como generais e coronéis, nunca mandaram torturar e relembra ainda que as operações eram realizadas em conjunto com civis, a Polícia Militar e outros órgãos (MOTTA, 2003, t.6; p.34).

A declaração do general-de-brigada Flávio Oscar Maurer ilustra outra situação comum entre os entrevistados, inclusive entre aqueles que serviam nos órgãos de repressão, como os DOI-CODIs: nenhum afirma ter realizado ou presenciado a prática da tortura. Com exceção do depoimento do general Adyr Fiúza de Castro aos pesquisadores do CPDOC, é raro encontrarmos depoimentos de torturadores (D'ARAÚJO, SOARES e CASTRO. 1994).

Outra queixa registrada, porém menos freqüente, e uma das poucas que imputariam aos comandantes as responsabilidades pelas torturas e mortes nos porões da ditadura, versa sobre a negligência dos comandantes, que por descuido ou confiança excessiva nos seus subordinados, permitiram, ainda que inconscientemente, ocorrência de excessos. O próprio presidente Geisel, que vivenciou em seu governo a morte do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho nas dependências do DOI no II Exército (SP), incriminou o general Ednardo, comandante da referida Região Militar, exigindo seu afastamento do cargo. De acordo com Geisel, o General Ednardo descentralizou o comando e deixou os subordinados agiram. Para ele, é inadmissível que um chefe não seja responsabilizado, já que ele é o responsável e deve prezar pela obediência e cumprimento da ordem de seus subordinados. (D'ARAÚJO & CASTRO, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recolhimento silencioso de muitos daqueles que atuaram no regime militar, assim como as crescentes críticas da sociedade civil ao período e aos seus gerentes, bem como as descobertas recentes das arbitrariedades impostas - política, social e economicamente - fizeram com que aqueles militares que de alguma forma viveram os anos em que o país esteve sob o domínio das armas, partilharam dos seus valores e julgaram o período produtivo para o país, sentissem necessidade de lutar pela preservação de suas memórias. Neste caso, a memória tenta recompor a relação passado-presente e é uma tática de sobrevivência emocional do grupo, desgastado com os inúmeros ataques e ferido na ideia de que contribuíram para o bem da Nação e, no entanto, não tem suas atitudes reconhecidas, dado que a versão vencedora da batalha pela memória é a daquele grupo que perdeu o combate político em 1964.

É recorrente a ideias, entre os militares, de que perderam para a esquerda a batalha pela memória. Mas, mais do que isto, as entrevistas figuram como uma tentativa de estabelecer o lugar da memória do grupo na sociedade. Os depoimentos de oficiais até então publicados, por não terem o caráter institucional, demonstraram mais as divergências, erros e problemas do que a unidade e virtudes do movimento de 1964. Sendo assim, não é de estranhar a ânsia dos militares em registrar as próprias memórias, escrevendo uma versão oficial da história, que já corria dentro do grupo, mas que se mantinha dentro dele.

A dificuldade em admitir o inadmissível, ou seja, as arbitrariedades e a tortura, advém da dificuldade de admitir que o governo militar foi uma efetivamente ditadura – ainda que temporariamente revestida de democracia – e foi cruel, prendeu e matou em nome do Estado, em nome de um ideal que hoje se sabe equivocado. E, ainda, em reconhecer que os pilares da instituição - disciplina e hierarquia - foram rompidos, demonstrando as fragilidades internas da ditadura militar.

Isto se tornou evidente por dois motivos em especial: a quantidade de depoimentos que compõe a Coleção e a ausência de opiniões divergentes, resultado da inexistência entre os depoentes, de oficiais considerados pelo Exército como “de esquerda” ou simpáticos a esta no período. Além disso, em 250 entrevistas, poucas linhas são dedicadas ao assunto tortura, mortes e porões da ditadura.

Todavia, não devemos, ao ler tais memórias, esquecer que a instituição militar busca através destes relatos, construir uma história oficial sobre o a repressão, e que os depoentes acreditam-se agentes discursivos, ou seja, responsáveis pela criação do discurso que será reproduzido pelo restante dos membros do grupo, o qual deverá ser repassado aos seus membros mais jovens e, na medida do possível, atingir a sociedade civil. Acima de tudo, ao lermos as entrevistas, devemos lembrar a influência que as instituições militares exercem sob a formação da percepção e conseqüentemente dos discursos de seus representantes, fazendo da farda não uma veste qualquer, mas uma pele, com a qual a maneira de ver, ser, sentir, também se transforma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

D'ARAÚJO, SOARES E CASTRO. **Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

D'ARAÚJO & CASTRO (orgs). **Dossiê Geisel.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **“História Oral, caminhos e descaminhos”.** In: Revista Brasileira de História, ANPUH/Marco Zero, vol13, no 25-26, setembro 92- agosto 93.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coordenação Geral). **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. 15 Tomos.

OS IMAGINÁRIOS SOCIAIS E SUA INFLUÊNCIA PARA A COMPOSIÇÃO DA NOVA SOCIEDADE PRÓ-GOLPE.

Álvaro Santos da Silva¹
Ana Cristina de Souza Mandarino².

RESUMO GERAL

A década de 1960 foi marcada mundialmente por uma ideologia contestatória à ordem social³. O mundo havia assumido durante este período, uma forte polarização política devido a Guerra Fria. Desse modo, o contexto político era o ímpeto necessário para que a sociedade civil organizada, assumissem uma postura contundente. No Brasil, esse contexto se refletiu de maneira diferente. Como sabido, as duas décadas seguintes à 1964 foram marcadas por repressão política e social no país devido Golpe Militar, que tomou o poder e ao longo de sua duração restringiu direitos civis e políticos da sociedade civil.

A conjuntura social brasileira apontava para diferentes posicionamentos ao Golpe Militar no Brasil. Dado esse contexto existia a presença de grupos que atuavam dentro do país tanto pela implementação da intervenção militar, quanto ao fim desta. Nesse sentido, o objetivo do projeto é analisar o imaginário da sociedade brasileira constituído acerca do período, buscando apontar o papel que cada entidade de organização civil teve na implementação, continuidade ou na interrupção do Regime Militar. Para isso, será necessário o mapeamento dos principais movimentos e mobilizações organizadas durante a década de 1960 e de seus respectivos papéis. Com esse intuito, buscamos compreender quais a

¹ Discente da turma de História escolhido para apresentação do trabalho.

² Docente do DFCH/UESC e orientadora da pesquisa.

³ O resumo expandido é resultado de um trabalho coletivo para disciplina de Movimentos Sociais do Curso de História

principais motivações envolvidas que vieram propiciar um apoio por parte da sociedade de forma a apoiar o referido regime que buscava se instalar e legitimar.

Para que tal discussão fosse possível, os membros envolvidos na pesquisa desenvolveram uma revisão bibliográfica apoiada em diversas produções científicas. A discussão com artigos, monografias e outras publicações, tem como objetivo discutir o papel destes movimentos organizados no cenário de uma dada situação política. Com a utilização dessa metodologia busca-se alcançar uma maior compreensão sobre o imaginário da sociedade brasileira durante a década de 60, que acreditamos ter sido a influência propulsora na formação dessas organizações sociais e seus posicionamentos sobre o Regime Militar no período. Para tal discussão, tomou-se como hipótese investigativa que os alguns dos movimentos surgidos, acabaram por transformarem-se em um elemento propagador da ideologia do regime que se buscava instaurar, da mesma forma, que outros, buscavam se diferenciar através de um discurso de embate ideológico contra a implementação do Regime Militar.

A discussão sobre o desenvolvimento de uma sociedade que apoie a implementação de um Regime Militar, perpassa pela discussão dos meios de comunicação. Objetivando mostrar como estes meios possibilitaram a criação de uma imagem favorável ao golpe e como os interesses dessa camada social se viram beneficiadas com a instalação do regime. Através dos meios de comunicação, o imaginário coletivo foi conduzido frente as situações políticas do Brasil, reiterada pela já citada polarização política que se estabelecia no cenário mundial. A divisão do mundo entre capitalistas e comunistas deixava antever a possibilidade de que o Brasil também pudesse sucumbir ao perigo comunista a qualquer momento.

O golpe militar ocorrido no país representa uma das facetas mais tristes da história brasileira. Porém esse capítulo tão intrigante, confuso e violento do nosso país, significou para os olhos das camadas médias e altas do período, uma espécie de medida salvadora frente aos possíveis perigos que estariam por vir no governo de João Goulart – o Jango – principalmente devido as Reformas de Base, que aos olhos da elite seriam uma medida de apoio e uma possível ameaça comunista. As Reformas de Base se constituía no plano de governo de Jango que visava alterações nas questões de terras, ao acesso das pessoas ao processo eleitoral e na educação. Essas medidas visavam a expropriação das terras improdutivas, a incorporação dos analfabetos às eleições, e a democratização do ensino, respectivamente.

O cenário nacional do governo Jango era bem pessimista, os jornais divulgavam notícias sobre a possibilidade de uma invasão comunista no país. No imaginário das classes médias e altas isto significava a perda dos supostos “bons costumes e da moral” brasileira, valores herdados de um sistema norte-americano e com grande influência religiosa. Para além disso, se fabricava um imaginário demonizado a respeito dos comunistas os denominando de “comedores de criancinhas”, “assassinos”, “monstros” e “ateus”. Tais denominações circulavam sobre as camadas das sociedades tidas como comunistas. No contexto do período, as mudanças que o governo João Goulart buscava implementar, foram atribuídas como sinais deste perigo. Mesmo que as propostas de Jango visassem uma modificação profunda na realidade da sociedade brasileira, a comoção provocada pela mídia fomentou a criação de uma imagem deturpada sobre o comunismo.

Por esse motivo, as pessoas começam a criar forças opostas ao governo de Jango. As grandes mídias tentavam minar o governo do presidente, usando dos artifícios que possibilitassem sua depreciação. Os estereótipos quanto à legitimidade e ameaça do governo eram rapidamente absorvidos pela população. Para além deste imaginário, outros grupos se formaram representando o que podemos chamar de movimentos direitistas brasileiros.

Inicialmente, temos em 1959 a criação do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação democrática), que objetivava influenciar os debates econômicos, políticos e sociais por meio da ação publicitária e política, atuando com a ajuda do financiamento de empresários. Este instituto representou a voz da elite brasileira, que falava em nome de uma classe que temia as massas populares. O IBAD também atuou ao lado das forças armadas, visando a neutralização do dispositivo popular de Jango, minimizando o apoio que este dava às diretrizes políticas socialistas e populares. Para Evaldo Vieira, “a oposição conservadora civil e militar transformou Goulart em alto risco ao Brasil” (VIEIRA, E.A. 2000, p. 191).

Dessa forma, desde 1963 essas forças de oposição a Jango vieram se moldando dentro da política interna nacional. O IBAD também foi um mediador do processo de formação do pensamento popular próditadura. Os programas de rádio e televisão destinados às camadas pobres da sociedade brasileira eram o instrumento ideal na difusão das propagandas anticomunistas. A Igreja Católica também estava inserida de forma impactante na conjuntura do golpe militar de 1964.

A Igreja Católica no Brasil, no decorrer da década de 60 e 70 já passava por conflitos internos, este ambiente ambíguo causado pela oposição de dois grupos. A ala considerada conservadora – ou de direita – apoiou e ajudou a instaurar a Ditadura através do golpe de 1964, com marchas financiadas pelo governo

norte-americano que incentivava a mobilização da sociedade para a derrubada de João Goulart da Presidência da República e do outro lado estavam os progressistas que defendiam uma postura radical da Igreja.

O setor progressista surgiu em meados da década de 60 e tem suas idealizações retiradas do Concílio Vaticano II (1962-1965), que defendia uma Igreja mais próxima do povo e que houvesse um maior engajamento junto à população e seus problemas, já que a mesma tinha desvinculado seu modo de Evangelização se apegando a setores próximos ao Estado.

A presença dessa oposição se dava já no alto escalão da Igreja Católica, a partir da década de 1970, com Paulo Evaristo Arns que contestou e denunciou crimes dos militares. Entre outras figuras que se opuseram contra o regime ditatorial se encontram D. Hélder Câmara, se mostrando bastante combativo no período; homem atuante em movimentos sociais e pastorais e um dos que mais se expôs quando, a partir daí se alinhou a guerrilha por meio da Aliança Nacional Libertadora (ANL) de Carlos Marighella.

Após as mudanças ocorridas no pós-golpe, a Igreja se deu conta do grande erro que havia cometido, a nova ditadura violava os direitos humanos, praticava repressões contra diversas instituições e a censura midiática. Todas estas questões levaram boa parte do corpo eclesial da Santa Sé a adotarem medidas mais progressistas. A Teoria da Libertação foi de fundamental importância para a mobilização das camadas mais baixas da sociedade, em um processo de articulação e conscientização, para que estas se organizassem e protestassem por melhores condições. Para tanto, as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs), será fundamental no Brasil para propagar esta ideologia, as CEBs tendo o objetivo de buscar transformar a realidade de indivíduos em sua comunidade a qual estavam inseridos. Foram tais preceitos que reposicionaram a atuação da Igreja Católica por uma série de organizações internas que ajudaram a pedir o fim do regime.

No final dos anos sessenta, mais especificamente em de 1968 a 1968 marcaram o movimento estudantil no mundo. Esse período foi notável por inúmeras mobilizações estudantis em vários lugares do mundo, e dado o período histórico cujo o Brasil vivia, o país não ficou isolado desse contexto. A implementação de um governo militar tratou de sufocar as organizações sociais que questionassem as práticas ditatoriais no Brasil, que restringiram os direitos civis. A UNE (União Nacional dos Estudantes) fundada em 1937, e que naquele momento cumpria um papel singular na organização estudantil, foi colocada com ilegalidade. Além disso, sofreu repressão do governo militar através do Decreto Lei 4.464, também chamada de Suplicy de Lacerda que exigia uma reorganização interna da entidade como uma forma de diminuir seu poder de articulação entre os estudantes. Ademais, a Reforma Universitária que buscava afinar a educação brasileira aos interesses norte-americanos a reduzindo à visão tecnicista.

O estopim para uma política de enfrentamento da classe estudantil foi a morte do estudante Edson Luís, no restaurante Calabouço no estado do Rio de Janeiro. O acontecimento é tido como o agente propulsor das grandes mobilizações estudantis no período. Tem-se como exemplo a “Passeata do Cem Mil”, que devido a morte de Edson Luís comoveu vários setores da sociedade civil, no qual milhares de brasileiros demonstraram sua indignação frente as atrocidades que eram cometidas pelo regime ditatorial. As formas de desprezo da classe estudantil ao governo ditatorial perpassavam por outras alternativas para além das manifestações. Tais discursos de oposição eram difundidos através de romances, como *Quarup* de Antônio Callado; através do Cinema Novo, corrente cinematográfica que revolucionou cinema brasileiro; e através da música com o movimento tropicalista, símbolos singulares da nossa cultura e que relevam a importância do movimento no período.

As discussões oferecidas pela revisão bibliográfica permitiram observar a construção de um imaginário social que perpassam pelo medo a construção de uma nova sociedade. A ruptura de antigos paradigmas sociais para implementação de novos. Embora essa construção social, seja aquela que vai desencadear a instauração de um golpe militar no Brasil, as organizações sociais refletem uma multiplicidade de opiniões políticas que visam seu próprio projeto de sociedade. Esses atores cumpriram papéis sociais dentro de suas lógicas ideológicas, obviamente nem todas as instituições possuem posicionamentos elogiáveis e que visavam a construção de uma sociedade melhor.

Porém, cabe observar que os posicionamentos da sociedade brasileira pró-ditadura refletem uma modelação do imaginário social em prol interesses de determinados grupos políticos. Não é o caso dizer que a aversão a mudanças radicais não existe. Porém, a política publicitária negativa contra o comunismo foi a pólvora – e a faísca – necessárias para que o sentimento de aversão se materializasse. A discussão aponta que a sociedade brasileira não estava lutando por uma intervenção militar que cerceasse seus direitos civis, mas o medo do desconhecido a conduziu para um posicionamento totalmente equivocado. A prova de que esse sentimento não era homogêneo é a existência de diversas entidades com opiniões políticas diferentes, como os partidos comunistas e a UNE, além do próprio reposicionamento da Igreja Católica sobre a intervenção militar. Nesse sentido, não cabe pensar que a sociedade brasileira buscava

uma sociedade antidemocrática e sim, a manutenção daquilo que já se tinha, entre todos os acertos e os grandes erros de uma estrutura social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adriano Nervo Codato, Marcus Roberto de Oliveira (org.) A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964, in: Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964). Revista Brasileira de História - Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, vol. 24, nº 47, jan- jun, 2004.p. 293.

AMORIM, Carlos R. C. **O catolicismo brasileiro no golpe militar de 1964**. 2010.

DREFIUSS, René A. 1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.p. 230.

GIOVANA, Inácio dos Santos, GOULART, JosielEilers. Teologia da Libertação: Resistência Intelectual no Anos de Chumbo. In: **HistóriaLivre.com**. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/brasil/teoliberta1.htm> >. Acesso em: 04 de novembro de 2014.

SANTOS, Jeane da Silva. **Mobilização estudantil e Ditadura Militar na Região de Ilhéus-Itabuna (1964-1969)**. 2006. 45 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2006. Cap. 1.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. Tradução de Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOUZA, Ana C. M. de. **A Igreja Católica e a Ditadura Militar**. 2011. 1 f. Artigo. Disponível em: <<http://historiandonanet07.wordpress.com/2011/08/08/a-igreja-catolica-e-a-ditadura-militar/>>. Acesso em: 03 de Nov. 2014. Texto integrante dos Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 1 CD-ROM

TRINDADE, L. M. S. **O Imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

TRINDADE, L.M.S; LAPLANTINE, François. O QUE É IMAGINÁRIO, São Paulo, Brasiliense, 1997.

VIEIRA, E.A. Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização. In: Carlos Guilherme (org.) Viagem incompleta – a experiência. São Paulo: Brasiliense. 2000.p. 191.

SESSÃO 08: HISTÓRIA E QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

SOBRE UM BRANQUEAMENTO DOS VALORES: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O “RACISMO CULTURAL”

Michael Silva Roseno
Laila Brichta

INTRODUÇÃO

Esta comunicação é desdobramento de um projeto de pesquisa, já concluído, que investigou questões de identidade, com ênfase em aspectos étnico-raciais, na obra *Tenda dos Milagres*, de Jorge Amado. Tal ideia surge a partir da observação de um fenômeno ambivalente observado tanto nos aspectos teóricos da pesquisa, quanto no cotidiano. Notamos um orgulho na falácia da “democracia racial”, que por si só dificulta o combate ao racismo, não só aquele pautado na cor da pele, mas também aquele que desdobra por traçar paralelos entre traços fenotípicos e hábitos culturais, levando assim a um branqueamento de valores tradicionalmente afro-brasileiros.

É notório que não estamos pontuando o mesmo branqueamento do final do século XIX e início do século XX. Naquele momento, populações de imigrantes estavam sendo trazidas da Europa para trabalhar nas plantações de café, porém tendo como pano de fundo ideológico, embranquecer a população para que ela se tornasse “mais forte”, pois o mestiço e o negro, naquele momento, eram vistos como traços degenerativos do povo brasileiro (RODRIGUES, 1976). Aqui estamos lidando com outro tipo de branqueamento, ainda que a origem deste esteja nos velhos argumentos fenotípicos de séculos anteriores.

Tal pesquisa está em fase de iniciação, ainda que tenha se desdobrado de um projeto já concluído. O objetivo inicial é transformá-la num projeto de pós-graduação, tendo como principais preocupações o paradoxo do discurso da harmonia racial com cenas lamentáveis de preconceito, seja étnico, social ou religioso. Destaco aqui o exemplo pontual das religiões de matriz afro-brasileiras. Também como estratégia de manutenção de seus cultos, os negros “recriaram” aqui, levando em consideração as características da sociedade vigente no Brasil, religiões que preservavam uma essência mítica pautada na oralidade. Esses cultos, em partes do solo africano, moldavam o estilo de vida de determinada comunidade ou região. Porém, como manter vivas tais tradições num ambiente com outra forma de organização, caracterizado dentre outras coisas pelo modo de produção capitalista, uma tradição escrita expandindo valores cristãos-europeus? (PRANDI, 2005).

METODOLOGIA

A metodologia consiste em análise bibliográfica com proposta interdisciplinar. Sendo assim, propomos uma abordagem que vai desde a leitura psicanalítica de Franz Fanon, passando pela abordagem sociológica e antropológica feita por Reginaldo Prandi, até o trabalho historiográfico realizado por Thomas Skidmore, não esquecendo das imagens “embranquecidas” de orixás. Tendo em vista que o tema rende e já foi analisado por várias áreas do conhecimento, defendemos enxergá-lo sob diferentes perspectivas.

RESULTADOS

Como já justificado anteriormente, esta é uma pesquisa em início, portanto sem resultados alcançados.

DISCUSSÃO

Antes da Abolição da escravidão no Brasil, a maioria da elite não se preocupava muito com o problema de raça, assim como com relação às características raciais e o desenvolvimento futuro do país. A questão racial e os problemas de determinismo climático eram objeto de discussão na Europa. Os europeus utilizavam termos pejorativos para se referir à América Latina e ao Brasil, principalmente, por conta de sua significativa influência africana. Muitos pensadores brasileiros aceitavam tais teorias e outros as assumiam de forma implícita, destacando sua possível validade. Poucos possuíam espírito crítico para fazer face à tese básica de raça. À medida que parte da Europa crescia e à medida que consolidavam sua dominação sobre outras partes do mundo, os pensadores europeus começaram a procurar justificativas para o sucesso econômico. Assim começava a ser construída a ideia de que os europeus haviam atingido o poder, econômico e político devido à hereditariedade e meio físico favoráveis, além de se considerarem

raças “superiores” e gozarem do clima “ideal”. Isso implicava necessariamente que raças mais escuras e climas tropicais não seriam capazes de produzir civilizações igualmente evoluídas (SKIDMORE, 1989). Enquanto parte da elite gozava desses ideais, a colonização dispunha de variedades de elementos para “civilizar os povos inferiores”. O idioma e a religião cristã foram algumas dos vários mecanismos de coerção utilizados pela metrópole. Quando se apreende tal língua, assume uma cultura e carrega junto o signo de uma civilização (FANON, 2008).

Com a Europa arrasada pelas guerras, as teorias eugenistas a respeito das raças vão perdendo força. No Brasil, por exemplo, o mestiço já não é mais a representação da degeneração, mas sim elemento constituinte da nossa identidade. Porém, a campanha por uma padronização da cultura, rechaçando tudo aquilo que não faz parte do signo europeu de civilização, foi tão amplamente divulgada que mesmo com a “quedada” das teorias raciais, o signo “África” não deixa de ser visto sob ojeriza, carregando consigo o equívoco de que “tudo que vem da África é necessariamente inferior”. Basta nos atentarmos para as formas como comemos, nossas habitações, nossa relação com o corpo, o divino e natureza, dentre outros aspectos. Por outro lado, traços culturais como o acarajé e o samba são vendidos como produtos do “diverso leque cultural brasileiro”, herança negra. Nem estes elementos escaparam do branqueamento. O samba, originário das senzalas, tomou maior expressão na mídia quando foi consumido pela classe média. O acarajé perdeu seu sentido de comida oferecida em ritual para se tornar um “mero” bolinho de feijão, ofuscando um significado muito maior. Ao mesmo tempo em que supostamente exaltamos uma beleza mais próxima da mulata, insistimos em chama-la de “morena”. Parece soar ‘politicamente correto’ chamar o afrodescendente de ‘moreno’, palavra com presença corriqueira na cultura brasileira. Para não dizer que um indivíduo é negro, há um erro grotesco em identifica-lo com base nos elementos socioculturais dominantes (FERREIRA, 2002).

A polêmica do tema bem como seus paradoxos move positivamente a investigação, pois talvez a essência do nosso preconceito esteja em negá-lo. Afinal, como bradar que “negro é lindo”, “se todo camburão continua tendo muito de navio negroiro”?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas* / Frantz Fanon ; tradução de Renato da Silveira . - Salvador : EDUFBA, 2008.

FERREIRA, R. F. O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afrodescendente. *Psicologia & Sociedade*. Universidade de São Marcos, v. 14, n. 1, p. 69-86, 2002.

PRANDI, R. **Segredos guardados**: orixás na alma brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os Africanos no Brasil*. 4ª edição. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MEMÓRIA ORAL DOS REMANESCENTES QUILOMBOLAS E INDÍGENAS DO MUNICÍPIO DE CAMAMU-BA E A PRÁTICA EDUCATIVA DO EDUCADOR/HISTORIADOR.

Flavia Querino Da Silva
Professor Orientador: Luiz Henrique dos Santos Blume

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo desencadear uma pesquisa exploratória e social, no sentido de resgatar a memória e historicidade das comunidades remanescentes, no intuito de construir um

acervo/memorial histórico de fontes orais com destaque para as comunidades remanescentes quilombolas e indígenas do município de Camamu/BA, que sirvam tanto como aparato metodológico para os historiadores como documento do Patrimônio Histórico Cultural e Imaterial. Destaca ainda, a necessidade de utilizar as fontes audiovisuais (câmera digital e filmadora, notebook, gravadores de áudio, microsystem, etc), para através da oralidade reunir depoimentos, poesias, fontes escritas, visuais e audiovisuais. E ainda, como todo esse acervo documental servirá como recurso metodológico para o exercício do educador/historiador na educação. Na perspectiva de fomentar a utilização dos registros audiovisuais e sua importância na pesquisa histórica e na prática educativa do historiador. Valorizando a produção da memória oral local das comunidades utilizando os recursos audiovisuais no resgate da historicidade e no exercício da Lei 11.645/2008. E fortalecendo a ressignificação da identidade local de origem afrodescendente e indígena no intuito de conservar as raízes históricas da formação do povo brasileiro.

Palavras chaves: História; memória, oralidade, educação.

INTRODUÇÃO

Atualmente existem inúmeros estudos acerca da historicidade brasileira, desde a formação étnica até a forma como a educação tem perpassado os conhecimentos reformulados acerca de tal temática. É pertinente afirmar que, nossa formação étnica tem raízes no processo de colonização que se estabeleceu na América no final do século XV, com a chegada dos portugueses, espanhóis e franceses e com a introdução dos africanos para escravização. Fato é que, quando os europeus chegaram ao Brasil, já existia um povo nativo denominado indígena, que entre alianças e conflitos, moldou de forma predominantemente a formação da nova sociedade que se estabeleceu no período pós apropriação dos europeus. Segundo ALMEIDA (2010), os povos indígenas tiveram participação essencial nos processos de conquistas e colonização em todas as regiões da América. (...), eles desempenharam importantes e variados papéis na construção das sociedades coloniais e pós coloniais.

E desta forma, a miscigenação brasileira perpassou pelas vias do sangue indígena – europeu – africano, dando uma identidade cultural ao país relativamente diversificado.

A proposta desse trabalho é fazer um resgate às culturas de populações remanescentes que no viés da história tem se reconfigurado e lutado pela afirmação da identidade e ressignificação de seus espaços na sociedade, diante disso, pretende-se através do resgate às fontes orais, reunir entrevistas, depoimentos, imagens de fotografias, de objetos relicários, poesias, cantigas de roda, dentre outros, que possam ressignificar a existência das populações no seu processo identitário e subjetivo.

Segundo MONTENEGRO (2001, p.26-27), a história oral, no trabalho com a população, tem possibilitado o resgate de experiências, visões de mundo, representações passadas e presentes. Nesse sentido, as entrevistas permitem instituir um novo campo documental que, muitas e muitas vezes, tem-se perdido com o falecimento de seus narradores.

Com a utilização das entrevistas poderemos documentar as mais diversificadas realidades vivenciadas no curso da vida presente, passado e futuro, disponibilizando de aparatos metodológicos que propiciem o acúmulo de informações perpassadas pelas populações das comunidades, respeitando o tempo e processo de escuta durante a pesquisa.

Para Halbswachs e Bartlett (In. MONTENEGRO, 2001, p.24), a concepção de memória, embora seja considerada mais em uma perspectiva histórica, está marcada pelo caráter livre onde “lembrar não é reviver, mas refazer, repensar, com imagens e ideias de hoje as experiências do passado”.

Ainda MONTENEGRO (2001, p. 27) afirma que “o popular não é projetado mais apenas como conceito genérico e abstrato. Ao contrário, ele se afirma como materialidade singular, refletindo e projetando um conjunto de ações no palco da sociedade, onde os diversos segmentos comumente reconhecidos e autorizados fundam a história da sociedade.

Segundo Halbswachs (In. MONTENEGRO, 2001, p. 24), a memória não é um mecanismo de gravação, mas de seleção, que constantemente sofre alterações.

Segundo THOMPSON (In. ALMEIDA, 2008, p. 21), a cultura é um produto histórico, dinâmico e flexível que deve ser apreendido como um processo no qual os homens e mulheres vivem suas experiências.

Para CELESTINO (2008, p. 22), o conceito de tradição também tem sido repensado, prevalecendo, hoje, o pressuposto de que ela sempre se modifica ao ser transmitida. Tudo que se transmite é recebido conforme a maneira do receptor, o que implica em valorizar mais a apropriação do que a transmissão.

Segundo FRAGOSO (2014),

“inúmeros estudos tem demonstrado etno-históricos da atualidade, as tradições e culturas indígenas não são estáticas, mas constroem-se e reconstróem-se continuamente em situações históricas definidas. Essa perspectiva teórica, aliada a documentos sobre as aldeias, nos permite percebê-las como espaço múltiplo, onde grupos étnicos e sociais diversos compartilhavam experiência nova, através da qual reelaboravam suas culturas, histórias e identidades”. (p.451)

Para MONTENEGRO (2008, p.27), a vida, as experiências, as lutas, as visões de mundo, os trabalhos adquirem um novo estatuto ao serem socializados. Transformam-se em documentos apresentando um retrato da realidade, que passa a disputar a hegemonia do imaginário social com outras versões/representações (...).

METODOLOGIA

O estudo em pauta situa-se na área de Educação, subárea de História e Memória Oral, numa perspectiva de resgate e ressignificação da memória oral, utilizando as fontes audiovisuais e se atendo às parcerias com as comunidades remanescentes, a Secretaria de Educação do município, gestores educacionais, professores das comunidades, Secretaria de Ação Social e Centros de Referência em Assistência Social.

Será uma pesquisa exploratória e a primeira etapa da pesquisa é baseada na identificação via Secretaria de Educação das comunidades remanescentes quilombolas e indígenas reconhecidas como tal. Em seguida, serão elaborados os questionários que posteriormente serão utilizados com os educadores locais e nas entrevistas aos atores sociais nativos das comunidades em destaque.

A segunda etapa será realizada com os profissionais da educação visando identificar as fragilidades e as dificuldades enfrentadas pelos educadores e pelo público alvo (educandos) no ambiente escolar em relação à abordagem e utilização dos recursos próprios no Ensino de História Afrodescendente e Indígena e como estes foram introduzidos no Plano de Curso após a sanção das Leis 10.639/03 e 11.645/08.

A coleta de dados dar-se-á através de entrevistas com pessoas da comunidade e questionários, autobiografias orais, investigação da origem do nome das localidades, história oral de pessoas idosas da comunidade a fim de montar uma cronologia dos fatos da comunidade que possibilitem a análise das medidas adotadas.

A terceira etapa será a confecção do documentário e do Livro Memorial para exposição às comunidades pesquisadas, aos Gestores Municipais da Educação e Ação Social e apresentação de aparatos metodológicos para os educadores/historiadores e afins, repensarem e reformularem suas práticas e incluir novas formas de conceituar a História na prática pedagógica.

Utilizaremos ainda a metodologia dos grupos focais, promovendo reuniões intersetoriais com educadores, gestores educacionais, coordenadores, gestores e do social, no intuito de explanar as realidades observadas que envolvem as comunidades pesquisadas e os resultados a fim de propor o tombamento dos Patrimônios Imateriais identificados nas respectivas localidades a incorporação dos resultados na produção literária da História do Município.

RESULTADOS

Seguindo a metodologia proposta, espera-se alcançar os objetivos traçados neste trabalho. Destacando em primeira instância o respeito à primazia das comunidades pesquisadas, os discursos, depoimentos e todos os instrumentos disponibilizados pelas populações remanescentes, para que assim, o trabalho expresse a subjetividade das pessoas envolvidas no processo e tenha a autenticidade da memória oral em evidência e sirva como mais um instrumento de trabalho metodológico a ser utilizado pelos educadores e historiadores locais e regionais e aos demais que demonstrarem interesse.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes FGV, 2010. p.9 – 26.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru, SP: EDUSC, 2002, p. 111-136.

Fontes históricas / Carla BassaneziPinsky, (organizadora). – 2.ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.).In.: Catequese, aldeamentos e missão. Cap. 10. **Brasil Colonial. Vol. I: 1443-1580**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.435-478.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e memória: a cultura popular revisitada**. 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2001. – (Caminhos da História). p. 9-34.

A REVISTA AFRO-ÁSIA EM NÚMEROS (1965-1970)

Bethânia Leal Tamburi;¹

Luiza Nascimento Reis.²

Vinculada ao Centro de Estudos Afro Orientais, em 1965, foi criada a primeira revista acadêmica da América Latina voltada para os estudos e pesquisas relacionados à África: a Revista Afro-Ásia, que ainda hoje se encontra em plena atividade, com edições semestrais e versão digitalizada de todos os seus números disponibilizadas no site do CEAO.

A elaboração desta pesquisa é uma parcela de contribuição para o projeto ao qual ela está vinculada: “Trajetórias Intelectuais no Centro de Estudos Afro Orientais (1959-2009)”. Desenvolvido pela professora e pesquisadora Luiza Nascimento dos Reis. O projeto tem como objetivo produzir essa nova etapa da história do CEAO que compreende cinquenta anos de sua existência.

No período compreendido entre 1965 e 1970, foram publicados onze números em seis volumes³, somando cinquenta e dois artigos de quarenta e um autores diferentes na revista *Afro-Ásia*. Entre os artigos publicados, onze foram resultados de conferências pronunciadas em eventos acadêmicos⁴. Além dos artigos, o periódico também trazia publicações de documentos, resenhas de livros e informações sobre atividades mais importantes desenvolvidas pelo CEAO.

Apesar de ter como objetivo principal a divulgação dos estudos realizadas pelos pesquisadores vinculados ao Centro, a maior parte dos artigos publicados neste período são de pesquisadores das mais diversas instituições brasileiras e internacionais. Dentre os cinquenta e dois artigos publicados nesta primeira fase, apenas dezesseis artigos são de pesquisadores do CEAO e trinta e seis de outras instituições.

Além de publicar os trabalhos produzidos pelos pesquisadores do CEAO os trabalhos de pesquisadores não vinculados ao CEAO são maioria por diversos motivos. Um deles é que a quantidade de pesquisas desenvolvidas não eram suficientes para uma publicação periódica. Além disso, textos clássicos, e de autores que se dedicavam às diversas temáticas africanas enriqueciam e diversificavam a revista conferindo-lhe maior visibilidade e credibilidade.

Podemos observar também que as publicações feitas por autores vinculados às instituições internacionais são maioria no período. Pesquisadores de diversas instituições de vários países contribuíram com suas publicações na Afro-Ásia.

Dentre os 52 artigos publicados entre 1965 e 1970, vinte e um são de autores vinculados a instituições nacionais, vinte e dois de instituições internacionais e nove são de autores sem vínculo institucional⁵.

¹Estudante do 2º semestre do curso de Especialização em História do Brasil da Universidade Estadual de Santa Cruz. E-mail: bethanialeal@hotmail.com. Esta pesquisa é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História e integra o projeto Trajetórias Intelectuais no Centro de Estudos Afro Orientais.

²Professora Orientadora.

³Exceto o primeiro volume, os demais números são publicações duplas

⁴ Informações obtidas nas notas de rodapé feitas pela redação da revista

⁵ Estas informações foram coletadas nas notas contidas nos artigos publicados na Revista Afro-Ásia. Por tanto, os artigos que não continham especificação da instituição de origem dos autores, foram contabilizados como “sem vínculo institucional”.

A quantidade de artigos publicados por autores de Instituições internacionais nos leva a pensar na interação mantida pelo CEAO com diversas instituições do mundo, mas um fato curioso é que dentre estas instituições que tiveram seus pesquisadores publicando na *Afro-Ásia*, apenas três estão situadas em países do continente africano¹.

No que diz respeito às temáticas abordadas pela revista no período pesquisado, observamos o quanto a *Afro-Ásia* reflete as ações do CEAO. Durante o período da edição da revista que este trabalho se propõe a analisar, como já foi dito, é nítido que o tema mais recorrente é o “Afro”, haja vista o mesmo dominar 77% das publicações feitas no período.

Podemos observar alguns fatores além da evidência política e econômica que estes países adquiriram durante o período. Primeiro fator determinante é que o próprio Centro de Estudos Afro-Orientais foi pensado como um Centro dedicado ao estudo de temáticas africanas e afro-brasileiras, e a parte Oriental foi inserida ao projeto mais por uma questão política². Além disso, muitos pesquisadores que se dedicaram ao estudo da África foram entusiasmados pela grande influência que estes povos tiveram, sobre as mais diversas formas, na constituição do Brasil como um país.

A produção dos pesquisadores do CEAO na revista *Afro-Ásia* entre 1965 e 1970 representa 31% do total de produções no período, somando um total de 16 artigos publicados. Dentre estas publicações observamos que a maioria dos pesquisadores desenvolviam seus estudos tendo como maior foco as temáticas afro-brasileiras. A parcela que representa a produção destinada aos estudos afro-brasileiros é maior que a soma das parcelas dedicadas às temáticas africanas e afro-asiáticas.

A ausência quase que total de artigos que abordem questões sobre a Ásia entre os pesquisadores do CEAO tem lugar pela forte projeção que os países africanos adquiriam na época, tanto no cenário político e econômico mundial, como no meio acadêmico que começava a atrair mais pesquisadores para a temática. A influência visível da cultura africana no Brasil, principalmente as religiões de matriz africana atraía cada vez mais pesquisadores que se dedicavam ao estudo da África com a intenção de entender a formação da cultura afro-brasileira.

A produção científica do período tem caráter pioneiro e trouxe importante contribuição na divulgação do conhecimento produzido pelo CEAO e para a consolidação do campo historiográfico no que concerne à África e ao Afro-brasileiro.

Desde o início de sua trajetória a revista sempre foi mais “Afro” do que “Ásia”. As pesquisas sobre temáticas africanas e afro-brasileiras foram divulgadas muito mais intensamente do que as temáticas asiáticas o que de certo modo reflete a trajetória do centro que sempre se dedicou com maior afinco aos estudos relacionados à África.

Apesar de suas limitações, tendo focado principalmente as questões culturais em detrimento de outras abordagens, a *Afro-Ásia* nos seus seis primeiros volumes, deu conta da sua proposta inicial de fazer com que melhor se conheça e compreenda os países e as diferentes realidades africanas.

REFERÊNCIAS

AFRO-ÁSIA. (Salvador, 1965-1970)

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Religião, Comércio e Etnicidade:** Uma interpretação preliminar do catolicismo brasileiro em Lagos, no século XIX. Religião e Sociedade, São Paulo. n° 1, 1977.

REIS, L. N. **O Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia:** Intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África (1959-1964). 2010. 217 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

¹ Institut Fondamental d'Afrique Noire em Dacar; Universidade de Ifé na Nigéria; Centro de Estudos de Ciências Humanas da Universidade Livre do Congo.

² Ver REIS, Luiza Nascimento. **O Centro de Estudos Afro Orientais da Universidade Federal da Bahia:** Intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África (1959-1961). 2010. 217 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

_____. **O que a Afro - Ásia tem? África na revista do Centro de Estudos Afro-Orientais (1965-1995).** Simpósio Nacional de História. 25. 2009. Fortaleza. ANPUH. Universidade Federal do Ceará. 2009.

SEGURA-RAMIREZ, Hector Fernando. Revista **Estudos Afro-Asiáticos (1978-1997) e relações raciais no Brasil:** elementos para o estudo do sub-campo acadêmico das relações raciais no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

SILVA, George Agostinho. **O nascimento do CEAO.** Afro-Ásia. 16 (1995). p. 5-8.

LEVANTAMENTO DAS CARTAS DO CENTRO DE ESTUDOS AFRO - ORIENTAIS (1967 - 1969)

Jéssica Silveira Souza¹
Luiza Nascimento dos Reis²

RESUMO GERAL

O Centro de Estudos Afro – Orientais (CEAO) é uma instituição que foi fundada em 1959, com os esforços de seu mentor Agostinho da Silva, buscando ser um Centro que aceitasse o intercâmbio entre os pesquisadores, e o conhecimento acerca das relações Brasil – África, almejando conservar um diálogo entre a comunidade acadêmica e a comunidade negra. O CEAO teve sua sede na Universidade da Bahia (UBa). O Centro representou um marco no país, já que foi a primeira instituição acadêmica voltada para a produção e difusão de conhecimento sobre África. A criação da instituição foi um reflexo da efervescência cultural afro-baiana na cidade de Salvador, divulgada através da valorização de determinados terreiros de candomblé; e da aproximação oficial com países africanos empreendida pelo governo brasileiro. Planejava-se reativar as relações entre a comunidade e os pesquisadores acadêmicos com países da África Ocidental, principalmente a Nigéria de onde acreditavam estar as suas raízes ancestrais iorubanas. O centro passou a ser um ambiente acadêmico de discussão e descobertas. Ao sistematiza essas correspondência objetivava-se construir e discutir a história institucional do CEAO, as suas questões burocráticas, o intercâmbio acadêmico e cultural essa análise é realizada através de suas correspondências que se encontra depositadas no acervo de correspondências do Centro Estudos Afro-Orientais.

O acervo do Centro de Estudos Afro-Orientais é composto pela correspondência trocada entre membros do CEAO bem como destes para com outros intelectuais que atuaram neste Centro de Estudos da Universidade Federal da Bahia (UFBA) ao longo da segunda metade do século XX. As cartas trabalhadas são dos anos de 1967, 1968 e 1969. O acervo compreende 760 Cartas das quais foram transcritas as em língua portuguesa, são cartas trocadas entre os responsáveis pelo CEAO e intelectuais, políticos, estudantes, amigos, integrantes de movimentos sociais e religiosos; elas datam de Janeiro de 1967 à Dezembro de 1969, sendo elas as recebidas internacionais, emitidas internacionais, recebidas UFBA, emitidas UFBA, emitidas nacionais e recebidas internacionais e internas. As cartas em sua maior parte são datilografadas, e algumas poucas manuscritas. As manuscritas são de difícil compreensão, pela caligrafia de quem as escreveu ou por algumas estarem rasuradas, entre cartas manuscritas apenas 09 não foram resumidas. Eum total de 252 correspondências são redigidas em línguas estrangeiras sendo Inglês, Francês ou Espanhol.

Através da sintetização das cartas foi possível observar que o Centro não restringia o seu interesse unicamente ao continente africano, os remetentes e destinatários estavam no Brasil e também na Europa. Eles mantinham contato com diversas instituições em países como a China, Índia, Israel, Arábia dentre outros; com o principal objetivo de compreender, conhecer sobre cada cultura e observar as semelhanças e diferenças entre as mais diversas culturas.

Algo constante do Centro de estudos e tema muito presente em correspondências foi a realização de cursos e palestras com assuntos diversos que eram planejados e organizados por

¹ Discente do Curso de História DFCH/UESC, e-mail: silveira.jeu@gmail.com.

² Docente do Curso de História DFCH/UESC e orientadora da pesquisa, e-mail: luizanz@hotmail.com.

correspondências, temas que muitas vezes eram indicações de alunos e professores que mostravam interesse em assuntos específicos, ou que gostaria de conhecer alguns idiomas, a exemplo do curso da Língua Ioruba, mas não limitavam a busca por conhecimento exclusivamente a assuntos sobre o Continente Africano, temos como exemplo o planejamento do estudo sobre o Teatro Japonês (1967), a comemoração do 80º aniversário da lei áurea (1968), o interesse da Universidade de Ifé em reestabelecer o ensino da Língua Portuguesa interrompido em 1963 (1968), em meio a tantos outros projetos que muitas vezes não se concretizavam por carência de recursos.

Os eventos organizados pelo CEAO não tinha muitos recursos, mas uma solução encontrada é que a maioria dos palestrantes em eventos já estavam no Brasil, convidavam pessoas que trabalhavam na embaixada do seu país aqui no Brasil ou pessoas que estavam de visita ao Brasil até mesmo para palestrar em outras instituições o centro providenciava somente a passagem, em alguns casos os palestrantes atenderam ao convite do CEAO, desde que custos com o transporte não fossem altos, e a hospedagem estivesse providenciada.

O CEAO algumas vezes realizava o papel de intermediador do intercâmbio estudantil e de professores, Waldir Freitas o diretor do centro realizava o trabalho de intermediador entre o Itamaraty, UNESCO, e outras Instituições e Universidades dentro e fora do Brasil. O centro de estudos passou por dificuldades financeiras desde sua fundação, já que não existia uma determinação de quem deveria financiar os estudos e as pesquisas, existiam somente bolsas de estudos que muitas vezes por questões burocráticas o dinheiro da bolsa atrasava demorando de chegar na mão dos bolsistas, os deixando determinadas vezes por um curto período de tempo à mercê de seus próprios recursos.

Um caso que me chamou bastante atenção e que pude acompanhar através da sintetização algumas cartas foi do Sr. Deoscóredes M. dos Santos que recebeu uma bolsa através do contrato firmado entre o CEAO e a UNESCO para realizar um trabalho na Nigéria – África, e seguiu para a Nigéria com a esposa Juana Elbein dos Santos. A partir da leitura das referidas cartas observou-se o descontentamento a respeito das questões financeiras.

[...] já lhe expliquei acerca das dificuldades relacionadas com a contabilidade, para o recebimento e envio para a África de qualquer quantia relativa ao contrato firmado entre a UNESCO e este Centro de Estudos. (Carta enviada em 21/02/1967, de Waldir Oliveira, Diretor do CEAO, para Sr. Deoscóredes M. dos Santos).

A quantidade de bolsistas que chegavam ao Brasil para estudar no CEAO não era numerosa, pois a dificuldade em conseguir bolsas era extremamente grande, devido a demanda de alunos que gostariam de realizar intercâmbio. Nesse período não há um intercâmbio regular. Um episódio que me chamou atenção pelo seu diferencial dos demais, é o da estudante nigeriana Elizabeth Ganseh que chegou ao CEAO em 04 de março de 1968, ficou instalada na Residência Universitária, após um tempo precisou ser internada na Casa de Saúde especializada em doenças mentais, pois estava apresentando conduta inadequada em relação as pessoas do centro e aos demais pensionistas da Residência Universitária. E em 20 de maio de 1968, Waldir Freitas envia uma carta ao reitor da universidade informando que o médico aconselhou que a estudante fosse mandada de volta.

As questões burocráticas do Centro são os conteúdos muito presente nas correspondências. Temas como liberação de horas extras para funcionários, ou liberação em função de trabalhos a serem realizados. A algumas correspondências de professores que já tinham passado pelo CEAO, enviam cartas ao Professor Waldir Freitas a espera de saber notícias a respeito do centro estudos e de amigos que ainda trabalhavam no CEAO. No ano de 1967 pude observar movimentações e articulações sobre possíveis reformas administrativas a serem realizadas tanto no Centro de Estudos quanto na Universidade. Nada de muito conclusivo temos para o ano de 1967 para essas possíveis reformas apenas que o CEAO se manteria independente e com direção própria, mas no dia 04 de novembro de 1969 destacasse uma correspondência específica onde Waldir Freitas responde a uma carta do Professor Paulo Farias, em que informa ao amigo que está lutando pela sobrevivência do CEAO, já que estava sendo constantemente ameaçada por reformas, e conta que a cada oportunidade de apoio que ele encontrava abraçava.

Em uma dessas cartas em conversa de Waldir Freitas com o Professor Romulo Galvão conversavam sobre a criação na Bahia de um “Museu do negro e Centro de Estudos Negros”, mas Waldir Freitas diz que seria bom caso não fosse uma ideia carregada de preconceito, onde procurava caracterizar o negro brasileiro mais pela sua condição racial que pela sua nacionalidade. Waldir Freitas disse que seria favorável na criação de um “Museu do Negro”, onde seria apresentado de maneira didática a vasta e fundamental contribuição do negro, assim como convinha um museu moderno.

A Revista *Afro - Ásia* foi tema de algumas cartas em que geralmente estavam sendo analisados possíveis trabalhos e pesquisas a serem publicados pela Revista, por correspondência eles corrigiam e aconselhavam melhorias em trabalhos que viriam a ser publicados. Waldir Freitas viajava sempre que possível ao Rio de Janeiro para acompanhar as impressões na gráfica e para poder realizar os últimos ajustes. Foi possível acompanhar as edições nº 2/3, 4/5 e 6/7 da Revista Afro-Ásia.

Através do trabalho com as Cartas do Acervo do Centro de Estudos Afro - Orientais foi fundamental para recolher informações importantes a respeito do funcionamento do Centro, dos intercâmbios de professores, pesquisadores e estudantes, as transformações que estavam acontecendo nas universidades, e também sobre o que estava acontecendo no Brasil nos anos analisados, já que em algumas correspondências Waldir Freitas ao responder aos amigos acabava fazendo uma análise ao seu ponto de vista sobre situações que aconteceram no Brasil e no mundo. O Acervo do Centro de Estudos Afro - Orientais se apresenta como uma fonte rica para o estudo da história institucional do CEAO, como também do avanço nas pesquisas sobre a África, além é claro de podermos acompanhar as transformações que ocorreram na Universidade Federal da Bahia.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: o Brasil e desafio da descolonização africana (1950-1980)**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

REIS, Luiza. “**África volta à Bahia: o Centro de Estudos Afro-Orientais e o intercâmbio de estudantes africanos**”. In: TRAJANO FILHO, Wilson (Org.). Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional. Brasília: Athalaia, 2009. p. 141-169.

_____. **O Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia: intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África (1959-1964)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010.

A INFLUÊNCIA DO CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS NA IMPLANTAÇÃO DA LEI 10.639/03

Adriana dos Santos¹
Luiza Nascimento Reis²

INTRODUÇÃO

O Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), fundado em setembro de 1959 e instalado na Universidade Federal da Bahia, foi a primeira instituição acadêmica no Brasil destinada aos “estudos africano e oriental” e tornou-se um marco no país por seu trabalho voltado para o que dizia respeito ao “afro”, abarcando diversas atividades como promoção de intercâmbio acadêmico, realização de eventos e desenvolvimento de estudos focando África e afrodescendentes.

Ante o exposto, este estudo tem como objetivo geral analisar as influências dos cursos de história da África promovidos pelo CEAO na implantação da lei 10.639/03. E como objetivos específicos recuperar a história destes cursos, mapear as pessoas que assistiam aos eventos; discutir uma bibliografia sobre a implantação da Lei 10.639/2003 relativa ao ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, bem como os movimentos negros; levantar o acervo do CEAO, referente aos cursos; analisar textos e planos de aulas do Centro.

A Lei Federal 10.639, de 10 de janeiro de 2003, tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica, alterada posteriormente pela Lei 11.645/2008 quando foi incluso a obrigatoriedade também da Cultura Indígena nos currículos escolares. Fruto de reivindicações dos

¹Estudante do 2º semestre do curso de Especialização em História do Brasil da Universidade Estadual de Santa Cruz. E-mail: adrianasantosmq@hotmail.com. Esta pesquisa é um recorte de um Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História, e integra o projeto Trajetórias Intelectuais no Centro de Estudos Afro Orientais.

² Professora Orientadora

movimentos sociais, de uma pauta de política exterior do Brasil, meio universitário e áreas ligadas à educação, esta lei modificou de forma significativa e atribuiu novas dimensões à pesquisa e ao ensino sobre África realizados no Brasil.

A criação da lei supracitada está relacionada a uma série de medidas de ação afirmativa que começaram a ser implantadas no Brasil a partir do reconhecimento, especialmente pelo Estado, da existência de desigualdades e discriminação baseada na cor da pele e da necessidade de superá-las.

Nessa linha de pensamento, essa pesquisa mostra-se relevante, pois, visa recuperar parte dessa história ao investigar os cursos de História de África oferecidos pelo Centro de Estudos Afro-Orientais nos anos 1980, como por exemplo, o curso “Introdução aos Estudos de História e Cultura Africanos” em 1982 e 1986. Tais cursos, bem como as pessoas que frequentavam o CEAO nos anos 80, ainda não foram alvo de pesquisas acadêmicas.

Dentre essas pessoas podemos destacar a professora Ana Célia Silva ou diretor do bloco afro Ilê Aiyê Antônio Carlos dos Santos, conhecido como Vovô do Ilê Aiyê. Ambos engajados no resgate da contribuição dos negros para a construção da história do Brasil, defendiam a ruptura de estereótipos inferiorizantes relacionados ao negro, bem como, lutavam pela valorização da história da África. O Movimento Negro Unificado (MNU) (1978-1988, P. 49) AFIRMAVA EM 1988 QUE “O sistema de ensino brasileiro, desde a pré-escola à Universidade, tem primado por ocultar ou distorcer o passado histórico e a cultura do povo negro, na África e aqui, bem como apresentar o negro de forma inferiorizada”.

Sendo assim, analisaremos a importância dos cursos fornecidos pelo CEAO, buscando observar se de algum modo contribuíram para a formação intelectual de militantes que engajados numa luta em prol do negro conquistaram a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira.

METODOLOGIA

Em muitos trabalhos acadêmicos e em grande parte do cenário brasileiro quando se menciona a participação de centros de estudos afro em ações em prol de conquistas para os negros, bem como centros voltados para o estudo e valorização dessa cultura, há na maioria das vezes abordagens ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro (CEAA), fundado em 1961, posterior a fundação do CEAO.

Nessa perspectiva, na tentativa de trazer visibilidade à importância do Centro de Estudos Afro-Orientais, e aos cursos ofertados por este à comunidade, utilizaremos como corpus fichas de inscrição, os textos utilizados nos cursos, os planos de aula, as avaliações dos participantes, recortes jornalísticos e fotografias localizados no acervo do CEAO.

A metodologia utilizada será quantitativa e qualitativa, abrangendo leitura e discussão de referencial teórico e análise documental. Serão utilizados também textos bibliográficos e documentais comparativos na tentativa de realizar paralelos, convergências e divergências entre as diversas opiniões e visões sobre o Centro de Estudo supracitado. Nessa direção, os dados serão analisados em uma perspectiva dialógica e flexível.

As fontes utilizadas serão analisadas tanto quantitativamente, na tentativa de sistematizar os dados: quem eram os frequentadores dos cursos, o que faziam, onde moravam, quais conteúdos eram trabalhados e, paralelo a isto, as fontes serão também analisadas qualitativamente, para tornar possível a busca de informações que nos ajudem a compreender um pouco mais da história do CEAO e sua participação na divulgação de conteúdos a respeito da história da África e dos afro-brasileiros.

Ante o exposto, não temos a pretensão de esgotar a análise do *corpus*, nem de apresentar uma análise cristalizada, pelo contrário, a mesma será desenvolvida a partir da leitura do referencial teórico, análise dos dados e investigação crítica, disponibilizando aos futuros leitores da referida pesquisa, reflexões e análises que poderão ser convergentes e/ou divergentes com suas concepções.

DISCUSSÃO

Através do acervo disponibilizado pelo CEAO: planos de aulas, fichas de inscrições, avaliações dos inscritos e textos, em uma análise inicial, podemos perceber que a maioria das pessoas que participavam dos cursos era moradores da cidade de Salvador, atuavam como professores primários e secundários, em geral na área de história, filosofia, pedagogia e sociologia. Havia também uma menor quantidade de estudantes de diversas áreas.

Tais participantes possuíam em alguns casos objetivos comuns, tais como, transmitir o conhecimento adquirido para a comunidade, e para as pessoas do ambiente de trabalho, nas salas de aulas e em projetos; complementação da formação profissional; e, por fim, conscientizar os negros quanto a sua valorização, direitos, cultura e sobre a História da África.

Dentre as pessoas que assistiam aos cursos, podemos ressaltar a professora Ana Célia Silva que muito contribuiu para a valorização do negro na educação. Ela encabeçou uma luta firme e destemida contra o racismo e a intolerância religiosa e militou na concretização da fundação do Movimento Negro Unificado (MNU). Enquanto doutora e pesquisadora, seus estudos, durante todo este período, foram embasados por temas relacionados à educação étnico-racial, representação social dos afrodescendentes, desconstrução e estereótipos dos negros nos livros didáticos de Língua Portuguesa, em séries escolares iniciais.

A falta de inclusão do ensino sobre a história da África nas instituições educacionais, e de políticas efetivas voltadas para inserção dos negros na educação, contribuíram para a eclosão de diversos movimentos sociais no Brasil, em épocas distintas, mas com objetivos em comum; valorizar, informar e instruir os negros, dentre outros.

A luta das camadas negras pela sua inclusão no processo de escolarização oficial demonstra que mesmo à margem da cidadania, os negros acompanharam os processos de consolidação da nação brasileira e nele exerceram influência. Os mecanismos do Estado brasileiro que impediram o acesso à instrução pública dos negros durante o império ocorreu em nível legislativo, quando se proibiu o escravo e em alguns casos o próprio negro liberto, de frequentar a escola pública, e em nível prático quando, mesmo garantindo os direitos dos livres estudar, não houve condições materiais para a realização plena do direito. (Cunha, 1999; Fonseca, 2000).

RESULTADOS

Neste trabalho, discutimos a problemática em torno dos cursos de História da África do Centro de Estudos Afro Orientais, bem como a importância desse centro, que instalado na Universidade Federal da Bahia, foi a primeira instituição acadêmica no Brasil destinada aos estudos africano e oriental. Desse modo, articulamos um panorama dos movimentos sociais negro, que tinham por objetivo a inclusão da história da África e dos negros nos currículos escolares, na tentativa de compreender os percursos e mecanismos que levaram ao surgimento da Lei 10.639/03.

A partir da definição dos objetivos norteadores desta investigação, identificamos a atuação de algumas entidades negras, dentre elas: a Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental Negro, o Bloco Ilê Aiyê e o Movimento Negro Unificado. Estas entidades engajadas na luta em prol do negro atuaram ferrenhamente no combate a discriminação racial, e em ações pela inclusão do negro na educação, não somente como objeto de estudo, mas como sujeitos participantes da história.

Partindo do princípio que a educação representa um dos veículos de disseminação da ideologia racial, os movimentos supracitados, como foram analisados ao longo desta pesquisa, denunciaram as lacunas existentes nos currículos escolares sobre temas referentes à história do continente africano. Os cursos do CEAO que traziam em seu organismo a temática tão requerida pelas entidades, foi aceito pela sociedade.

Vários discentes reconhecem ainda hoje a importância dos cursos, relatam a valorização dos temas trabalhados nas aulas, e o ineditismo que tais temáticas trouxeram para época. Dentre os alunos destes cursos, há aqueles que atualmente continuam atuando como militantes, são engajados em lutas e causas negras, podemos citar: Ana Célia Silva, MakotaValdina, Arany Santana Neves Santos, dentre outros.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CUNHA, P. M. C. C. **Da senzala à sala de aula: como o negro chegou à escola**. In: OLIVEIRA, L. (coord.) *Relações raciais no Brasil: alguns determinantes*. Niterói: Intertexto/UFF: 1999.

FONSECA, Marcus Vinicius. **As primeiras práticas educacionais com características modernas**. Rio de Janeiro: Fundação Ford/ANPED, 2000.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. 1978 – 1988. **10 anos de luta contra o racismo**. Salvador: Parma, 1988.

PEREIRA, Amílcar Araujo. **“Mundo Negro”**: constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense: 2010.

REIS, Luiza. “África volta à Bahia: o Centro de Estudos Afro-Orientais e o intercâmbio de estudantes africanos”. In: TRAJANO FILHO, Wilson (Org.). **Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional**. Brasília: Athalaia, 2009. p. 141-169.

_____. **O Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia: intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África (1959-1964)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010.

TRANSCRIÇÕES DE DEPOIMENTOS ORAIS DOS INTELLECTUAIS DO CENTRO DE ESTUDOS AFRO ORIENTAIS

Camila Nunes Sena Silva¹
Luiza Nascimento dos Reis²

O Centro de Estudos Afro Orientais (CEAO), instituição fundada em 1959 na Universidade Federal da Bahia, objetivava desenvolver estudos, pesquisas e ações direcionadas para a história e cultura de populações africanas e afro descendentes. No intuito de discutir a história desse Centro de Estudos, o projeto intitulado “Trajetórias Intelectuais do Centro de Estudos Afro Orientais” realizou o levantamento de depoimentos orais e entrevistas no período de 2013-2014, buscando registrar opiniões, experiências e memórias deste Centro na perspectiva de seus intelectuais.

No que concerne aos procedimentos metodológicos, as entrevistas foram submetidas ao processo de catalogação e transcrição, tendo sido correlacionados ao material bibliográfico selecionado. A partir dos discursos presentes nas entrevistas é possível perceber que, de diferentes maneiras, acadêmicos e militantes atribuem importância ao Centro de Estudos.

A criação do CEAO [...] representa um marco no país, já que foi a primeira instituição acadêmica voltada para a produção e difusão de conhecimento sobre África. [...]. (REIS, L. 2013). Entre seus objetivos perpassava a difusão deste conhecimento no Brasil, além da atuação como um instrumento político de ligação com países do continente africano. Neste sentido, o centro de estudos também permitiu que esse conhecimento fosse construído com as pessoas das comunidades de matriz africana em diálogo com membros da academia. Através do manejo com as entrevistas foi possível identificar na fala dos entrevistados um saber, que apesar de vir de um lugar social fora da universidade, traz questões que não podem ser descartadas quando se fala em relações raciais e relações Brasil África.

Na Bahia, o Centro de Estudos Afro Orientais representou para a comunidade negra uma forma de fortalecer a cultura e por vezes, nas palavras de Fábio Lima³ “resgatar a memória” africana, que está presente com grande força nos terreiros de Candomblé.

O CEAO se torna então, um espaço de experiências da cultura africana no Brasil. Neste ambiente acontecem palestras, eventos, cursos voltados para a discussão e formação de uma cultura africana no Brasil, sobretudo da valorização de uma identidade negra no Brasil, e na Bahia. Nas entrevistas que serão apontadas neste trabalho, é possível perceber a importância do centro de estudos enquanto fortalecedor da identidade negra, de conhecimento e de quebra de paradigmas. Os negros e negras estão cada vez mais adentrando os espaços do saber acadêmico, agregando a cultura falada, vivida e experimentada ao ambiente tido como formador da intelectualidade. Sobre isso, o projeto questiona esse conceito de intelectualidade. Buscando num site informal o conceito de intelectual, encontramos assim:

“Um intelectual é uma pessoa que usa o seu “intelecto” para estudar, reflectir ou especular acerca de idéias, de modo que este uso possua uma relevância social e coletiva.”¹

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz. e-mail: csena6@gmail.com

² Docente do curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz. e-mail: luizanzr@hotmail.com

³ Fábio Lima possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1998), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2002) e doutorado em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (2010). Atualmente é professor titular – Secretaria do Estado.

De acordo com o conceito acima, o intelectual é aquele que usa o seu saber para expressar suas idéias. Porém, a relevância social tem sido medida de acordo com padrões de intelectualidade. O intelectual, fica desta forma reduzido à alguém que tem algo a dizer à partir de um ambiente acadêmico, ou mediante o “aval” de autoridades letradas para receber algum respaldo social. Todavia, o projeto apresenta um conceito diferenciado quanto a esta questão. Pretende-se pensar em “intelectuais” como todo indivíduo que tem algo a dizer à sociedade, ou seja, todo aquele que usa seu intelecto para tornar-se sujeito de suas próprias falas.

O que vamos ver neste trabalho são os discursos de pessoas que de diferentes maneiras reconhecem a importância do Centro de Estudos Afro Orientais como um referencial para a visibilidade da cultura africana na Bahia e no Brasil. Para esta pesquisa utilizamos as entrevistas com Valdina Pinto de Oliveira e Fábio Batista Lima, ambos entrevistados pela professora Luiza Reis. Para esta pesquisa, torna-se importante perceber que a consciência racial e a ideia de uma identidade negra foram concebidas de diferentes formas pelos entrevistados.

Fábio Lima, em sua entrevista concedida em 26 de setembro de 2012, explica que, desde a infância já convivia com a presença da cultura negra, principalmente por meio do Candomblé e de algumas referências familiares. Porém, também explica que esse contato foi aos poucos suprimido pela condição racista, em que a sociedade já se encontrava. No livro *“Mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil”*, Amílcar Pereira² aponta para a necessidade de “[...] Refletir [mos] sobre as diferentes formas pelas quais se dá a construção da identidade negra, racializada, durante a trajetória de vida das lideranças entrevistadas [...]” (PEREIRA, Amílcar A. :41). Neste sentido, a discussão da identidade negra e o contato com o CEAO estão intimamente atrelados na trajetória de vida de Fábio Lima. Sobre isso, ele comenta:

Eu fui viver com a mulher do meu pai. [...] Tinha uns cinco anos e lá as memórias da África que eu conhecia, que era na África que eu conhecia, que era a África guardada nos terreiros, essa África mítica. Ela ia aos poucos sendo mitigada e não apagada e permanecia, porque havia um projeto na família da mulher de meu pai de embranquecimento. Então negros deveriam ter os cabelos curtos, não podiam sorrir muito porque meus lábios eram grossos, não podia vestir vermelho porque era uma cor associada ao diabo[...] Então eu cresci tendo que guardar no espelhinho da alma a minha africanidade ou negritude, porque não era interessante para o projeto daquela família que eu estava vivendo. (LIMA,2012)

A partir do desejo de reviver as memórias que tinha sobre a África, no cotidiano do Candomblé, Fábio Lima passa a freqüentar com freqüência a biblioteca do CEAO. O seu contato com ela permitiu que conhecesse livros e pessoas. Esta biblioteca é posta no discurso de Fábio Lima como sendo referencial nas discussões culturais e oportunizara o diálogo entre diversos movimentos, terreiros de Candomblé e a universidade. Sobre esta importância dada à biblioteca do CEAO, Valdina Pinto³, hoje conhecida como Makota Valdina, também atribui valor à este diálogo ao afirmar que:

De certo modo servia pra gente né, porque o que agente tem é oralmente né, da língua falada mesmo. O estudo da língua mesmo ajudou à todos nós. Para o movimento negro como um todo, para a comunidade negra eu acho que o CEAO também foi fundamental porque era uma biblioteca que agente podia ler, tomar livros emprestado - não sei agora- mas naquela época nós tomávamos emprestado os livros e tinha uma biblioteca sobre o assunto - eu acho que era a mais composta que agente tinha, que era disponibilizada pra comunidade, não só para os alunos da UFBA.[...] (PINTO,2012)

¹Trecho disponível no site: <http://www.dicionarioinformal.com.br/intelectual/>, acessado dia 12 de setembro de 2014, às 09h:50min.

² PEREIRA, Amílcar Araújo. A ideia de raça e suas diferentes explicações. In: **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.p.

³ Valdina Pinto de Oliveira nasceu no Bairro do Engenho Velho da Federação, em 15 de outubro de 1943 e desde pequena conviveu com a presença de comunidades negras de terreiro de Candomblé. Reside nesse bairro ainda hoje.

Em ambas as entrevistas, encontramos informações acerca dos cursos que o CEAO promovia as palestras, conferências e encontros entre comunidade e estudiosos da academia e de outros países. Para além destes cursos, é importante perceber que os dois entrevistados partem de espaços de ação diferenciados: Valdina Pinto fala enquanto militante do movimento negro e Fábio Lima enquanto um estudioso da academia. Porém, a intelectualidade deles converge na medida em que ambos falam sobre a África, e apontam para a necessidade de dar credibilidade á este assunto em nosso país.

REFERÊNCIAS:

GOODY, Jack. Uma genealogia sociocultural. In: **O roubo da história**. Trad: Luiz Sérgio Duarte da Silva. 1ª Ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

PEREIRA, Amílcar Araújo. A ideia de raça e suas diferentes explicações. In: **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LIMA, Fábio. Entrevista Gravada. 59 min. 2012. Realizada por Luiza Reis.

OLIVEIRA, Valdina Pinto. Entrevista Gravada. 30 min. 2012. Realizada por Luiza Reis.

FONTES PARA A HISTÓRIA DO CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS (CEAO)

Luiza Reis¹

RESUMO GERAL

Este texto apresenta discussões em torno de quatro planos de trabalho executados por discentes do curso de História da Universidade Estadual de Santa Cruz decorrentes do projeto de pesquisa *Trajétórias Intelectuais do Centro de Estudos Afro Orientais (CEAO)*. O projeto em destaque investiga itinerários e trajetórias de intelectuais que atuaram no Centro de Estudos Afro Orientais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O trabalho do centro, ao longo de cinquenta anos de atuação, entre 1959 e 2009, foi marcado pelo interesse, no âmbito das ciências humanas e sociais, em produzir e divulgar conhecimento no Brasil a respeito do continente africano e dos afro descendentes tendo aglutinado diferentes pesquisadores, a exemplo de George Agostinho da Silva, Vivaldo Costa Lima, Waldir Freitas Oliveira, Pedro Moacir Maia, Paulo de Moraes Farias, Guilherme de Sousa Castro, Yêda Pessoa de Castro, Júlio Braga, Jeferson Bacelar, Ubiratan Castro, Jocélio Teles dos Santos que corroboraram para a conformação de um campo de estudos afro-brasileiros e africano no país.

Para enveredar na história do Centro de Estudos Afro-Orientais existe um extenso acervo documental que vem paulatinamente sendo trabalhado no âmbito do projeto de pesquisa. Destaco aqui, a contemplar os anos de 1960, o trabalho de Bethânia Leal Tamburi com um levantamento estatístico da revista *Afro-Ásia*, resultando na monografia *A revista Afro-Ásia em números (1965-1970)* bem como o estudo da correspondência do CEAO, entre 1967 e 1969, realizado por Jéssica Silveira. *Os cursos de História da África*, desenvolvidos nos anos 1980 no CEAO, foram alvo da monografia de Adriana dos Santos redigida a partir da análise de planos de aulas, avaliação, fichas dos alunos. Por fim, Camila Sena Silva, realiza a transcrição de depoimentos recentes da história do CEAO. A presente comunicação pretende evidenciar a natureza diferenciada de cada tipo de fonte abordada, seus contextos de produção e em que podem contribuir para um trabalho em História.

¹ Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz. É historiadora, mestre e doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos (Posafr/UFBA). Integra o Grupo de Estudos do Atlântico e da Diáspora Africana. Este texto apresenta discussões do projeto de pesquisa *Trajétórias Intelectuais no Centro de Estudos Afro-Orientais (UESC/UFBA)*. Conta com apoio CAPES, UESC e Fapesb.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e desafio da descolonização africana (1950-1980)*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, 1978-1988. **10 anos de luta contra racismo**. São Paulo, Confraria do livro, 1998.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **‘O Mundo Negro’: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2010.

REIS, Luiza Nascimento. **O Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia: intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África (1959-1964)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010.

REMOND, René. **Por uma História política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SOMBRA SARAIVA, José Flávio. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)**. Brasília: EdUnB, 1996.

A TRAJETÓRIA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UESC

Carla Morgana Castro Amado¹

O Brasil adotou o sistema de cotas nas Universidades brasileiras em 2000, visto que nosso país tem atualmente a segunda maior população negra do mundo é inegável que o país tem uma dívida histórica com os negros². Na Bahia a primeira Universidade a adotar o sistema de cotas foi a UNEB em 2004. Entre os anos de 2002 e 2003 foi aberta discussões na Universidade Estadual de Santa Cruz através dos Movimentos Sociais e Negro para debate e reflexão da mesma política nessa instituição. Quando em 2006 foi aprovado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) a política de cotas raciais.

A história da Uesc como Universidade pública surge da luta do movimento estudantil em quase 9 anos de luta (1982 – 1988) para que ocorresse sua estadualização, houve mobilizações dos estudantes em defesa de um ensino superior público e gratuito. A sua conquista, exigiu consciência política, organização dos segmentos populares, e neutralização da postura subserviente das elites locais (CAIO PINHEIRO OLIVEIRA, 2003). O século XX no Brasil ainda inicia sem um sistema de educação superior com professores no sistema público no sul da Bahia. O movimento estudantil foi importante na defesa de um modelo de universidade. A intenção era transformar as universidades em fundações privadas do poder do Estado. Após anos de trabalho conjunto do Movimento estudantil, comunidade acadêmica e autoridades da região que se uniram para conseguir a estadualização da UESC. Passados 15 anos a Universidade pública começa a pensar num debate em torno de políticas afirmativas e inclusão social que deu início em 2002 com a ajuda fundamental do Movimento Negro e programas como Bantu-iê e PRODAPE (Programa de Democratização de Acesso e Permanência das Camadas Populares) esses programas ajudaram a se firmar a identidade negra na Uesc já que as atividades eram voltadas para essa população.

A reivindicação pelo acesso ao ensino superior para a população negra, indígena, e egressa de escola pública constitui uma mobilização política, visibilidade midiática, nas últimas décadas, talvez seja apenas suplantada pela do Movimento dos Sem Terra. (GUIMARÃES, 2002). Vivemos, pois, um momento

¹ Graduanda em História pela UESC. E-mail: carlamado17@gmail.com.

² Este trabalho integra uma pesquisa mais ampla desenvolvida sob a modalidade de TCC em História, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto de Oliveira.

ímpar da agenda das políticas educacionais pela introdução de um novo tema: políticas de ação afirmativa na educação. Os movimentos sociais merecem destaque nas lutas a favor de minorias, o movimento negro na Uesc teve papel fundamental para tratarem de políticas de reserva de vagas e de reformulação dos critérios para a isenção da taxa de inscrição do vestibular, essas reivindicações tendo sido parcialmente atendidas. Sabemos que o racismo se faz presente nas relações sociais e a única forma de erradicá-lo é colocar toda a sociedade em condição de igualdade.

Referências

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo, *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002
OLIVEIRA, Caio Pinheiro *Os Estudantes e a Estadualização da FESPI, UESC, 2003*
BRASIL. Resolução CONSEPE nº.64/2006

ADMINISTRAÇÃO JESUÍTICA: PRÁTICAS DE INCENTIVO LABORAL (ENGENHO DE SANTANA DOS ILHÉUS, SÉCULO XVII E XVIII).

Kaíque Moreira Léo Lopes¹; Marcelo Henrique Dias².

INTRODUÇÃO

A beira do rio Santana, na antiga vila de São Jorge dos Ilhéus, funcionava desde a metade do século XVI o Engenho de Santana. Com a morte de seu último dono secular, o engenho é legado ao Colégio de Santo Antão de Lisboa em 1618. Daí até 1759 ele será administrado por Jesuítas. É nesse momento, portanto, que são gestadas as relações de produção escravistas que ensejarão o escopo desta análise, a saber: as práticas jesuíticas de incentivo laboral, sempre apontando, porém, para o que havia de peculiar no Santana em relação ao que se praticava em outros engenhos, sobretudo no Engenho Sergipe do Conde (Recôncavo baiano), cuja dinâmica foi objeto de estudos clássicos sobre o tema das relações escravistas, a partir dos quais se generalizou a visão da condução disciplinadora, paternalista e eficiente dos jesuítas junto às suas escravarias.

Assim, além de estar respaldado pelo debate historiográfico vigente sobre o tema, fez-se necessário identificar na documentação os objetos que condicionavam estas negociações e barganhas entre senhores e escravos, para que se abrisse caminho de modo a vislumbrar, com razoável clareza, o jogo de forças que ali se originou. A base empírica para a investigação é formada por textos publicados de jesuítas que legaram verdadeiros tratados sobre administração de engenhos, como o de João Andreoni (Antonil) e do padre Jorge Benci, e por fac-símiles de missivas trocadas entre os padres administradores do Engenho de Santana e seus superiores do Colégio de S. Antão de Lisboa, documentação esta pertencente ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa).

METODOLOGIA

Como já foi dito acima, essa pesquisa guiou-se pela análise do conteúdo das fontes já definidas: em grande parte a documentação é composta de correspondências que os padres administradores do Engenho de Santana escreviam a seus superiores do Colégio de Santo Antão. Ao todo, perfaz 37 unidades: 28 missivas, 5 inventários, 3 balanços financeiros e 1 relação de ditames; derivadas em laudas perfazem o total de 173 manuscritos. Até este momento transcrevemos 30 destas unidades, que dispostas em laudas computam o total de 136. Embora não tenhamos transcrito toda a documentação, o seu conhecimento integral já se faz presente. A datação desta miscelânea documental varia entre a primeira década do século XVII até meados do XVIII.

Primeiramente, leituras de caráter teórico foram feitas com o objetivo de provocar e esclarecer dúvidas, fornecer conceitos e delinear o panorama em que se encerra o mote temático perscrutado. Ao mesmo tempo, o contato com a documentação exigiu um treinamento sóbrio em leitura e transcrição paleográficas.

¹ Estudante do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); E-mail: kaiqueleo13@hotmail.com

² Professor orientador, docente do Curso de História DFCH/UESC, e-mail: marcelohd2222@gmail.com

Passamos então a transcrever os documentos por ordem de dificuldade de cada documento. No desdobrar desta tarefa, porém, demandou-se mais tempo que o pretendido *a priori*: o itinerário desbravado se mostrou sinuoso e escorregadiço devido ao impacto e ao mesmo tempo desconforto que se experimenta ao confrontar-se com uma caligrafia, gramática e expressões de 300 anos atrás. Isso demandou sucessivas releituras e correções, principalmente durante o primeiro ano de pesquisa, até que se adquirisse habilidade maior para que as transcrições se fizessem mais seguras. Esta, aliás, parece ter chegado. Perseverando cotidianamente, o domínio da técnica foi possível após árduo trabalho, com efeito, compreendemos o que por muito tempo nos parecia estranho.

Nesse ínterim, a leitura de tais documentos estimulou, concomitantemente, a reflexão e a suscitação de questões. Agora, com as primeiras revisões se encerrando, simultaneamente se faz o trabalho de coleta, organização e análise dos dados: neste momento estamos a recortar trechos dos documentos transcritos que de certa forma ilustram e sustentam posições e ponderações que encontram-se ainda em seus primeiros traços, defrontando, a todo momento, o conteúdo das fontes com a bagagem teórica que está sendo gestada e ataviada ao longo da pesquisa. Finalmente, o propósito desta pesquisa é materializar-se à guisa de artigo científico, contribuindo para as pesquisas seguintes sobre o mesmo tema ou temas afins.

RESULTADO

Além do aperfeiçoamento técnico em Paleografia, granjeado em 1 ano de labor, em se tratando de resultados específicos relativos ao tema, a documentação possibilita-nos inferir: 1º) os escravos que viviam neste engenho constituíram uma comunidade escrava, fortalecida pelo processo de crioulanização decorrente do relativo isolamento daquele Engenho das rotas do tráfico escravista centradas em Salvador; 2º) Netas condições, os escravos, que viviam na maioria em famílias que se reproduziam em sucessivas gerações, conquistaram maior poder de negociação e, como decorrência, mais autonomia e privilégios em relação ao engenho do Recôncavo; 3º) havia privilégios para os que observavam os preceitos propostos pelos Jesuítas, como o casamento e a disciplina; 5º) dos objetos: eram mimos para as crianças, mesinhas de botica, alimentação especial para mulheres paridas ou menstruadas, liberdade de trânsito, tarefas mais brandas ou de comando (a exemplo de feitor), ingerência nas decisões etc.; 6º) das fugas: ocorriam sempre quando a negociação não tomava o fim justo aos olhos do escravo, tendo a função principal de pressionar o senhor para que atendessem suas reivindicações. Assim, as conclusões elucidadas pelo diálogo com a historiografia e a análise da documentação, apontam o Engenho de Santana como detentor de uma escravaria consciente de seu poder de negociação e bem articulada, sujeita, a despeito das adversidades, de sua própria história.

REFERÊNCIAS

- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1982.
- BENCI, Jorge. **Economia cristã dos senhores no governo dos escravos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- FARIA, Sheila de. **Identidade e comunidade escrava: um ensaio**. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 11, p. 133-157, 2007.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MARQUESE, Rafael De Bivar. **Administração & escravidão: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira**. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 1999.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: historia dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: Edusc, 2001.
- _____. **Segredos Internos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

